



Ação: Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Parolímpicos Rio 2016.  
 Funcional Programática: 27.811.0181.20D8.0001  
 Natureza da despesa:  
 33.90.18 - R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais)  
 33.90.20 - R\$ 1.236.000,00 (um milhão, duzentos e trinta e seis mil reais)  
 33.90.30 - R\$ 125.086,60 (cento e vinte e cinco mil, oitenta e seis reais e sessenta centavos)  
 33.90.33 - R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)  
 33.90.39 - R\$ 692.620,00 (seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e vinte reais)  
 Fonte: 300  
 Valor: R\$ 2.296.706,60 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, setecentos e seis reais e sessenta centavos)  
 Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.  
 Art. 3º O MINISTÉRIO DA DEFESA deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2010.  
 Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

## Ministério do Meio Ambiente

### INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 69, DE 27 DE AGOSTO DE 2010

Aprova o Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Arapixi, no Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, III, do Anexo I do Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do ICMBio, considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração do Plano de Manejo Participativo de Unidades de Conservação federal das categorias RESEX e RDS; e Considerando que o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Arapixi - RESEX Arapixi, instituído pela Portaria ICMBio nº 64, de 12 de agosto de 2009, aprovou o Plano de Manejo da Unidade na sua terceira reunião ordinária, realizada no dia 30 de junho de 2010 em Boca do Acre/AM, por meio da Resolução nº 01, de 30 de junho de 2010; resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Arapixi/AM, cujo extrato do conteúdo consta do Anexo I da Portaria.

Art. 2º - Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal Nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da unidade para consulta, em versão impressa na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília e na Sede da Unidade na Cidade de Boca do Acre/AM; e em meio digital na página eletrônica do ICMBio na rede mundial de computadores.

Art. 3º A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, e será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO  
MELLO

#### ANEXO I

EXTRATO  
 PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA  
 ARAPIXI  
 APRESENTAÇÃO  
 INTRODUÇÃO  
 1. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS  
 1.1. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC  
 1.2. Aspectos legais e institucionais do Plano de Manejo  
 1.2.2. Histórico de Elaboração do Plano de Manejo e Formação do Conselho Deliberativo  
 2. CONTEXTUALIZAÇÃO  
 2.1 Contexto Nacional  
 2.1.1.Contextualização das Unidades de Conservação (UC) Federais  
 2.1.2.Contextualização das Reservas Extrativistas  
 2.2. Contexto Regional  
 2.2.1.Contextualização das Unidades de Conservação na Amazônia Ocidental

2.2.2.Contextualização das Unidades de Conservação no Estado do Amazonas  
 2.2.3.Mosaico de Áreas Protegidas no Médio e Alto Purus  
 2.3. Contexto Local  
 2.3.1.O município de Boca do Acre  
 2.3.2.Histórico da Reserva e da Ocupação do Território  
 2.3.3.Limites e acessos à Reserva Extrativista Arapixi  
 2.4. Ficha Técnica da Reserva Extrativista Arapixi  
 3. CARACTERIZAÇÃO GERAL  
 3.1. Caracterização Ambiental  
 3.1.1.Enquadramento Ecológico da Reserva Extrativista Arapixi  
 3.1.2. Meio Físico  
 3.1.2.1. Clima  
 3.1.2.2. Geomorfologia  
 3.1.2.3. Geologia  
 3.1.2.4. Solos  
 3.1.2.5. Hidrografia/Hidrologia  
 3.1.3.Meio Biótico  
 3.1.3.1. Flora  
 3.1.3.2. Fauna  
 3.2. Meio Antrópico  
 3.2.1.Características da População  
 3.2.1.1. Distribuição da População  
 3.2.1.2. Estrutura familiar e divisão do trabalho  
 3.2.1.3. Educação  
 3.2.1.4. Saúde e Saneamento  
 3.2.1.5. Alimentação  
 3.2.1.6. Religião  
 3.2.1.7. Comunicação  
 3.2.1.8. Infra-estrutura familiar e comunitária da Resex  
 3.2.2 Caracterização das práticas produtivas, uso e manejo dos recursos naturais  
 3.2.2.1. Fontes de renda, práticas produtivas e uso de recursos naturais  
 3.2.2.2. Agricultura  
 3.2.2.3. Extrativismo  
 3.2.2.4. Criação de animais  
 3.2.2.5. Diagnóstico Pesqueiro  
 3.2.3. Organização Comunitária  
 3.2.4. Conflitos  
 3.3. Caracterização e Mapeamento das Áreas Antropizadas  
 3.4. Situação Fundiária  
 3.4.1. Caracterização Fundiária da Reserva  
 3.4.2. Ajustes do Memorial Descritivo do Decreto de criação  
 3.4.3. Redefinição dos limites da face leste da Unidade com o pasto da fazenda Aracoíaba  
 3.4.4. Proposta de Ampliação dos Limites  
 3.5. Aspectos Institucionais da Reserva  
 3.5.1. Recursos Humanos - Histórico e situação atual  
 3.5.2. Equipamentos e Materiais Permanentes  
 3.5.3. Infra-estrutura (Edificações e benfeitorias)  
 3.5.4. Estrutura adequada para a gestão da Unidade  
 3.5.5. Relações Inter-Institucionais  
 3.5.6. Conselho Deliberativo  
 4. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONOMICO DA RESERVA  
 4.1. Procedimento para a definição do Zoneamento  
 4.2. Identificação e conceituação das Áreas  
 5. PLANO DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA RESERVA  
 5.1. Estratégias de proteção  
 5.1.1. Setores da Reserva  
 5.2. Principais Pressões e Ameaças, Conflitos e Impactos Ambientais e Sociais.  
 5.3. Monitoramento e avaliação  
 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO  
 6.1. Histórico e metodologia  
 6.2. Detalhamento do plano de utilização  
 6.3 Acordo de Pesca do Lago Novo  
 7. PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA RESERVA  
 7.1. Programa de Qualidade de Vida e Cidadania  
 7.1.1.Educação  
 7.1.2.Saúde  
 7.1.3.Energia  
 7.1.4.Habitação  
 7.1.5.Comunicação  
 7.1.6.Benefícios Sociais  
 7.2. Programa de Gestão Participativa  
 7.3. Programa de recuperação de áreas degradadas  
 7.3.1. Recuperação de Áreas Degradadas  
 7.3.2. Impactos Ambientais  
 7.4. Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas  
 7.4.1. Produtos florestais não-madeireiros (Extrativismo)  
 7.4.1.1. Castanha  
 7.4.1.2. Cacau orgânico  
 7.4.2. Recursos pesqueiros  
 7.4.3. Segurança alimentar  
 7.4.4. Produtos florestais madeireiros  
 7.4.5. Turismo  
 7.4.6. Pesquisa  
 7.5. Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental  
 7.5.1. Monitoramento  
 7.5.2. Impactos Sociais  
 7.5.3. Proteção Ambiental  
 7.6. Programa de Administração

7.6.1. Gestão  
 7.6.2.Administração  
 8. ANÁLISE DE CENÁRIOS  
 8.1. Cenário Ótimo  
 8.2. Cenário Mais Provável  
 8.3. Cenário Ruim  
 9. ESTUDOS COMPLEMENTARES E RECOMENDAÇÕES  
 BIBLIOGRAFIA  
 ANEXOS (1 A 13)

#### PORTARIA Nº 77, DE 27 DE AGOSTO DE 2010

Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item IV do art. 19, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente; Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; Considerando o Decreto s/nº, de 03 de janeiro de 1997, que criou a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro e, Considerando as proposições feitas no Processo Iba-ma/MMA/ICMBio nº 02070.002017/2008-69, RESOLVE:

Art.1º Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

Art.2º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ é composto pelas seguintes representações (titulares e suplentes):

DAS INSTITUIÇÕES  
 01- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;  
 02- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;  
 03- Marinha do Brasil;  
 04- Instituto Estadual do Ambiente - INEA;  
 05- Companhia Municipal de Administração Portuária - CO-MAP;  
 06- Associação de Turismo de Arraial do Cabo - ATAC;  
 07- Associação de Turismo Náutico de Arraial do Cabo - ATURNAC;  
 08- Associação das Empresas de Mergulho Recreativo Turístico e Lazer de Arraial do Cabo;  
 09 - AMA Praia Grande e AMA Morro da Boa Vista - AMOAB;  
 10 - AMA Praia dos Anjos e AMA Cabloca;  
 11 - AMA Prainha;  
 12 - Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo  
 DAS COMUNIDADES  
 01 - Colônia de Pescadores Z-05/ Arraial do Cabo;  
 02 - Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo - APAC;  
 03 - Associação dos Coletores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo - ACRIMAC/RJ;  
 04 - Associação de Pescadores Artesanais de Canoa de Rede da Praia dos Anjos - APESCARPA;  
 05 - Associação de Verdadeiros Pescadores e Turismo de Bocas Abertas do Município de Arraial do Cabo;  
 06 - Associação de Moradores e Amigos da Restinga dos Clubes e Caiçara - AMAREC;  
 07 - Associação de Pescadores Artesanais de Traineiras de Arraial do Cabo - APATAC;  
 08 - Associação de Pescadores e Amigos da Praia do pontal - APAPP;  
 09 - União das Entidades de Pesca e Aquicultura do estado do Rio de Janeiro - UEPA/RJ;  
 10 - Associação de Pescadores em Caíco de Arraial do Cabo - APESCAC;  
 11 - Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - AREMAC;  
 12 - Associação de Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos - ABTBPA;  
 13 - Representante da Comunidade de Pescadores da Prainha.

§ 1º O Conselho Deliberativo será presidido por servidor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, indicado pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

§ 2º O titular e o suplente do Instituto Chico Mendes deverão ser indicados pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais da Autarquia.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista serão fixados em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até 90 dias, contados a partir de sua posse, em data a ser marcada após a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Deliberativo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembléia Geral e submetida à decisão dessa Presidência.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO  
MELLO

#### PORTARIA Nº 78, DE 27 DE AGOSTO DE 2010

Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica da Mata Preta.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 19, III, do Anexo I do Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do ICMBio, Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências; Considerando os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentam; e Considerando o Decreto s/nº de 19 de outubro de 2005, que criou a Estação Ecológica da Mata Preta, no Estado de Santa Catarina; resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo da Estação Ecológica da Mata Preta, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à gestão participativa, implantação e implementação do Plano de Manejo desta Unidade, e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

Art. 2º O Conselho Consultivo da Estação Ecológica da Mata Preta será composto por representantes dos seguintes órgãos, entidades, organizações não governamentais e sociedade civil:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio - Estação Ecológica da Mata Preta, sendo um titular e um suplente;

II - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sendo um titular e um suplente;

III - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, sendo um titular e um suplente;

IV - Prefeitura Municipal de Abelardo Luz/SC, sendo um titular e um suplente;

V - Prefeitura Municipal de Clevelândia/PR, sendo um titular e um suplente;

VI - Câmara Municipal de Abelardo Luz/SC, sendo um titular e um suplente;

VII - Câmara Municipal de Clevelândia/PR, sendo um titular e um suplente;

VIII - Instituto Ambiental do Paraná - IAP, sendo um titular e um suplente;

IX - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abelardo Luz, sendo um titular e um suplente;

X - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Abelardo Luz, sendo um titular e um suplente;

XI - Lions Club de Abelardo Luz, sendo um titular e um suplente;

XII - Fundação de Ensino Superior de Clevelândia - FESC, sendo um titular e um suplente;

XIII - Colegiado de 10 (dez) proprietários rurais do interior da Unidade, sendo um titular e um suplente;

XIV - Madeiras do Paraná - MADEPAR S.A., sendo um titular e um suplente;

XV - Empresa DISSENHA S.A., sendo um titular e um suplente;

XVI - Comunidade Linha Barro Preto, sendo titular; e Comunidade Linha Plagiosa, sendo suplente.

§ 1º O chefe da Estação Ecológica Mata Preta será o representante do ICMBio e presidirá o Conselho Consultivo.

§ 2º O mandato do conselheiro é de 2 (dois) anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

§ 3º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembléia Geral e submetida à decisão desta Presidência, por meio da publicação de nova portaria.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Estação Ecológica Mata Preta serão fixados em regime interno, elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO  
MELLO

#### PORTARIA Nº 79, DE 27 DE AGOSTO DE 2010

Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena/MS.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, de acordo com o texto da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item IV do artigo 19, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente; Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; Considerando os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Considerando Decreto s/nº, de 21 de setembro de 2000, que criou Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no Estado de Mato Grosso do Sul; e, Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP no Processo IBAMA nº 02001.007651/2002-16; resolve:

Art. 1º - Criar Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à gestão participativa, implantação e implementação do Plano de Manejo desta Unidade, bem como ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

Art. 2º - O Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena será composto pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não-governamentais:

I - Parque Nacional da Serra da Bodoquena - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um titular e um suplente;

II - Superintendência do IBAMA no estado de Mato Grosso do Sul, sendo um titular e um suplente;

III - Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, sendo o titular, e 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul, como suplente;

IV - 23º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, sendo titular, e Superintendência Regional de Goiânia do Serviço Geológico do Brasil - SGB, suplente;

V - Agência Municipal de Bonito da AGRAER, sendo titular, e Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul - INCRA/SR/16, suplente;

VI - Superintendência Estadual do IPHAN-MS, sendo titular, e Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul - FUNDTUR/MS, suplente;

VII - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, sendo titular, e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, suplente;

VIII - Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul - Promotorias de Justiça da Comarca de Bonito, sendo um titular e um suplente;

IX - Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo um titular e um suplente;

X - Prefeitura Municipal de Jardim, sendo um titular e um suplente;

XI - Prefeitura Municipal de Bodoquena, sendo um titular e um suplente;

XII - Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, sendo um titular e um suplente;

XIII - Prefeitura Municipal de Bonito, sendo um titular e um suplente;

XIV - Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul - AGESUL, sendo um titular e um suplente;

XV - Conselho Regional de Biologia - 1ª Região (SP,MT,MS) - CRBio-01, sendo titular, e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/MS, suplente;

XVI - Federação das Associações Empresariais de Mato Grosso do Sul - FAEMS, sendo um titular e um suplente;

XVII - Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região - ATRATUR, sendo um titular e um suplente;

XVIII - Associação de Guias de Turismo de Bonito - AGTB-MS, sendo um titular e um suplente;

XIX - Instituto das Águas da Serra da Bodoquena - IASB, sendo um titular e um suplente;

XX - Fundação Neotrópica do Brasil, sendo um titular e um suplente;

XXI - ECOA - Ecologia e Ação, sendo um titular e um suplente;

XXII - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa - CIDEMA, sendo um titular e um suplente;

XXIII - Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Canaã - APAC, sendo um titular e um suplente;

XXIV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito, sendo titular, e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bodoquena, suplente;

XXV - Sindicato Rural de Jardim, sendo um titular e um suplente;

XXVI - Sindicato Rural de Miranda e Bodoquena, sendo um titular e um suplente;

XXVII - Sindicato Rural de Bonito, sendo um titular e um suplente;

XXVIII - Fórum Regional de Turismo Bonito-Serra da Bodoquena, sendo um titular e um suplente.

§ 1º O chefe do Parque Nacional da Serra da Bodoquena - ICMBio, será o representante do ICMBio e presidirá o Conselho Consultivo.

§ 2º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembléia Geral e submetida à decisão dessa Presidência, por meio da publicação de nova portaria.

§ 3º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena serão estabelecidos em seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO  
MELLO

#### PORTARIA Nº 80, DE 27 DE AGOSTO DE 2010

Altera a formação do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Irati.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 19, III, do Anexo I do Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do ICMBio, Considerando o disposto no art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências; Considerando os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Considerando a Portaria nº 559, de 25 de outubro de 1968, que criou a Floresta Nacional de Irati, no Estado do Paraná; resolve:

Art. 1º Alterar o art. 2º, itens I a XXI e seu parágrafo único, da Portaria nº 158, de 23 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Irati passa a ser integrado pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não governamentais:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um titular e um suplente;

II - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Fernandes Pinheiro, sendo titular, e Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, sendo suplente;

III - Secretaria de Meio Ambiente de Imbituva, sendo um titular e um suplente;

IV - Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Ecologia de Teixeira Soares, sendo um titular e um suplente;

V - Secretaria de Meio Ambiente de Irati, sendo um titular e um suplente;

VI - Instituto Ambiental do Paraná - IAP, sendo um titular e um suplente;

VII - Centro Estadual de Educação Profissional Presidente Costa e Silva - Colégio Florestal, sendo um titular e um suplente;

VIII - Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, sendo um titular e um suplente;

IX - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Florestas, sendo um titular e um suplente;

X - Universidade Federal do Paraná - UFPR, sendo um titular e um suplente;

XI - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, sendo um titular e um suplente;

XII - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, sendo um titular e um suplente;

XIII - Associação dos Municípios Centro-Sul do Paraná - AMCESPAR, sendo um titular e um suplente;

XIV - Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro Sul do Paraná - ADECSUL, sendo um titular e um suplente;

XV - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Irati - ACIAI, sendo um titular e um suplente;

XVI - Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias e da Marcenaria de Irati - Sindicato Patronal, sendo um titular e um suplente;

XVII - Sindicato das Indústrias da Madeira de Imbituva - SIMADI, sendo um titular e um suplente;

XVIII - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, sendo um titular e um suplente;



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio**  
**DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL E POPULAÇÕES**  
**TRADICIONAIS – DIUSP**

# **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Arapixi**



Boca do Acre (AM) – Junho de 2010

**Ministério do Meio Ambiente – MMA**  
**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio**

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil

**Izabella Mônica Vieira Teixeira**

Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA

**Rômulo José Fernandes Barreto Mello**

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

**Paulo Fernando Maier Souza**

Diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais –  
DIUSP

**Érika Fernandes Pinto**

Coordenadora Geral de Gestão de Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de  
Desenvolvimento Sustentável (RDS) / Macroprocesso de Gestão Sócioambiental

**Felipe Cruz Mendonça (abril/2007 – maio/2010)**

**Shanna Bittencourt (desde maio/2010)**

Gestor(a) da Reserva Extrativista Arapixi

**Felipe Cruz Mendonça**

Responsável Institucional pela Elaboração do Plano de Manejo

## **EQUIPE TÉCNICA DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO**

### **Equipe da Coordenação Técnica de Participação para o Manejo / CGREX**

Julio César Souza de Andrade – ICMBio/Sede

Rogério E. Egewarth – ICMBio/Sede

Silvio de Souza Júnior – ICMBio/Sede

Sérgio Lelis Assunção – ICMBio/Sede

Heitor Schulz Macedo – ICMBio/SC

Walter Steenbock – ICMBio/PR

### **Coordenação**

Felipe Cruz Mendonça – Esp. Manejo de Recursos Florestais – ICMBio/AM

Karine Lopes Narahara – Bióloga – NEA/Ibama/AC

Valéria Oliveira de Vasconcelos – Dra. em Educação – Consultora

### **Grupo de Trabalho de Elaboração do Plano de Manejo**

Felipe Cruz Mendonça – Esp. Manejo de Recursos Florestais – ICMBio/AM

Valéria Oliveira de Vasconcelos – Dra. em Educação – Consultora

Manoel Lopes da Silva - morador

Adevaldo Sales da Silva - morador

Djanira Rodrigues da Silva - moradora

Antonio Carlos Bezerra de Lima - morador

### **Organização do texto e formatação final**

Felipe Cruz Mendonça – Esp. Manejo de Recursos Florestais – ICMBio/AM

Valéria Oliveira de Vasconcelos – Dra. em Educação – Consultora

Renata Evangelista de Oliveira – MSc. Ciências Florestais – Consultoria

### **Diagnóstico de Flora**

Anderson Alex Oliveira Duque – Engenheiro Florestal – ICMBio/MG

Shanna Bittencourt – MSc. Ecologia – ICMBio/AM

### **Diagnóstico da Fauna**

Priscilla Prudente do Amaral – MSc Ecologia e Conservação – ICMBio/MT

Shanna Bittencourt – MSc. Ecologia – ICMBio/AM

### **Diagnóstico dos Recursos Pesqueiros e Acordo de Pesca**

Marcelo Apel – Educador popular - Consultoria

### **Colaboradores**

Felipe Cruz Mendonça – Esp. Manejo de Recursos Florestais – ICMBio/AM

Jocicleide Bessa – Geógrafa - Ibama/AC

Adriana Cabral Kloster – Bióloga - Consultoria

Shanna Bittencourt – MSc. Ecologia – ICMBio/AM

Ligia Kloster Apel – Comunicadora Social - Consultoria

Luiz Felipe Pimenta de Moraes – MSc. Biólogo – ICMBio/AM

### **Diagnóstico do Meio Ambiente Físico**

Felipe Cruz Mendonça – Esp. Manejo de Recursos Florestais – ICMBio/AM

Renata Evangelista de Oliveira – MSc. Ciências Florestais – Consultoria

Robson Veloso Ribeiro Sodré – Geógrafo – ICMBio/AM

Shanna Bittencourt – MSc. Ecologia – ICMBio/AM

### **Diagnóstico do Uso do Solo / Mapas / Sensoriamento Remoto**

Felipe Cruz Mendonça – Esp. Manejo de Recursos Florestais – ICMBio/AM

Robson Veloso Ribeiro Sodré – Geógrafo – ICMBio/AM



**Caracterização Socioeconômica**

Cristiano Tierno de Siqueira – MSc. em Educação - Consultoria  
Felipe Cruz Mendonça – Esp. Manejo de Recursos Florestais – ICMBio/AM  
Jeferson Straatmann – MSc. Engenharia de Produção – Consultoria

**Colaboradores**

Jerônimo Martins – Biólogo - ICMBio/RO  
Karine Lopes Narahara – Bióloga – NEA/Ibama/AC  
Luzia Santos Silva – CNS  
Marina Guimarães Vieira – MSc. Antropologia - Pesquisadora UFRJ  
Mônia L. Faria Fernandes – MSc. Ciência em Florestas Tropicais - ICMBio/AM  
Raquel R. dos Santos – Bióloga - Consultoria  
Valéria Oliveira de Vasconcelos – Dra. em Educação – Consultora

**Plano de Utilização**

Karine Lopes Narahara – Bióloga – NEA/Ibama/AC  
Felipe Cruz Mendonça – Esp. Manejo de Recursos Florestais – ICMBio/AM

**Colaboradora**

Silmara de Cássia Luciano – MSc. Engenharia Ambiental - Consultora WWF

**Situação Fundiária**

Patrícia da Silva – Advogada - Consultoria  
Felipe Cruz Mendonça – Esp. Manejo de Recursos Florestais – ICMBio/AM

**Colaboradores do Plano de Manejo**

Osmar de Oliveira Júnior – piloto fluvial  
Jamile do Nascimento - cozinheira  
Diva Rodrigues da Silva – moradora da Comunidade São José  
Antonio Sampaio da Silva – morador da Comunidade Santo Honorato  
Antonio Carlos Bezerra de Lima – morador da Comunidade São José  
Cosme Capistrano – representante da CPT  
Francisco Vasconcelos – vereador de Boca do Acre

**Revisão de conteúdo**

Shanna Bittencourt – MSc. Ecologia – ICMBio/AM  
Priscilla Prudente do Amaral – MSc Ecologia e Conservação – ICMBio/MT  
Mônia L. Faria Fernandes – MSc. Ciência em Florestas Tropicais - ICMBio/AM  
Sebastião Santos da Silva – Analista Ambiental – IBAMA/AC  
Leila Sena Bloss – Analista Ambiental – ICMBio/AM  
Roberta Graf – Dra. Política Ambiental – IBAMA/AC  
Claudia Conceição Cunha – Dra. Ecologia Social – IBAMA/AC

**Organizações Colaboradoras**

Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR  
Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS  
Cooperação Técnica Alemã – GTZ  
World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Natureza) - WWF  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama  
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

**Apoio Financeiro**

Programa ARPA/MMA  
Agência de Cooperação Técnica Alemã – GTZ  
WWF – Fundo Mundial para Natureza



## SIGLAS

**APP** – Área de Preservação Permanente  
**ARPA** – Programa Áreas Protegidas da Amazônia  
**CEUC** – Centro Estadual de Unidades de Conservação  
**CNS** – Conselho Nacional das Populações Extrativistas  
**CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento  
**CPT** – Comissão Pastoral da Terra  
**DIUSP** – Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais  
**DOU** – Diário Oficial da União  
**DRP** – Diagnóstico Rural Participativo  
**EJA** – Educação para Jovens e Adultos  
**Embrapa** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
**Funai** – Fundação Nacional do Índio  
**Funasa** – Fundação Nacional de Saúde  
**GTZ** – Agência de Cooperação Técnica Alemã  
**Ibama** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
**IDAM** – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas  
**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**INMET** – Instituto Nacional de Meteorologia  
**MMA** – Ministério do Meio Ambiente  
**MPE** – Ministério Público Estadual  
**MPF** – Ministério Público Federal  
**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos  
**PAE** – Projeto de Assentamento Extrativista  
**PFNM** – Produtos Florestais Não Madeireiros  
**PGPM** – Programa de Garantia do Preço Mínimo  
**PPP** – Parceria Público Privada  
**Resex** – Reserva Extrativista  
**Semed** – Secretaria Municipal de Educação  
**Semsa** – Secretaria Municipal de Saúde  
**SDS** – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Amazonas  
**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
**SISNAMA** – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
**STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
**TI** – Terra Indígena  
**UC** – Unidade de Conservação  
**WWF** – Fundo Mundial para a Natureza  
**ZEE** – Zoneamento Econômico Ecológico

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 2.1:** Distribuição das Unidades de Conservação no Brasil por tipo de uso (em hectares)

**Figura 2.2:** Área das Unidades de Conservação Federais por região

**Figura 2.3:** Número de Reservas Extrativista por região

**Figura 2.4:** Número de Unidades de Conservação estaduais do Amazonas por categoria (barras hachuradas representam as UC de Proteção Integral e as lisas de Uso Sustentável)

**Figura 2.5:** Localização do município de Boca do Acre (A) e microrregião da Boca do Acre (B)

**Figura 2.6:** Vista aérea da cidade de Boca do Acre

**Figura 2.7:** Mapa esquemático de acesso à Resex

**Figura 3.1:** Gráfico das normais climatológicas de precipitação para os anos entre 1961 e 1990 para a cidade de Rio Branco/ AC, disponível em <http://www.inmet.gov.br>

**Figura 3.2-** Gráfico das normais climatológicas de temperaturas máxima e mínima para os anos entre 1961 e 1990 para a cidade de Rio Branco/ AC, disponível em <http://www.inmet.gov.br>

**Figura 3.3:** Perfil de um rio localizando os terraços fluviais

**Figura 3.4:** Distribuição da população por macro-região

**Figura 3.5:** Pirâmide etária da população na Resex Arapixi

**Figura 3.6:** Distribuição de níveis de escolaridade levantados na Resex Arapixi

**Figura 3.7:** Distribuição de níveis de leitura e escrita levantados na Resex Arapixi

**Figura 3.8:** Destinação das fezes humanas na Resex

**Figura 3.9:** Tipos de água consumida pela população

**Figura 3.10:** Destinação do lixo na Reserva

**Figura 3.11:** Distribuição de renda por tipo de atividade

**Figura 3.12:** Distribuição de renda por Macro-Região e tipo de atividade

**Figura 3.13:** Distribuição percentual por produtos da agricultura na Resex

**Figura 3.14:** Fases do roçado

**Figura 3.15:** Participação dos produtos extrativistas na renda da Resex

**Figura 3.16:** Distribuição percentual da categoria Criação

**Figura 3.17:** Número de pessoas ocupadas em atividades comerciais e de subsistência

- Figura 3.18:** Taxa de ocupação por atividade produtiva na Resex
- Figura 3.19:** Espécies mais citadas durante o diagnóstico
- Figura 3.20:** Preço médio do pescado por tamanho, levantado na Resex
- Figura 3.21:** Seringal Arapixi
- Figura 3.22:** Fazenda Aracoiaba
- Figura 3.23:** Fazenda Monte das Oliveiras
- Figura 3.24:** Fazenda Santo Onofre
- Figura 3.25:** Comparação de áreas desmatadas nos anos: 2005 (A), 2008 (B) e 2009 (C)
- Figura 3.26:** Localização do limite incorreta e sua medida correta
- Figura 3.27:** Ilustração do ponto do erro no decreto (igarapé Sossego)
- Figura 3.28:** Redefinição dos Limites (Fazenda Aracoiaba)
- Figura 3.29:** Localização das colocações de castanha ao longo do Igarapé Fraga.
- Figura 3.30:** Mapa esquemático elaborado pela comunidade local, localizando as colocações de castanha no igarapé Fraga, Cedro e seus afluentes: em destaque a boca do igarapé Cedro
- Figura 3.31:** Identificação dos polígonos de desmatamento nas áreas propostas para ampliação da Reserva Arapixi (a)
- Figura 3.32:** Identificação dos polígonos de desmatamento nas áreas propostas para ampliação da Reserva Arapixi (b)
- Figura 3.33:** Mapa situacional da parte do mosaico de terras protegidas do Alto-Médio Purus e a área proposta para ampliação em destaque
- Figura 3.34:** Diagrama de Venn adaptado (construído em reunião geral com a comunidade)

## LISTA DE MAPAS

- Mapa 2.1:** Mapa das Unidades de Conservação Federais do Brasil
- Mapa 2.2:** Localização das Reservas Extrativistas no Brasil
- Mapa 2.3:** Mapa das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas
- Mapa 2.4:** Unidades de Conservação do sudoeste da Amazônia Brasileira
- Mapa 2.5:** Áreas Protegidas da região de Boca do Acre/AM
- Mapa 3.1:** Vegetação do Brasil



- Mapa 3.2:** Biomas do Brasil
- Mapa 3.3:** Ecossistemas do Brasil
- Mapa 3.4:** Domínios Morfoclimáticos do Brasil
- Mapa 3.5:** Solos do Brasil
- Mapa 3.6:** Bacias Hidrográficas do Brasil
- Mapa 3.7:** Mapa Geomorfológico
- Mapa 3.8:** Mapa Geológico
- Mapa 3.9:** Mapa de Solos
- Mapa 3.10:** Mapa Hidrológico
- Mapa 3.11:** Mapa de Vegetação
- Mapa 3.12:** Mapa de Distribuição da População – Porta Alegre/Auto D’Ouro/Maracaju I
- Mapa 3.13:** Mapa de Distribuição da População – Maracaju II/Bosque
- Mapa 3.14:** Mapa de Distribuição da População – São José/Vista Alegre/Igarapé. Extrema/Vila
- Mapa 3.15:** Mapa de Distribuição da População – Santo Honorato
- Mapa 3.16:** Mapa de Distribuição da População – Rio Branco
- Mapa 3.17:** Mapa produtivo do extrativismo na Reserva Extrativista Arapixi
- Mapa 3.18:** Mapa temático com os locais de pesca na Resex Arapixi
- Mapa 3.19:** Mapa de desmatamento no setor Maracaju
- Mapa 3.20:** Mapa de desmatamento no setor São José
- Mapa 3.21:** Mapa de desmatamento no setor Santo Honorato
- Mapa 3.22:** Mapa da Situação Fundiária da Resex Arapixi
- Mapa 3.23:** Mapa com a localização dos polígonos de desmatamento no entorno da face Sul da Unidade
- Mapa 4.1:** Mapa do Zoneamento Ecológico Econômico da Reserva Extrativista Arapixi
- Mapa 5.1:** Mapa da Divisão da Reserva em setores para subsidiar sua gestão/fiscalização
- Mapa 5.2:** Mapa do Plano de Proteção - Pressões e Ameaças

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 3.1:** Comunidades e localidades da Resex Arapixi

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1.1:** Etapas de construção do Plano de Manejo e Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Arapixi

**Tabela 2.1:** Unidades de Conservação Públicas Federais no Brasil

**Tabela 2.2:** Unidades de Conservação do Brasil e na Amazônia Legal por categoria de uso, com exceção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN

**Tabela 2.3:** Unidades de Conservação Federais no Amazonas

**Tabela 2.4:** Áreas protegidas do estado do Amazonas

**Tabela 3.1:** Lagos: Comprimento, Largura, Hectares (aprox)\*

**Tabela 3.2:** Ocupação das Pessoas em Atividades Comerciais e de Subsistência nas 4 regiões da Reserva, com relação a pesca

**Tabela 3.3:** Quantidades Pescadas por Comunidades (em Kg)

**Tabela 3.4:** Renda com Comercialização de Pescado (em reais)

**Tabela 3.5:** Situação de dominialidade dos imóveis encontrado dentro dos limites da Resex Arapixi

**Tabela 3.6:** Relação de equipamentos e materiais permanentes da Reserva Extrativista Arapixi (atualizado em setembro de 2009)

**Tabela 3.7:** Composição do Conselho Deliberativo da Resex Arapixi

**Tabela 5.1:** Principais pressões, ameaças e impactos e suas causas na Resex Arapixi

**Tabela 8.1:** Cenário Ótimo

**Tabela 8.2:** Cenário Mais Provável

**Tabela 8.3:** Cenário Ruim

## ANEXOS

- 1** – Encarte de Mapas
- 2** – Decreto de Criação da Reserva Extrativista Arapixi
- 3** – Caracterização básica das colocações onde foi feito o levantamento etnobotânico
- 4** – Relação de espécies do levantamento etnobotânico
- 5** – Lista de Peixes registrados na Resex Arapixi
- 6** – Lista de Répteis registrados na Resex Arapixi
- 7** – Lista de Aves registradas na Resex Arapixi
- 8** – Lista de Mamíferos registrados na Resex Arapixi
- 9** – Espécies de peixes mais pescadas pelos moradores da Reserva conforme levantamento
- 10** – Localização dos locais de pesca: Comunidade Usuárias de Lagos, Poços, Salões, Praias, Igarapés, Cachoeiras, Pausadas
- 11** – Caracterização dos lagos: Entorno, Sangradouros, Vegetação Aquática e Espécies Pescadas
- 12** – Listagem dos imóveis encontrados na Resex Arapixi
- 13** – Portaria nº.99/2006, do dia 13 de dezembro de 2006, que estabelece a gestão da Unidade através do IBAMA no Estado do Acre

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>19</b>
1.1. <i>O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC</i> .....	19
1.2. <i>Aspectos legais e institucionais do Plano de Manejo</i> .....	20
1.2.2. <i>Histórico de Elaboração do Plano de Manejo e Formação do Conselho Deliberativo</i> .....	23
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>27</b>
2.1 <i>Contexto Nacional</i> .....	27
2.1.1. <i>Contextualização das Unidades de Conservação (UC) Federais</i> .....	28
2.1.2. <i>Contextualização das Reservas Extrativistas</i> .....	31
2.2. <i>Contexto Regional</i> .....	34
2.2.1. <i>Contextualização das Unidades de Conservação na Amazônia Ocidental</i> .....	34
2.2.2. <i>Contextualização das Unidades de Conservação no Estado do Amazonas</i> .....	35
2.2.3. <i>Mosaico de Áreas Protegidas no Médio e Alto Purus</i> .....	37
2.3. <i>Contexto Local</i> .....	38
2.3.1. <i>O município de Boca do Acre</i> .....	39
2.3.2. <i>Histórico da Reserva e da Ocupação do Território</i> .....	41
2.3.3. <i>Limites e acessos à Reserva Extrativista Arapixi</i> .....	45
2.4. <i>Ficha Técnica da Reserva Extrativista Arapixi</i> .....	47
<b>3. CARACTERIZAÇÃO GERAL</b> .....	<b>48</b>
3.1. <i>Caracterização Ambiental</i> .....	48
3.1.1. <i>Enquadramento Ecológico da Reserva Extrativista Arapixi</i> .....	48
3.1.2. <i>Meio Físico</i> .....	50
3.1.2.1. <i>Clima</i> .....	50
3.1.2.2. <i>Geomorfologia</i> .....	52
3.1.2.3. <i>Geologia</i> .....	54
3.1.2.4. <i>Solos</i> .....	57
3.1.2.5. <i>Hidrografia/Hidrologia</i> .....	61
3.1.3. <i>Meio Biótico</i> .....	64
3.1.3.1. <i>Flora</i> .....	64
3.1.3.2. <i>Fauna</i> .....	66
3.2. <i>Meio Antrópico</i> .....	68
3.2.1. <i>Características da População</i> .....	68
3.2.1.1. <i>Distribuição da População</i> .....	68
3.2.1.2. <i>Estrutura familiar e divisão do trabalho</i> .....	70
3.2.1.3. <i>Educação</i> .....	72
3.2.1.4. <i>Saúde e Saneamento</i> .....	76
3.2.1.5. <i>Alimentação</i> .....	79
3.2.1.6. <i>Religião</i> .....	80
3.2.1.7. <i>Comunicação</i> .....	81
3.2.1.8. <i>Infra-estrutura familiar e comunitária da Resex</i> .....	81
3.2.2. <i>Caracterização das práticas produtivas, uso e manejo dos recursos naturais</i> .....	82

3.2.2.1. Fontes de renda, práticas produtivas e uso de recursos naturais.....	82
3.2.2.2. Agricultura.....	84
3.2.2.3. Extrativismo.....	88
3.2.2.4. Criação de animais.....	92
3.2.2.5. Diagnóstico Pesqueiro.....	94
3.2.3. Organização Comunitária.....	98
3.2.4. Conflitos.....	99
3.3. Caracterização e Mapeamento das Áreas Antropizadas.....	106
3.4. Situação Fundiária.....	110
3.4.1. Caracterização Fundiária da Reserva.....	111
3.4.2. Ajustes do Memorial Descritivo do Decreto de criação.....	113
3.4.3. Redefinição dos limites da face leste da Unidade com o pasto da fazenda Aracoiaba.....	115
3.4.4. Proposta de Ampliação dos Limites.....	116
3.5. Aspectos Institucionais da Reserva.....	123
3.5.1. Recursos Humanos - Histórico e situação atual.....	124
3.5.2. Equipamentos e Materiais Permanentes.....	126
3.5.3. Infra-estrutura (Edificações e benfeitorias).....	126
3.5.4. Estrutura adequada para a gestão da Unidade.....	127
3.5.5. Relações Inter-Institucionais.....	128
3.5.6. Conselho Deliberativo.....	131
<b>4. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONOMICO DA RESERVA.....</b>	<b>135</b>
4.1. Procedimento para a definição do Zoneamento.....	135
4.2. Identificação e conceituação das Áreas.....	136
<b>5. PLANO DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA RESERVA.....</b>	<b>139</b>
5.1. Estratégias de proteção.....	139
5.1.1. Setores da Reserva.....	139
5.2. Principais Pressões e Ameaças, Conflitos e Impactos Ambientais e Sociais.....	145
5.3. Monitoramento e avaliação.....	152
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO.....</b>	<b>153</b>
6.1. Histórico e metodologia.....	153
6.2. Detalhamento do plano de utilização.....	154
6.3. Acordo de Pesca do Lago Novo.....	160
<b>7. PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA RESERVA.....</b>	<b>162</b>
7.1. Programa de Qualidade de Vida e Cidadania.....	162
7.1.1. Educação.....	162
7.1.2. Saúde.....	163
7.1.3. Energia.....	164
7.1.4. Habitação.....	164
7.1.5. Comunicação.....	165
7.1.6. Benefícios Sociais.....	165
7.2. Programa de Gestão Participativa.....	166
7.3. Programa de recuperação de áreas degradadas.....	166
7.3.1. Recuperação de Áreas Degradadas.....	166
7.3.2. Impactos Ambientais.....	166
7.4. Programa de Manejo dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas.....	166

7.4.1. Produtos florestais não-madeireiros (Extrativismo) .....	167
7.4.1.1. Castanha .....	167
7.4.1.2. Cacau orgânico .....	167
7.4.2. Recursos pesqueiros .....	168
7.4.3. Segurança alimentar .....	168
7.4.4. Produtos florestais madeireiros .....	169
7.4.5. Turismo .....	169
7.4.6. Pesquisa.....	169
7.5. Programa de Monitoramento e Proteção Ambiental .....	170
7.5.1. Monitoramento.....	170
7.5.2. Impactos Sociais.....	170
7.5.3. Proteção Ambiental.....	170
7.6. Programa de Administração.....	171
7.6.1. Gestão.....	171
7.6.2. Administração.....	171
<b>8. ANÁLISE DE CENÁRIOS .....</b>	<b>172</b>
8.1. Cenário Ótimo.....	172
8.2. Cenário Mais Provável.....	174
8.3. Cenário Ruim.....	175
<b>9. ESTUDOS COMPLEMENTARES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>177</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>182</b>

## APRESENTAÇÃO

Nascidas do movimento dos seringueiros da Amazônia, as Reservas Extrativistas (Resex) surgiram como uma proposta voltada à regularização fundiária das populações amazônicas que vinham sendo expulsas de suas terras para abertura de grandes projetos agropecuários. No entanto, essas pessoas não demoraram muito a perceber que sua luta pela terra era uma batalha também pela natureza. Sem o seu território preservado, os seringueiros não conseguiriam reproduzir seu modo de vida.

Desde a sua institucionalização no início da década de 90, constando inclusive entre as categorias de Unidades de Conservação da Natureza, o desafio de gestão proposto para as Reservas Extrativistas é enorme em função de sua complexidade e importância. Trata-se de um dos poucos modelos de gestão ambiental que tenta estabelecer o desenvolvimento socioeconômico com o foco principal na conservação da natureza e no respeito pelo conhecimento tradicional das populações residentes.

Com o objetivo de auxiliar nessa importante missão é que apresentamos o **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Arapixi**. Caracterizando a região do rio Purus onde se localiza a Resex Arapixi, entendendo as potencialidades e carências do local, este documento busca principalmente conciliar a dignidade da vida humana com a conservação ambiental.

O Plano de Manejo é uma importante ferramenta de gestão de Unidades de Conservação que, considerado com o devido compromisso pelas três esferas de poder público (municipal, estadual e federal), pode significar um excelente instrumento de planejamento da Unidade e da região.

Longe de ser uma *camisa de força*, este Plano busca abranger as necessidades e prioridades da gestão da Unidade ainda no seu início do processo de implementação da Reserva. O documento pretende traçar os caminhos da Unidade para os próximos 5 anos e, por isso mesmo, é importante saber interpretá-lo com relação aos diversos possíveis cenários e, quando da sua inadequação, traçar estratégias para a sua revisão após esse período.

Toda a construção desse Plano de Manejo ancorou-se na ampla participação e mobilização das famílias da Reserva. Como nos pede a lei - e como também acreditamos -



buscar todas as formas de incentivo à participação e inserção no processo é um objetivo que deve nortear as ações do ICMBio, não só na construção do Plano, mas também em toda a sua execução.

No entanto, é importante salientar que a participação, em qualquer espaço coletivo, se dá em diferentes graus, em função dos interesses, das possibilidades, das prioridades e de uma série de outros fatores que interferem nas relações cotidianas. Ao órgão gestor cabe um papel de, cada vez mais, buscar formas de proporcionar essa inserção e participação pública, aprendendo a entender e respeitar a intervenção da sociedade civil nos rumos da Reserva. A gestão da Unidade é um processo de aprendizado mútuo: tanto para a sociedade civil quanto para o poder público. Incentivar e respeitar esse ambiente de co-gestão é outro importante desafio colocado.

E justamente, num dos vários trabalhos desenvolvidos com a população residente para a construção deste documento que, num certo momento, um morador nos perguntou mais ou menos assim: *E esse plano vai dar certo?*

Confesso que ficamos (a equipe responsável pela construção do Plano) sem resposta com a pergunta tão direta como foi feita. Refletindo rapidamente sobre o assunto, tomei a palavra e me veio à mente um sincero e angustiante “*Não sei*”. E continuei: “*Vai depender do ICMBio, ao desempenhar suas atividades com continuidade e presteza; vai depender da qualidade dos serviços e políticas públicas oferecidos pela Prefeitura, Estado do Amazonas e Governo Federal, no que diz respeito, principalmente, à saúde, educação e geração de renda; depende da organização e mobilização de vocês moradores em entender e demandar seus direitos. Enfim, irá depender de muitas variáveis. No entanto, não temos o direito de desanimar. O caminho a ser percorrido estamos percorrendo com sucesso, apesar dos percalços. O desafio agora é continuar a dar certo.*”

Boa sorte a todos nós.

**Felipe Cruz Mendonça**  
Responsável Institucional pela Elaboração do Plano de Manejo  
Janeiro de 2010



## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Floresta Amazônica vem sendo devastada em ritmo acelerado. O avanço da fronteira agropecuária e a grilagem de terras públicas têm sido apontados como alguns dos principais fatores que agravam essa situação, representando uma ameaça constante para significativos ecossistemas desse importante bioma e às formas tradicionais de vida aí existentes.

E dentre os esforços de conservação que buscam a mudança desta realidade, uma das principais estratégias que vem apresentando resultados satisfatórios é a criação de áreas protegidas.

Uma característica existente em toda Amazônia brasileira, apesar de todas as suas “Amazônias”, é a maior vulnerabilidade das áreas florestadas “desabitadas” se comparadas às áreas da floresta onde existe uma ocupação tradicional, indígena ou ribeirinha. Além de estarem protegidas por essas populações contra o avanço do desmatamento em larga escala (quem protegerá as áreas onde não há ninguém?), essas populações possuem uma dinâmica de vida e de uso da floresta que a privilegia *em pé*. Por isso, entendê-las, respeitá-las e incentivá-las como protagonistas neste papel importantíssimo de proteção da natureza se faz necessário cada vez mais.

Nesse contexto, a partir da solicitação das comunidades residentes na região, que se viam ameaçadas na segurança da posse de suas terras, foi criada, no município de Boca do Acre/AM, a Reserva Extrativista Arapixi (Decreto s/n de 21 de Junho de 2006). Em conjunto com outras áreas protegidas, essa Unidade de Conservação, com aproximadamente 134 mil hectares, tem um papel fundamental para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da região. Em seu interior e no seu entorno, residem centenas de famílias, que vivem na expectativa de melhores condições de vida.

Inicialmente, a questão da terra era o principal problema a ser solucionado. Garantida a posse com a criação da Reserva, outras demandas históricas dessas populações ribeirinhas agroextrativistas passaram a ser cobradas com mais ênfase. Demandas entendidas como direitos historicamente negados, tais como educação de qualidade, acesso a serviços de saúde, apoio à produção e comercialização de seus produtos, entre outras justas reivindicações.



No entanto, muitas são as dificuldades na concretização de ações voltadas à gestão da Reserva e à busca de alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população, conciliadas com a conservação ambiental. Espera-se que o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Arapixi seja um passo inicial de um processo que auxilie a minimizar os problemas enfrentados pelas populações residentes.

Dessa forma, atrelou-se ao desejo das comunidades locais de contarem com um planejamento capaz de promover as mudanças necessárias para a região com o compromisso do ICMBio de implementar a Unidade. Assim, o órgão e a comunidade assumem o desafio de construir o Plano de Manejo através de um processo efetivamente participativo, que conte com todos os atores sociais envolvidos.

Para a elaboração do Plano de Manejo em suas diversas fases, foi constituída uma equipe composta por analistas ambientais do Ibama, do ICMBio e de consultores(as) contratados(as) para esse objetivo.

O presente documento visa servir como ferramenta de gestão, com ênfase no planejamento do desenvolvimento socioambiental e econômico da Unidade, buscando definir estratégias capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida da população residente e a conservação do meio ambiente local, cumprindo assim com os objetivos desta categoria de Unidade de Conservação, preconizados no SNUC.

É importante salientar que a gestão de uma Reserva Extrativista envolve diversos aspectos que, muitas vezes, fogem à competência de seu órgão gestor. Por isso mesmo, o sucesso deste Plano de Manejo irá depender da capacidade de interlocução dos diversos atores sociais e econômicos das três esferas do poder público (municipal, estadual e federal), garantindo os direitos constitucionais dessas populações. Dependerá também da capacidade de organização e mobilização que os movimentos sociais locais e as comunidades residentes terão para reivindicar seus direitos e conservar a Reserva.



# PARTE I

# CARACTERIZAÇÃO

# DA UNIDADE



## 1. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

### 1.1. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

A regulamentação definitiva das categorias de Unidades de Conservação aconteceu com a aprovação da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, estabelecendo o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O SNUC integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, que é o responsável pela aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente. A publicação da Lei do SNUC trouxe muitos benefícios aos órgãos responsáveis pelas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais e para a sociedade civil, através dos dispositivos legais adequados à preservação de importantes remanescentes dos biomas brasileiros.

Em 22 de agosto de 2002 foi aprovado o Decreto Nº 4.340, que regulamentou a Lei Nº 9.985. Esse instrumento legal proporcionou significativos avanços nos processos de criação e gestão das Unidades de Conservação, dos quais podem ser destacados: estabelecimento da forma de consulta pública, que deve preceder à criação de Unidades de Conservação; definição das atribuições dos conselhos gestores (consultivo e deliberativo), objetivando a legitimação e a maior participação da sociedade civil na gestão das Unidades; definição de dispositivos claros e objetivos para a relação com populações residentes em Unidades de Conservação de Proteção Integral, quando de sua criação, assegurando seus direitos, entre outros.

De acordo com o art. 6º do SNUC, o ICMBio e os órgãos estaduais e municipais, têm a função de implementá-lo, subsidiar as propostas de criação e administrar as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

Em seu art. 7º, a Lei 9.985/2000 classifica as Unidades de Conservação integrantes do SNUC em dois grupos:

I – **Unidades de Proteção Integral** que têm como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei. Integram esse grupo as Estações Ecológicas (ESEC), as Reservas Biológicas (REBIO), os Parques Nacionais (PARNA), os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre.

II – **Unidades de Uso Sustentável**, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos



naturais. Esse grupo é constituído pelas seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), **Reserva Extrativista (Resex)**, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

A partir do art. 9º, o SNUC caracteriza cada categoria de Unidade de Conservação, e no seu artigo 18 define Reserva Extrativista como:

Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

O SNUC estabelece ainda, no mesmo art. 18, § 2º, que

as Reservas Extrativistas disponham de Conselhos Deliberativos presididos pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da Unidade.

Antes da lei, não existia nenhum instrumento jurídico que tratasse da gestão e do uso das Unidades de Conservação de forma unificada.

Outras Leis e Decretos, mesmo antes da Constituição de 1988, criaram algumas categorias de Unidades de Conservação sem, no entanto, enquadrá-las em um sistema de áreas protegidas. Cada categoria de Unidade de Conservação era tratada em instrumentos específicos, não havendo uma norma geral para o conjunto de Unidades. Nesse contexto, o Plano de Manejo, mesmo não estando definido claramente na legislação, já vinha sendo adotado como veículo de planejamento e gestão para diversas Unidades de Conservação.

## **1.2 Aspectos legais e institucionais do Plano de Manejo**

Foi apenas com o SNUC e, por sua vez, com a confirmação das Reservas Extrativistas como sendo Unidades de Conservação da Natureza, que a obrigatoriedade da construção do Plano de Manejo foi instituída.

O artigo 27 da Lei do SNUC diz que *as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo a ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação*. E em seu artigo 2º, define-o como sendo:



Um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Essa lei determina ainda, no seu art.27, § 2º, que na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas será assegurada a ampla participação da população residente. Portanto, o estabelecimento de processos participativos, envolvendo as comunidades locais, além de promover a conscientização sobre a importância e benefícios da Unidade, atende também às normas legais.

O decreto Nº 4.340 estabelece no seu capítulo IV, art.12º. inciso II, que o Plano de Manejo será aprovado em resolução do Conselho Deliberativo, após prévia aprovação do órgão gestor. Diz também em seu art. 16º. que, depois de aprovado, este Plano deve permanecer disponível para consulta na sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do órgão gestor.

No âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a publicação da Instrução Normativa (IN) nº. 01 de 18 de setembro de 2007 disciplinou as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

A referida IN, determina em seu art. 3º as principais diretrizes que irão nortear a construção do Plano de Manejo. São elas:

- I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade;
- II – a transparência dos processos de gestão das Unidades e a adequação a cada realidade local;
- III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social.
- IV - o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;
- V – a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade;
- VI - a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;
- VII - a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais.

Essa Instrução Normativa busca garantir a ampla participação da sociedade civil na construção do Plano de Manejo, desde as etapas iniciais de planejamento até a sua



aprovação. Essa participação se dá a partir de um Grupo de Trabalho (GT) criado no âmbito do Conselho Deliberativo da Unidade, formado por seus membros ou por pessoas por ele indicadas. No caso das Resex que ainda não possuem o seu Conselho, o GT será composto, provisoriamente, por servidores do ICMBio e por membros da população residente.

### **1.2.1. Fundamentos do Plano de Manejo**

As Reserva Extrativistas são Unidades de Conservação criadas em áreas já previamente ocupadas por populações tradicionais (cuja permanência é incentivada), e o ICMBio passa imediatamente a ter a responsabilidade pelo ordenamento e controle de uso dos recursos nessas áreas, bem como pela articulação com potenciais parceiros, públicos ou privados, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Considerando ainda que o Decreto nº 4.340/02, em seu artigo 26 determina que a autorização para exploração comercial só será permitida se prevista no Plano de Manejo, é recomendável que os processos de elaboração de Planos de Manejo levem o menor tempo possível e tenham início imediatamente após a criação da Unidade de Conservação.

O Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação é visto como um plano diretor, considerando as peculiaridades de cada categoria, conforme estabelecidos nos programas que o compõem. No caso das Unidades de Conservação de Uso Sustentável a exploração de recursos naturais e os serviços ambientais devem ser posteriormente detalhados e específicos para cada um dos produtos. Estes, em grande parte, serão definidos a partir dos anseios da comunidade residente, a serem elaborados após a aprovação do Plano de Manejo, considerando sempre os critérios de sustentabilidade da produção.

Na sua função de fixar princípios ou diretrizes, o Plano de Manejo constitui-se como um guia para a gestão, administração e para elaboração dos projetos produtivos que visam o desenvolvimento socioambiental na Unidade de Conservação.

Com relação à Estrutura de Gestão da Unidade, o Plano de Manejo define os objetivos e papéis dos diversos atores envolvidos pressupondo, neste caso, a necessidade de organização comunitária da população residente como forma de garantir a sua participação no processo de gestão.



Um dos instrumentos fundamentais para elaboração do Plano de Manejo é o zoneamento que, no caso das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, pode definir as áreas destinadas ao uso intensivo, ao extrativismo, à visitação, à pesquisa, à conservação da biota, entre outras.

Quanto aos “Programas de Manejo” serão gerados para cada produto projetos específicos, a serem elaborados em momento apropriado, os quais se integrarão como apêndices do Plano de Manejo, podendo ter diferentes fontes de financiamento.

Reiterando, o Plano de Manejo deve conduzir à consolidação da Unidade, priorizando os fundamentos estabelecidos no SNUC. Assim, o presente deverá servir como instrumento de políticas públicas e de gestão ambiental, subsidiando os órgãos governamentais e instituição da sociedade civil no estabelecimento de critérios para conservação e uso sustentável dos recursos naturais, e no planejamento de futuros investimentos na região.

Por fim, os Planos de Manejo de Unidades de Conservação devem ser elaborados de forma dinâmica, considerando a diversidade de alternativas e a diversidade dos profissionais nos variados campos de conhecimento, devendo ser analisados a partir do “olhar” dos distintos atores sociais envolvidos, respeitada a legislação vigente e de forma que facilite sua implementação.

### **1.2.2. Histórico de Elaboração do Plano de Manejo e Formação do Conselho Deliberativo**

Os trabalhos de construção do Plano de Manejo e de formação do Conselho Deliberativo da Resex Arapixi foram feitos de forma concomitante. Como a Unidade era recém criada e ainda não havia nenhum instrumento de gestão em curso, os dois processos foram desenvolvidos de forma complementar, uma vez que é necessária a aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho Deliberativo.

A construção deste Plano começou em abril de 2007<sup>1</sup>, quando algumas lideranças e Agentes Ambientais Voluntários foram convocados para mobilizarem as comunidades residentes a fim de iniciar as conversas sobre as regras de uso dos recursos naturais e da

---

<sup>1</sup> No mesmo mês, através de Medida Provisória, o Presidente da República  o Ibama, criando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Este novo Instituto ficaria a cargo de criação e gestão das Unidades de Conservação Federais no Brasil.

convivência entre as famílias da Reserva. O resultado dessas reuniões com os moradores foi entregue ao ICMBio por escrito e norteou o processo de construção do Plano de Utilização da Unidade. Ao todo as comunidades tiveram cerca de um ano para discutir e internalizar melhor as regras por elas mesmas propostas.

É importante salientar que a construção do Plano de Utilização da Resex Arapixi foi iniciado antes da publicação da IN n.º. 01 (de 18 de setembro de 2007) e à construção do Plano de Manejo como um todo. No entanto, acredita-se que esse fato não se contrapõe com as diretrizes da referida IN, uma vez que ela prevê em seu Art. 17 que o Plano de Utilização poderá preceder o Plano de Manejo, atendendo às especificidades de cada Unidade e às demandas das comunidades.

As regras discutidas foram então sistematizadas pela equipe de gestão da Unidade, em conjunto com o Núcleo de Educação Ambiental do Ibama no Acre. Em julho de 2008 realizaram-se quatro reuniões participativas, com o objetivo de discutir e validar com a comunidade as regras que foram aprovadas entre eles.

Em outubro do mesmo ano, uma equipe do ICMBio, Ibama e consultores contratados com recursos do Programa ARPA, esteve na Unidade para mobilização dos moradores para a formação do Conselho Deliberativo. A atividade envolveu diversas reuniões, além do cadastramento das famílias residentes e a realização de um diagnóstico socioambiental da Reserva. Parte dos resultados obtidos através de Diagnósticos Rural Participativos (DRP), da construção junto com as comunidades de mapas como os de produção e conflitos, de entrevistas com todas as famílias residentes, entre outras atividades, compõem a caracterização socioeconômica que consta neste documento. Um maior detalhamento da metodologia utilizada consta no relatório completo do diagnóstico disponível para consulta com a gestão da Unidade.

Em dezembro de 2008, foi realizada na Comunidade São José a Assembléia Final com vistas à definição do Plano de Utilização da Unidade. Na ocasião definiu-se também quem seriam os membros não comunitários a serem convidados para o Conselho da Reserva. Em abril de 2009 foi realizada em Boca do Acre a reunião final de formação do Conselho Deliberativo. E, em maio, o processo foi enviado para Brasília para análise e aprovação.

Já com o Plano de Utilização concluído, em maio de 2009 deu-se à fase final de construção do Plano de Manejo, com o planejamento das atividades que precisariam ser realizadas. Em junho, foi feita a compilação dos dados secundários sobre a Resex, e em julho foram realizadas as oficinas participativas com vistas à definição dos Programas Socioambientais da Reserva e o seu Zoneamento Ecológico Econômico. Nesse mesmo mês foi realizado o diagnóstico participativo da pesca, respondendo a uma demanda surgida no processo de elaboração do Plano de Utilização, que visa estabelecer regras claras, principalmente no Lago Novo, para a pesca comercial e de subsistência.

Ainda foi criado o Grupo de Trabalho (GT) para compartilhar das próximas ações na Resex conjuntamente à conclusão do Plano de Manejo. O GT foi composto por: Adevaldo Sales da Silva (comunidade Maracaju I), Antonio Carlos Bezerra de Lima (comunidade São José), Manoel da Silva Lopes e Djanira Rodrigues da Silva (comunidade Santo Honorato) e Felipe Mendonça (gestor da UC).

Em agosto foi publicado no Diário Oficial da União a criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Arapixi, através da portaria nº 64 de 12 de agosto de 2009.

Em novembro foi fechado o acordo de pesca referente ao uso do Lago Novo, na comunidade Maracaju I, que somou-se ao Plano de Utilização. As etapas acima descritas estão resumidas na Tabela 01.

**Tabela 1.1** Etapas de construção do Plano de Manejo e Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Arapixi

<b>ATIVIDADE DESENVOLVIDA</b>	<b>PERÍODO</b>
Planejamento das atividades para construção do Plano de Utilização	mar/abr 2007
Mobilização para a construção do Plano de Utilização	mai/2007
Reuniões das comunidades com vistas a Construção do Plano de Utilização	mai/2007 a jul/2008
Reuniões do ICMBio com as comunidades para a validação do Plano de Utilização.	jul/2008
Diagnóstico sócio-ambiental e cadastramento das famílias	out/2008
Mobilização das comunidades para a formação do Conselho Deliberativo	out/2008
Definição das instituições convidadas para integrar o Conselho	dez/2008
Reunião final do Plano de Utilização	dez/2008
Reunião final de formação do Conselho Deliberativo	mar-abr/2009
Compilação dos dados secundários sobre a Resex	jun/2009
Realização do diagnóstico participativo de pesca	jul/2009
Composição do Grupo de Trabalho	jul/2009
Oficinas para elaboração dos Programas Socioambientais e do Zoneamento	jul/2009
Oficialização do Conselho Deliberativo	ago/2009
Definição do acordo de pesca do Lago Novo	nov/2009
Conclusão dos trabalhos e entrega da versão final do Plano de Manejo para avaliação	fev/2010

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Resex Arapixi desempenha um importante papel no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tanto no conjunto de Unidades que integra, como na conservação e desenvolvimento do município onde se situa. Aqui, em ordem decrescente, a Unidade é analisada no contexto nacional, perante o conjunto de UCs federais e Reservas Extrativistas; estreitando, em seguida, o seu recorte para o contexto regional (UCs da Amazônia Ocidental, Estado do Amazonas e região do médio e alto Purus) e local (município de Boca do Acre).

### 2.1 Contexto Nacional

Conforme já discutido, as Unidades de Conservação passaram a ser enquadradas em um sistema único,. Antes do SNUC eram, em geral, citadas como Áreas Protegidas e as diversas categorias eram instituídas por normas específicas e dissociadas, não estabelecendo uma relação concreta entre as mesmas. As Unidades de Conservação eram, em grande parte, criadas com base nas conveniências econômicas e políticas, não havendo critérios claros para se definir a qual categoria as áreas em estudo seriam enquadradas. De acordo com o poder de um ou outro segmento, tanto dentro quanto fora do órgão gestor, criava-se uma Floresta Nacional, uma Área de Proteção Ambiental ou um Parque Nacional, num explícito jogo de forças.

Após o SNUC, apesar de ainda existir esta correlação de forças, os procedimentos para identificação de áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação passaram a seguir os critérios, e a categoria de uma UC passou a ser definida com base em estudos preliminares sobre a aptidão da área.

A Reserva Extrativista Arapixi, apesar de não possuir grandes dimensões - considerando-se a abrangência do SNUC, hoje com mais de 77 milhões de hectares - representa, dado o seu enquadramento ecológico, uma parcela importante para a conservação da natureza no Brasil e na Amazônia.



### 2.1.1. Contextualização das UCs Federais

A criação do *Yellowstone National Park* em 1872, nos Estados Unidos, deu início a uma sensibilização mundial sobre a necessidade da existência de espaços naturais institucionalmente protegidos. Na prática, isso se refletiu no Brasil somente em 1937 com a criação da primeira Unidade no país, que foi o Parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro.. Os primeiros Parques eram administrados pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Em 1959 foram criados outros três Parques Nacionais: Araguaia, Ubajara e Aparados da Serra, destinados a proteger belezas cênicas excepcionais (ICMBio, 2009).

Além da categoria Parque Nacional, outras Unidades foram criadas nesse início do processo de criação de Unidades de Conservação no Brasil. Em 1946, foi criada a primeira Unidade de Uso Sustentável – a Floresta Nacional do Araripe-Apodi, na Zona da Mata cearense. Entre as décadas de 1950 e 1970 foram criadas 46 Unidades de Conservação Federais (25 Parques Nacionais e 21 Florestas Nacionais). No entanto, foi na década 1980, com a inclusão de novas categorias de Unidades, como as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental, que houve um grande incremento na quantidade e na área total protegida, tendo sido criadas 114 Unidades de Conservação. Posteriormente, no que diz respeito ao acréscimo de áreas protegidas, a primeira década do século XXI se mostrou bastante importante. Em apenas quatro anos foram acrescentados ao sistema cerca de 11,2 milhões de hectares (COUTO et al, 2004 *apud* ICMBio, 2009).

**Tabela 2.2:** Unidades de Conservação Públicas Federais no Brasil.

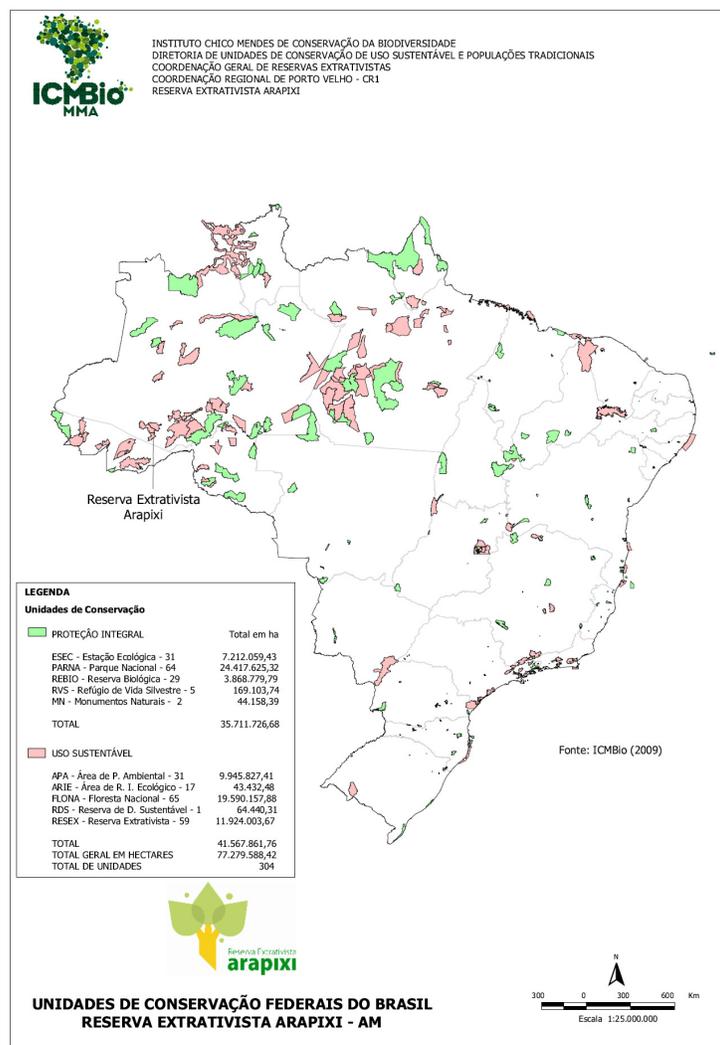
<b>Categoria</b>	<b>Uso<sup>1</sup></b>	<b>Área (ha)</b>	<b>nº de UCs</b>
Estação Ecológica	PI	7.212.059,43	31
Parque Nacional	PI	24.417.625,32	64
Refúgio de Vida Silvestre	PI	169.103,74	5
Reserva Biológica	PI	3.868.779,79	29
Monumento Natural	PI	44.158,39	2
Floresta Nacional	US	19.590.157,88	65
Reserva Extrativista	US	11.924.003,67	59
Área de Proteção Ambiental	US	9.945.827,41	31
ARIE*	US	43.432,48	17
RDS*	US	64.440,31	1
<b>TOTAL</b>		<b>77.279.588,42</b>	<b>304</b>

Fonte: ICMBio 2009 PI – Proteção Integral / US–Uso Sustentável

\* ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico / RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável



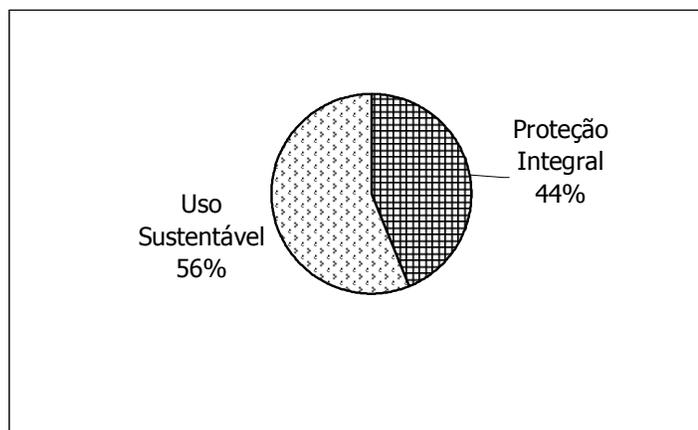
Como observado na tabela acima, em 2009 o território brasileiro contava com 304 Unidades de Conservação, cobrindo uma área superior a 77 milhões de hectares. O Mapa 2.1 (em anexo)<sup>2</sup> mostra a distribuição das Unidades federais pelo Brasil.



**Mapa 2.1:** Mapa das Unidades de Conservação Federais do Brasil. (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

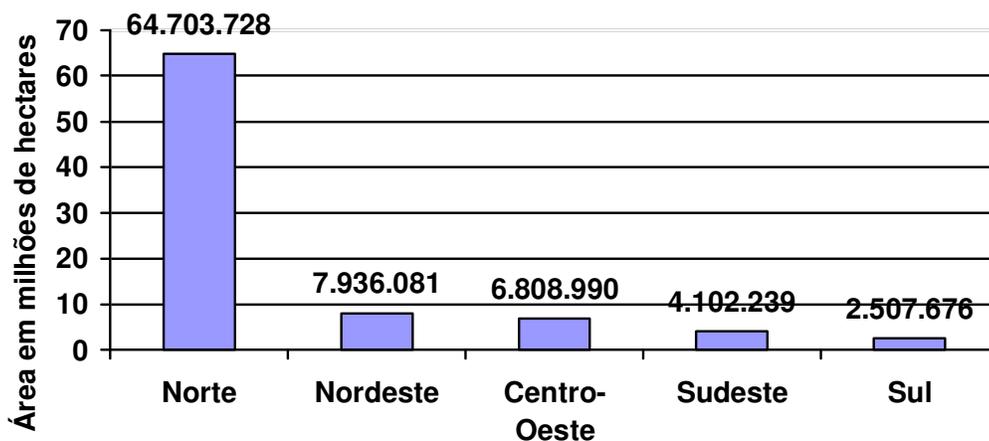
Em relação aos dois grupos distintos estabelecidos pelo SNUC, as Unidades de Uso Sustentável, além de possuírem um maior número de Unidades (173), possuem também uma área um pouco maior que as de Proteção Integral (131), como mostra a Figura 01.

<sup>2</sup> Parte dos mapas produzidos para esse documento serão apresentados no corpo do texto em tamanho reduzido e nos anexos estarão em um encarte, todos juntos, em tamanho normal (A4) e na ordem em que forem apresentadas no texto. Alguns estarão apenas no encarte.



**Figura 2.1:** Distribuição das Unidades de Conservação no Brasil por tipo de uso (em hectares)  
 FONTE: ICMBio (2009).

Quando se observa a distribuição das Unidades de Conservação pelas cinco grandes regiões do Brasil, fica evidente o destaque que o bioma amazônico (região Norte) possui, como mostra a Figura 02.



**Figura 2.2:** Área das Unidades de Conservação Federais por região. FONTE: ICMBio (2009)

Do total, são 711 municípios abrangidos por Unidades de Conservação Federais que são terrestres, costeiras, insulares e marinhas. Com isso, dos 5.564 municípios do Brasil (site do IBGE, 2009), 12% são abrangidos por Unidades de Conservação Federais em todo o país.

### 2.1.2. Contextualização das Reservas Extrativistas

A criação das Reservas Extrativistas está atrelada à luta dos brasileiros (principalmente nordestinos), que historicamente migraram para a região amazônica e, em virtude do seu trabalho, foram chamados de seringueiros.

A migração para a Amazônia foi fortemente incentivada pelo Estado brasileiro, desde a década de 1870, para explorar a borracha da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Com o advento de novas tecnologias e, principalmente, do automóvel, o (ainda) Império brasileiro incentivou grandes levadas de migração de nordestinos para a Amazônia com o objetivo de explorar o látex das seringueiras para o comércio exterior. Outro motivo para a migração foram as grandes secas que assolavam o Nordeste nas décadas de 1860 e 70.

Esta exploração da borracha deu-se de tal forma no início do século XX que sua produção rivalizava com o café como o principal produto exportado do Brasil na época, garantindo o saldo positivo na balança comercial brasileira.

No entanto, a produção de borracha nativa na Amazônia caiu enormemente a partir do momento que a Malásia começou a plantar seringueiras e produzir borracha, em função do contrabando de sementes de seringueiras brasileiras. A produção e exploração em fazendas de seringueiras no país asiático eram de custo menor e mais rápido, uma vez que não enfrentava as dificuldades naturais de uma exploração na floresta e todos os perigos associados.

Com a queda do comércio da borracha, muitos seringalistas (empresários donos de áreas de produção de borracha na Amazônia) abandonaram a floresta a partir da segunda década do século XX. Contudo, muitos dos nordestinos que haviam migrado para a Amazônia não tiveram condições de voltar e permaneceram na floresta onde os seus descendentes estão até hoje.

O advento da Segunda Guerra Mundial - e a tomada do controle pelo Japão da produção do látex no Sudeste Asiático - proporcionou uma nova leva migratória de nordestinos para a Amazônia, com o objetivo de produzir borracha para os países aliados em guerra. Com isso a região experimentou entre 1940 e 1945 um reaquecimento da economia gumífera. Essas populações que foram para Amazônia explorar a borracha em tempos de guerra, com o incentivo e apoio do Estado brasileiro, futuramente foram reconhecidas como “Soldados da Borracha”. Com o fim do conflito e a volta à



normalidade da produção de borracha na Malásia, a economia do látex caiu consideravelmente mais uma vez.

Os seringueiros que foram para a floresta, muitos com promessas de retorno quando a guerra acabasse, ficaram abandonados à própria sorte pelo governo brasileiro. Sem a possibilidade de retornar para sua terra natal, essas populações começaram a estabelecer laços fortes com o novo ambiente, desenvolvendo um modo de vida baseado na pequena agricultura e no extrativismo vegetal. Esse modo de ocupação era de baixíssimo impacto, proporcionando também a conservação da natureza.

Com a chegada dos agropecuaristas nas décadas de 1960 e 70, ao invés de encontrarem uma floresta “vazia de gente”, encontraram índios e populações agroextrativistas atraídas, entre outros motivos, pelas levas migratórias já citadas.

Enquanto o fazendeiro via na floresta um empecilho para a sua atuação econômica, baseada em grandes pastos e lavouras, os seringueiros, pelo contrário, enxergavam na floresta o seu principal meio de vida, uma vez que era dela que retiravam seu sustento, principalmente através da castanha e da borracha.

Do embate dessas diferentes formas de apropriação do espaço, nasceram diversos conflitos. Seringueiros e índios foram expulsos de suas áreas e mortos em virtude do avanço das atividades agropecuárias que foram, muitas vezes, patrocinadas pelo Estado brasileiro.

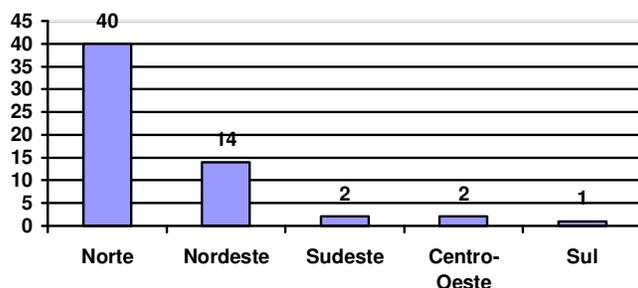
A partir desse conflito nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais da Amazônia. Dessa luta surgiram lideranças como Wilson Pinheiro e Chico Mendes que se destacaram na luta pela terra e pela floresta, sacrificando inclusive suas vidas.

Da visibilidade internacional que o movimento seringueiro conseguiu, aliando sua luta à preservação da floresta, nasceu a idéia de se criar áreas denominadas Reservas Extrativistas. Estas seriam áreas públicas onde os agroextrativistas e seus descendentes teriam direito ao uso da terra, sem risco de expulsão (semelhante ao que acontece com as Terras Indígenas).

As primeiras Reservas Extrativistas foram criadas no ano de 1990: Alto Juruá e Chico Mendes, no Acre; Rio Cajari, no Amapá e Rio Ouro Preto, em Rondônia. Depois disso foram criadas até novembro de 2009, 59 Unidades dessa categoria, inclusive em regiões não florestais fora da Amazônia, transformando-se, assim, em um importante



instrumento jurídico de reconhecimento e legitimação das diversas populações tradicionais de todo o Brasil. A Figura 2.3 quantifica o número de Reservas por região do país e o Mapa 2.2 mostra a distribuição das Reservas Extrativistas no Brasil.



**Figura 2.3:** Número de Reservas Extrativista por região (Fonte: ICMBio, 2009).



**Mapa 2.2:** Localização das Reservas Extrativistas no Brasil (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)



## 2.2. Contexto Regional

Consta desse item uma correlação da Reserva Extrativista Arapixi com o bioma amazônico, sua participação no percentual de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas e sua integração no mosaico de áreas protegidas da Amazônia Ocidental, mais especificamente no sudoeste do Amazonas e no estado do Acre, com o qual a Unidade possui uma relação geopolítica mais próxima.

### 2.2.1. Contextualização das Unidades de Conservação na Amazônia Ocidental

Nas décadas de 1960 e 1970, a preocupação com a crescente onda de exploração ilegal de madeira na Amazônia, principalmente no estado do Pará, despertou nas autoridades públicas a necessidade de buscar alternativas capazes de atenuar essa situação. Nesse contexto, foi criada a primeira Unidade de Conservação legalmente instituída na região norte: a Floresta Nacional de Caxiuanã. Essa Unidade de uso sustentável foi criada através do Decreto nº 239 de 28 de novembro de 1961, com o intuito de regular a exploração de madeira na região e também o preço de sementes e mudas para promover o florestamento e reflorestamento em propriedades particulares. Com área de 200.000 hectares, está localizada entre os rios Xingu e Tocantins, no município de Melgaço – PA. Em 1974, foi criada a Floresta Nacional do Tapajós, pelo decreto nº 73.694, com o objetivo de *promover a utilização múltipla dos recursos da Floresta sob o regime de rendimento sustentado*. Com 600.000 hectares, ela está localizada ao sul da cidade de Santarém no estado do Pará.

Com a ocupação acelerada e desordenada do Estado de Rondônia, a partir da abertura da BR 364, tornou-se imprescindível a criação de Unidades de Conservação, para preservar amostras representativas dos ecossistemas da região. Por isso, em 1979 foram criadas no estado duas Unidades de categorias diferentes: o Parque Nacional de Pacaás Novos, com 764.000 hectares e a Reserva Biológica de Jarú, com 293.386 ha.

Depois disso, por diferentes motivos, várias outras Unidades de Conservação foram criadas na região Norte. Atualmente são 38 Unidades de proteção integral e 80 de uso sustentável, com mostra a Tabela 2.2.



**Tabela 2.2:** Unidades de Conservação Federais no Brasil e na Amazônia Legal por categoria de uso, com exceção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN.

CATEGORIA	BRASIL	AMAZÔNIA
Estação Ecológica	31	10
Parque Nacional	64	19
Refúgio de Vida Silvestre	5	0
Reserva Biológica	29	9
Monumento Natural	2	0
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	1
Floresta Nacional	65	32
Reserva Extrativista	59	42
Área de Proteção Ambiental	31	2
ARIE*	17	3
<b>TOTAL</b>	<b>304</b>	<b>118</b>

### 2.2.2. Contextualização das Unidades de Conservação no Estado do Amazonas

O Amazonas é um dos estados brasileiros com maior cobertura florestal preservada do país. No entanto, essa preservação há muitos anos vem sendo ameaçada pela grilagem de terras públicas e pelo avanço da fronteira agrícola.

Em 1979 foi criada através do decreto nº 83.550 a primeira Unidade de Conservação do Estado, o Parque Nacional do Pico da Neblina, com 2,2 milhões de hectares. Abrange os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do estado. Já a primeira Reserva Extrativista criada no Estado foi a Resex Médio Juruá em 1997, no município de Carauari

Nos últimos 20 anos, foram criadas várias Unidades de Conservação Federais no Estado. Hoje são 14 Unidades de proteção integral e 21 de uso sustentável, conforme mostra a Tabela 2.3.

**Tabela 2.3** – Unidades de Conservação Federais no Amazonas.

CATEGORIA	QTDADE	TIPO DE USO	ÁREA (ha)	%
Estação Ecológica	03	Proteção Integral	1.243.322	5
Parque Nacional	09	Proteção Integral	11.760.908	44
Reserva Biológica	02	Proteção Integral	1.162.585	4
Floresta Nacional	10	Uso Sustentável	8.449.190	32
Reserva Extrativista	09	Uso Sustentável	3.837.847	14
ARIE*	02	Uso Sustentável	16.357	1
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>		<b>26.470.209</b>	<b>100,00</b>

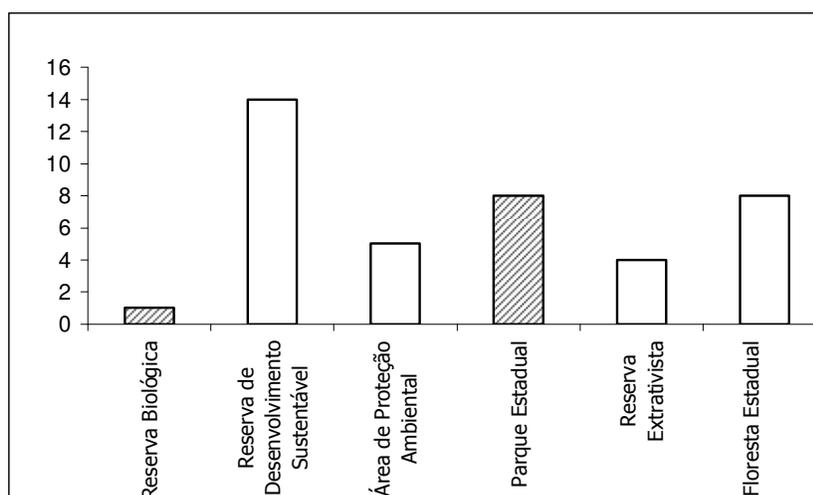
Fonte: ICMBio, 2009

\* ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico



Desde 1989, a partir da criação da primeira Unidade de Conservação estadual (Parque Estadual Nhamundá, com 28.370 ha no município de Nhamundá), foram criadas várias Unidades estaduais. Até o ano 2002 o estado possuía uma área abrangida por Unidades de Conservação estaduais superior a sete milhões de hectares. Com as Unidades criadas em 2003 essa área já ultrapassava 11,5 milhões de hectares.

A maior parte das Unidades de Conservação sob gestão estadual no Amazonas pertence ao grupo das de Uso Sustentável, com destaque para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), como mostra a Figura 2.4.



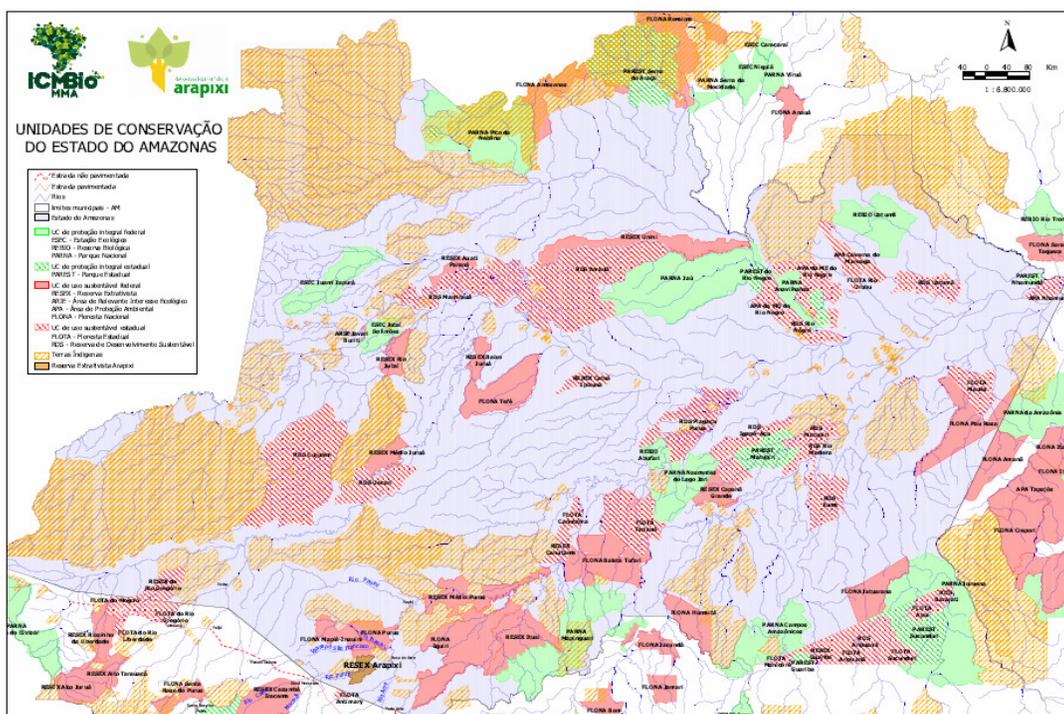
**Figura 2.4:** Número de Unidades de Conservação estaduais do Amazonas por categoria (barras hachuradas representam as UC de Proteção Integral e as lisas de Uso Sustentável). **Fonte:** CEUC/SDS (2009)

A Tabela 2.4 mostra que mais da metade da área do Estado do Amazonas está contemplada por áreas protegidas, através de Unidades de Conservação ou Terras Indígenas. O Mapa 2.3 apresenta a distribuição das Áreas protegidas no Estado.

**Tabela 2.4 –** Áreas protegidas do estado do Amazonas

TIPO	ÁREA (ha)	ÁREA DO ESTADO (%)
Unidades de Conservação Federais	18.591.553	11,92
Unidades de Conservação Estaduais	19.007.033	12,19
Terras Indígenas	43.195.987	27,7
<b>Total</b>	<b>83.584.516</b>	<b>51,81</b>

**Fonte:** CEUC/SDS 2009



**Mapa 2.3:** Mapa das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

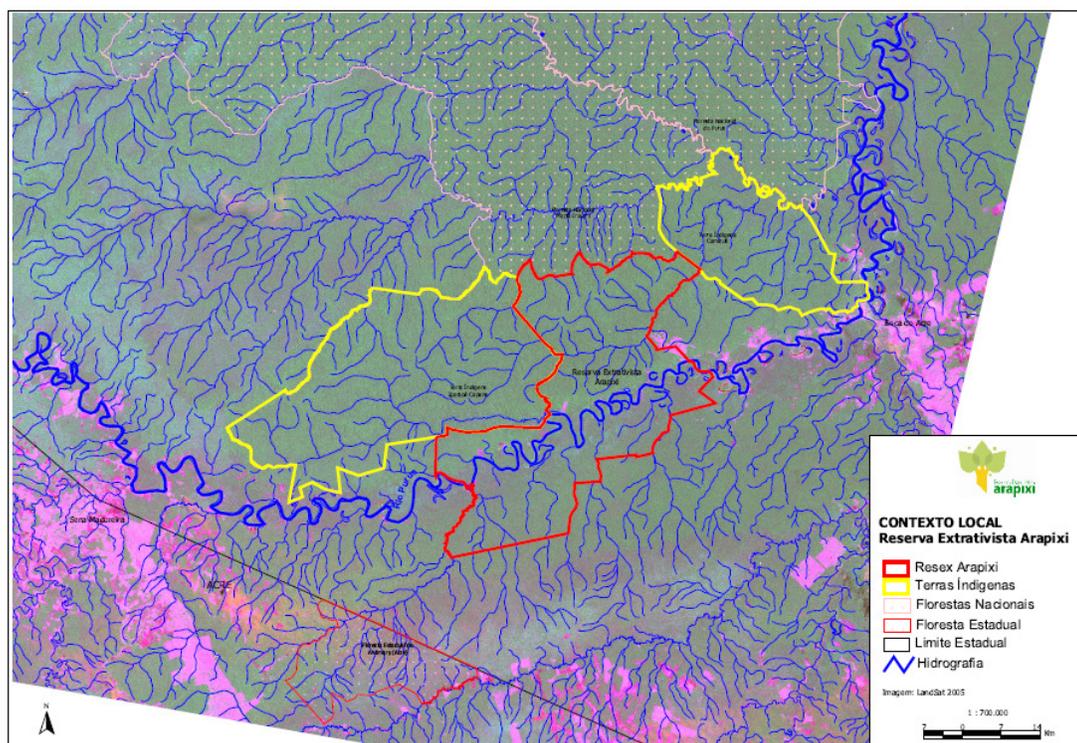
### 2.2.3. Mosaico de Áreas Protegidas no Médio e Alto Purus

A região do Alto e Médio Purus compreende os municípios de Santa Rosa do Purus/AC, Manoel Urbano/AC, Sena Madureira/AC, Boca do Acre/AM e Pauini/AM, abrangendo parte do estado do Acre e parte do sudoeste do Amazonas. Nela está localizado um conjunto de áreas protegidas formado por várias Terras Indígenas e por Unidades de Conservação estaduais e federais, entre elas a Reserva Extrativista Arapixi. Considerando as Unidades estaduais e federais localizadas neste recorte e criadas até dezembro de 2009, contabilizam-se duas Unidades de proteção integral, sendo um Parque Estadual e uma Estação Ecológica; e dez de uso sustentável: cinco Florestas Nacionais e uma Estadual, três Reservas Extrativistas e uma Área de Relevante Interesse Ecológico. O Mapa 2.4 mostra a distribuição espacial das áreas protegidas.



selecionadas e cortadas sistematicamente, sem preocupação com o uso sustentável e com outros impactos sobre a floresta. Portanto, a criação dessa Unidade significou uma importante estratégia para atenuar os problemas gerados pela exploração desordenada.

Centenas de moradores vivem no interior ou no entorno da Unidade, onde garantem a sobrevivência, sobretudo através do extrativismo e da agricultura de subsistência. Abaixo o Mapa 2.5 nos mostra as áreas protegidas de Boca do Acre, principalmente, as que sofrem grande influência do Rio Purus.



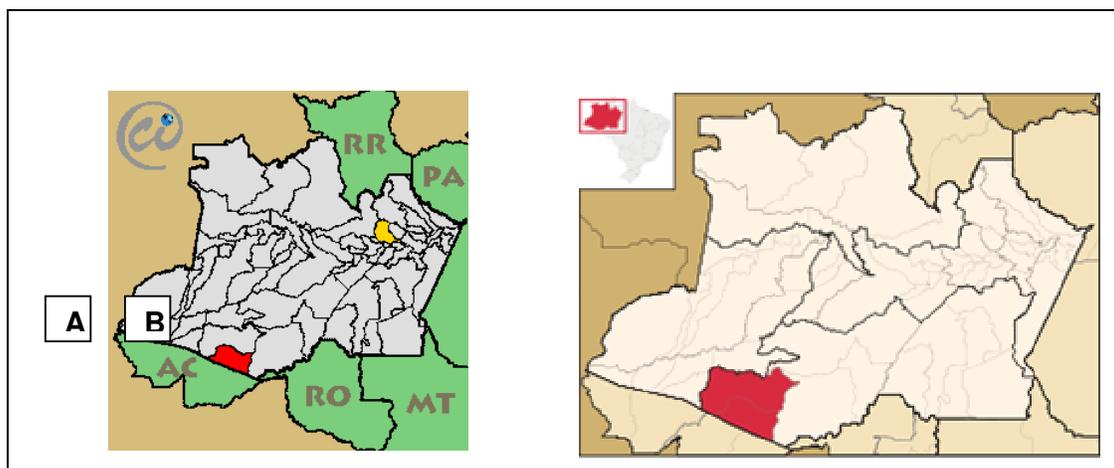
**Mapa 2.5:** Área Protegidas da região de Boca do Acre/AM (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

### 2.3.1. O município de Boca do Acre

O município de Boca do Acre localiza-se na mesorregião sul do estado do Amazonas, microrregião da Boca do Acre (Figura 2.5). Seu nome se dá pelo fato de estar localizada justamente onde o Rio Acre deságua no Rio Purus. Sua distância de Manaus, capital Amazonense, é de cerca de 1030 km em linha reta e 2.439 km por via fluvial.

O município tem cerca de 22.349 Km<sup>2</sup> de área. Boca do Acre limita-se a Leste com o município de Lábrea, ao sul com o Estado do Acre e de Oeste à Norte com o município de Paunini.

Segundo o IBGE, em 2009, sua população era estimada em aproximadamente 31.200 habitantes, com uma densidade populacional de cerca de 0,71 habitantes por Km<sup>2</sup>.



**Figura 2.5:** Localização do município de Boca do Acre (A) e microrregião de Boca do Acre (B)



**Figura 2.6:** Vista aérea da cidade de Boca do Acre

As atividades econômicas em Boca do Acre, no setor primário, são a agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal.

A agricultura é baseada nos seringais de cultivo e culturas de feijão, mandioca, arroz, milho e café. Entre outros produtos destacam-se também: abacate, banana, laranja, limão, abacaxi e manga.

A pecuária, hoje, é a principal atividade econômica do município. Segundo dados do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas), Boca do Acre contava em 2007 com um rebanho de um pouco mais de 250 mil cabeças, com cerca de 1247 criadores de gado<sup>3</sup>.

No extrativismo há a prevalência da borracha, da castanha do Brasil e dos produtos madeireiros. Segundo o IBGE (dados de 2007), os produtos gerados no município considerando as atividades de “silvicultura e extração vegetal” são: castanha, borracha, cera de carnaúba e madeira (em tora, para lenha e carvão).

O potencial de extrativismo de produtos florestais é grande na região. Num levantamento subsidiado pela Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas (AFLORAM), realizado em 2007, foram levantadas trinta (30) espécies florestais, extraídas e utilizadas pelas comunidades da região, sendo quinze espécies para a obtenção de produtos madeireiros e quinze espécies para não madeireiros - incluindo arbóreas e não arbóreas (Silva, 2007).

O relatório da AFLORAM destaca o potencial das espécies oleaginosas, como andiroba, murumuru, urucuri, copaíba, cacau e castanha.

### **2.3.2. Histórico da Reserva e da Ocupação do Território**

O estado do Amazonas, historicamente, teve como grande força econômica o extrativismo. Inicialmente tratava-se de especiarias, com a exportação regular de cravo, cacau, baunilha, canela, resinas aromáticas e plantas medicinais. O controle sobre esse processo se dava por parte dos missionários, dispondo da alta produtividade da mão-de-obra indígena. A partir de meados do século XIX, a borracha se consolidou como principal produto da economia amazonense, trazendo um grande capital para o estado. Os ciclos da borracha também consolidaram a colonização da região, trazendo trabalhadores da região Nordeste para os seringais. Como o já exposto, a aventura da borracha atraiu para os rios

---

<sup>3</sup> Dados coletados do site do IDAM (<http://www.idam.am.gov.br>) acessado em 11/01/2010

amazônicos os nordestinos batidos pela inclemência da seca. Porém, em muitos locais, já habitavam populações indígenas que foram se deslocando ou se integrando às atividades seringueiras sob grandes conflitos.

A formação atual das comunidades e da organização comunitária existente na Resex Arapixi pode ser entendida, em parte, pelo processo histórico de ocupação da região. Segundo Melo (2002), a colonização ocidental da região começa a ocorrer em junho de 1874, quando João Gabriel, em sua segunda expedição subindo o vale do Purus, chegou a um rio denominado pelos índios Apurinã de *Uáquiri* (rio dos jacarés), que depois passou a ser denominado de rio Acre. Após a descoberta e uma pequena exploração de borracha, João Gabriel retornou em fevereiro de 1878 com o vapor “Anajás” e com cinquenta homens e víveres para exploração das seringueiras. Na região de encontro do rio Purus com o rio *Uáquiri* foi construído um barracão para as mercadorias e moradias dos seringueiros. A exploração das seringueiras da região teve início com a distribuição de aproximadamente duas estradas por homem, com aproximadamente 100 a 150 árvores. Nesses locais eram construídas as barracas para os seringueiros, as quais formavam colocações de seringueiras, que receberam ou um nome indígena ou um nome que lembrasse o sertão cearense. Com o tempo foram se formando os seringais da região, com mão-de-obra basicamente nordestina.

As secas nordestinas foram um dos principais motivadores da migração de seu povo, os quais, famintos, doentes e aos milhares, se deslocaram para as cidades litorâneas e capitais nordestinas, e posteriormente, foram direcionados para a região Norte do país. Foram registradas secas desde o século XVII e muitas outras, verificadas em 1877, 1888, 1900, 1915, 1919, 1932, 1942, 1952, 1958, 1980-84, etc.

Esses nordestinos fixaram-se e formaram famílias com o passar do tempo, vivendo basicamente da seringa, em moradias precárias, às vezes fazendo pequenas plantações quando havia tempo para os plantios e permissão dos patrões, aumentando assim a dedicação à extração da seringa e a dependência/dívida com o barracão.

Os moradores da Resex Arapixi relatam que grande parte de seus antepassados veio do nordeste, em especial do Ceará, já que a região Norte era vista como “de muita fartura, de muita caça” e foram chamados também de Arigós:

*Chamava arigó, porque nenhum sabia cortar seringa, não conhecia nada da mata, então esses arigós o patrão já tinha o seu mateiro, era quem ia aclimatar esses homens até eles ficarem seringueiros. (“Seo” Gerson, morador local).*



Relatam também que as relações com os patrões da borracha eram de medo e também de respeito, com uma grande incerteza com relação à permanência na terra e dependência dos donos dos seringais para realizarem seu trabalho e atividades<sup>4</sup>.

Com o fim da Segunda Guerra, o Estado manteve o monopólio sobre a borracha e o apoio sobre o setor até o final da década de sessenta, quando novamente o setor passa por uma grande crise, levando seringueiros e seringalistas a abandonarem os seringais e migrarem para cidades ao longo das décadas seguintes. Algumas famílias ficaram e mantiveram grandes vínculos com a terra, passando a trabalhar mais intensamente com a castanha, madeira, a venda de caça e outras fontes de subsistência possíveis. Houve, também, uma grande migração dessa população entre seringais ao longo do tempo, tanto por motivos de expulsão (dos seringalistas, grileiros e fazendeiros), quanto por procura de locais mais propícios ao trabalho.

Outro fator histórico que contribuiu para a organização das comunidades e sua forma de vida atual foi a expansão da fronteira agrícola brasileira rumo ao Norte do país. Na década de 70 e 80, o governo ditatorial brasileiro ofereceu diversos incentivos estatais para a colonização e o desenvolvimento da pecuária na região, principalmente no Pará, Rondônia, Acre e Sul do Amazonas.

O aumento do incentivo à expansão agropecuária e a proximidade da Resex com a cidade de Boca do Acre, provavelmente contribuíram para que os moradores passassem a desenvolver uma maior aptidão para a produção agrícola, fazendo dessa uma de suas principais atividades econômicas, com uma relação frequente com a cidade e seu comércio.

Houve, assim, uma transformação de uma economia baseada no extrativismo para uma economia voltada para a produção agrícola diversificada.

Outro fator histórico importante para o entendimento do contexto atual das comunidades se encontra na forte influência da Igreja Católica sobre a organização (religiosa, social, política e econômica) no fim da década de 1970. Segundo relatos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boca do Acre (STR – Boca do Acre), o trabalho das entidades de base da Igreja Católica foi iniciado aproximadamente em 1977, através dos Padres Manuel e Roberto e das Irmãs Cleuza, Eunice e Leila. As diferentes atividades realizadas com a população rural e ribeirinha trouxeram as primeiras idéias de comunidade

---

<sup>4</sup> Essa relação de dependência, medo e cunhadismo, se demonstra até hoje, segundo relatos de moradores.

e organização social de base para a região, através da Teologia da Libertação, com a função de organizar as famílias, relacionando a vida em comunidade com a vida do evangelho, com especial enfoque na luta bíblica pela terra.

Neves (2006) analisa as ações da Igreja Católica no Alto e Médio Solimões no Estado do Amazonas, destacando que a ação política evangelizadora da Igreja Católica transformou a organização social dos ribeirinhos dessas regiões, difundindo entre eles uma visão de comunidade, modificando seu modo de vida e resultando em uma maior organização política.

Em Boca do Acre não foi diferente. Através da Igreja Católica houve uma maior organização da sociedade com a criação de associações comunitárias, do STR – Boca do Acre, do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e, mais recentemente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo o STR, o Sindicato surgiu com o agrupamento de pessoas através da Igreja Católica, tendo em Pedro Alexandre da Silva um de seus primeiros representantes com a luta, inicialmente, pela agricultura e pela demarcação de lotes para os produtores rurais e atualmente pelo extrativismo, com a demarcação de áreas e não mais de lotes.

O STR e a Igreja, assim como o CNS, tiveram papel fundamental na luta pela terra na região de Boca do Acre, atuando junto com diferentes comunidades. Em especial, na criação da Resex Arapixi, esse envolvimento se fortaleceu com a demanda por ajuda dos moradores da Comunidade São José.

O pedido de criação da Resex Arapixi veio da mobilização realizada pela Comunidade São José juntos aos moradores da região, em meados do ano de 2001. Esta comunidade, como algumas outras na região, vinha sofrendo ameaças de expulsão da área que residem por pessoas que alegam ser proprietários de terras da região, gerando bastante instabilidade local em relação às posses que tinham.

Com poucos resultados na ação isolada, os moradores buscaram auxílio do STR, CNS e CPT, os quais apoiaram a expansão da demanda para os moradores de Maracaju (ligados às entidades de base) e Santo Honorato. Com essa nova aliança, mais forte, foi possível contatar o Ministério do Meio Ambiente, enviando inclusive uma carta direto para a então Ministra Marina Silva. Houve, assim, o apoio do Ministério e, através dos estudos realizados na região, foi definida sua categorização como Reserva Extrativista.



Em 2004, com apoio financeiro e técnico da ONG WWF-Brasil o Ibama, através de sua Superintendência no Estado do Acre, fez os estudos técnicos e as audiências públicas com vistas à criação da Resex. Foram realizados um diagnóstico socioambiental, um breve levantamento faunístico e florístico e um levantamento fundiário. Todas as etapas realizadas contaram com ampla participação e diálogos com as pessoas da comunidade local.

No início de 2005, o processo foi encaminhado à Brasília com o objetivo de ser analisado pela sede do Ibama e pela Casa Civil da Presidência da República.

Ainda em 2005, devido à demora no processo de criação, os moradores se organizaram junto a diversas instituições e fizeram *greve* no INCRA, para agilizar o processo de criação da Resex Arapixi e pela luta por resoluções fundiárias em outras regiões (Pirapora, Redenção, Axioma, Floresta do Acre, Cameté e Conceição).

Somente em 21 de junho de 2006 a Unidade foi criada através de Decreto Presidencial sem número, onde consta como sendo o seu objetivo: *proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.* (art.2º. decreto presidencial s/n de 21/06/2006).

### **2.3.3. Limites e acessos à Reserva Extrativista Arapixi**

De acordo com o memorial descritivo que consta no seu decreto de criação (Anexo 2), a Resex possui uma área de 133.637,2258 ha, limitando-se ao norte com a Floresta Nacional do Mapiá Inauini, ao sul com o Projeto de Assentamento Extrativista Antimary, ao oeste com a Terra Indígena Igarapé Capana, e a leste com a Fazenda Aracoiaba e Terra Indígena Camicuã. Encontra-se subindo o rio Purus a partir da cidade de Boca do Acre, distante aproximadamente, 30 quilômetros em linha reta.

Para acessar a Reserva Extrativista Arapixi é necessário ir até o município de Boca do Acre – AM, onde fica a sede da Unidade. Esse acesso se dá pela BR-317 que liga o referido município a Rio Branco – AC, com uma distância de 210 km. Em dezembro de 2009, apenas o trecho da rodovia no Estado do Acre se encontra pavimentado. O outro trecho, que fica no Estado do Amazonas e possui aproximadamente 120 km, não tem



pavimentação e é bastante acidentado, o que dificulta o deslocamento, principalmente no período chuvoso, de outubro a abril.

A partir de Boca do Acre o transporte é feito exclusivamente por meio fluvial, através do rio Purus, que é navegável o ano todo. O tempo de viagem até o início da Unidade, utilizando uma voadeira com motor 40hp, é de duas horas subindo o rio, ou seja, contra a correnteza em direção ao alto curso do mesmo. No interior da Reserva Arapixi, o deslocamento pelos igarapés é facilitado no período da cheia (inverno amazônico), mas fica bastante prejudicado durante o verão amazônico (junho a outubro), inviabilizando sua utilização quase que por completo.

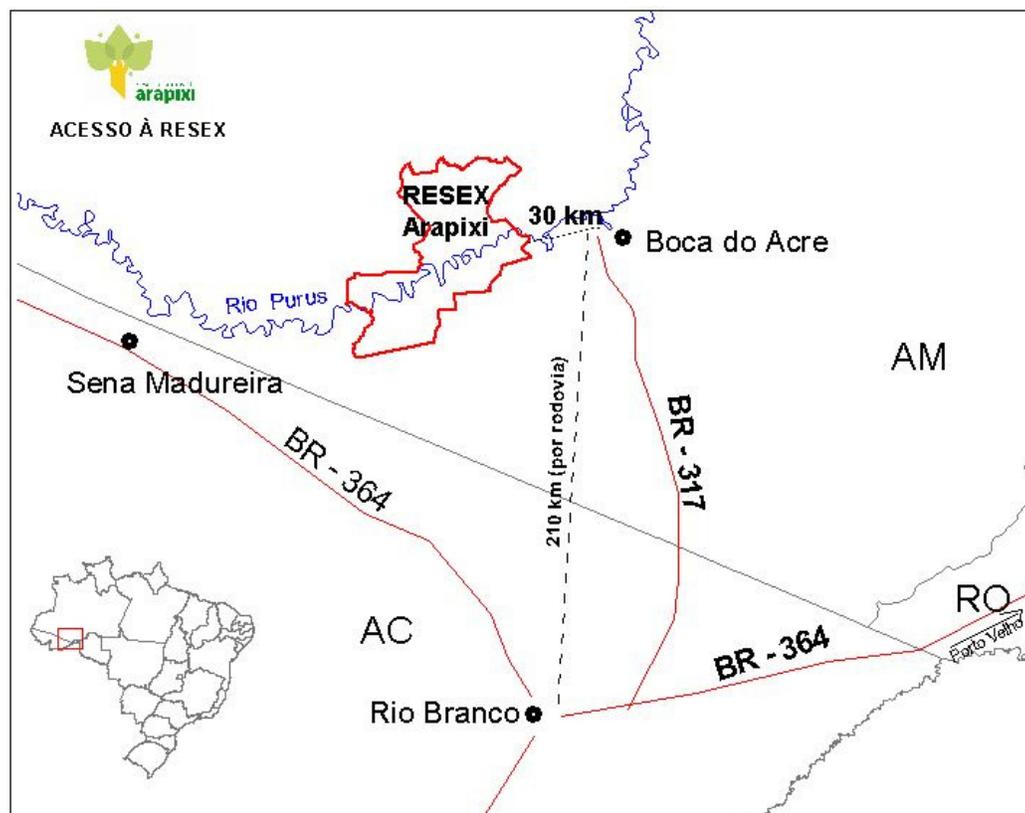


Figura 2.7: Mapa esquemático de acesso à Resex

## 2.4. Ficha Técnica da Reserva Extrativista Arapixi

<b>Nome da Unidade:</b> RESERVA EXTRATIVISTA ARAPIXI
<b>Endereço da sede:</b> Rua Cecília Leite, 67. Platô do Piquiá Boca do Acre – AM. CEP: 69.850-000
<b>Telefone/Fax:</b> (97) 3451-2518
<b>Área:</b> 133.637 ha
<b>Perímetro:</b> 537.520 m (georreferenciado)
<b>Municípios abrangidos:</b> Boca do Acre (100%)
<b>Estado:</b> Amazonas
<b>Coordenadas geográficas:</b> Pontos Extremos latitude: 08° 38' 57.30" S (norte) a 09° 9' 10.73" S (sul) e longitude: 67° 38' 18.19"W (leste) a 68° 5' 44.40"W (oeste)
<b>Decreto de Criação:</b> Decreto s/n de 21 de junho de 2006.
<b>Conselho Deliberativo:</b> Portaria n.64 de 12 de agosto de 2009 com alteração pela Portaria n.42 de 20 de maio de 2010.
<b>Marcos geográficos importantes:</b> A Unidade se estende por, aproximadamente, 100 km do Rio Purus. Ao longo de todo o seu comprimento, em grande parte da extensão a Resex ocupa ambas as margens do rio. Abrange os igarapés Fraga, Manithiã, Extrema e Sossego. No seu interior existem 12 lagos de várzea formados por antigos braços dos rios (meandros abandonados)
<b>Bioma:</b> Floresta Amazônica
<b>Tipologias Florestais Predominantes:</b> Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel uniforme, Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel emergente e Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com palmeiras.
<b>Acesso:</b> Fluvial, através do rio Purus. A partir do município de Boca do Acre – AM desloca-se pelo rio Purus (subindo), até o início do antigo seringal Porta Alegre, margem direita do Rio Purus, onde se inicia a Reserva Extrativista Arapixi.
<b>Atividades conflitantes:</b> pesca ilegal e extração ilegal de madeira.

### **3. CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Este capítulo inicia-se com a caracterização do meio físico e do meio biótico da Reserva. Posteriormente, procuramos descrever todos os aspectos socioeconômicos da população residente e sua dinâmica tradicional de uso do solo. Por fim, apresentamos sua situação fundiária e seus aspectos institucionais.

#### **3.1. Caracterização Ambiental**

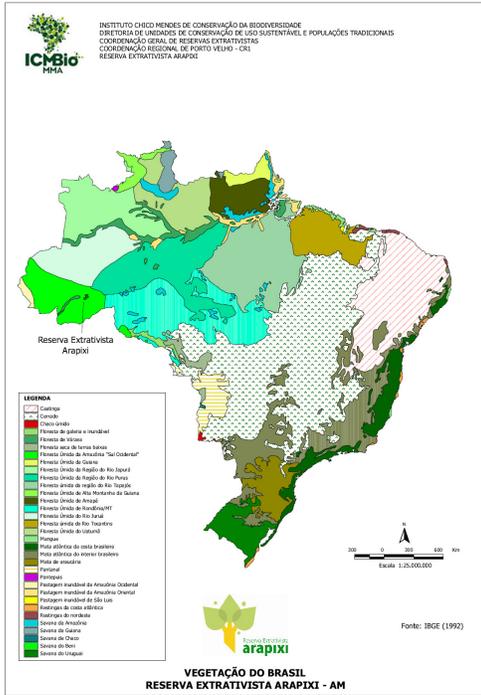
##### **3.1.1. Enquadramento Ecológico da Reserva Extrativista Arapixi**

A Reserva Arapixi, segundo o Mapa de Vegetação do IBGE (1992), encontra-se na tipologia de vegetação identificada como Floresta Úmida da Amazônia “Sul Ocidental”, que se estende por quase todo o Estado do Acre e parte do sudoeste do Amazonas (Mapa 3.1). Dentre os grandes biomas em que está dividido o Brasil, a Reserva Extrativista está inserida no bioma Amazônico (Mapa 3.2), predominando em toda a sua área o ecossistema de florestas (Mapa 3.3). O domínio morfoclimático da área, segundo Ab´saber (1980), é o Equatorial Amazônico, assim como o de toda floresta Amazônica, influenciado decisivamente pela sua cobertura vegetal, seu relevo e por sua continentalidade (Mapa 3.4).

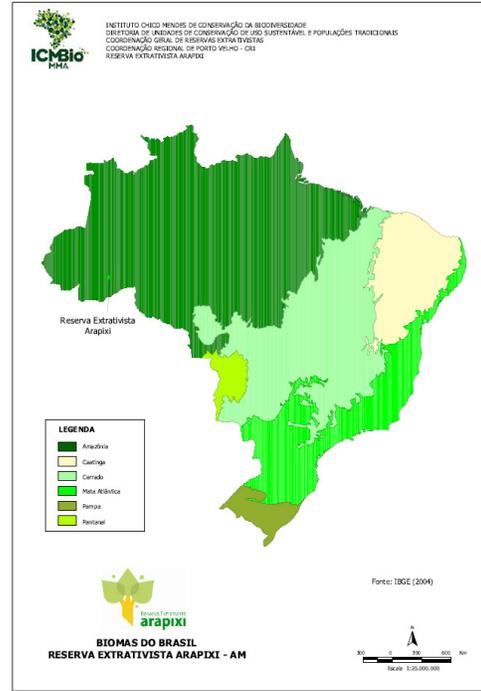
No que diz respeito ao solo (Mapa 3.5), de acordo com o Mapa de Solos do Brasil, rodado pelo IBGE em 1992, na Unidade observam-se dois tipos de solos: o Argissolo Vermelho-Amarelo, por quase toda a Resex, e o Gleissolo, que acompanha, principalmente, a várzea do rio Purus. Importante salientar que trata-se de um mapa de escala nacional. Ao aproximarmos a escala de observação, podem ser vistos outros tipos de solos incidindo na Unidade, como mostra o mapa de solos que será apresentado posteriormente.

A Reserva Extrativista Arapixi situa-se na bacia Amazônica (Mapa 3.6), a maior bacia hidrográfica do mundo, com 5,8 milhões de km<sup>2</sup>, sendo 3,9 milhões de km<sup>2</sup> em território brasileiro. A Unidade fica localizada mais especificamente na sub-bacia do rio Purus, afluente da margem direita do rio Solimões, que mais à jusante se encontrará com o rio Negro para formar o rio Amazonas, o principal rio da bacia.

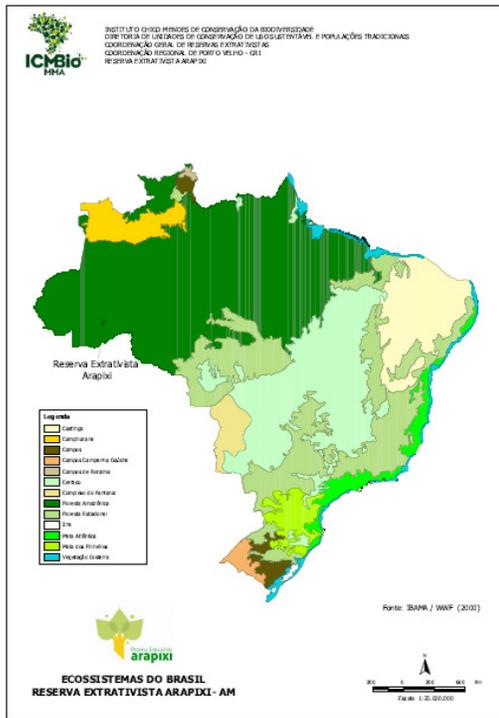




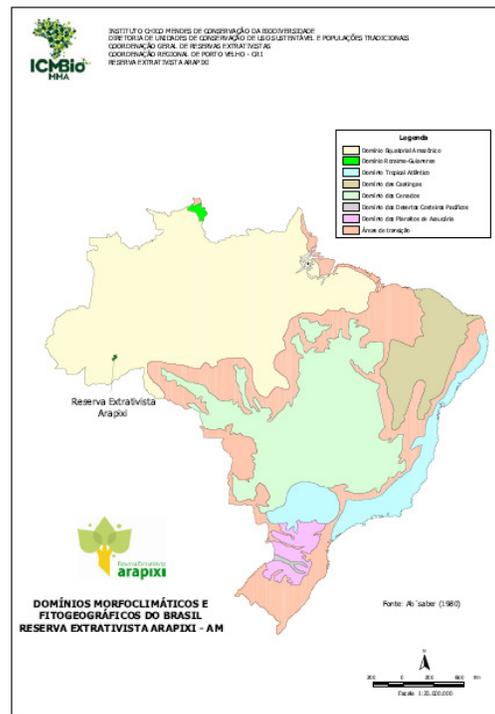
Mapa 3.1: Vegetação do Brasil



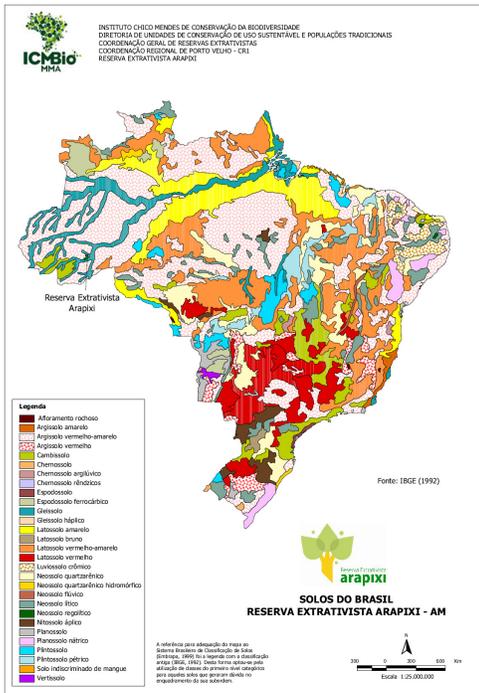
Mapa 3.2: Biomas do Brasil



Mapa 3.3: Ecossistemas do Brasil



Mapa 3.4: Domínios Morfoclimáticos do Brasil



Mapa 3.5: Solos do Brasil



Mapa 3.6: Bacias Hidrográficas do Brasil

\* os mapas apresentados acima estão com melhor visualização no encarte de mapas em anexo

### 3.1.2. Meio Físico

Não existem levantamentos específicos sobre o meio físico da Resex Arapixi, referentes ao clima, geologia, geomorfologia e solos.

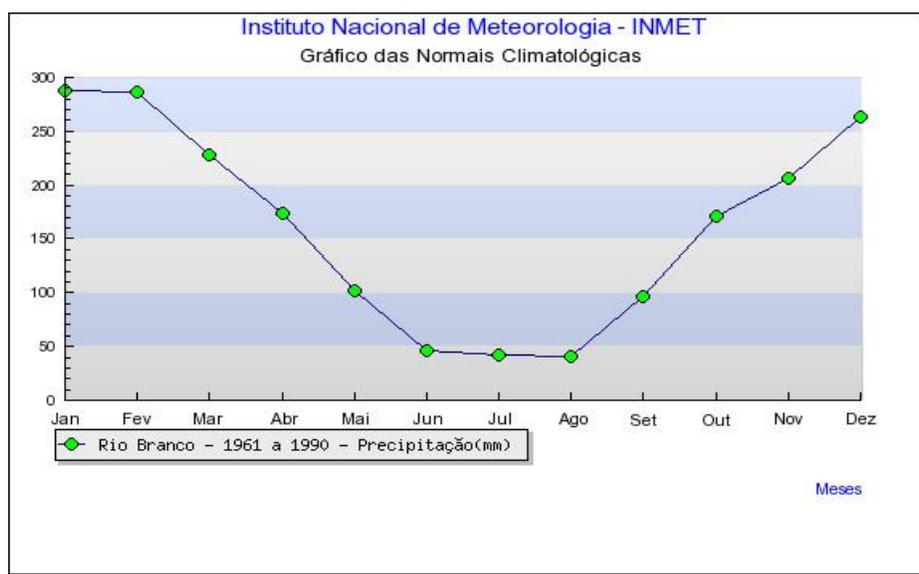
A partir de dados fornecidos, principalmente, pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e do Projeto RADAM Brasil, foi possível traçar um perfil das características físicas da Reserva, ainda que sem muitos detalhes. Buscar elementos para a melhor caracterização se faz necessário para as próximas revisões deste documento.

#### 3.1.2.1. Clima

Como já visto, a área da Reserva encontra-se no domínio morfoclimático Equatorial Amazônico (Ab'Saber, 1980). O clima da região é classificado pelo sistema de Koeppen como tropical úmido com curta estação seca - Am (Carvalho, 1994). O período

de chuva se estende de outubro a maio (BRASIL, 1976), sendo os meses de dezembro a fevereiro o trimestre mais chuvoso do ano (INMET, 2009) (Figura 07). A precipitação média anual varia entre 2000 e 2250 mm, porém no trimestre mais seco a precipitação média não atinge 125 mm (BRASIL, 1976).

O gráfico abaixo representa as normais climatológicas de Rio Branco no Acre que se assemelha bastante com o clima da Unidade por se encontrar a cerca 90 km em linha reta desta.



**Figura 3.1** Gráfico das normais climatológicas de precipitação para os anos entre 1961 e 1990 para a cidade de Rio Branco/ AC, disponível em <http://www.inmet.gov.br>

A amplitude térmica anual é pequena, variando a temperatura média durante o ano entre 22° e 26° C (BRASIL, 1976). O período mais quente do ano (temperatura média) se concentra nos meses de outubro e novembro, porém as temperaturas mais altas ocorrem entre agosto e outubro (INMET, 2009). Entre os meses de maio e agosto ocorre o fenômeno da friagem, caracterizado pela queda brusca de temperatura e umidade do ar, com ventos razoavelmente frios em toda Amazônia ocidental. Este é consequência da penetração nos trópicos das massas de ar frio vindo do sul (Serra e Rastibona, 1942).

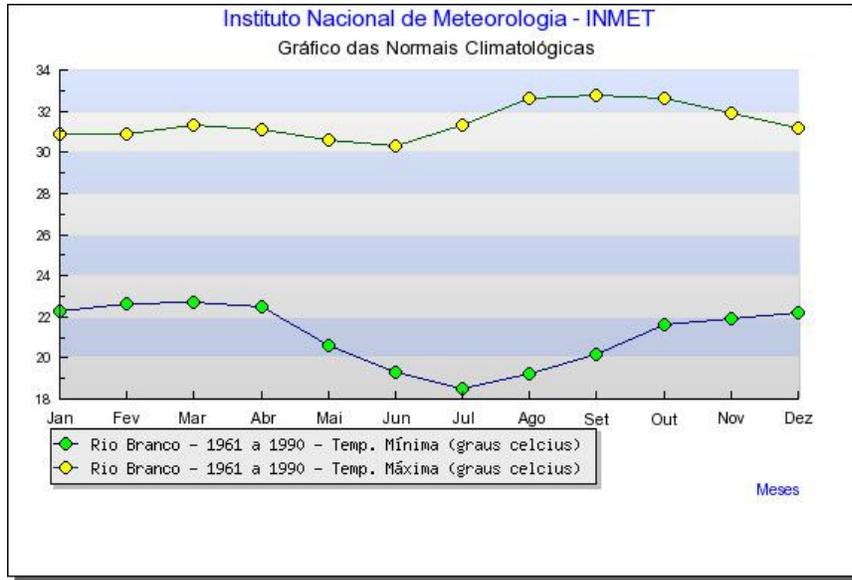
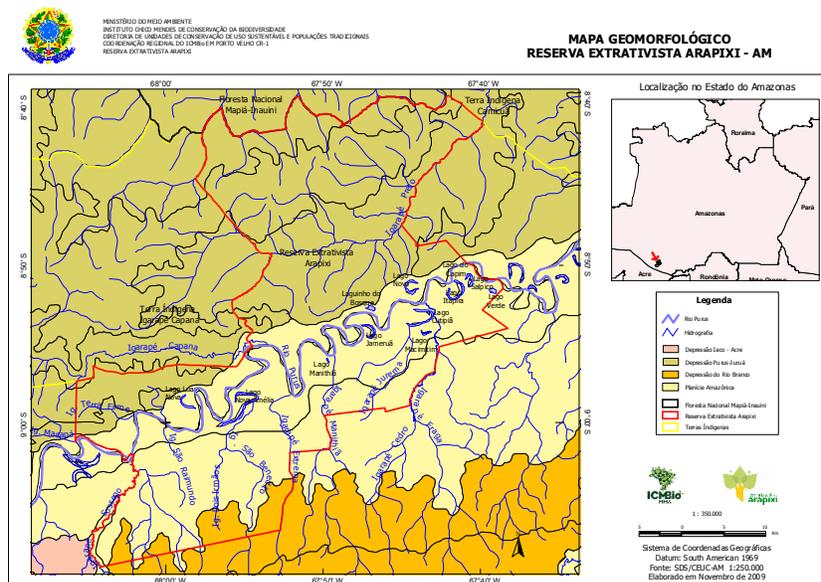


Figura 3.2- Gráfico das normais climatológicas de temperaturas máxima e mínima para os anos entre 1961 e 1990 para a cidade de Rio Branco/ AC, disponível em <http://www.inmet.gov.br>.

### 3.1.2.2. Geomorfologia

O relevo da Reserva Extrativista Arapixi é bastante uniforme, sem acentuados contrastes de altitude. Basicamente, segundo os dados da SDS/CEUC, encontra-se na área as feições de planície e depressão. São elas a Planície Amazônica e as Depressões Purus-Juruá e Rio Branco (mapa 3.7)



Mapa 3.7: Mapa Geomorfológico (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

### **Planície Amazônica**

Planícies são terrenos mais ou menos planos onde os processos de acumulação de sedimentos superam os de degradação (GUERRA e GUERRA, 2003). A Planície Amazônica é a maior planície do mundo. Trata-se de uma extensa área que começa nas várzeas do rio Amazonas e se estende por seus principais afluentes, como o rio Purus. Essa extensa área recebeu o mesmo nome em virtude de se tratar do mesmo processo de formação, que diz respeito à deposição de sedimentos da época do Holoceno.

A formação de terraços fluviais, conforme já colocado anteriormente, é uma das características da Planície Amazônica. Importante salientar que é chamada de unidade morfoestrutural Planície Amazônica a área de várzea do rio Amazonas e de seus principais afluentes. No entanto, por se tratar de uma grande bacia hidrográfica, encontram-se nela rios de diversos tamanhos e volume, que também formam planícies ao longo de suas várzeas. É nesta forma de relevo que se dá a ocupação humana na Reserva Arapixi.

Na Resex, a Planície Amazônica se sobrepõe de forma similar à mancha de Gleissolo, formando uma faixa estreita que acompanha o Rio Purus. Por diversos motivos esta é uma área muito utilizada pelos comunitários, dentre eles: facilidade de acesso e transporte, proximidade de área pesqueira (tanto do rio principal quanto do acesso aos lagos) e solos com certa quantidade de nutrientes deixados pelas cheias do rio.

### **Depressão**

As depressões são formas de relevo situadas abaixo do nível do mar (depressão absoluta) ou abaixo do nível das regiões que lhe são próximas (depressão periférica) (GUERRA e GUERRA, 2003). Ao que tudo indica, as depressões encontradas na Reserva são periféricas, provavelmente formadas por um afundamento tectônico, onde os processos erosivos se dão principalmente pelos canais de drenagem (rios).

### **Depressão do Rio Branco**

Caracteriza-se por um relevo bastante dissecado (erodido), com topos convexos e densidade de drenagem alta. O contato com outras unidades se dá de forma gradual. No entanto, com a Depressão do Iaco-Acre observa-se diferença na altitude e na intensidade da dissecação, porém, sem que se perceba a presença de uma linha nítida de ruptura

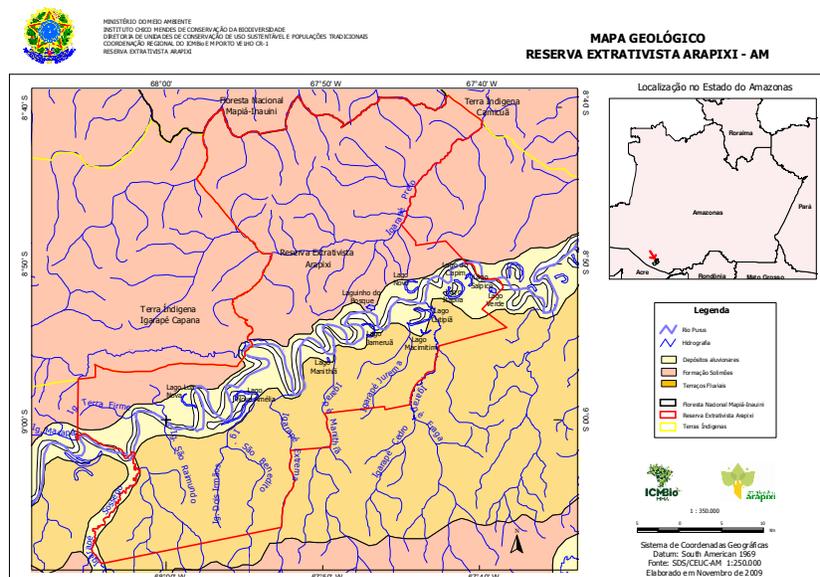
topográfica. A mesma é observada em pequenas áreas na face sul da Reserva, mas especificamente na parte sul do imóvel Arapixi.

### Depressão Purus-Juruá

O rio Purus corta esse bloco no seu extremo sudeste. Apresenta larga faixa de planície e extenso nível de Terraço Alto, que fazem parte da unidade Planície Amazônica (SDS/CEUC, 2009). A depressão Purus-Juruá compreende toda a face norte da Reserva coincidindo com as áreas designadas para preservação ambiental.

### 3.1.2.3. Geologia

Segundo os dados fornecidos pelo SDS/CEUC, na área que compreende os limites da Reserva Extrativista Arapixi pode-se encontrar, pelo menos, três tipos de terrenos constituídos por: depósitos da Formação Solimões, depósitos Aluvionares e Terraços Fluviais (mapa 3.8)



Mapa 3.8. Mapa Geológico (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

### Formação Solimões

Chama-se de formação um conjunto de rochas e de minerais que possuem características semelhantes, seja de origem, de composição ou de idade (Guerra, 2003). A

Formação Solimões surgiu na Era Cenozóica (em grego, significa vida recente) que iniciou-se há cerca de 65,5 milhões de anos e se estende até o presente. Especificamente no que diz respeito a citada formação, ela nasce no período cenozóico do Neogeno, na época conhecida como Terciário Superior (Mioceno-Plioceno) (cerca de 5 milhões de anos atrás). Cerca de 16% do território brasileiro tem a sua formação nessa época geológica.

A Formação Solimões cobre grande extensão no Estado do Acre e parte do oeste-sudoeste do Estado do Amazonas e, na Resex Arapixi, fica representada pelas terras altas da face norte da Reserva. Esta área na Reserva possui pouca intervenção humana e no Zoneamento da Unidade grande parte dessa região é destinada à preservação ambiental.

Segundo (MMA/ICMBio, 2009), a Formação Solimões é composta pelas seguintes litologias:

- Argilitos maciços ou acamados, com concreções carbonáticas e gipsíferas, com vênulas de calcita e gipsita, ocasionalmente com material vegetal carbonizado (turfa a linhito) com concentrações de pirita, fósseis de vertebrados e invertebrados. Apresentam estratificação cruzada de grande amplitude;
- Argilitos variegados, com estrutura laminada;
- Siltitos maciços ou acamados;
- Arenitos, com textura fina a grosseira, em lentes ou interdigitados com siltitos e argilitos. Apresentam estrutura friável a bem compactada e cimento calcífero com leitos tabulares de material carbonático. A estratificação é cruzada de pequena a média amplitude;
- Calcários síltico-argilosos a arenosos;
- Arenitos limoníticos, em leitos tabuliformes, e;
- Conglomerados polimíticos (BRASIL, 1976).

Fósseis de vertebrados, quando encontrados, em geral estão associados à seqüência argilosa e carbonata. Eventualmente ocorre material carbonizado (turfa e linhito) com concentração de pirita, em conjunto com fósseis, que se encontram mineralizados totalmente ou em pequenas zonas (BRASIL, 1976).



### **Depósitos Aluvionares**

Depósito é um termo geológico que se trata de um conjunto de materiais sólidos acumulados (Guerra, 2003). São chamados de depósitos aluvionares quando o principal agente responsável por essa acumulação são as águas dos rios. Estes sedimentos são “arrancados” das margens dos rios e vertentes sendo levado em suspensão pelos rios que, mais abaixo, acumulam em bancos. São justamente esses depósitos que formam as “praias” dos rios que, em virtude de sua grande fertilidade, é bastante utilizado por populações ribeirinhas (como na Reserva Arapixi) na época de seca para plantações (melancia, feijão, jerimum, milho).

Estes depósitos aluvionares são recentes, datados do Quaternário, na época do holoceno (cerca 10 mil anos até o presente). Nos rios, devido às fortes e bruscas mudanças de regime dos cursos, estes tendem a se acumular dando origem, além das praias, às planícies aluviais. O acúmulo de aluvião nas margens dos cursos d'água dá origem às várzeas, representadas por superfícies bastante aplainadas, sujeitas às inundações periódicas.

Os depósitos aluvionares são compostos de areias, seixos de tamanho diverso, siltes e argilas (Guerra, 2003). Pode-se dizer que os sedimentos que formam as praias são os *aluviões recentes*. Já os *aluviões antigos* formam os terraços de um e de outro lado do rio. São nesses terraços, principalmente, que as famílias da Reserva Arapixi constroem suas casas e desempenham suas atividades de agricultura e criação de animais. A seguir será relatado um pouco mais sobre os terraços.

### **Terraços Fluviais**

Como colocado anteriormente, pode-se dizer que os terraços fluviais são patamares esculpidos pelo rio. Em geral eles possuem um declive voltado para o leito fluvial, geralmente comportando meandros colmatados (aterrados) ou em processo de colmatação (IMAC, 2006). Apesar de formados pelos rios, esses terraços fluviais se localizam um pouco mais distante dos rios. Onde se localizam hoje, os rios já correram por essas áreas.

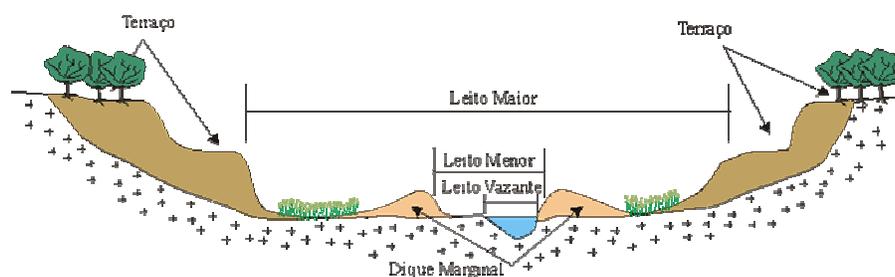
Na verdade, representam antigas planícies fluviais que devido ao rebaixamento do nível de base do canal foram alçadas a uma altura acima das cheias sazonais (comum no



inverno amazônico) e consolidadas em um patamar mais elevado do que as planícies fluviais atuais, inundáveis em determinadas ocasiões de subida do nível dos rios. Apresentam, de uma maneira geral, superfícies planas a levemente inclinadas, pouco dissecadas, encontrando-se geralmente cartografada em conjunto com as planícies fluviais. Por esse motivo, no mapa 3.8, na margem esquerda do rio Purus, não há a sua representação por se confundir aos depósitos aluvionares que formam as grandes planícies.

Na Reserva Arapixi, os Terraços Fluviais se estendem por grande parte da face sul da Unidade. É nessa área que os moradores, principalmente, utilizam para as atividades voltadas para o extrativismo.

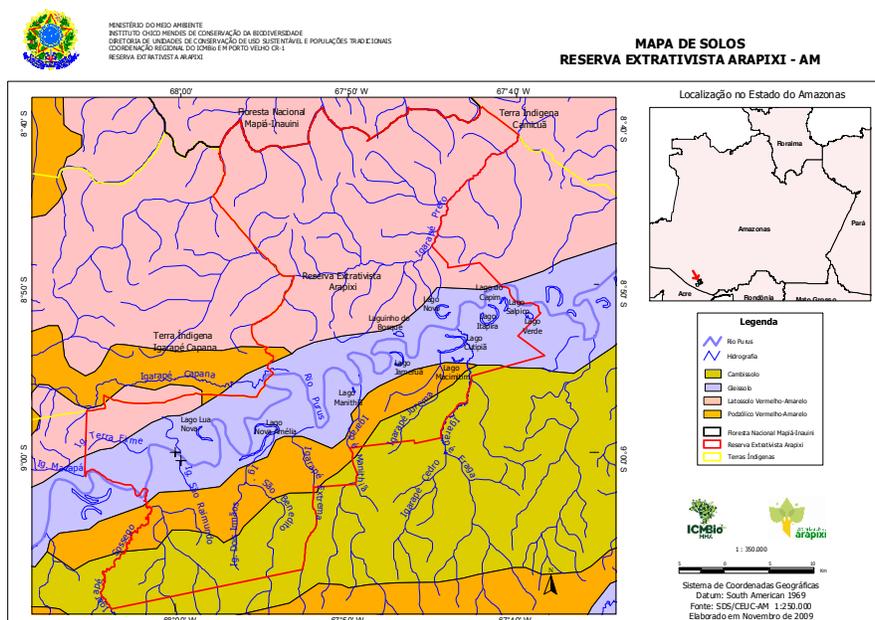
A figura 3.3 representa um perfil de um rio, onde nos ajuda a visualizar os terraços fluviais de forma esquemática.



**Figura 3.3:** Perfil de um rio localizando os terraços fluviais **FONTE:** figura retirada da internet em 20/01/2010 no endereço <http://www.rc.unesp.br/igce/aplicada/ead/imagens/interacao/leito.gif>

#### 3.1.2.4. Solos

O mapeamento de solos na região apresenta, basicamente, os tipos Cambissolo, Gleissolo, Latossolo vermelho-amarelo e Podzólico vermelho-amarelo (mapa 3.9). A classificação de solos apresentada foi fornecida pelo SDS/CEUC.



**Mapa 3.9:** Mapa de solos (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

Abaixo são apresentadas as características de cada solo encontrado na Resex Arapixi.

### Cambissolos

São solos compostos por material mineral, com horizonte B incipiente subjacente a qualquer tipo de horizonte superficial. Apresentam seqüência de horizontes A ou hístico, Bi, C, com ou sem R (EMBRAPA, 1999).

Em decorrência da origem do material, do relevo e das condições climáticas estes solos podem apresentar características diversas de um local para outro. Sendo assim, eles podem comportar desde solos fortemente até imperfeitamente drenados, de rasos a profundos, de cor bruna ou bruno - amarelada até vermelho escuro, e de alta a baixa saturação por bases e atividade química da fração coloidal (Souza, 1995).

Sendo sua principal característica o horizonte B incipiente, a saturação de bases (V%) pode ser alta ou baixa. Muitas vezes são pedregosos, cascalhentos e mesmo rochosos (IBGE, 2007). De um modo geral, quando em relevos acidentados estes solos são bastante suscetíveis à erosão.

As principais limitações ao uso agrícola apresentadas por estes solos são a pequena profundidade, baixa fertilidade natural. Na área em estudo este solo é encontrado

no extremo sul, onde existem muitas castanheiras (*Bertholletia excelsa*), que são árvores frondosas de onde as comunidades extraem a castanha-da-Amazônia. O que a literatura nos revela sobre os cambissolos é que por serem pouco profundos e quimicamente pobres a vegetação que os cobrem são geralmente de arbustos, gramíneas e árvores de pequeno porte. Como na região é encontrada florestas indicamos estudos posteriores para averiguação desta singularidade.

### **Gleissolos**

São solos característicos de áreas alagadas ou sujeitas a alagamento (IBGE, 2007). Segundo EMBRAPA (1999) podem ser conceituados como solos hidromórficos, ou seja, compostos por material mineral e apresentam horizonte glei dentro dos primeiros 50 cm da superfície do solo, ou a profundidades entre 50 e 125 cm desde que imediatamente abaixo de horizontes A ou E, ou precedidos por horizonte B incipiente, B textural ou C com presença de mosqueados abundantes com cores de redução.

Uma das características mais perceptíveis desta classe de solo é a sua permanente ou periódica saturação por água, salvo se artificialmente drenados. A água de saturação ou permanece estagnada internamente, ou a saturação é por fluxo lateral no solo. Outra característica relevante é a forte gleização, em decorrência do regime de umidade redutor, que se processa em meio anaeróbico, com muita deficiência ou mesmo inexistência de oxigênio, devido ao encharcamento do solo por longo período ou durante o ano todo. As cores acinzentadas, azuladas ou esverdeadas são decorrentes do processo de gleização devido a compostos ferrosos resultantes da escassez de oxigênio causada pelo encharcamento (EMBRAPA, 1999).

Ocupam principalmente as planícies aluviais, de relevo plano, apresentando maior elevação ao longo da margem do curso d'água (USP, 2003). Podem ser de alta ou baixa fertilidade natural e têm nas condições de má drenagem a sua maior limitação de uso. Podem ser encontrados em praticamente todas as regiões brasileiras, ocupando principalmente as planícies de inundação de rios e drenagens de menos porte (Souza, 1995).

Estes solos apresentam duas grandes limitações ao uso. São associados à drenagens e por isso a parte próxima destes cursos não podem ser utilizadas por serem áreas de preservação permanente. Outra dificuldade são as inundações periódicas. Desta



forma, eles são comumente utilizados para culturas de ciclo curto e adaptadas às condições de elevada umidade.

Apesar de todas as limitações destes solos, na Resex, eles são bastante utilizados para a agricultura, criação de animais e moradia, em virtude de estarem próximas às margens do rio Purus e por apresentar uma relativa fertilidade em decorrência dos nutrientes depositados durante as inundações. Por todos esses motivos esta é a área mais alterada (antropizada) da Reserva.

### **Latossolos Vermelho-Amarelo**

Em geral são solos muito intemperizados, em outras palavras, são solos antigos, profundos, de boa drenagem e de baixa fertilidade (pouca riqueza química) (SEPLAN, 2008). Caracterizam-se por grande homogeneidade de características ao longo do perfil (IBGE, 2007).

Outras características importantes sobre estes solos são: porosidade, acidez, baixa saturação em bases e pequena diferenciação de horizontes (USP, 2003). Os perfis são, predominantemente, profundos a muito profundos, sendo mais normais as transições difusas e graduais entre os horizontes; são muito friáveis ou friáveis, quando úmidos e fortemente drenados. Normalmente altamente resistentes à erosão, em decorrência da baixa mobilidade da fração argila, do alto grau de floculação e da grande permeabilidade e porosidade (FUNCEME, 2010).

Possui dominância das frações areia e/ou argila, sendo a textura, predominantemente média (raramente cascalhenta). Os teores de silte são normalmente baixos em decorrência do estágio avançado de intemperização (FUNCEME, 2010). Quando de textura argilosa são muito explorados com lavouras de grãos mecanizadas e quando de textura média são usados basicamente com pastagens (IBGE, 2007).

A maior limitação ao uso agrícola destes solos decorre de sua baixa fertilidade natural e forte acidez, porém são fisicamente bons: profundos e porosos, de textura média e de relevo predominantemente plano a suave ondulado, o qual propicia o uso de mecanização.

Estes são os solos mais indicados para agricultura na Resex. Entretanto por estarem em uma região onde não há a presença humana fixa, por ter acesso difícil para os



comunitários e por estes não terem hábito de explorarem esta área, a mesma foi destinada a preservação ambiental no Zoneamento.

### **Podzólicos vermelho-amarelo**

Pela nova classificação do IBGE esta classe foi ramificada em várias categorias. Pela denominação antiga compreende solos com horizonte B textural, não hidromórficos, com argila de atividade baixa, devido ao material do solo ser constituído por sesquióxidos, argilas do grupo 1:1 (caulinitas), quartzo e outros materiais resistentes ao intemperismo (FUNCEME, 2010).

São solos minerais rasos, bem drenados (USP, 2003). Segundo Funceme (2010) possui saturação de bases baixa (V% inferior a 50%), sendo em geral fortemente ácidos e de baixa fertilidade natural. Apresentam perfis bem diferenciados, apresentando textura arenosa, média ou, mais raramente, argilosa, no horizonte A e média ou argilosa, no horizonte Bt, os quais possuem características morfológicas bem distintas e drenagem moderada e/ou imperfeita.

O horizonte B apresenta coloração (úmido) mais freqüente vermelho-amarelado, vermelho, bruno-forte e bruno-amarelado. A estrutura é fraca ou moderada, pequena ou muito pequena. É freqüente a presença de serosidade e a consistência de macio a muito duro (seco) e muito friável a firme (úmido) (FUNCEME, 2010). A maior limitação ao uso agrícola destes solos decorre de sua baixa fertilidade natural e forte acidez (FUNCEME, 2010).

Estes solos são encontrados também nas áreas em que a população realiza suas atividades de extrativismo, na face Sul da Unidade. Não existe ocupação permanente onde esse tipo de solo é encontrado.

#### **3.1.2.5. Hidrografia/Hidrologia**

A região onde está localizada a Reserva Extrativista Arapixi fica inserida na maior bacia hidrográfica do mundo, a Bacia Amazônica. Com uma área estimada de 6,3 milhões de km<sup>2</sup>, ela estende-se por seis países do Norte-Nordeste da América do Sul: Brasil,



Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Deste total, aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup> estão localizados no Brasil (ICMBio, 2009).

A Bacia Amazônica é formada por diversas sub-bacias de grande volume d'água que são responsáveis pelo seu gigantismo. A sub-bacia do Rio Purus está entre as mais importantes. Localizada em seu médio curso, a Reserva Arapixi estende-se no sentido oeste-leste por, aproximadamente, 100 km pelo referido rio.

O Rio Purus nesta região é classificado como meandrítico e seus tributários apresentam características semelhantes a bacias dendríticas. Esta característica leva à formação de bancos de areia nos leitos e ao aumento das distâncias da navegação fluvial (ACRE, 2000). Os diversos lagos existentes nesta área são formados por meandros abandonados ao longo da várzea dos rios e igarapés.

Os cursos d'água da região apresentam como dinâmica morfológica muito comum o deslizamento das margens. Este fenômeno se relaciona às variações do regime fluvial, onde no período das cheias as margens dos rios ficam saturadas de água e no início da vazante, quando o nível das águas começa a baixar, a pressão hidrostática diminui e a água anteriormente retida nas margens é liberada. Com a liberação da água as margens então deslizam, ocasionando o assoreamento do leito e a deposição de troncos de árvores.

Os principais igarapés da Unidade são: o Fraga, Preto, Manithiã, Extrema, São Raimundo, São Benedito e Sossego. Com exceção do Preto, todos os igarapés citados deságuam na margem direita do rio Purus ou no Lago Nova Amélia (São Benedito) e são bastante utilizados pelos moradores para a pesca e, na época de inverno amazônico, para acessar as colocações de castanha que ficam no interior da floresta.

Os diversos lagos da região representam importantes locais de pesca para os moradores e possibilidade para ações de manejo. São 12 lagos na Resex com, aproximadamente, 490 ha de área alagada. Destacam-se os lagos Nova Amélia (169 ha); Itapira (91 ha); Novo (77 ha); Cutipiã (47 ha); Salpico (38 ha) e; Lua Nova (21 ha). O mapa 3.10 localiza os principais rios e lagos da Reserva.

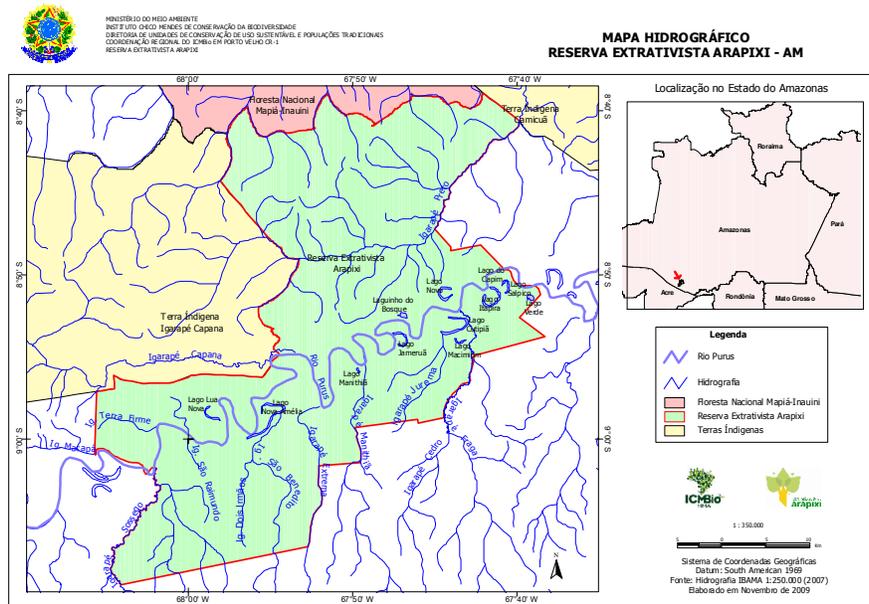


**Tabela 3.1:** Lagos: Comprimento, Largura, Hectares (aprox)\*

	Comunidades	Lagos	Comp. (m)	Largura (m)	Área (ha)	Profundidade**	
						Max.	Min
1	Maracaju I	Verde	485	200	9,70	2,0	1,0
2	Maracaju I	Salpico	1749	219	38,30	2,0	1,0
3	Maracaju I	do Capim	200	50	1,00	1,5	1,0
4	Maracaju I	Itapira	5080	180	91,44	4,0	1,0
5	Maracaju I e II	Novo	3895	200	77,90	5,0	3,0
6	Maracaju II	Cutipian	4517	105	47,43	3,0	1,5
7	Maracaju II	Macimitim	1144	122	13,96	1,5	1,0
8	Maracaju II	Laguinho do Bosque	718	150	10,77	2,0	1,0
9	Maracaju II e São José	Jameruã	1218	60	7,31	2,0	1,0
10	São José	Laguinho do Liége	363	143	5,19	2,0	1,0
11	Santo Honorato	Nova Amélia	10114	168	169,92	3,5	1,5
12	Santo Honorato	Lua Nova	1964	107	21,01	4,0	3,0
<b>Área Total = 493,93 ha</b>							

\* os dados acima foram coletados a partir do DRP realizado na Reserva e por imagens de satélites.

\*\* profundidade no verão



**Mapa 3.10:** Mapa hidrológico (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

### 3.1.3. Meio Biótico

#### 3.1.3.1. Flora

A vegetação na região específica da Reserva Arapixi é formada por três fitofisionomias: Floresta Ombrófila Densa Aluvial com dossel uniforme, Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas com dossel emergente e Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com palmeiras (SDS, 2002) (Mapa 3.11).

Floresta Ombrófila Densa Aluvial trata-se de uma formação ribeirinha ou “floresta ciliar” que ocorre ao longo dos cursos de água ocupando os terraços antigos das planícies quaternárias. Apresenta com frequência um dossel emergente, porém, devido à exploração madeireira, a sua fisionomia torna-se bastante aberta. É uma formação com muitas palmeiras no estrato intermediário, muitas lianas lenhosas herbáceas, além de grande número de epífitas (Veloso *et al.*, 1991; IBGE, 1992).

Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas é uma formação que ocupa, em geral, as planícies costeiras, capeadas por tabuleiros pliopleistocênicos do Grupo Barreiras. Apresenta uma florística bastante típica, caracterizada por ecótipos dos gêneros *Ficus* (figueiras), *Alchornea* (tapiá, tamanqueiro, pau-óleo), *Tabebuia* (ipês) e da espécie *Tapirira guianensis* (Veloso *et al.*, 1991; IBGE, 1992).

O tipo de vegetação considerado durante anos como uma transição entre a floresta amazônica e outras tipologias vegetais foi denominado pelo projeto RADAMBRASIL de Floresta Ombrófila Aberta. A latitude e a altitude serviram como parâmetros básicos para as divisões que ocorrem neste tipo de vegetação (Veloso *et al.*, 1991; IBGE, 1992). A região da Reserva às margens do Rio Purus é definida como Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com Palmeiras ou Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas, por estar compreendida ao longo dos rios, entre cinco e 100 metros de altitude, e apresentar predominância de palmeiras.

Além das tipologias florestais citadas acima, são encontradas também pequenas áreas com elevado grau de antropização, como áreas de pastagens, áreas agrícolas e área com vegetação secundária em vários estágios de regeneração.



A região do baixo Acre e parte do Purus vêm sofrendo grandes perturbações antrópicas, cujo efeito imediato é a fragmentação florestal (Silveira, 1999), sendo primordiais estudos ecológicos nesta região.

Não existe, nos dados analisados e sistematizados, um mapeamento da vegetação e do uso do solo realizado para a área da Resex, nem mesmo uma caracterização do estágio sucessional e estado de conservação das áreas de vegetação existentes na Reserva.

Os únicos levantamentos florísticos realizados na área datam de 2004 e objetivaram subsidiar a criação da Reserva. Foi realizado o levantamento etnobotânico através de entrevistas com moradores, e o levantamento florístico em cinco parcelas situadas em diferentes formações vegetacionais. Uma descrição mais detalhada da metodologia utilizada encontra-se com disponível para consulta com a gestão da Unidade.

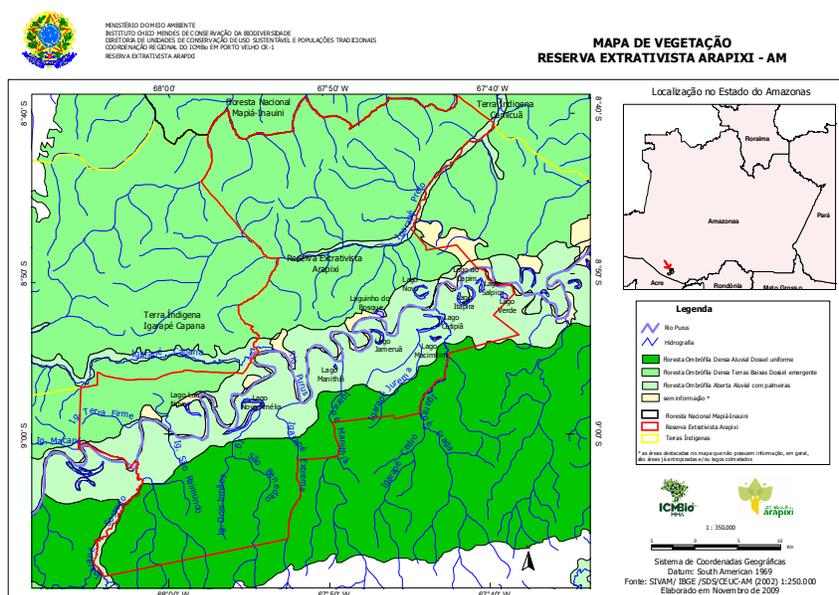
No levantamento etnobotânico, foram identificadas 100 diferentes espécies, arbóreas e não arbóreas, que tiveram seu uso (alimentícia, medicinal, construção de casas, etc) e partes da planta identificados e registrados.

Nos levantamentos realizados por lançamento de parcelas, em cinco colocações diferentes, foram identificadas 182 espécies vegetais. Percebe-se que existe uma estreita relação entre as pessoas e a floresta, uma vez que grande parte das espécies vegetais amostradas nas parcelas é utilizada no dia a dias destas famílias e também pela quantidade de plantas citadas no levantamento etnobotânico.

Os anexos 03 e 04 trazem a caracterização básica das áreas onde foi realizado o levantamento etnobotânico e arroladas as espécies identificadas. O mapa 3.11 nos mostra a distribuição da vegetação ao longo da Reserva.

Apesar dos diversos estudos e levantamentos florísticos realizados na bacia do rio Purus no estado do Acre, esta região ainda se apresenta como uma grande lacuna no conhecimento florístico e arbóreo, sendo uma área promissora em relação a novas ocorrências de endemismos e de espécies novas (Silveira, 1999).





**Mapa 3.11:** Mapa de Vegetação (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

### 3.1.3.2. Fauna

Em muitas áreas da Amazônia, os estudos de fauna são ainda extremamente parcos e precários. Apesar da região da Reserva apresentar várias lacunas de informação, é apontada como de provável alto valor biológico e atua como corredor de intercâmbio genético no Oeste da Amazônia (Brasil, 2001).

Para a área da Unidade, o único levantamento faunístico realizado foi em 2004, como um indicativo da potencialidade da região para a criação da Reserva Arapixi. Visando elaborar um levantamento preliminar das espécies de fauna presentes na área foram realizadas observações de campo e entrevistas abrangendo assuntos sobre caça e pesca com pessoas-chave da comunidade, não sendo realizadas consultas bibliográficas ou visitas a museus.

Tendo em vista o curto espaço de tempo disponível para o trabalho de campo (44 horas), priorizou-se a observação de vertebrados (sobretudo aves e mamíferos), animais de mais fácil observação e identificação (Develey, 2003; Santos, 2003). Cabe ressaltar que não foram incluídos na amostragem exemplares de marsupiais, morcegos e roedores, que perfazem dois terços das espécies de mastofauna (Silva et al., 2001), tampouco espécies de anfíbios.

Nas observações de campo e nas entrevistas, foram registradas 25 espécies de peixes, 07 de répteis, 123 de aves e 33 de mamíferos. Desse total, quatro espécies estão relacionadas como ameaçadas de extinção na IN 03/03 do Ministério do Meio Ambiente: onça pintada (*Panthera onça*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e ariranha (*Pteronura brasiliensis*). Quatro espécies de peixes estão citadas como sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração (IN 05/04 MMA): tambaqui (*Colossoma macropomum*), pirarucu (*Arapaima gigas*), piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e piraíba (*B. filamentosum*).

Pela lista do CITES (2010), que considera o status de conservação internacional das espécies, são citadas como espécies ameaçadas o tracajá (*Podocnemis unifilis*), a tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*), os jacarés tinga e açu (*Caiman crocodilus* e *Melanosuchus niger*) e a jibóia (*Boa constrictor*). O gênero *Eunectes* abrange quatro espécies de sucuris, destas, três ocorrem no Brasil (TIGR, 2009) e também constam na lista do CITES (2010).

O pato-corredor, *Neochen jubata*, é citado como espécie de ampla distribuição, mas de ocorrência rara e localizada. Nove espécies registradas de aves figuram entre a lista de espécies amazônicas de distribuição restrita: aracuã (*Ortalis guttata*), jacamin-de-costas-brancas (*Psophia leucoptera*), periquito-de-cabeça-suja (*Aratinga weddellii*), periquito-de-asa-azul (*Brotogeris cyanoptera*), periquito-testinha (*B. sanctithomae*), papagaio-da-várzea (*Amazona festiva*), sovela-vermelha (*Galbalcyrhynchus purusianus*), barbudo-de-coleira (*Malacoptila semicineta*) e capitão-de-bigode-limão (*Eubucco richardsoni*) (Oren, 2001).

A presença de espécies ameaçadas de mamíferos e répteis aquáticos e de peixes sobreexplorados, corrobora com os estudos de fauna do Seminário de Macapá, nos quais esta região do rio Purus foi considerada de extrema importância para mamíferos e de importância muito alta para a biota aquática.

Nota-se que, embora a riqueza de espécies locais tenha sido subestimada, a região apresenta uma fauna diversificada e de evidente relevância biológica. Portanto, espera-se que com o aprofundamento de estudos e a realização de novos inventários biológicos, seja comprovada a importância da Reserva para a proteção da biodiversidade.

Observa-se na área de estudo grande potencial faunístico, tanto pelo número de espécies quanto pela existência de populações substanciais até mesmo de espécies bastante



caçadas, como anta e queixada. Esse fato indica a importância da região para a manutenção das populações humanas que utilizam recursos naturais com práticas tradicionais e de baixo impacto.

Nos anexos 05 a 08 estão elencadas as espécies de peixes, répteis, aves e mamíferos registradas (por visualização e/ou relatos) na área da Resex Arapixi (dados de 2004).

### **3.2. Meio Antrópico**

Uma vez caracterizados seus aspectos físicos e bióticos, a seguir serão apresentadas as características socioeconômicas da Unidade, destacando as formas de intervenção e interação entre a ocupação humana e o meio natural da região.

#### **3.2.1. Características da População**

##### **3.2.1.1. Distribuição da População**

A população da Resex Arapixi está distribuída ao longo do Rio Purus em 15 comunidades/localidades identificadas no Quadro 3.1<sup>5</sup>, sendo as macro-regiões: Maracaju I e II (área 1), São José (área 2) e Santo Honorato (área 3). Para as análises apresentadas nesse documento será utilizada esta divisão por macro-regiões, muito embora essa divisão não expresse, obrigatoriamente, a percepção dos moradores sobre a região.

---

<sup>5</sup> Na Macro-região São José houve localidades sem identificação que ficaram agrupadas neste estudo somente como São José. Isso não ocorreu nas outras regiões.

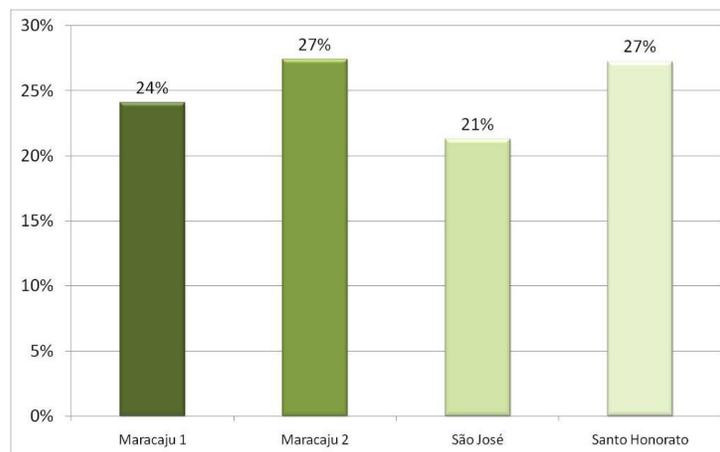
Macro-região	Localidade
Maracaju I	Alto D'oro
Maracaju I	Lago Novo
Maracaju I	Maracaju I
Maracaju I	Porta Alegre
Maracaju II	Maracaju II
Maracaju II	Bosque
Maracaju II	Lago Cutipiã
Santo Honorato	Santo Honorato
Santo Honorato	Rio Branco
São José	São José
São José	Ig. Extrema
São José	Manithiã
São José	Vai Quem Quer
São José	Vila
São José	Vista Alegre

**Quadro 3.1:** Comunidades e localidades da Resex Arapixi

A população total da Resex é de 610 moradores, divididos em 143 famílias<sup>6</sup>, dentro da Resex e outras 17 pessoas, em 5 famílias, no entorno imediato, de grande relação com as famílias da Resex. O número médio de integrantes por família é de quatro pessoas, variando entre uma a onze por núcleo familiar. Os mapas 3.12 a 3.16 que estão em anexo no encarte de mapas mostram a distribuição dessas famílias ao longo do Rio Purus e seus lagos de várzea.

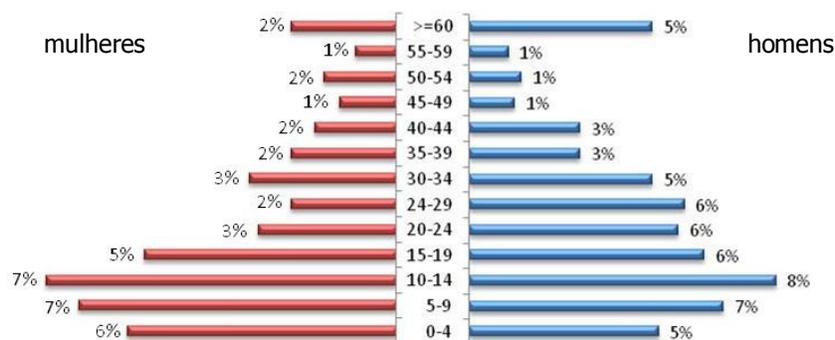
A Figura 3.4 mostra a distribuição percentual dos moradores nas macro-regiões.

<sup>6</sup> Foram consideradas famílias: pessoas que vivem em união estável, mesmo que morem na casa de outra família; pessoas que tenham filhos, mesmo que morem na casa de uma outra família; Viúvos, mesmo que morem na casa de outra família; solteiros/agregados que tenham a sua casa/roça/trabalho independente;



**Figura 3.4:** Distribuição da população por macro-região

A maior parte da população é masculina (57%), e 40% da população tem idade menor ou igual a 14 anos. Outros 20% se somam a esse valor correspondendo a 60% da população com idade menor ou igual a 24 anos. A base mais larga da pirâmide etária (Figura 3.5) demonstra que a população da Resex é uma população predominantemente jovem e que a expectativa de envelhecer é baixa, tanto pelos casos de migração quanto por óbito. A porcentagem de moradores com idade acima de 60 anos é de apenas 7%.



**Figura 3.5:** Pirâmide etária da população na Resex Arapixi.

### 3.2.1.2. Estrutura familiar e divisão do trabalho

Segundo Esteves & Santos (2004), no seringal, as famílias são compostas de pai, mãe e filhos e muitas vezes participam dessa composição irmãos, sobrinhos, noras, genros e netos. O casamento é a base da estrutura familiar. É comum na zona rural os filhos casarem e morarem próximos, em uma pequena área cedida pelos pais. Essa forma de agregação familiar garante a permanência dos filhos e parentes próximos e também a herança da terra.



Na estrutura familiar é determinada uma divisão de tarefas que cabe a cada membro desempenhar. Desde cedo os pais se encarregam de conduzir os filhos nessas atividades, fortalecendo a médio prazo a produção e renda da família.

Na área estudada, a divisão dessas tarefas está distribuída entre crianças, jovens, adultos e idosos. A média de idade é de sete anos para que as crianças iniciem suas obrigações, com os trabalhos voltados, principalmente, para a moradia. As meninas se destacam nos trabalhos domésticos com a preparação da comida, limpeza do quintal e o cuidado com os irmãos mais novos. Os meninos da mesma faixa etária já desenvolvem atividades como a pesca, caça, roçado, cuidado de animais domésticos e coleta de castanhas.

Na adolescência a divisão de tarefas começa a se definir mais claramente. O percentual de atividades como coletar castanha, cuidar de roçado, pescar, cuidar dos animais domésticos é mais acentuada no sexo masculino, e nessa faixa etária a participação masculina já tem uma representação maior na produção e renda familiar. Outra informação importante é a participação das adolescentes em atividades consideradas no seringal como próprias do universo masculino, como por exemplo, os trabalhos de roçado.

Observou-se que a participação feminina em todas as atividades é bem representativa, porém, é na idade adulta que se estabelece a tarefa e os papéis que cabem a cada sexo.

Na idade adulta, tanto o homem quanto a mulher desenvolvem algumas atividades comuns e em percentuais aproximados, como por exemplo, os trabalhos no roçado, na criação de gado, animais domésticos e a pesca. Já a exploração de madeira, coleta de castanha e a caça são atividades realizadas em percentuais maiores entre os homens.

A atividade doméstica também tem a participação dos dois sexos, porém o número é maior entre as mulheres, que normalmente cuidam dos afazeres do lar e dos filhos quando retornam das atividades produtivas.

A participação nas atividades produtivas pelos idosos é geralmente também maior entre as mulheres. Observou-se maior participação das mulheres com idade acima de 60 anos no trabalho nos roçados em relação à população masculina na mesma faixa etária.

A divisão por faixa etária é mais um padrão estabelecido, uma vez que na zona rural esta regra não é muito rigorosa. O que se percebe é que pela quantidade de tarefas



diárias é necessário o envolvimento de todos. A garantia da alimentação para a família e a obtenção da renda ocupam todos os integrantes da família sem distinção de sexo e idade.

### **3.2.1.3. Educação**

A educação pública escolar no Brasil, de uma maneira geral, enfrenta problemas que, infelizmente, não refletem somente situações específicas e isoladas, atingindo o sistema educativo como um todo e aos atores sociais aí envolvidos. Entre esses problemas pode-se apontar, em maior ou menor grau: a precariedade e/ou ausência de prédios ou equipamentos escolares, a formação deficitária de professores e profissionais da educação, a baixa remuneração salarial, a burocratização do ensino, as relações hierarquizadas e hierarquizantes no cotidiano escolar. Nesse contexto, portanto, tem-se construído o acesso ao direito à educação das populações do campo, através da luta pela implementação de políticas públicas educacionais e pela garantia de que essa educação seja construída a partir das “matrizes culturais” edificadas em séculos de convivência com a terra dos homens e mulheres que junto dela têm vivido.

Na Resex Arapixi essa questão não é diferente. Apesar da estrutura com que as comunidades hoje contam e da dedicação de professores, merendeiras, catraieiros – pessoas da comunidade que são remuneradas pela Prefeitura para realizar o transporte escolar – e estudantes e suas famílias, há diversos pontos de reivindicação, tanto de profissionais da educação escolar, como também de moradores, que necessitam ser observados e analisados. Entende-se que essas reivindicações vão ao encontro da melhoria da qualidade da educação escolarizada e ao conjunto de políticas públicas de preservação da floresta.

#### **a) Estrutura escolar nas comunidades**

A estrutura escolar nas comunidades da Resex, funciona dividida em pólos, distribuídas nas comunidades as quais são administradas por uma mesma direção desde a localidade Independência (fora dos limites da Resex) até o Santo Honorato, num total de oito pólos.

O diretor da escola visita os pólos aproximadamente uma vez por mês, quando da entrega da merenda, e procura orientar os professores em suas necessidades. Além dessas



orientações em campo, mensalmente ocorrem reuniões de orientação pedagógica na localidade Independência.

Os pólos da escola têm um calendário diferenciado daquele da cidade, no qual as férias ocorrem nos períodos de dezembro e uma semana em julho. Dessa forma, para atender os 200 dias letivos de aulas, alguns professores lecionam também aos sábados.

A Secretaria Municipal de Educação também disponibiliza um conjunto de materiais aos estudantes, como caderno, lápis e borracha. Porém, segundo os professores e algumas famílias, estes não têm sido suficientes para todos os alunos.

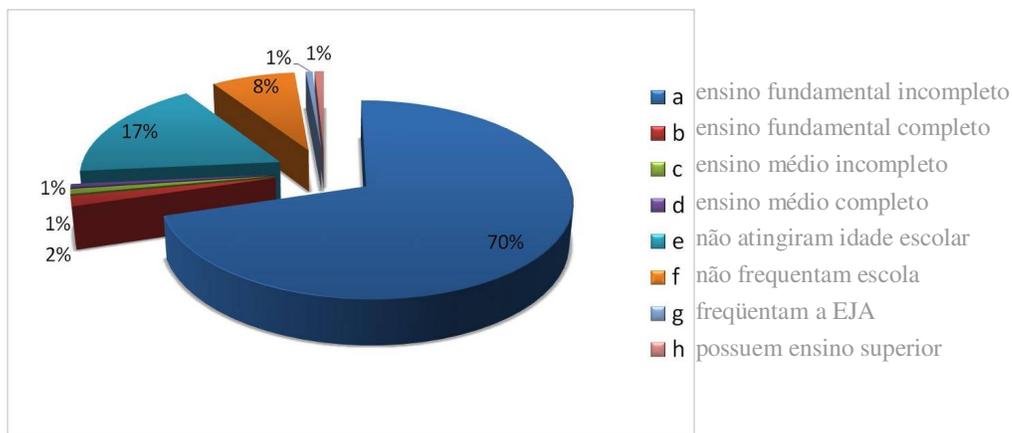
Esses pólos contam com estruturas distintas de comunidade para comunidade. Existem pólos, como o Maracaju 1, por exemplo, que contam com um prédio com uma sala de aula bem arejada, bem iluminada, com estado de manutenção bom; como também existem pólos, como o Bosque, em que as aulas têm sido ministradas na casa de uma moradora. Apenas nas comunidades Maracaju 1, Maracaju 2 e Vila São José é oferecido ensino escolarizado para além da 4ª série (5ª a 8ª séries). A maior parte dos pólos atende cerca de 30 estudantes, sendo que nas comunidades Manithiã, Bosque e Porta Alegre esse número é bem inferior, não passando de 10 estudantes por escola.

#### **b) Algumas informações sobre Leitura, Escrita e Escolaridade**

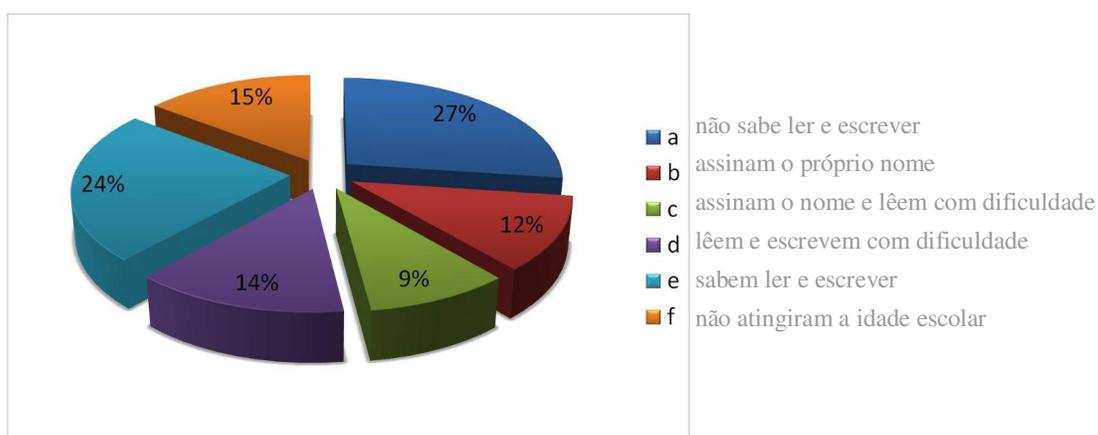
Com relação à escolaridade dos moradores da Resex Arapixi, a figura 3.6 mostra um percentual de 70% dos moradores da Resex com o ensino fundamental incompleto (letra a - 1º a 9º série); de 2% de moradores com Ensino fundamental completo (b); de 1% de moradores com ensino médio incompleto (c); de 1% de moradores com ensino médio completo (d); de 17% de moradores que não atingiram idade escolar (e); de 8% de moradores que não freqüentam a escola (f); de 1% de moradores nas turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) (g); e 1% de moradores com Ensino superior (h).

Quanto ao aprendizado, um dos aspectos que podem ser medidos é a capacidade da pessoa em ler e escrever. Na Reserva Arapixi cerca de 27% dos moradores não sabem ler nem escrever (a); 12% de moradores que assinam o próprio nome (b); 9 % de moradores que assinam o próprio nome e lêem com dificuldade (c); 14% dos moradores que lêem e escrevem com dificuldade (d); 24% dos moradores que sabem ler e escrever (e); e 15% dos moradores que não atingiram idade escolar (f).





**Figura 3.6** Distribuição de níveis de escolaridade levantados na Resex Arapixi



**Figura 3.7** Distribuição de níveis de leitura e escrita levantados na Resex Arapixi

Como pode-se notar, é baixo o índice (24%) de moradores que sabem ler e escrever. Excetuados os 15% de moradores que não atingiram idade escolar, sobram 61% de moradores que ou não sabem ler nem escrever, ou lêem com dificuldade, ou escrevem e lêem com dificuldade. Aqui se faz essencial uma reflexão no sentido de qual a efetividade da educação que está sendo realizada na Resex Arapixi, fato este criticado por alguns moradores (o qual será aprofundado no tema “Relação da escola com a família/comunidade”).

No que diz respeito à continuidade dos estudos a partir da 9ª série, os estudantes não têm onde estudar. A única alternativa é se mudar para os centros urbanos mais próximos – Sena Madureira/AC ou Boca do Acre/AM. Essa é uma forte demanda local: pais, mães e estudantes gostariam que a escola oferecesse as séries do ensino médio para que não ocorresse o êxodo dos jovens para a cidade. Diante disso, faz-se fundamental a construção de ofertas de educação escolarizada para jovens que adentrarem o Ensino

Médio, de maneira que esta oferta não rompa com o cotidiano das famílias. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma demanda apontada pelos moradores da Resex, a fim de garantir o acesso à leitura e escrita daqueles que tiveram seus direitos negados historicamente, configurando-se como uma lacuna importante na educação da comunidade.

### **c) Merenda Escolar**

A merenda é fornecida pela Secretaria Municipal de Educação e, segundo depoimentos dos professores e moradores, é insuficiente para o número de alunos. Essa quantia supre somente a primeira semana de aulas e, em virtude da falta de merenda, os professores decidiram promover um protesto ministrando, diariamente, uma hora a menos de aula.

Não há nenhum trabalho específico com os moradores para suprir a falta da merenda e, com isso, poder garantir todo o período letivo. Alguns moradores sugeriram que a Secretaria Municipal de Educação comprasse a produção de alguns alimentos deles, abastecendo as escolas com uma comida mais nutritiva, valorizando a culinária local e propiciando uma possível melhoria na renda das famílias, já que poderia haver um planejamento da produção de certos alimentos para atender essa demanda.

É importante esclarecer que já existem instrumentos legais que obrigam as prefeituras a comprar parte da merenda escolar da produção local. Buscar os meios para que os produtores da Reserva possam fornecer a merenda escolar é um desafio a ser enfrentado.

### **d) Transporte escolar**

O transporte escolar é feito por meio de catraias – embarcações com capacidade para transportar cerca de 15 pessoas - as quais ficam sob a responsabilidade dos catraieiros, que são na sua maioria moradores da própria comunidade. Apenas no Santo Honorato 2 o transporte é feito por um catraieiro de fora da Resex, o que acarreta um certo desconforto por parte de alguns moradores.

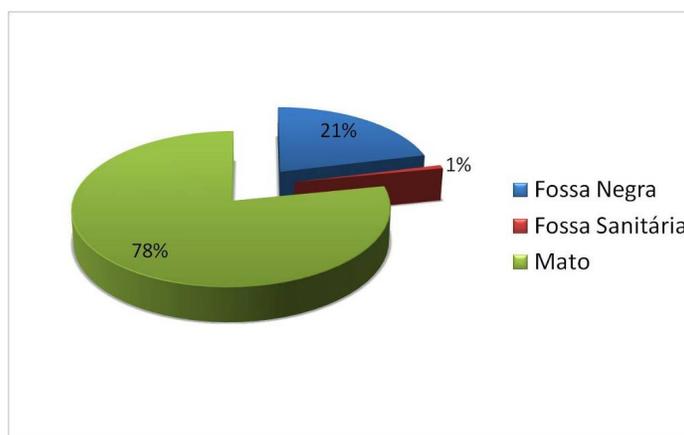
Na opinião de alguns, a segurança do transporte escolar é uma questão que preocupa as famílias das crianças e jovens que são transportados. Segundo elas, as catraias não são construídas para suportar o número de pessoas que vem sendo transportado, e,

freqüentemente, ocorrem acidentes envolvendo estas embarcações. Seria, portanto, necessária a construção de novas catraias. No entanto, segundo alguns moradores mais experientes, o problema está no fato de que o rio muda muito do inverno para o verão, havendo a necessidade de haver dois tipos de embarcação, um para cada época. Algumas famílias do Lago Novo também reivindicam um transporte motorizado para fazer o trajeto de uma margem a outra do lago.

#### 3.2.1.4. Saúde e Saneamento

##### a) Condições de moradia e higiene

A maior parte das moradias das famílias da Resex Arapixi é de madeira, construída em geral a 1 metro do chão em estilo palafita, com cobertura de telhas de alumínio ou de zinco. Em algumas casas há estruturas de captação de água da chuva, como calhas que desembocam em uma caixa de água. Com relação ao destino das fezes, 78 % vão para o mato, 21% das famílias têm fossa negra e 1% têm fossa sanitária, como mostra a Figura 3.8.

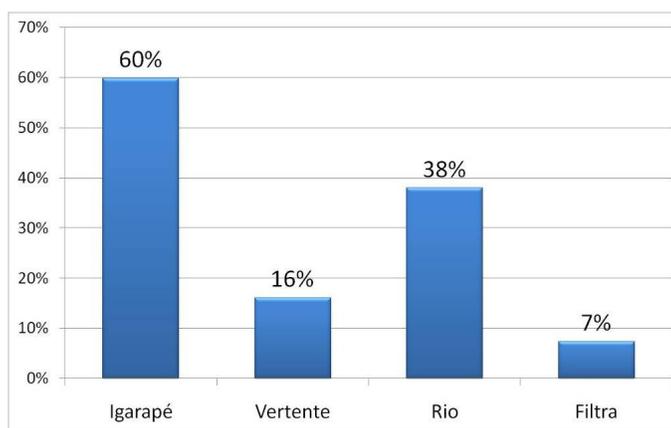


**Figura 3.8:** Destinação das fezes humanas na Resex

A presença de animais de criação, como cachorros, gatos, galinhas, nas dependências das casas não é comum, em grande parte dificultada pela altura da casa. Em algumas delas, porém, foi observada a presença de animais em seu interior, o que pode se configurar como um problema para a saúde das famílias. A proximidade da criação de gado nas moradias, pode trazer também a incidência de doenças pelas fezes dos bovinos, tornando o entorno das casas, muitas vezes, insalubre.

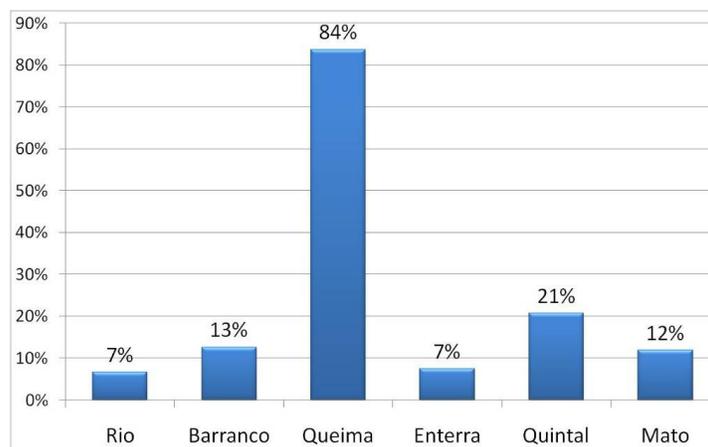
Em geral as pessoas costumam deixar seus calçados fora de casa, adentrando os espaços internos de pés descalços. Em algumas casas foi observado que as pessoas possuem uma vasilha com água para lavar os pés.

Como mostra a figura 3.9, a água para o consumo é, em geral, de igarapés (60% das famílias) e a maior parte dos residentes não utiliza o hipoclorito, pois não gostam do sabor que fica na água. Apenas 7% das famílias filtram a água que é ingerida, a qual passa, normalmente, por um processo de coagem com pano limpo. Além do consumo humano, a água do rio também é utilizada para lavar louças e alimentos. Há um índice de 38% da população que utiliza a água do rio como fonte de hidratação. Faz-se necessário atentar para o baixíssimo número de famílias que filtra essa água ou que a trata com hipoclorito.



**Figura 3.9:** Tipos de água consumida pela população

Quanto ao destino que as famílias dão ao lixo, este não é diferente de outras regiões que estão distantes das cidades. Cerca de 84% das famílias costumam queimar seus resíduos, co-existindo com outros destinos, como jogar no rio (7%), no mato (12%) ou enterrar (7%). Geralmente, nas residências nas quais se tem criação de porcos e/ou galinhas, o destino dos resíduos orgânicos é o quintal (21%), como mostra a figura 3.10.



**Figura 3.10** Destinação do lixo na Reserva

### **b) Estado geral de saúde das famílias**

Dentre os principais casos de doenças estão as gripes, viroses, diarreia e feridas de piom que infeccionam e também casos de *leishmaniose* entre as crianças. Entre os adultos foram relatadas dores de cabeça do tipo enxaqueca, talvez relacionadas ao trabalho sob o sol na roça, gripe e dor de dente. Alguns jovens e adultos do sexo masculino reclamaram de dor nas costas, as quais podem estar relacionadas aos esforços físicos que se dão, principalmente, no tempo de coleta da castanha. Entre os idosos não foram relatadas doenças frequentes.

No geral, as principais ocorrências são: gripe, febre, verminose, hepatite B e C, febre reumática, gastrite, infecção urinária, malária, infecção no rim, dor de dente. Em 2006, segundo dados de uma das Agentes de Saúde da região, foram registrados naquela região 14 casos de hepatite. Quando dos trabalhos para a construção deste documento, a equipe técnica que estava em campo, acompanhou um caso de falecimento na Reserva em virtude da hepatite.

Tanto para a malária quanto para a *leishmaniose* os ribeirinhos procuram a cura na cidade. Para outras doenças, frequentemente recorrem aos remédios caseiros em primeira instância, cujas receitas são conhecidas pelas pessoas da região. O Daime, praticado na Vila São José, também está muito associado à cura de doenças. Alguns remédios alopáticos são bastante presentes nas casas das pessoas, como aqueles utilizados para tratar gripe, febre e dor. A maior parte das pessoas afirma preferir o remédio caseiro ao industrializado.

A saúde bucal na região é bastante precária. A maior parte dos adultos não possui muitos de seus dentes, sendo que poucos possuem próteses dentárias. Apesar dos relatos de dor de dente, foi observada a prática de escovar os dentes em algumas famílias, após as refeições, e em outras famílias no começo do dia.

.Existe na Reserva atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), mantidos pelo PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde), parceria entre o governo federal, municipal e a comunidade. Entretanto, não é atribuído a eles o papel de análise do quadro de saúde e prescrição de medicamentos, existindo a demanda por atendimento prescritivo.

As iniciativas governamentais para além do PACS parecem se resumir ao atendimento propiciado por uma equipe móvel de médicos, dentistas e profissionais de enfermagem, que em geral passa uma vez por ano na Unidade.

Em casos de urgência há moradores que utilizam os serviços de postos de saúde em áreas indígenas, como é o caso do uso do Posto de Saúde da Reserva Camporá (tribo Jaminauá).

Em suma, tudo o que se relaciona com o tratamento de saúde é muito oneroso e as ações de prevenção à saúde são raras

Com relação ao atendimento médico oferecido em Boca do Acre, diversos foram os relatos de especialidades médicas que frequentemente não são oferecidas, sendo necessário ir, quando isso é possível, a Rio Branco/AC.

### **3.2.1.5. Alimentação**

A alimentação das famílias é separada geralmente em três grandes refeições: café da manhã, almoço e jantar. No desjejum a presença da tapioca é comum no cardápio das famílias, acompanhada de ovos fritos, ou de algum preparado de banana e de café. Os almoços e jantares são caracterizados pela presença de legumes, frutas, peixe, feijão e arroz, acompanhado da farinha de mandioca. Entre uma refeição e outra a ingestão de outros alimentos é comum.

### 3.2.1.6. Religião

Os moradores estão vinculados às religiões Evangélicas, Católica e à doutrina espírita do Santo Daime. Os Evangélicos estão divididos em duas denominações, Assembléia de Deus com quatro igrejas e a Congregação Cristã do Brasil com uma igreja. Já os católicos realizam encontros nas casas de alguns moradores que são chamados por eles de “coordenadores”, não existindo igreja e nem pároco na região. Os seguidores do Santo Daime concentram-se principalmente na Comunidade São José (seringal Liége), realizando suas reuniões na igreja local.

A religiosidade é uma forma de aproximação e mobilização dos moradores. Diversas atividades religiosas, como reuniões e cultos, são compartilhadas por católicos e evangélicos, havendo compreensão e respeito. Apesar da diversidade de credos, não existe nenhum conflito de ordem religiosa ao longo da Reserva.

Os integrantes da doutrina espírita Santo Daime realizam seus ritos apenas entre os devotos, e os mesmos não participam de nenhuma outra forma de ecumenismo. Com um número menor de seguidores, os participantes da doutrina, em sua maioria, possuem uma relação de parentesco, vivendo na mesma comunidade. Os fiéis realizam um ritual de preces diárias, além de diversos ritos e comemorações próprias da doutrina.

As igrejas evangélicas Assembléia de Deus estão localizadas nos seringais Porta Alegre, Liége, Santo Honorato e Arapixi. A Congregação Cristã do Brasil tem sua única igreja instalada no seringal Santo Honorato. Em geral, as atividades religiosas se resumem a cultos e reuniões, não desempenhando qualquer outra atividade social na área.

Os católicos reúnem-se semanal ou quinzenalmente, para cantar, rezar e estudar a Bíblia. Os encontros ocorrem na moradia dos coordenadores da região, o senhor Manoel Mota da Silva e a senhora Francilene Oliveira de Lima, residentes no seringal Maracaju.

A igreja católica, dentre os entrevistados, tem o maior número de fiéis, com 57%, os evangélicos têm um índice de 33% e 10% são fiéis da doutrina espírita Santo Daime.

### **3.2.1.7. Comunicação**

O rádio tem um papel fundamental, pois é o meio de comunicação mais utilizado pelos moradores. É através dele que as pessoas têm acesso às informações do que acontece no Brasil e no resto do mundo. Existe uma variedade de emissoras de rádio ouvidas pelos moradores. A primeira referência é a rádio “Eu e Você” de Boca do Acre, seguida pela “Difusora Acreana” de Rio Branco e de Sena Madureira no Estado do Acre. Outra emissora ouvida é a Rádio Nacional que transmite ações do governo federal e notícias dos estados brasileiros. Também têm um menor número de ouvintes as rádios de Rondônia e do Amazonas.

Não existem na Reserva outros veículos de comunicação disponíveis, a não ser a comunicação via embarcações. No entanto, já foi levantada a demanda por telefones públicos na Unidade e encaminhadas para a Anatel através da mobilização do ICMBio/Sede.

Outro modo de comunicação que vem crescendo na Unidade é a televisão. Cada vez mais moradores estão adquirindo televisão e antena parabólica. Em geral, elas permanecem ligadas durante a noite, principalmente, acompanhando as telenovelas. Interessante perceber e buscar entender o quanto a televisão vem mudando os hábitos dos moradores alterando, por exemplo, o horário de dormir das pessoas que ficam mobilizadas pela sua programação.

### **3.2.1.8. Infra-estrutura familiar e comunitária da Resex**

Cerca de 34% das famílias tem iluminação por gerador e 25% tem televisão, sendo que algumas famílias que não têm este aparelho visitam as casas que o tem para apreciar a programação, geralmente novela e futebol.

Com relação ao tipo de estrutura para o cozimento de alimentos, 67% da população tem fogão a gás. Três famílias possuem bomba d’água na Reserva que permitem puxar água do rio, facilitando o trabalho doméstico.



Existem ainda moto-serras com os moradores da Resex (foram identificadas 14 em 2008), as quais são utilizadas tanto para os trabalhos da família quanto para tirar madeira para construir casas, cercas, canoas, etc, serviços para os quais recebem diárias.

Há um total de 103 rabetas com motores variando entre 5,5 e 13 HP em toda a Reserva, e 16 Batelões de tamanhos variados. Aproximadamente 27% da população da Resex não possuíam motor até 2008. Muitas dessas famílias adquiriram seus motores em janeiro de 2009, quando foram disponibilizados os créditos do INCRA.

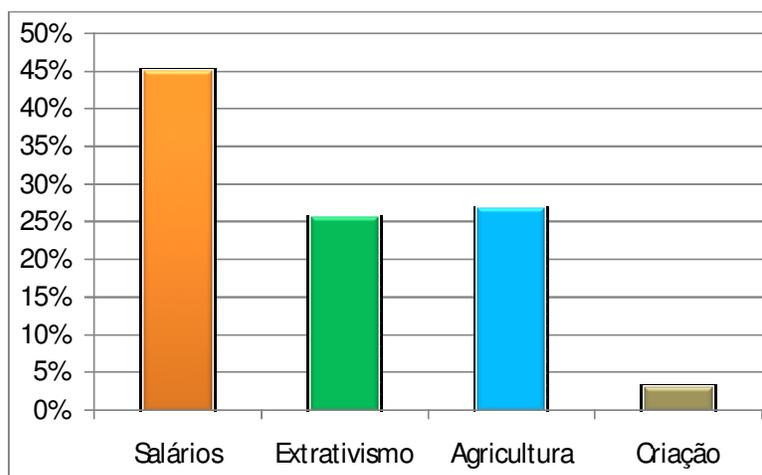
### **3.2.2. Caracterização das práticas produtivas, uso e manejo dos recursos naturais**

#### **3.2.2.1. Fontes de renda, práticas produtivas e uso de recursos naturais**

Historicamente a renda da população da Resex Arapixi foi formada basicamente pelo extrativismo, com grande força na Borracha e posteriormente na Castanha. Atualmente o extrativismo ainda se mantém como uma das principais fontes de renda para os moradores, tendo na Castanha seu carro chefe. No entanto, pode-se observar uma diversificação dos ganhos financeiros dos moradores. A renda dos moradores da Resex Arapixi pode ser categorizada nos seguintes tópicos:

- **Extrativismo:** Entende-se por extrativismo aquelas atividades geradoras de renda que são resultado da pura extração dos recursos naturais, sem que haja trabalho para a produção da matéria prima, podendo ocorrer algum tipo de beneficiamento, como nos óleos e nos trabalhos manuais com madeira;
- **Agricultura:** Entende-se por produtos resultantes da agricultura todos aqueles em que se trabalha a terra e se planta o produto a ser trabalhado, incluindo-se aqui produtos de Sistemas Agro-florestais e produtos processados (farinha, mel de cana, açúcar);
- **Criação:** Entende-se como criação a geração de renda através da criação e venda de animais de pequeno e grande porte;
- **Renda assalariada:** Renda recebida por trabalho realizado (diárias, professores) quanto por direitos governamentais (aposentadoria, Bolsa Família, Seguro Defeso).

O agrupamento das diferentes fontes de renda nessas categorias facilita o entendimento da realidade de utilização dos recursos naturais da Unidade e também suas principais fontes geradoras de renda. A Figura 3.11 ilustra a distribuição de renda por categoria, mostrando que os salários são, atualmente, a principal fonte geradora de renda, seguida da agricultura, do extrativismo e da criação. Percebe-se aí, uma grande mudança na renda dos moradores da região, passando unicamente do extrativismo, da época dos patrões, para uma renda mais diversificada com grande entrada por recebimento de salários, principalmente, governamentais.



**Figura 3.11:** Distribuição da renda por tipo de atividade

A renda total anual bruta, levantada em 2008, é de R\$ 951.327,80<sup>7</sup> para toda a Resex. A renda familiar anual varia entre quase zero em algumas famílias à R\$37.978,00. Essa última normalmente é vinculada a alguma renda da categoria Salário (aposentadoria, seguro defeso, professores, bolsa família, etc.). Com isso, a renda média familiar anual é de R\$ 6.516,00, o que corresponde a R\$543,00 mensais – destacando que essa é a renda bruta (sem contar os custos de produção). Percebe-se aqui, a importância da categoria salário, pois sem esta a renda média é de R\$3.588,93, equivalentes a R\$299,00 por mês<sup>8</sup>.

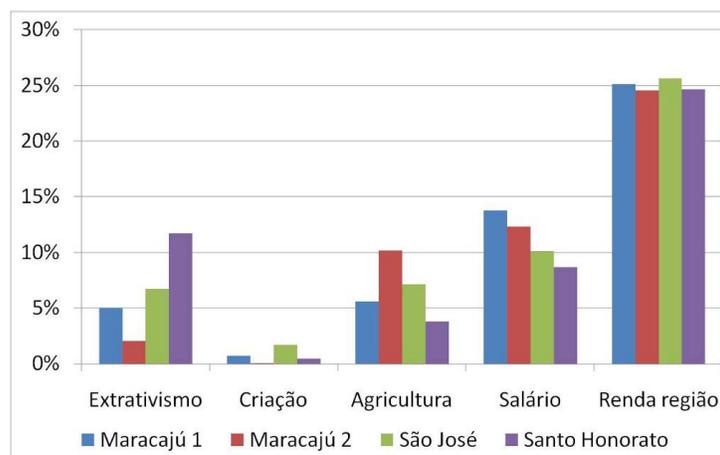
Outros aspectos importantes que devem ser expostos para facilitar o entendimento quanto à renda média da região são: i) a retirada da verba referente aos programas

<sup>7</sup> A única renda que é integral é a renda dos salários, pois não se inclui custo algum para o mesmo. A renda gerada pelo extrativismo, agricultura e criação possui gastos intrínsecos das diferentes atividades que não foram detalhados neste trabalho, sendo esta renda classificada como um faturamento bruto.

<sup>8</sup> Para apoiar a análise e a utilização futura desses dados vale lembrar que a renda média serve apenas como um direcionador geral para o entendimento da renda da Resex, uma vez que se trata apenas de uma média simples.

governamentais faz com que a renda média caia consideravelmente; ii) se forem considerados os custos de produção sobre essa renda, a mesma cai mais um pouco e iii) se for considerada parte dessa renda como conseguida através da troca de mercadorias (no caso de regatões e do Seringal Arapixi) a mesma cai ainda mais, pois os valores são, normalmente, mais altos do que os da cidade. Vendo por essa perspectiva famílias pertencentes à categoria Salário acabam indo obrigatoriamente para a cidade todo mês e por lá comprando seus produtos industrializados, o que não ocorre necessariamente com os que pertencem apenas às outras categorias, os quais muitas vezes se valem dos regatões para adquirirem os produtos, perdendo boa parte do seu poder aquisitivo. A compra de produtos industrializados e sua utilização fazem parte da cultura e das necessidades das comunidades ribeirinhas da Amazônia.

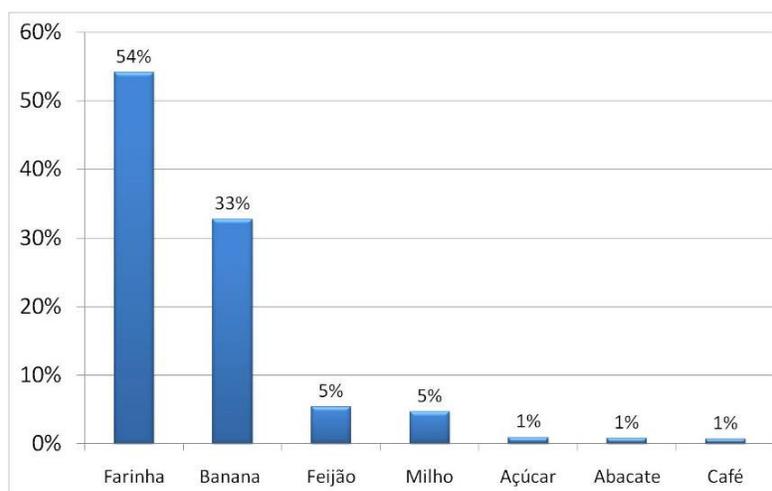
A distribuição da renda bruta anual ao longo das macro-regiões existentes é ilustrada pela Figura 3.12 que traz, também, a distribuição da renda por categoria, com percentual relativo à renda total.



**Figura 3.12:** Distribuição de renda por Macro-região e tipo de atividade

### 3.2.2.2. Agricultura

A agricultura corresponde a 27% da renda da Resex e tem na farinha o seu carro chefe, com 54% desta renda e a participação de 81 famílias. A Figura 3.13 ilustra a distribuição da renda da Agricultura entre os principais produtos comercializados na Resex. O levantamento do número de famílias envolvidas nas atividades está diretamente envolvido à comercialização dos produtos e não à produção para subsistência.



**Figura 3.13:** Distribuição percentual por produtos da agricultura na Resex.

Além de ser o principal produto produzido e comercializado na Resex a farinha é também importante base alimentar dos moradores. A mandioca é o principal produto plantado sendo que os demais produtos entram normalmente em consórcio com a mesma nas roças, com exceção do arroz e, em alguns lugares, da banana.

Os roçados<sup>9</sup> possuem em média 1,5 ha (hectares)<sup>10</sup> com a permanência de dois a três anos em uma mesma área antes de abrir uma área nova (capoeira<sup>11</sup>, capoeirão<sup>12</sup> ou mata virgem<sup>13</sup>). O ciclo de plantio funciona da seguinte maneira:

1. Planeja-se onde será o novo roçado, data (normalmente entre Agosto e Novembro), o tamanho e quem irá ajudar;
2. Prepara-se o aceiro<sup>14</sup> para evitar que o fogo escape para a capoeira, mata ou plantação;
3. Broca-se<sup>15</sup> uma área desejada, normalmente tirando as madeiras mais finas e o mato baixo e queimando as madeiras mais grossas;

<sup>9</sup> Chama-se roçado as áreas utilizadas para plantios de culturas diversas, como milho, arroz, banana entre outros. Já as áreas de plantio de mandioca, é comumente chamado também de roça.

<sup>10</sup> Dado declarado pelos moradores.

<sup>11</sup> Capoeira é identificada pelos moradores como a mata que cresce na região roçada logo após o seu “abandono” fazendo parte do ciclo produtivo deixar com que a mata cresça para o fortalecimento do solo, viabilizando futuras plantações na mesma região.

<sup>12</sup> Capoeira antiga, normalmente sem utilização por mais de 15 anos.

<sup>13</sup> Área de mata intocada, que não foi utilizada para roçado por um longo período de tempo ou nunca foi utilizada.

<sup>14</sup> Área de resguardo/proteção entre a área que será queimada e a área ao redor.

4. Deixa-se o terreno parado por algum tempo (variando de semana a meses, dependendo do plantio e das chuvas);
5. Inicia-se a plantação da mandioca e posteriormente das outras culturas, com espaço médio de um metro entre uma cova e outra e intercalando os diferentes plantios (banana, milho, macaxeira);
6. Após quatro meses o milho já pode ser colhido, permanecendo as outras culturas;
7. Após um ano o roçado já está pronta para ser colhida e na medida em que a colheita ocorre, principalmente para a produção de farinha, já se renova o plantio;
8. A mesma área continua sendo utilizada, como no item 7, por três<sup>16</sup> ou quatro anos, sendo abandonada para virar capoeira após esse tempo;
9. Passados três anos<sup>17</sup>, retorna-se ao mesmo local iniciando o ciclo novamente.

A Figura 3.14 ilustra algumas das fases do plantio, da queima da capoeira, passando pelo plantio consorciado, chegando ao resultado da produção.



**Figura 3.14:** Fases do roçado

As famílias ocupam uma área aproximada de 500 ha para a produção agrícola, que representa 0,37% da área total da Resex<sup>18</sup>.

Alguns plantios exigem áreas próprias para plantação como é o caso do arroz e de alguns legumes. No caso do arroz o plantio é realizado sempre com a abertura de área virgem ou capoeirão, sendo comum a abertura de aproximadamente 0,5 ha para o mesmo.

---

<sup>15</sup> Brocar é o mesmo que abrir, derrubando e queimando a área para o posterior plantio.

<sup>16</sup> No caso de se utilizar a terra duas vezes: 1º ano plantio e crescimento, 2º ano colheita e replantio, 3º ano colheita e “abandono” para virar capoeira.

<sup>17</sup> Este tempo foi levantado em campo e representa a média da maioria dos casos levantados,

<sup>18</sup> Esse valor se aproxima ao valor declarado pelas famílias – roça + área na capoeira = 446,6 ha, o que suporta a análise realizada.

É importante a observação desses valores para a manutenção da agricultura de subsistência e da produção para comercialização realizada pelos moradores.

Um importante produto, que vem recebendo investimentos e incentivo do Governo Federal através do Pronaf – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar e do Governo Estadual através do IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas, é a cana de açúcar. Foram levantadas três famílias trabalhando com o produto açúcar mascavo, tendo as mesmas recebido créditos do Pronaf para a estruturação do processo produtivo e para a aquisição de um pequeno trator ou *jirico* para transporte de cargas. A renda gerada corresponde a apenas 1% da renda da categoria Agricultura, porém, torna-se importante o acompanhamento dos impactos ambientais, os processos produtivos e sua expansão por parte dos gestores.

Uma dinâmica um pouco diferente ocorre com os moradores que estão desenvolvendo atividades digamos, intuitivas, com Sistemas Agroflorestais. Durante o trabalho foram levantadas 13 famílias que, têm interesse em trabalhar, estão iniciando, ou já possuem um sistema relativamente evoluído. Normalmente esses SAFs se iniciam com a roça e logo depois passam para a banana, que é o carro chefe das famílias mais consolidadas, e em linhas paralelas vão alternando entre bananeiras, castanheiras, mulateiros, samaúmas, andiroba, açaí, abacate, bacaba, caju, laranja, lima, ingá, graviola, côco, mangueira, etc. A ordem de plantio, as distâncias de uma árvore para a outra, quando plantar, perto de qual planta, todos os processos necessários, desde sucessão ecológica, até a organização produtiva e de comercialização são feitos de formas experimentais e há já um grande conhecimento empírico sobre os mesmos.

Um fator diferencial desse processo para o roçado tradicional é que ao “abandonar” a roça para capoeira o produtor insere novos plantios, tornando a capoeira produtiva para o mesmo. Esse processo faz com que os produtores não retornem mais às mesmas áreas abrindo antigas áreas de capoeira e também áreas de floresta virgem para plantio. Visualizando futuramente, esse ciclo tem um limite, que é a capacidade produtiva da unidade familiar ou a capacidade produtiva da Resex, imaginando a contratação de moradores da própria UC.

Vale destacar que ocorre na Reserva o expediente de contratação de diaristas, sendo que alguns já se tornaram agregados das famílias e moram na comunidade. A viabilidade dessa expansão para além da capacidade produtiva familiar é algo que gera

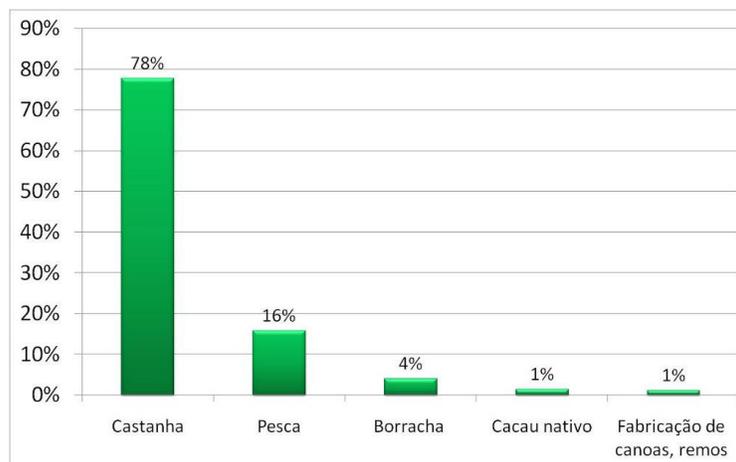


dúvida também para os moradores, os quais não conseguem avaliar se estão ganhando ou perdendo ao pagar uma grande quantidade de diárias. Faz-se necessário, assim, um estudo tanto para a expansão e seu impacto na economia local e um possível processo de migração para a Resex, quanto a viabilidade, ou custo/benefício de se contratar diaristas para o trabalho.

A história da Resex mostra a transformação das matrizes econômicas da região de puramente extrativista para um processo de expansão e diversificação agrícola. Com isso as possibilidades de produtos comercializáveis e produzidos aumentassem consideravelmente, trazendo para os moradores uma maior independência financeira, maior segurança quanto às variações de mercado e principalmente uma maior segurança alimentar, sendo que a maioria da população possui um pomar e plantação de leguminosas e roça em suas colônias ou moradias. Assim, torna-se de grande importância o conhecimento, entendimento e valorização desse processo histórico produtivo para uma boa gestão e planejamento das atividades futuras, visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores e a manutenção ou mesmo permissão/entendimento da necessidade de mudança de seus “legados tradicionais”.

### **3.2.2.3. Extrativismo**

O extrativismo continua sendo um importante recurso produtivo das famílias da Resex Arapixi, representando 25% da renda geral (2% a menos que a agricultura), tendo a extração da castanha-da-Amazônia seu carro chefe, com 78% desta renda e 90 famílias envolvidas; seguido da Pesca, com 16% e 16 famílias envolvidas; da Borracha, com 4% e 7 famílias envolvidas; do Cacau nativo, com 1% e 29 famílias envolvidas; e da fabricação de canoas e remos, com 1% e 6 famílias envolvidas (Figura 3.15)



**Figura 3.15:** Participação dos produtos extrativistas na renda da Resex

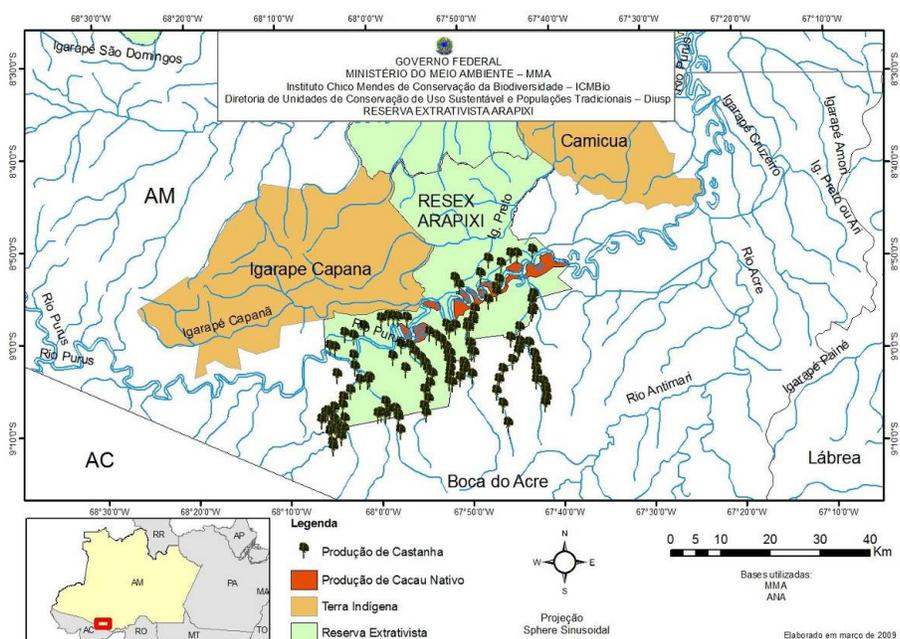
### a) Castanha

A castanha-da-Amazônia destaca-se como o principal produto da Resex, representando 78% da renda total, sendo encontrada ao longo de toda a UC. O volume de castanha levantado foi de 20.929 baldes<sup>19</sup> em 2008<sup>20</sup>, o equivalente a aproximadamente 262 toneladas.

A região do Santo Honorato é a principal produtora com a produção de 12.161 baldes (58%), seguido de São José com 5.930 baldes (28%) e Maracaju 1 e 2 com 2.828 baldes (14%) juntas. O Mapa de Produção (mapa 3.17), que foi confeccionado através de oficinas participativas realizadas em 2008, nos diferentes pólos de trabalho, ilustra os pontos de entrada aproximados das principais colocações e piques de castanha da UC. Os principais igarapés que levam a essas colocações são: Fraga, Manithiã, Extrema, São Benedito, Marrera e Sossego (de leste para oeste). Algumas colocações se dividem ao longo do rio Purus com acesso por terra e outras próximas a igarapés menores.

<sup>19</sup> Unidade de medida equivalente a aproximadamente 25 litros. Antigamente era utilizado a unidade lata, aproximadamente 20 litros, e passou-se a adotar os baldes sem alteração de valor.

<sup>20</sup> Vale destacar que o ano de 2008 foi considerado um ano de safra muito boa pelos produtores.



**Mapa 3.17:** Mapa produtivo do extrativismo da Reserva Extrativista Arapixi (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

O total de colocações levantadas é de 129, sendo que destas 75 (58%) estão dentro da Resex e as demais 54 (42%) estão fora da Unidade. Essa constatação trouxe uma grande preocupação para os moradores, pois a Resex, que garantiria a utilização tradicional de seus recursos naturais não estaria realizando esse papel, no caso da castanha, uma vez que quase metade da área utilizada está fora dos limites da Unidade.

Das 90 famílias que trabalham com castanha, 55 possuem colocações, com diferentes capacidades produtivas, sendo o máximo de cinco colocações para uma mesma família e a média de 1,6 colocações por família (considerando-se as 55 famílias). A distribuição ocorre da seguinte forma: 34 famílias têm 1 colocação; 13 famílias têm 2 colocações; 6 famílias têm 3 colocações; 1 família tem 4; e uma família tem 5 colocações. Trinta e cinco famílias não possuem colocações e tiram a sua renda da castanha quebrando de *meia*<sup>21</sup>.

Em termos de capacidade produtiva foi levantado, pelo Mapa de Produção, que todas as colocações dos principais igarapés produziram em 2008 uma quantidade próxima a 32.553 baldes de castanha-da-Amazônia, ou seja, 11.624 baldes a mais do que o

<sup>21</sup> Existem na Resex as pessoas que são “donos” tradicionais das colocações ou possuem o direito de uso dado pelos “patrões” (atuais ou antigos) e as pessoas que não possuem colocações, as quais coletam a castanha junto com o “dono” dando a ele metade da produção. O “dono” por sua vez fornece todo o material e rancho necessário para o trabalho, ficando o meeiro com sua metade líquida (sem custos).

declarado pelos moradores no cadastramento. Essa diferença ocorre, provavelmente, pelo não levantamento nos questionários da quantidade produzida por pessoas externas à Resex, vindas de Sena Madureira, Boca do Acre e de regiões vizinhas à Resex<sup>22</sup>.

O escoamento e comercialização da castanha ocorrem principalmente pela venda a atravessadores, sejam regatões, no Seringal Arapixi, ou diretamente na cidade. Poucas vendas foram registradas diretamente à fábrica de castanha pertencente à ATAPAEA (Associação dos Trabalhadores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Antimary) em Boca do Acre.

### **b) Borracha**

O látex da seringa já foi o principal produto extraído da região e atualmente é trabalhado apenas por sete famílias, todas da Vila São José. Esses moradores continuam trabalhando ou voltaram a trabalhar com a Seringa a partir do projeto de Couro Vegetal fomentado pela APAS (Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa), fundada em 1995.

Na prática, atualmente, existe uma família que produz o Couro Vegetal, com equipamentos e processo produtivo (tecnologia) fornecidos pela APAS, e outras seis famílias que extraem o látex para essa produção. Os valores pagos são: R\$ 3,5 pela lata de 2 litros; R\$ 8,00 pelas lâminas de primeira de Couro Vegetal; e R\$ 4,00 pelas lâminas de segunda. A produção no ano de 2008 foi de 353 lâminas de primeira e 249 lâminas de segunda.

### **c) Cacau Nativo**

O cacau nativo possui uma pequena contribuição para a economia da região, representando 1% da mesma. Porém a atividade já envolve 29 famílias, que extraem o produto sem um manejo específico das plantas, e com a utilização de parte do potencial produtivo da região. As áreas de uso e potenciais se espalham por regiões baixas, que sofrem ou já sofreram alagamento, ao longo da margem do rio Purus.

---

<sup>22</sup> Foram confirmados oito produtores externos, sendo provável a existência de um número um pouco maior que não foi possível precisar nesse trabalho.

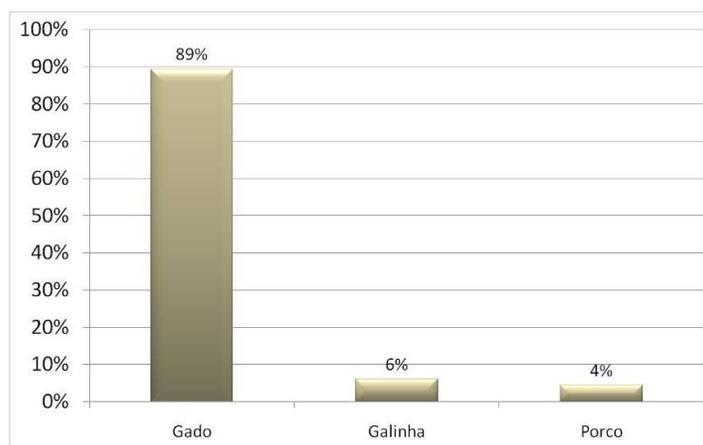
A safra do cacau nativo ocorre na mesma época da coleta da castanha-da-Amazônia. Esse fato, junto à percepção de campo em especial na aplicação dos questionários, leva à possibilidade dessa atividade ser realizada preferencialmente pelas mulheres, estando as árvores, normalmente, próximas a casa ou colônia e o trabalho exigir um menor esforço físico, quando comparado a roça e a coleta de castanha.

A quantidade de cacau nativo produzido pela Resex no ano de 2008 foi de 56405 frutos, vendidos a R\$ 6,00 o cento para a Cooperar (Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus). Esta beneficia o cacau na cidade de Boca do Acre e o produto beneficiado é vendido para a fábrica de chocolate Alemã Bremer HACHEZ Chocolate GmbH & CoKG, que produzem chocolates finos com marca específica, *Wild Cocoa* (Cacau Selvagem), para o produto.

Recentemente foi aprovado um projeto junto ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), intitulado “Manejo comunitário do cacau nativo na várzea do médio rio Purus – AM”, no valor de R\$ 200.000,00, voltado ao manejo florestal de uso múltiplo com foco no cacau nativo da Amazônia, nas áreas de atuação da COOPERAR.

#### **3.2.2.4. Criação de animais**

A categoria criação é a que menos influencia a renda das famílias da Resex, representando 3% da renda bruta total, porém possui um grande aspecto cultural de segurança e posse. A Figura 3.16 demonstra a distribuição da renda gerada pela comercialização dos diferentes animais comercializados em 2008.



**Figura 3.16:** Distribuição percentual da categoria Criação.

A criação de todos os animais das famílias ocorre normalmente na proximidade de suas casas, pois os mesmos precisam de proteção contra os predadores silvestres que costumam matar os animais, caso abandonados. O enfoque nesta parte do texto se dará somente sobre o Gado, que representa mais que 80% do resultado financeiro da categoria e possui um maior impacto sobre a Resex.

Existe a criação do gado tanto solto - sem cercas ou pasto adequado para sua alimentação - quanto com cercas e com pastos destinados a uma boa criação dos animais. Em 2008 houve comercialização por 19 famílias e existem 60 famílias criando um total declarado de 1.053 cabeças de gado ao longo de todo o rio Purus. A área declarada de pasto é de 636 ha o que representa 0,48% da área total da Resex. Somado ao valor declarado pela agricultura, resulta em uma área de uso intensivo igual a 1.083 ha, que corresponde a 0,81% da área total.

A maior área de pasto se encontra no São José (200 ha e 200 cabeças), seguido do Santo Honorato (60 ha e 150 cabeças) e outras áreas e rebanhos ao longo de toda a Resex totalizam menos de 70 cabeças de gado. Desconsiderando esses dois casos extremos, a média de área de pasto dos moradores é de 7 ha e a quantidade de gado criada é de 12 cabeças.

A comercialização é realizada em sua maioria no inverno, quando o rio está cheio e viabiliza o melhor trânsito de embarcações, existindo somente um comprador direto na Resex. O preço pago é de R\$ 3,00/kg, sendo que uma vaca varia entre R\$ 350,00 a 500,00. As vacas são vendidas normalmente quando estão velhas, sendo os bezerros o principal

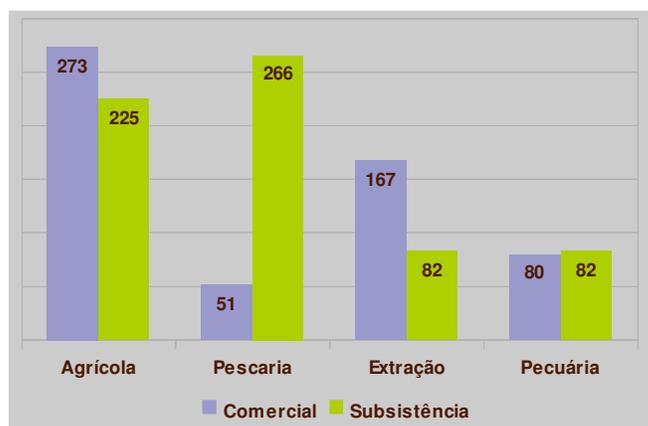
produto das famílias que trabalham principalmente com pecuária (79% das vendas em 2008).

A principal justificativa dos moradores que não trabalham diretamente com pecuária para o investimento na criação bovina é a questão de segurança que o gado representa para satisfazer um caso de uma emergência. A liquidez e o preço relativamente bom conseguido pelo gado traz para os moradores a impressão que o mesmo seja um bom investimento e uma boa “poupança” para as urgências de falta de recursos ou de saúde.

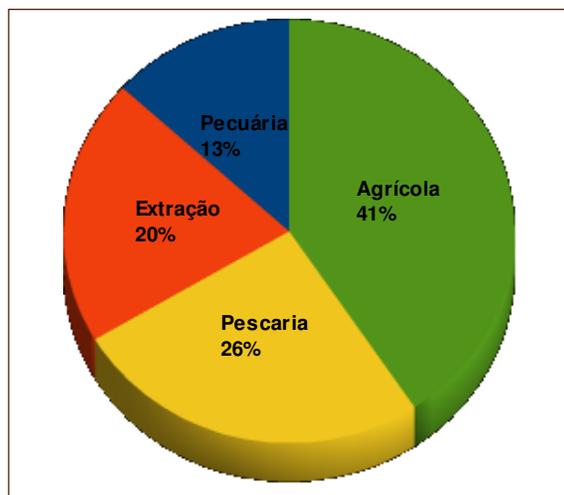
As demais criações exercem também um papel de garantir a alimentação (principalmente galinha, pato, porco e o leite) e de suprimento financeiro para emergências.

### 3.2.2.5. Diagnóstico Pesqueiro

Para a realização do Diagnóstico Pesqueiro da Resex Arapixi foi utilizada a metodologia intitulada “Diagnóstico Rápido Participativo da Pesca”. Foram entrevistadas 116 das 143 famílias. Portanto, o diagnóstico atingiu 81% das famílias da Reserva. Através de seus resultados, observa-se que a pesca é a segunda atividade em ocupação de pessoas (mão de obra) na Resex, só perdendo para a agricultura. Somando-se as pessoas ocupadas na pesca comercial (51 pessoas) com as ocupadas na pesca de subsistência (266 pessoas) há 317 pessoas ocupadas na atividade da pesca. A agricultura ocupa 498 pessoas. Em terceiro lugar está o extrativismo e depois a pecuária.



**Figura 3.17:** Número de pessoas ocupadas em atividades comerciais e de subsistência.



**Figura 3.18:** Taxa de ocupação por atividade produtiva na Resex

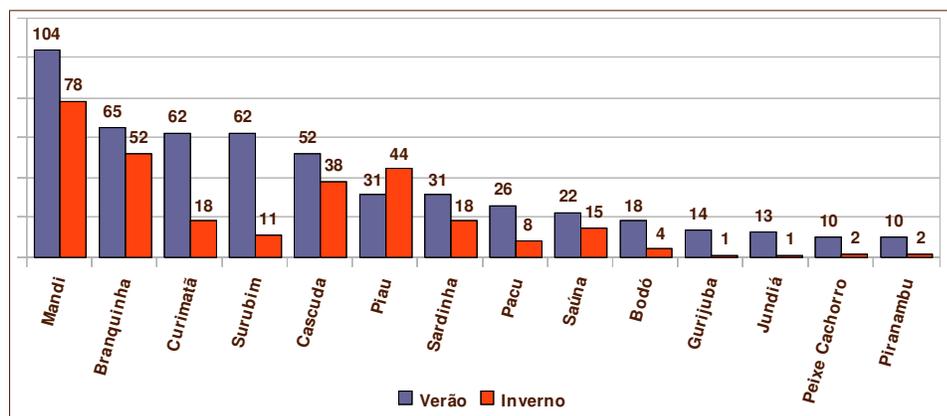
A caracterização da ocupação das pessoas do tipo de pesca (comercial e subsistência), por região, encontra-se na Tabela 3.2.

**Tabela 3.2:** Ocupação das Pessoas em Atividades Comerciais e de Subsistência nas 4 regiões da Reserva, com relação a pesca.

Comunidade	Pescadores	
	Subsistência	Comercial
<b>Maracaju I</b>	74	40
<b>Maracaju II</b>	60	2
<b>São José</b>	61	0
<b>Santo Honorato</b>	71	9

Quanto às espécies pescadas, foram citados pelos moradores os nomes de 50 diferentes tipos de peixes. Isso não quer dizer que só existam essas espécies, pois uma mesma espécie pode ter sido citada por vários nomes locais, bem como um nome de peixe citado pode ser representativo de diversas espécies. A tabela com a identificação dos peixes citados (nome vulgar e nome científico) encontra-se no anexo 9.

Foram levantadas as espécies mais citadas no verão e no inverno. Na Figura 3.19 estão colocadas as espécies citadas pelo menos 10 vezes durante o diagnóstico.



**Figura 3.19:** Espécies mais citadas durante o diagnóstico

O mandi, a branquinha, o curimatã, o surubim, a cascuda, o piau, a sardinha, o pacu e a saúna, citados mais de 20 vezes, podem ser consideradas as espécies de maior importância, seja para a subsistência ou comercialização. Por outro lado algumas espécies (bagres em geral) como o mandi, o surubim, a gurijuba e o jundiá, são peixes que realizam piracema trófica durante o verão, por isso têm maior incidência neste período.

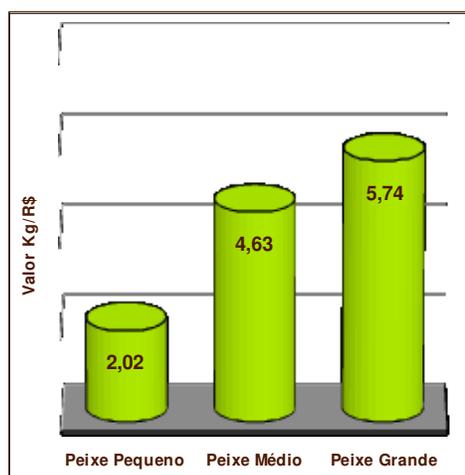
Outra informação importante é sobre a quantidade pescada pelos moradores. No entanto, é de difícil levantamento pela metodologia do DRP. Para esta informação, com maior precisão, seria necessária uma série estatística histórica da pesca comercial e de subsistência. Os dados relatados sobre a quantidade pescada por semana, permitem uma visão geral do esforço de pesca realizado e possibilitam uma projeção do pescado por ano, tomando-se o valor pescado por semana e multiplicando-o pelo número de semanas de cada período.

A Tabela 3.3 apresenta as quantidades pescadas, para subsistência e comercialização, pelas comunidades da Resex.

**Tabela 3.3:** Quantidades Pescadas por Comunidades (em Kg)

Comunidade	Semana (Verão)	Semana (Inverno)	Anual (Verão)	Anual (Inverno)	Subsist.	Comercial
Maracaju I	1.336	1.061	18.704	21.220	13.479	26.446
Maracaju II	350	264	4.900	5.280	9.990	190
São José	320	203	4.480	4.060	8.161	497
Santo Honorato	506	349	7.084	6.980	12.964	1.100

O preço médio do pescado por tamanho, identificado para a Reserva, encontra-se na Figura 3.20.



**Figura 3.20:** Preço médio do pescado por tamanho, identificado na Resex.

Os principais locais de comercialização de pesca estão localizados em Boca do Acre, no Mercado Municipal, para diversos atravessadores e na comunidade do Maracaju I para pescadores mais capitalizados que compram a produção local e depois revendem na cidade. Também foi indicado um comprador em Rio Branco, no Acre e um em local não identificado. A estimativa de renda, gerada pela pesca para os pescadores comerciais, encontra-se na Tabela 3.4.

**Tabela 3.4:** Renda com Comercialização de Pescado (em reais)

	<b>Total</b>	<b>Média/ Pescador</b>
<b>Renda Verão</b>	33.669,51	933,62
<b>Renda Inverno</b>	36.516,38	1.007,22
<b>Renda Total</b>	70.185,89	
<b>Renda Média Anual</b>	35.092,95	970,42

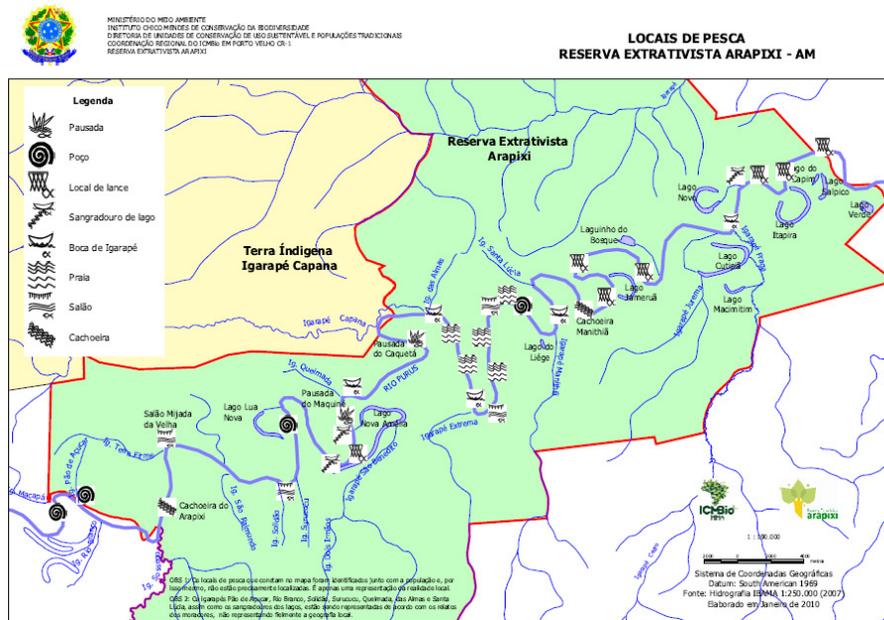
Quanto aos apetrechos de pesca utilizados, os citados foram a malhadeira, a tarrafa, o caniço, o espinhel, o arpão e o arco e flecha. Porém, nas conversas e reuniões comunitárias foram citados o arrasto e a miqueira como artes utilizadas por pescadores locais e, principalmente, por pescadores de fora. Também foi citada a pesca com tingui (planta venenosa) e com espingarda.

Ao todo foram citadas 183 malhadeiras, com malhas variando de tamanho entre 06 a 30 centímetros. As tarrafas somam 102, também com malhas variando de tamanho. A

variedade de tamanhos está relacionada à variedade de espécies-alvo das pescarias. Isso demonstra um conhecimento sobre as diversas espécies que podem ser capturadas ao longo do ano e seus tamanhos.

Durante o diagnóstico foram indicados e caracterizados 55 locais de pesca, incluindo diversos locais ao longo do rio Purus, lagos, igapós e igarapés. Os locais de pesca citados encontram-se listados em anexo (anexo 10) assim como a caracterização dos lagos (anexo 11). Algumas famílias também mostraram interesse em trabalhar com o pirarucu, no trabalho de manejo buscando, assim, diversificar a fonte de renda.

O mapa 3.18 apresenta estes locais de pesca na Reserva Arapixi, a partir da construção do mapa com as comunidades.



**Mapa 3.18:** Mapa temático com os locais de pesca na Resex Arapixi (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

### 3.2.3. Organização Comunitária

As famílias estão historicamente distribuídas ao longo do rio Purus e em seus lagos de várzea. Estas possuem núcleos de organização familiar – localidades – e núcleos de centralização regionais (normalmente aglomerados pela presença de igreja e escola) - comunidade. Cada família possui, normalmente, uma colônia, na qual são feitos os plantios de diferentes espécies para a comercialização e para subsistência. As regiões tradicionalmente utilizadas para o extrativismo são denominadas colocações, as quais,

atualmente, se concentram principalmente em colocações de castanha-da-Amazônia, mas podem ser também colocações de seringa ou outros produtos extrativistas.

Com esses critérios são consideradas comunidades: Maracaju 1, Maracaju 2, Manithiã, São José, Santo Honorato 1 e Santo Honorato 2. No entanto, seja pela distância de suas residências em relação a estes núcleos comunitários, seja pela discordância, por vezes, de pessoas geralmente na liderança destas unidades comunitárias, há famílias que não participam do dia-a-dia comunitário em seu núcleo mais próximo. Por vezes, há famílias que se deslocam para outros núcleos comunitários, a fim de acompanhar os rumos da vida coletiva em outro local.

Com relação ao associativismo, na Resex Arapixi este processo está intimamente ligado com os trabalhos do Movimento de Educação de Base da Igreja Católica, ocorridos em meados dos anos 80 e 90 na região, principalmente na região do Maracaju. Com essa organização política, somada ao apoio do IBAMA, ICMBio, CPT, CNS e STR, em 2007 foram formadas as associações nas comunidades. São elas: *Associação Fé em Deus da Resex Arapixi* (CNPJ: 08.986.647/0001-46), no Santo Honorato, *Associação de Moradores da Comunidade São José* (CNPJ: 02.798.431/0001-70), na Vila São José, e *Associação Bom Jesus da Resex Arapixi* (CNPJ: 08.986.653/0001-01), no Maracaju.

Além dessas três associações, que têm tido uma articulação entre si nas ações de mobilização de melhorias para as famílias da Resex, há uma outra associação, criada por um dos herdeiros da família Cunha, sem no entanto estarem funcionamento.

O processo de mobilização, organização e reivindicação de direitos parece ganhar cada vez mais força, uma vez que essas ações culminaram, dentre outras coisas, na conquista da demarcação da região como Unidade de Conservação e no pagamento dos créditos instalação do INCRA destinado aos moradores da Reserva.

#### **3.2.4. Conflitos**

O entendimento dos conflitos existentes na Resex, chamados de “questões” pelos moradores, traz a possibilidade de compreender melhor as relações internas dos moradores e quais pontos trazem/trouxeram maior dificuldade de convivência, com vistas a buscar formas para a superação destes.



## **Pesca**

Os conflitos sobre a pesca ocorrem, sobretudo, na região do Maracaju, em especial no Lago Novo, com a diferença de interesses entre quem pesca para subsistência e quem pesca profissionalmente. A principal reclamação dos moradores é com relação ao excesso de pesca que os pescadores profissionais estariam realizando, não respeitando as leis, utilizando malhadeiras com malhas menores que o permitido, algumas vezes fechando bocas de igarapés e até trazendo pescadores e barcos externos (esses excessos são criticados inclusive por grupos de pescadores locais, que sentem que essas ações prejudicam a categoria como um todo).

Os moradores reportam que houve uma grande diminuição dos peixes no lago, reduzindo assim as possibilidades de alimentação, uma vez que o peixe é sua principal fonte de proteínas. Os pescadores, por sua vez, argumentam que os lagos são de trânsito e uso livre podendo os mesmos exercer sua atividade na região, e que o lago teria capacidade para suportar a pesca realizada e atender a necessidade dos moradores.

Existe também a cobrança de renda dos pescadores que vão ao Lago Salpico por parte de alguns herdeiros da família Cunha. Essa renda seria de 20% sobre a quantidade pescada.

Outro ponto relevante é a invasão de barcos de pesca vindos de Sena Madureira e de Boca do Acre com certa frequência à Resex. Foram declarados diferentes casos pelos moradores, inclusive de arrendamento de área para exploração de pescada. Houve, porém, uma diminuição da entrada dos mesmos com a criação da Resex, o que não levou ao completo desaparecimento.

## **Gado**

Observa-se na Resex Arapixi que a criação bovina passou historicamente a fazer parte do modo de vida dessas comunidades, podendo estar associada a hábitos anteriores dessas populações, ou mesmo aos ideários de poder, coronelismo e ascensão social. Vale lembrar, como já exposto nesse texto, que a tradição/cultura não são estáticas e que existe a necessidade de se entender e trabalhar as mudanças das mesmas.

Há, portanto, que se estabelecer regras claras para que esta criação ocorra e se desenvolva dentro da lei, com o consentimento e entendimento de todas as famílias. Por

outro lado, é fundamental se entender qual é o significado do gado na vida dessas pessoas, junto com elas, e no diálogo aprofundar a relativização das perdas e dos ganhos com essa escolha. Um ponto importante a ser observado é a eventual criação de gado por moradores de fora da Resex dentro de áreas e com acordo com os moradores da UC.

Os principais conflitos internos gerados pelo gado em toda a extensão da Resex são:

- Criação de gado sem cerca, com invasão de áreas dos vizinhos;
- Criação de gado em praias, reduzindo a probabilidade de utilização das mesmas para o plantio e impossibilitando a desova de quelônios;
- Criação de gado em locais inapropriados e sem comida suficiente;

## **Caça**

A caça torna-se uma *questão* interna da Resex a partir do momento que alguns moradores se colocam extremamente contra a mesma em suas redondezas e/ou contra alguns métodos específicos de caça.

Há um conflito claro entre os moradores da Comunidade São José e alguns de seus vizinhos que caçariam próximo às áreas de uso dos mesmos, colocando armadilhas em locais de trânsito dos moradores. Os moradores da Comunidade não caçam nem para subsistência, raras exceções de extrema necessidade, normalmente quando estão nas colocações no meio do mato (centro). Esses moradores são contrários a qualquer tipo de caça na Resex, expressando seu desejo na defesa dessa questão nas diferentes reuniões coletivas realizadas.

Outro importante ponto colocado pelos moradores de diferentes regiões é a caça com cachorro. O método é considerado inapropriado, pois o cachorro não respeita divisas entre áreas de uso e o mesmo espantaria a caça cada vez para mais longe. Em diferentes reuniões em que o assunto foi tratado abertamente houve um consenso que o método espantaria a caça, dificultando a aquisição da mesma no caso de necessidade.

Há também a suspeita que alguns moradores cacem para vender. Isso não foi comprovado e nem colocado em nenhuma das reuniões coletivas, aparecendo apenas nos diálogos individuais. Porém, na reunião geral final o tema foi debatido com diferentes

membros das diferentes regiões da Resex e se chegou a um consenso que normalmente as famílias caçam para vender em momentos de necessidade, quando não há outro recurso, ou por “esporte”, quando um morador realmente gosta de caçar e acaba realizando o ato, sendo este ato visto como impróprio pelos participantes.

### **Tamanho/limites das áreas**

O tamanho das áreas historicamente construídas e utilizadas pelas famílias e a entrada de novos moradores está se tornando um ponto de *questões* entre famílias da Resex. Existem algumas famílias que possuem áreas maiores do que necessitam para seu trabalho e usam como argumento a futura utilização das áreas por seus filhos e herdeiros. Algumas famílias, normalmente mais novas na região, possuem áreas pequenas, muitas vezes inférteis ou insuficientes para a agricultura, ficando “prensadas” e com poucas possibilidades para trabalhar.

Foram identificados também casos de disputa por áreas de divisa entre famílias, como um caso na região do São José – Vista Alegre, em que uma área de plantio de praia está sendo disputada entre os moradores desta (com maior tempo de uso) com os moradores da outra margem do rio (com relatos de agressões físicas). O caso vem sendo mediado pelo ICMBio. Surge, então, a necessidade de um entendimento e de uma articulação com as Associações para a resolução das questões de uso da terra e de propriedade das mesmas nas diferentes áreas da Resex.

### **Indígenas**

Na região do Maracaju 2 existem duas famílias que se auto identificam indígenas, da etnia Jamamadi, sendo que logo serão três com a vinda de uma filha de um dos moradores.

Segundo os moradores da Resex, o local não seria uma área tradicional indígena. Quando estas famílias vieram ali morar, muitos moradores da Reserva já se encontravam na área. Inclusive, na época do processo de criação em 2004, existem documentos que registram que as mesmas participaram do processo de criação e, junto com as outras famílias, pediam a criação a Reserva.

Estas famílias possuem uma relação muito amigável com os moradores próximos do Maracaju 2, no entanto, apesar da boa relação, alguns extrativistas temem que um processo de criação de uma T.I. (Terra Indígena) leve à retirada de famílias não-indígenas do local.

### **Castanha**

O principal conflito relacionado à castanha foi a questão da *quebra de meia*, colocado como injusta ou improdutiva por alguns moradores. Foi informado que muitos moradores não possuem colocações e que alguns possuem muitas, o que é verdade em termos, pois essa concentração de colocações se restringe a um pequeno número de moradores, os quais, na maioria das vezes, possuem o direito de uso sobre as mesmas e construíram a maior parte das benfeitorias.

Esse ponto se torna também polêmico, pois conflita com a questão do direito de uso ou herança dos moradores e da construção das benfeitorias por parte dos mesmos, com o direito de uso coletivo proposto pela UC. Segundo os donos de colocação, que chamam outros para quebrar de meia, o ganho não é tão grande, pois todos os custos do trabalho são pagos por eles, restando somente uma parte dos resultados (que não é mensurada). Uma das formas para dirimir esse problema pode ser o diálogo sobre a questão de propriedade historicamente construída das colocações, como as pessoas lidaram e lidam com esses fatos, o que consideram justo, correto, buscando um entendimento comum sobre o tema, e procurando soluções futuras, principalmente com relação às colocações exploradas por pessoas externas a mando dos “donos” da terra (Santo Honorato e Maracaju 1).

Também foi identificado que do total de colocações (129), cerca de 42% estão fora da Unidade, trazendo uma fragilidade legal aos castanhais explorados pelos moradores.

Há também a cobrança de renda, direta ou indiretamente, em todas as regiões da Resex. Nos castanhais dos Igarapés Fraga e Cedro tendo como “proprietários” os herdeiros do Sr. Lael Cunha (região do Maracaju 1) e nos igarapés Extrema (São José), São Benedito (Santo Honorato), Marreira (Santo Honorato) e Sossego (Santo Honorato) por parte do Seringal Arapixi. A cobrança ocorre diretamente na região do Maracaju, com o pagamento aproximado de 20% da produção e indiretamente no Seringal Arapixi, com a “obrigação

não obrigada”, de vender a produção para os mesmos. Na safra do ano de 2010, os moradores que exploram no Cedro e Fraga enfrentaram a situação e não pagaram a renda.



**Figura 3.21:** Seringal Arapixi.

Torna-se necessária uma ação da gestão da UC com relação à regularização fundiária da Resex e também à análise de uma possível ampliação da Unidade, que incluam as áreas de uso dos comunitários levantadas nesse diagnóstico.

Além da renda, outro conflito externo relacionado à castanha-da-Amazônia remete ao uso de diferentes colocações por moradores de fora da UC. Esse fato se dá principalmente nos igarapés Fraga (Maracaju 1), Extrema (São José) e Sossego (Santo Honorato). Essa questão se torna conflituosa pelo fato de alguns moradores da UC não possuírem colocações para quebrar castanha e pelo fato do direito de uso adquirido pelos ex-moradores da região, que porventura continuam a explorar suas antigas áreas. Seguindo o mesmo direito que os moradores tradicionais teriam pelas suas áreas de uso em terras de terceiros, esses moradores também teriam nas colocações que exploram tradicionalmente, fazendo jus a indenização. Não se vê para esse tema, assim como para outros, solução simples, porém é de fundamental importância debatê-lo com os moradores e com gestores para se observar e melhorar as regras existentes e criadas.

### **Invasão de áreas de uso tradicional nas proximidades dos limites da Resex**

Ao Sul da Resex, na divisa da mesma com o PAE Antimary, foram denunciadas a abertura de piques e a grilagem de terras nas proximidades da Resex ou em seu entorno. Os moradores não conseguiram identificar claramente o local, porém essas áreas estariam próximas à colocação Toari, trabalhada pelo Sr. Izael Matos dos Santos (Ne). Foi declarado nas duas reuniões do Santo Honorato esse avanço das fazendas e grilagens de

terra pelo sul o que requer uma melhor análise por parte da gestão. Como já dito anteriormente, este item será aprofundado na parte de redefinição dos limites.

### Fazendas

Pode-se dizer que existem três grandes fazendas dentro da Resex: a fazenda Aracoiaba, na área do Maracaju 1 (Auto D'ouro); a fazenda Monte das Oliveiras (Santo Honorato 1) e a fazenda Santo Onofre (Santo Honorato 2).

A fazenda Aracoiaba (Figura 3.22), na fronteira leste da Unidade e localizada na margem esquerda do Rio Purus, é uma fazenda já há bastante tempo consolidada na região. Parte do pasto da fazenda, cerca de 310 hectares, está dentro do imóvel Auto D'ouro, que por sua vez está inserida totalmente nos limites da Resex. Segundo dados do INCRA e do Cartório de Imóveis, o título da fazenda Aracoiaba foi cassado em 2001 pela CPI da Grilagem, sendo necessário ainda o INCRA proceder a arrecadação e matrícula em nome da União.

Independente da sua situação fundiária, existe a proposta aprovada no Conselho Deliberativo (Resolução no.02/2009) que pede a redefinição dos limites da Resex, excluindo esta área de pasto.



**Figura 3.22:** Fazenda Aracoiaba

A fazenda Monte das Oliveiras (Figura 3.23) às margens do Lago Lua Nova está localizada no Santo Honorato e é de “propriedade” do Sr. Valdete Mota. A área havia sido loteada pelo INCRA e, segundo seu Valdete, ele adquiriu 14 dessas parcelas dos antigos posseiros e proprietários, sendo 07 documentos de posse e 07 títulos definitivos. A questão já foi aberta para análise, com vistas a sua regularização fundiária. Entre os anos de 2004 e

2005, antes, portanto, da criação da Resex, houve um acréscimo do desmatamento na propriedade da ordem de aproximadamente 82%.



**Figura 3.23:** Fazenda Monte das Oliveiras.

Existe também na região do Santo Honorato a fazenda Santo Onofre (Figura 3.24). Ela é de propriedade do Sr. Gilvan Onofre, possui uma área de 1.500 ha e aproximadamente 130 ha de pasto aberto. O Sr. Gilvan mora em Boca do Acre e o seu processo de indenização pela área já foi aberto pelo ICMBio para que seja feita a regularização fundiária do local. Em outubro de 2007, a fazenda possuía cerca de 260 cabeças de gado. O proprietário deixa um funcionário cuidando do local.



**Figura 3.24:** Fazenda Santo Onofre.

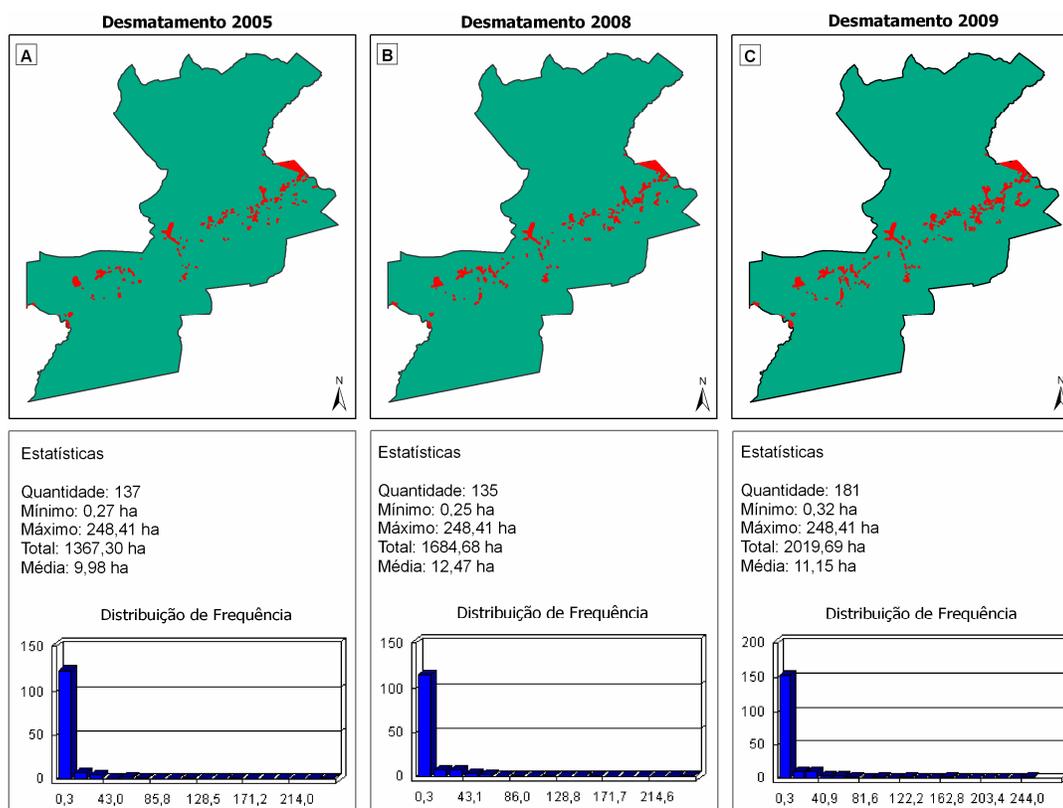
### 3.3. Caracterização e Mapeamento das Áreas Antropizadas

Para entender a dinâmica de ocupação e uso do solo da Reserva Extrativista Arapixi, é muito importante acompanhar o processo de avanço das áreas alteradas (antropizadas) pelas atividades humanas.

Para isso, foi adotada a metodologia de análise multitemporal de 3 anos dos polígonos de desmatamento: 2005 (ano anterior a criação da UC), 2008 e 2009.

## Resultados

Ao estudar e correlacionar os dados estatísticos, gráficos de distribuição de frequência e o conhecimento que se tem da região, foi possível chegar a várias conclusões. Na figura 3.25 podemos acompanhar os dados estatísticos.



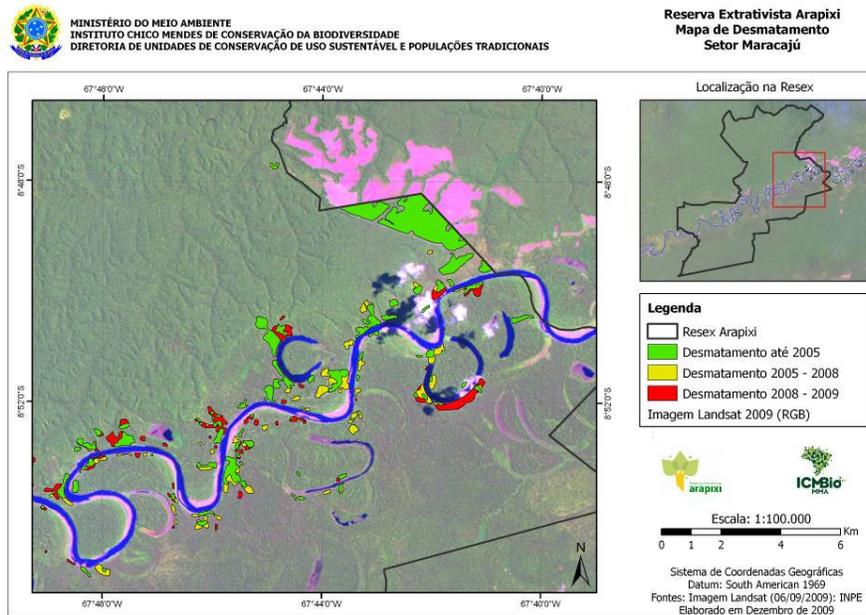
**Figura 3.25:** Comparação de áreas desmatadas nos anos: 2005 (A), 2008 (B) e 2009 (C).

- Observa-se nas figuras A, B e C a distribuição do desmatamento ocorrido na Resex Arapixi até o ano de 2009, podendo ser notada a evolução da organização espacial das derrubadas, sendo seu comportamento sudoeste-nordeste (o mesmo sentido que corre o Rio Purus), evidenciando que as áreas antropizadas ocorrem principalmente ao longo desse rio.
- O número de polígonos varia de forma significativa (sendo de 137 em 2005, 135 em 2008 e 181 em 2009) podendo dar a falsa impressão de que o desmatamento está aumentando significativamente, mas quando acrescenta-se a informação contida nos gráficos, nota-se que apenas a barra que representa os polígonos menores ou iguais a 0,3 ha foi elevada em aproximadamente 25 unidades, desta

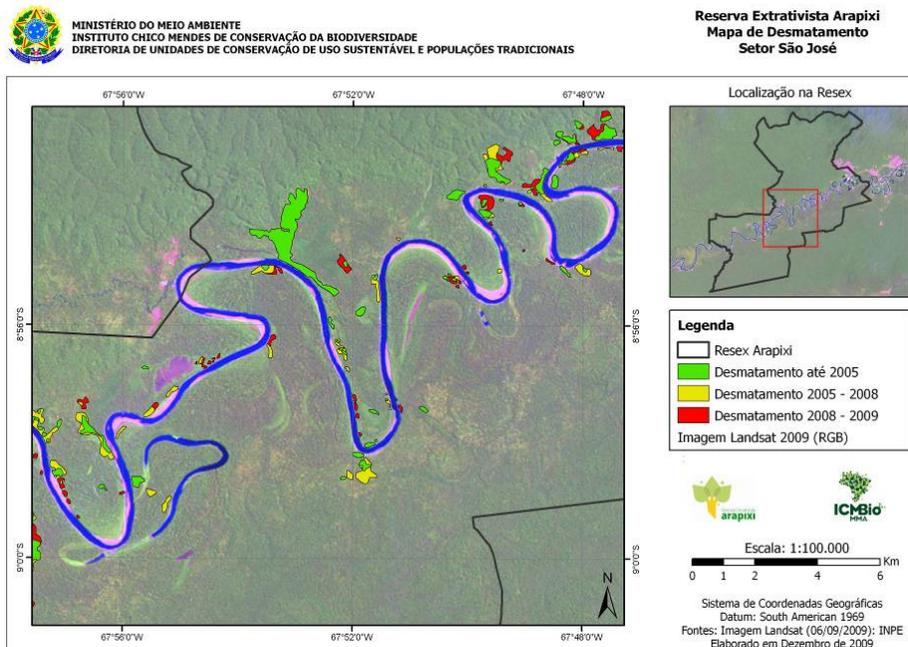
forma entende-se que a representatividade dos pequenos roçados (utilizados pelos extrativistas para agricultura de subsistência) é alta.

- Os polígonos maiores que 43 ha apresentam pouca relevância no universo amostral podendo ser observados nos gráficos dos três anos estudados. O maior polígono, com 248,41 ha, não apresentou nenhuma alteração neste período, em outras palavras, não ocorreu ampliação do mesmo após a criação da Resex.
- Importante destacar que este polígono maior é a área desmatada do pasto da Fazenda Aracoiaba, que ficou dentro dos limites da Unidade, com cerca de 308 hectares. Posteriormente, neste mesmo documento, está sendo proposto que a citada área seja avaliada, pensando em na redefinição dos limites da Reserva, uma vez que sua inclusão no decreto de criação foi considerada um equívoco pelo Conselho Deliberativo da Unidade.
- Com cerca de 133.637 ha a Resex Arapixi apresentou, em 2009, 2.019 ha de desmatamento. Este número representa 1,51% de sua área total.
- A área desmatada até 2005 foi de 1.367 ha. Quando comparada com os valores de 2009, percebe-se que houve um aumento de 652 ha, representando 47%. Desta forma, a média do aumento anual do desmatamento é de 11%.
- Algumas áreas com relevante grau de antropização têm sua recuperação atrelada necessariamente à regularização fundiária das propriedades. São elas: Fazenda Santo Onofre (cerca de 132 hectares), Sede do Seringal Arapixi (cerca de 28 hectares); Fazenda Monte das Oliveiras nas margens do Lago Lua Nova (cerca de 100 hectares).
- Algumas áreas na Unidade merecem a atenção em relação ao aumento desordenado do desmatamento, principalmente, as margens do Lago Itapira em virtude de algumas manchas de forte antropização que surgiram no último ano.

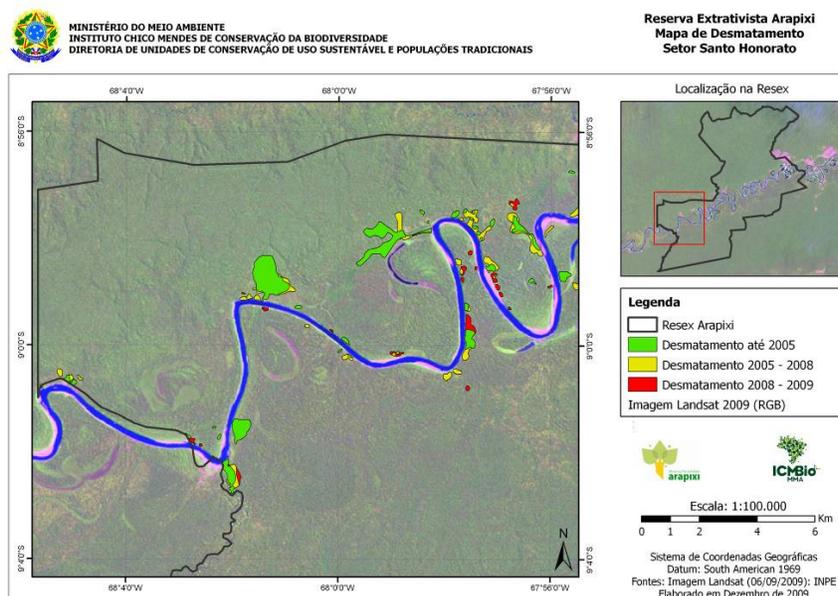
Também foram produzidos mapas dos três grandes setores da Unidade (em anexo) a fim de observar e aproximar o olhar.



**Mapa 3.19:** Mapa de desmatamento no setor Maracaju (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)



**Mapa 3.20:** Mapa de desmatamento no setor São José (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)



**Mapa 3.21:** Mapa de desmatamento no Setor Santo Honorato (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

### 3.4. Situação Fundiária

As Reservas Extrativistas são Unidades de Conservação de domínio público. Assim sendo, uma vez criadas, precisam passar pelo processo de regularização fundiária visando transferir o domínio privado dos imóveis inseridos em seus limites para o domínio público, conforme estabelece o art. 18, § 1º da Lei 9.985 que institui o SNUC e que tem a seguinte redação:

A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

No caso das Reservas Extrativistas, que se caracterizam pelo manejo direto dos recursos por populações tradicionais, a regularização fundiária significa, ainda, a segurança jurídica na posse, obtida por meio do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso, evitando que existam conflitos com terceiros não beneficiários da Reserva.

Destaca-se, contudo, que a efetivação desse importante instrumento jurídico de regularização fundiária em favor das populações tradicionais somente poderá ocorrer, no caso de imóveis de comprovado domínio privado, após o devido processo desapropriatório e consequente incorporação desses imóveis ao patrimônio do ICMBio

No decreto de criação da Reserva, são estabelecidos alguns papéis e ações relativos à regularização fundiária da Unidade como:

- Prevê competência ao órgão gestor para administrar a Reserva, responsabilizando-o em estabelecer o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional residente (art.3º.);
- Declara de interesse social os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que venham a ser identificados nos limites da Reserva podendo, para efeito de emissão de posse, alegar urgência (art.4º);
- As áreas identificadas como de domínio do Estado do Amazonas só poderão ser desapropriadas após a devida autorização legislativa (art.4º. § 2º); e
- Autoriza a Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao órgão gestor, a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na Reserva Extrativista Arapixi (art.4º. § 3º).

#### **3.4.1. Caracterização Fundiária da Reserva**

Com a finalidade de apurar a existência de imóveis de suposto domínio privado existentes nos limites da Unidade Conservação e que, portanto, estariam aptos a aquisição pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi realizado, em parceria com a GTZ, levantamento das cadeias dominiais sucessórias e dos imóveis de dominialidade pública

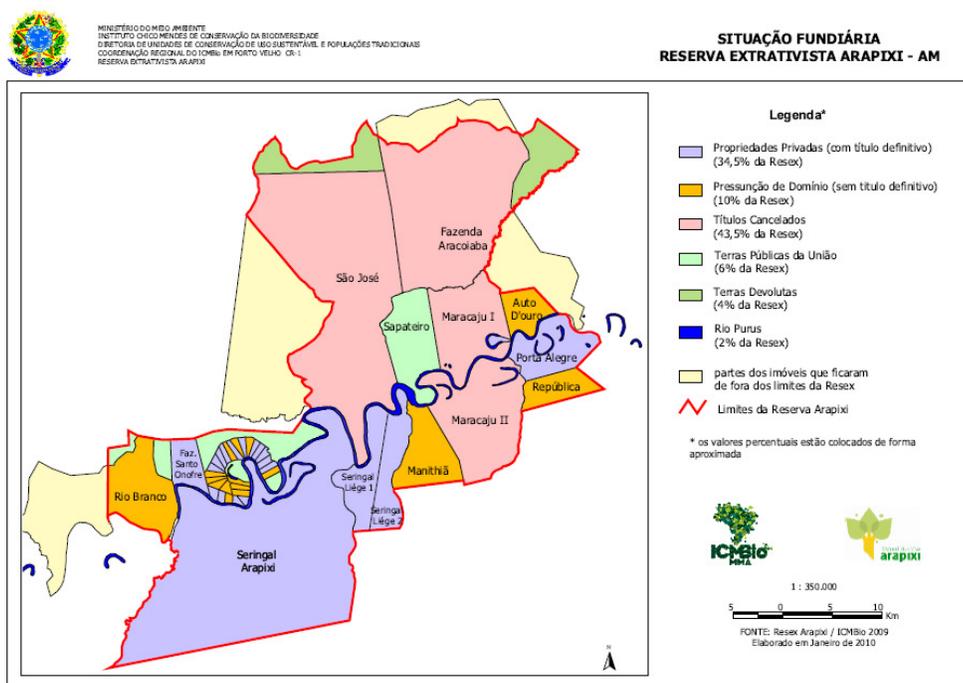
Para tanto foram realizadas consultas ao Ofício de Registro de Imóveis de Boca do Acre, bem como a Unidade Avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no município de Boca do Acre/AC. O anexo 9 mostra descrição dos imóveis e sua situação em relação a sua dominialidade. No entanto, cabe ressaltar que a descrição que consta neste documento deverá tramitar pelas instâncias jurídicas do ICMBio para a devida validação.

### Situação Atual

Há uma grande diversidade de situações jurídicas quanto aos imóveis inseridos no perímetro da Reserva Extrativista Arapixi. Existem áreas tituladas, terras públicas, títulos cancelados, terras devolutas e áreas descritas como “presunção de domínio” em virtude de não haver título definitivo expedidos, mas no entanto, existe a alegação de pessoas que possuem algum tipo de documento ou se intitulam donas destes imóveis. Na tabela 3.5, é possível quantificar cada situação encontrada e o mapa 3.22 localiza cada área na Unidade.

**Tabela 3.5:** Situação de dominialidade dos imóveis localizados nos limites da Resex Arapixi.

Situação	Área (em hectares)	% em relação à área total da Resex
Títulos Cancelados	58.251	43,5%
Áreas Privadas com Títulos Definitivos	46.083	34,5%
Imóveis com Presunção de Domínio	13.305	10%
Terras da União	7.972	6%
Terras Devolutas	5.382	4%
Calha do Rio Purus	2.642	2%



**Mapa 3.22:** Mapa da Situação Fundiária da Resex Arapixi (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

A questão da regularização fundiária na Reserva Extrativista Arapixi é uma parte bastante sensível na gestão da Unidade. Em virtude de sua indefinição, o ICMBio constantemente se vê limitado em suas ações dentro da Reserva, principalmente no que diz

respeito às atividades econômicas que os possíveis proprietários de imóveis, não tradicionais, desenvolvem. Muitas dessas atividades, como a criação de gado em larga escala, não condizem com os objetivos da Unidade. Outro ponto de conflito é o pagamento de renda ou a relação patronal que ainda algumas famílias estabelecem com os possíveis proprietários nos trabalhos da coleta da castanha.

Embora já tenha alguns avanços na regularização fundiária de Unidades de Conservação federais, tais como a edição da Instrução Normativa n.º 02, de 03 de setembro de 2009<sup>23</sup> e da Portaria Interministerial MPOG/MMA n.º 436, de 02 de dezembro de 2009<sup>24</sup>, é imprescindível que se estabeleça o mais rápido possível os meios necessários para acelerar esse processo na Reserva Extrativista a fim de garantir a existência de condições plenas para cumprir com todos os objetivos previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

### 3.4.2. Ajustes do Memorial Descritivo do Decreto de criação

Com o andamento da gestão e o maior conhecimento dos limites da Unidade, foram observadas alguns ajustes a serem observadas no memorial descritivo da Unidade e em seus limites que precisam ser analisadas para as devidas adequações. A seguir são apresentados os pontos já identificados:

#### **Metragem constante entre os pontos P15 e o M-25:**

O limite oeste da Reserva Extrativista Arapixi é assim relatado pelo memorial descritivo da Unidade:

Segue a montante pela referida margem, com uma distância de 7.925 m até o ponto P15, de coordenadas geográficas 09°00'59,38"S e 68°05'39,82"W; **OESTE:** do ponto anterior citado, passa a confrontar com terras a quem de direito, por uma linha reta, quase que perpendicular, com rumo norte até tocar a Terra Indígena Igarapé Capana, com azimute e distância de 180°00'00" e **71.750 m**, até o ponto M-25, de coordenadas geográficas 08°57'05,80"S e 68°05'40,49"W; (Decreto Presidencial s/n de 21/06/2006 – grifos nossos)

<sup>23</sup> Trata dos procedimentos técnicos e administrativos tendentes à aquisição de imóveis em Unidades de Conservação federais.

<sup>24</sup> Versa sobre a transferência das áreas de domínio da União, ainda que não incorporadas ao seu patrimônio, localizadas em Unidades de Conservação Federais de posse e domínio públicos.

Houve aí um equívoco, possivelmente, de digitação. Onde se lê 71.750 m, na verdade são 7.175 m.

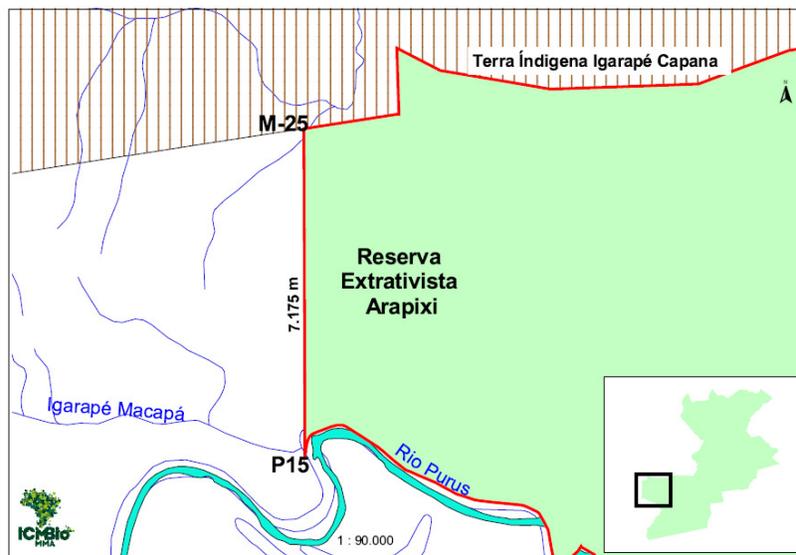


Figura 3.26 Localização do limites incorreta e sua medida correta

**Descrição dos limites da Unidade no Igarapé Sossego.**

Em virtude dos limites da Reserva terem sido definidos através de programa de geoprocessamento na época da criação, será necessário um ajuste no limite sudoeste da Unidade, onde o mesmo se encontra com o igarapé Sossego. Em virtude da pouca clareza que se tinha em relação ao percurso do rio, verificou-se, em uma viagem a campo, que o real curso do mesmo não é o considerado pelo memorial descritivo da UC.

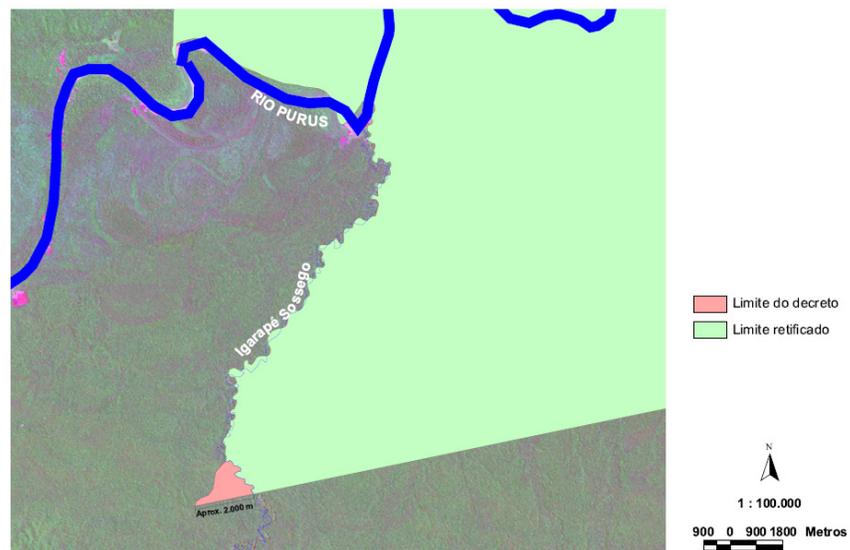


Figura 3.27: Ilustração do ponto do erro do decreto (igarapé Sossego).

Como mostra a figura, existe uma diferença de 2000 m, em linha reta, entre a margem do igarapé Sossego e aquela que foi considerada na época da criação. Trata-se do ponto P13 do memorial descritivo. Abaixo a descrição:

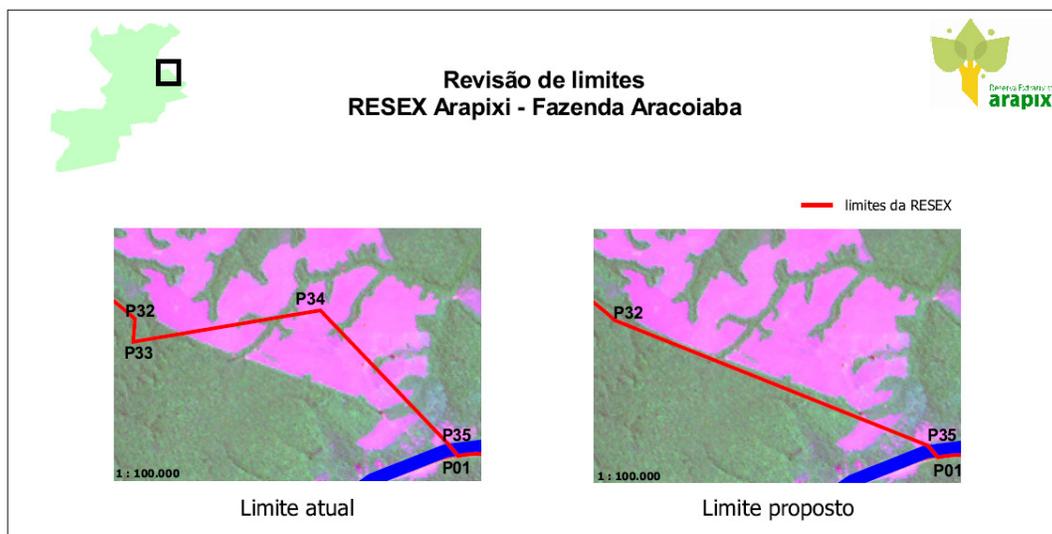
O ponto P12, de coordenadas geográficas 09°06'31,74''S e 67°52'19,49''W; daí, segue por uma linha reta, com azimuth e distância de 258°49'40'' e 24.735 m até o **ponto P13, de coordenadas geográficas 09°09'10''S e 68°05'34''W, situado na margem direita do Igarapé Sossego**; daí, segue pela referida margem, com uma distância de 19.231 m até o ponto P13A, de coordenadas geográficas 09°02'10,97''S e 68°02'12,14''W, situado na foz do Igarapé Sossego na margem direita do Rio Purus.

Portanto, é necessário ajustar esse ponto e estabelecer em campo as reais coordenadas geográficas localizadas na margem direita do igarapé Sossego. Importante ressaltar que existe uma proposta de ampliação da Resex em sua face Sul (apresentada posteriormente) que, se aprovada, a correção aqui mencionada perde o sentido, uma vez que com o acréscimo toda essa área estará no interior da Resex, sem mais representar seus limites.

### **3.4.3. Redefinição dos limites da face leste da Unidade com o pasto da fazenda Aracoiaba**

A Reserva Extrativista Arapixi, na época de sua criação, teve seus limites definidos a partir da área dos imóveis que compõem a Resex. Posteriormente, com maior clareza em relação ao memorial descritivo dos imóveis, percebeu-se que parte do pasto da fazenda Aracoiaba está dentro dos limites do imóvel Auto D'Ouro, ou seja, dentro da Reserva. Trata-se de uma área com tamanho aproximado de 310 hectares de área desmatada.

Após consultar o Conselho Deliberativo em reunião em novembro de 2009 (Resolução n.2/2009) e a população da Resex diretamente envolvida com a situação, decidiu-se propor uma análise da nova configuração dos limites da Resex com a Fazenda Aracoiaba. No memorial descritivo da Reserva, os pontos P33 e P34 sairiam, ligando os pontos P32 e P35, conforme o mapa ilustrativo a seguir.



**Figura 3.28:** Revisão de limites Resex Arapixi – Fazenda Aracoíaba

Os pontos de correção dos limites da Reserva acima identificados, foi encaminhado para a Coordenação de Regularização Fundiária, para que fosse analisada e dada as devidas providências. Faz-se necessário acompanhar, pela gestão da Unidade, o andamento dessa demanda.

#### 3.4.4. Proposta de Ampliação dos Limites

Quando da elaboração dos estudos para a criação de Reserva Extrativista Arapixi no ano de 2004, a definição de seus limites obedeceu a duas principais orientações: 1) abranger o local de moradia de todas as famílias que haviam sido mobilizadas para a sua criação; 2) respeitar as fronteiras com Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento.

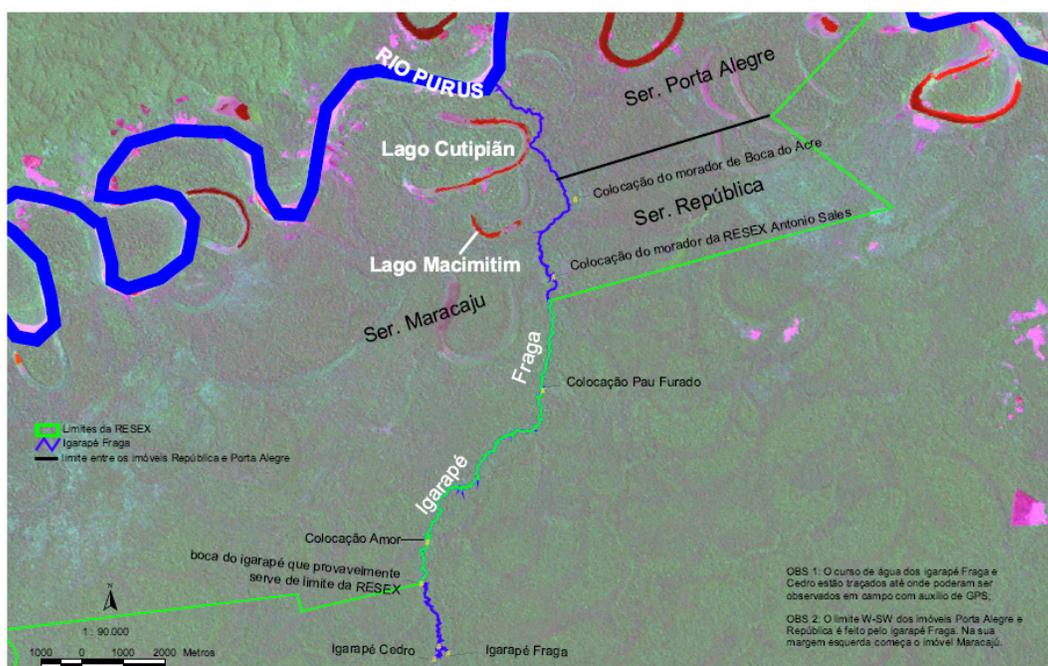
#### **Limites atuais e as áreas de uso das populações residentes:**

Como já foi dito anteriormente, para a definição dos limites da Unidade, só foram observadas as questões de área de moradia e os limites territoriais vizinhos. Portanto, para a definição de suas confrontantes, não foram observados em todos os seus aspectos as áreas de uso dos moradores. A constatação em campo dos problemas dos limites aconteceu a partir de uma viagem pelo igarapé Fraga.

## Igarapé Fraga

Em março de 2008, ao percorrer um trecho do igarapé Fraga junto com alguns moradores da Reserva, a gestão da Unidade observou que a maior parte das áreas exploradas pelas famílias localizam-se fora dos limites da Unidade. A expedição chegou até a boca do igarapé Cedro, já fora dos limites da Unidade. Foram necessárias aproximadamente cinco horas para chegar até o Cedro. A figura 3.29 identifica até que ponto chegou a expedição e localiza onde fica o acesso das colocações de castanha ao longo do trecho de rio.

Observando o mapa vê-se que apenas duas colocações estão dentro dos limites da Unidade. Segundo os moradores, a colocação Pau Furado e a colocação Amor, ficam fora dos limites da Unidade, na margem direita do igarapé Fraga. Na figura abaixo, a colocação Amor está representada com sendo da margem esquerda do igarapé. Na verdade ela se localiza na margem direita.



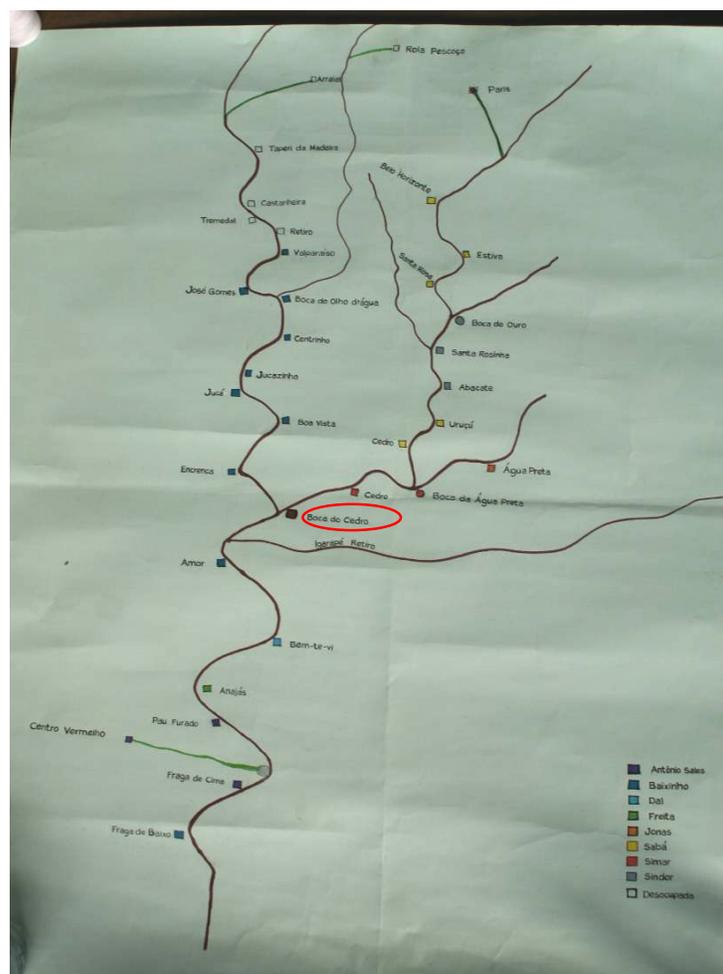
**Figura 3.29:** Localização das colocações de castanha ao longo do Igarapé Fraga.

A pedido do ICMBio, a Associação Bom Pastor da comunidade Maracaju fez um mapa esquemático com a localização das colocações de castanha ao longo do igarapé Fraga, Cedro e seus afluentes. O encontro dos dois igarapés, no mapa esquemático da população (figura 3.30), está em destaque e denominado como “boca do Cedro”.

De acordo com as informações coletadas com os moradores, as colocações que muitos deles exploram ficam nas cabeceiras desses igarapés. Segundo eles, se deslocando de motor de rabeta da boca do igarapé Cedro, seriam necessários mais três dias para chegar até a última colocação explorada.

O acesso a essas áreas só é feito pelos moradores na época da coleta da castanha, quando o nível das águas está elevado o bastante, possibilitando-os acessar o local com suas embarcações. O relato dos mesmos mostra que a exploração da castanha se dá até o divisor de águas entre a bacia do rio Purus e do rio Antimary.

Segundo relatos em vários outros igarapés da UC essa situação vai se repetir, uma vez que muitas das colocações de castanha provavelmente chegam próximas ao divisor de águas.



**Figura 3.30:** Mapa esquemático elaborado pela comunidade local, localizando as colocações de castanha no igarapé Fraga, Cedro e seus afluentes: em destaque a boca do igarapé Cedro.

Em outubro de 2008, quando foi realizado o diagnóstico socioeconômico com vistas à formação do Conselho Deliberativo da Unidade e à construção do Plano de Manejo, foi trabalhada junto com os moradores a construção de um mapa das áreas de produção e exploração utilizadas pelos mesmos.

Por se tratar de um mapa falado, construído através da percepção de tempo e espaço dos moradores, ele pode apresentar informações não muito precisas. Mas as informações de campo e os relatos das famílias mostram claramente que muitas das colocações de castanha das famílias da Reserva estão fora dos limites da Unidade, do total de 129 colocações exploradas pelos moradores, estima-se que 54 delas (42%) encontram-se fora dos limites da Unidade.

Os principais igarapés que levam a essas colocações, além do já citado Fraga, são os igarapés Sossego, São Benedito, Extrema e Manithiã.

### **O avanço do desmatamento**

A dinâmica do avanço do desmatamento da Floresta Amazônica, em especial no sudoeste da Amazônia, vem ameaçando nos últimos anos essa que é uma das regiões mais preservadas da grande floresta. E a atividade que vem trazendo maiores riscos para a manutenção dos ecossistemas é a pecuária extensiva e a extração ilegal de madeira.

A “porta de entrada” do processo de desmatamento nessa região encontra-se na tríplice fronteira entre os Estados do Acre, Rondônia e Amazonas, já se caracterizando como um dos principais focos de avanço do desmatamento na Amazônia.

Além das estradas de rodagem, como por exemplo a BR-317 (Boca do Acre- Rio Branco) e a BR-364 (Porto Velho – Rio Branco), que são os principais vetores de desmatamento na Amazônia, os rios começam também a desempenhar papel importante no aumento do desflorestamento na região, em cujas margens pode se encontrar grandes fazendas agropecuárias. Entre estes, podemos citar o rio Antimary, afluente do rio Acre.

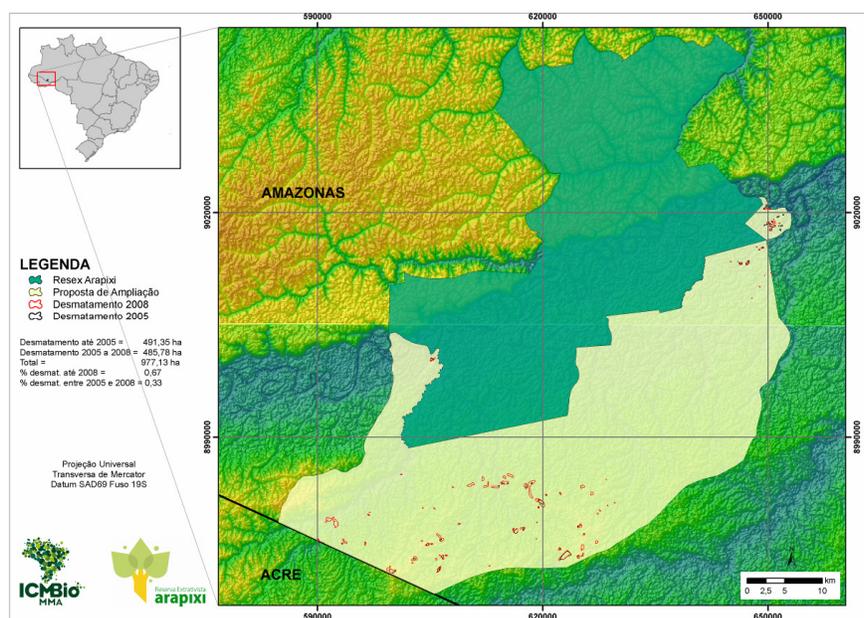
Nos últimos anos o referido rio vem se transformando num importante vetor de ocupação e desmatamento na região. Seu canal de drenagem corre quase que paralelamente ao rio Purus, onde se localiza a Resex Arapixi. De suas margens até o ponto mais próximo da Unidade, são cerca de 22 km. Através dos relatos dos moradores da Reserva e de trabalhos de geoprocessamento, o desmatamento a partir do rio Antimary já atravessou o

divisor de águas entre as calhas do rio Purus e Antimary, ameaçando as áreas de fundo da Resex e as colocações de castanha dos moradores que ficam fora da Unidade. Essa denúncia vem sendo feita reiteradamente pelos próprios moradores da Unidade.

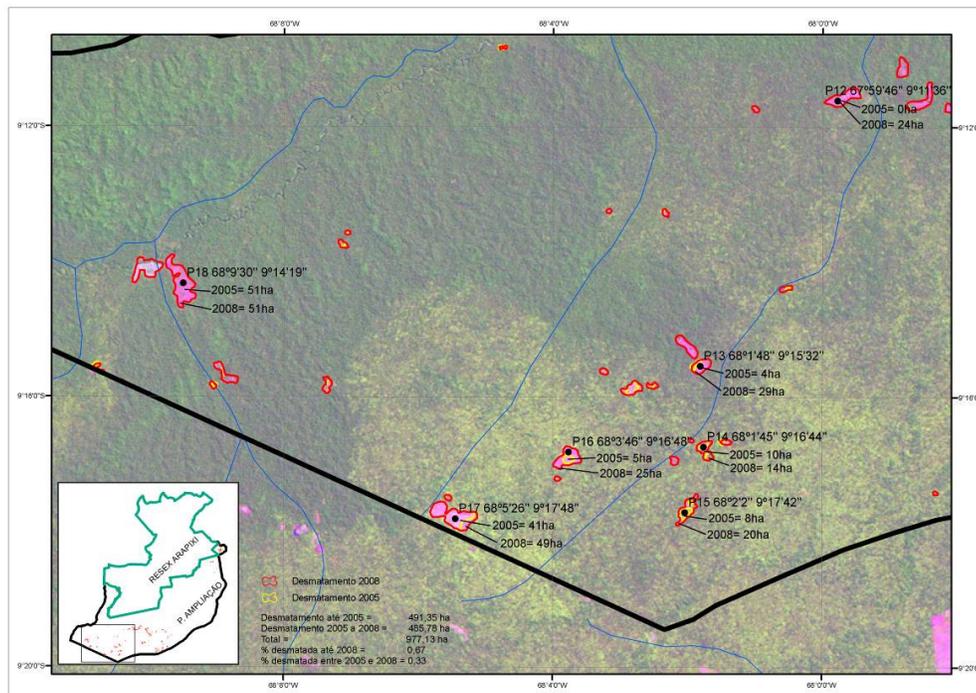
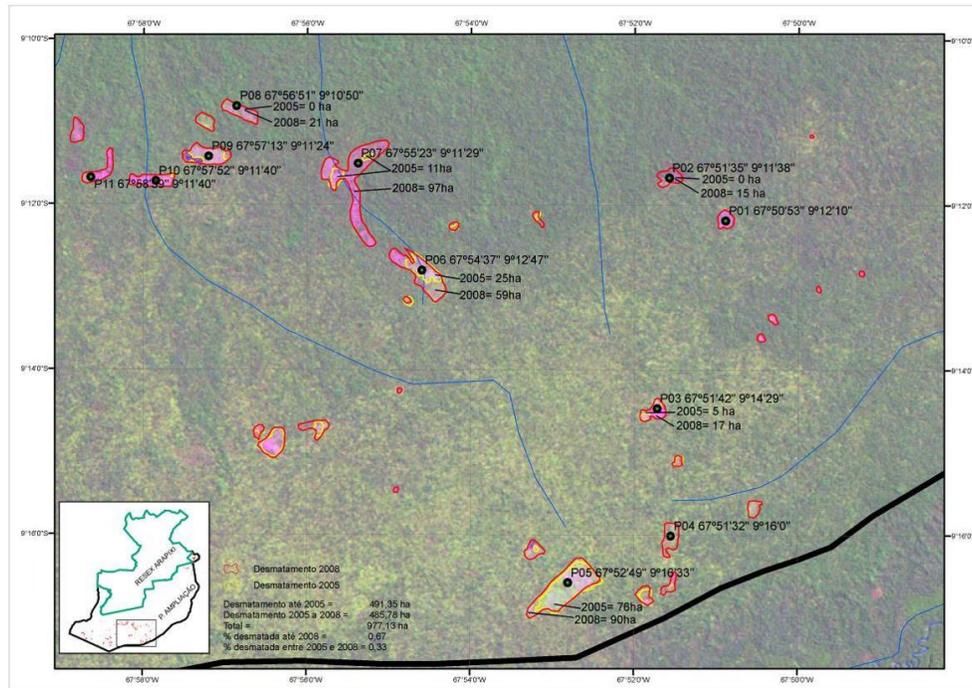
### Os números do desmatamento no entorno da face sul da Resex:

Através da análise de imagens de satélites LANDSAT de setembro de 2005 e agosto de 2008 da região, pode-se comprovar a preocupação dos moradores quanto ao avanço das áreas de pastagem sobre as áreas de uso extrativista dos mesmos.

Até 2005, cerca de 490 hectares das áreas de entorno da face Sul da Arapixi estavam desmatadas. Entre 2005 e 2008 houve um acréscimo de aproximadamente 485 hectares, quase que dobrando o tamanho da área desmatada na região. Em 2008 a área desmatada já estava em aproximadamente 980 hectares. A partir do sobrevôo realizado na região em agosto de 2009, calcula-se que a área desmatada já tenha ultrapassado os 1000 hectares. A mapa abaixo localiza a área analisada e os polígonos de desmatamento identificados.



**Mapa 3.23:** Mapa com a localização dos polígonos de desmatamento no entorno da face sul da Unidade (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)



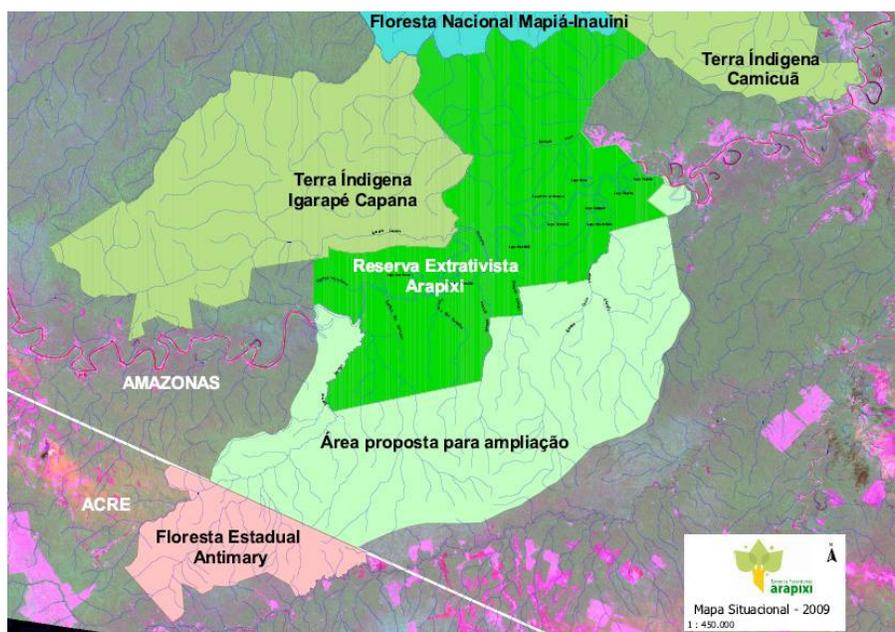
Figuras 3.31 e 3.32: Identificação dos polígonos nas áreas propostas para ampliação da Reserva.

### Área proposta para ampliação

A partir dos argumentos expostos, fica explícita a relevância e a urgente necessidade de ampliação da Reserva Extrativista Arapixi. O avanço crescente do

desmatamento pode trazer, a curto prazo, problemas muito sérios para a gestão da Unidade e, em especial, às populações tradicionais residentes na Resex que exploram os castanhais da região.

Com isso, a proposta é de ampliação da Unidade buscando o divisor de águas entre os rios Purus e Antimary. A figura a seguir apresenta uma primeira área proposta para a ampliação, não representando, no entanto, a proposta final.



**Figura 3.33:** Mapa situacional de parte do mosaico de Terras Protegidas do Alto-Médio Purus e a área proposta para ampliação em destaque.

Grande parte da área proposta para ampliação da Reserva faz parte do Projeto de Assentamento Extrativista Antimari (PAE Antimari). Dentro da proposta de ampliação de Unidade, também observa-se a necessidade de se incluir o imóvel de nome Apody, localizado na margem direita do Rio Purus. O imóvel faz limite com a Resex na referida margem do rio. Com área de 660,78 ha não há ocupação permanente na área.

Ainda é preciso buscar maiores informações com vistas a definir com exatidão a área a ser requerida. No entanto, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas, encaminhou para o ICMBio um abaixo-assinado realizado junto aos moradores, solicitando que fosse ampliada a Reserva com o

objetivo de proteger suas áreas de produção. A partir dessa solicitação, foi aberto o processo número 02070.002287/2009-51 que trata da ampliação.

Importante colocar que, em reunião do Conselho Deliberativo da Reserva Arapixi em novembro de 2009, a necessidade da ampliação foi aprovada através da Resolução n.03 do dia 17 de dezembro de 2009.

### **3.5. Aspectos Institucionais da Reserva**

Quando da sua criação em 2006, o processo de gestão da Unidade enfrentou um atraso em virtude de uma indefinição interna do Ibama (até então o órgão gestor) em relação à responsabilidade pela sua gestão: se seria o Ibama do Estado do Acre ou do Amazonas. A questão só foi superada quando algumas lideranças comunitárias da Resex se manifestaram a favor de que a gestão se desse a partir de Rio Branco/AC.

A partir dessa manifestação, foi publicada no Diário Oficial a Portaria n°.99/2006, do dia 13 de dezembro de 2006, que estabelece a gestão da Unidade através do Ibama no Estado do Acre (anexo 13).

Logo em seguida, em abril de 2007, foi publicada uma Medida Provisória que estabelece a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), posteriormente transformada na Lei n°. 11.516, de 28 de agosto de 2007 que cria o Instituto.

Pela estrutura interna do novo órgão, a Reserva Extrativista Arapixi está vinculada à Coordenação Regional de Porto Velho (CR1). Diferente da estrutura antiga do Ibama, as Coordenações Regionais (num total de 11 distribuídas no país inteiro) não obedecem os limites estaduais para a sua atuação. Por isso mesmo, a CR1 tem sua área de atuação estendida em todo o Estado do Acre e Rondônia, além do Sul-Sudoeste do Amazonas e Norte-Noroeste do Estado do Mato Grosso. Com relação a Sede do ICMBio, a Reserva está vinculada a Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP).

Desde o início da gestão da Reserva, a Arapixi contou com o importante apoio financeiro do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que foi criado por meio do Decreto Nº 4.326 de 08 de agosto de 2002. O Governo Federal implementa o Programa Arpa por meio de uma parceria técnico-financeira com governos estaduais, o Fundo



Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e os seguintes doadores: Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), por meio do Banco Mundial, WWF-Brasil e KFW.

A gestão da Unidade vem acontecendo com grande apoio financeiro provenientes do Programa ARPA. Esta autonomia, proporcionada pelo Programa (e pelo ICMBio), vem trazendo maior tranquilidade para a gestão, uma vez que a mesma não depende da aprovação do orçamento da União e suas descentralizações. Entretanto, representa um fator de preocupação em função da continuidade da gestão, com o término do Programa previsto para meados de 2013.

### **3.5.1. Recursos Humanos - Histórico e situação atual**

Desde a criação da Unidade em junho de 2006, o quadro de funcionários que apóia a Reserva sempre foi insuficiente. No ano de sua criação, não havia funcionários em Boca do Acre destinados especificamente para a sua gestão. Foi necessário deslocar um dos seus servidores lotados em Rio Branco/AC, que já conhecia a Unidade desde o tempo dos trabalhos para o processo de criação, para que assumisse a responsabilidade pela gestão da mesma até que fosse lotado um servidor para a Unidade. Com isso, através da Portaria nº 390, do dia 21 de março de 2007 (publicado no Diário Oficial em 22 de março), foi nomeado para a chefia da Unidade o Analista Ambiental Felipe Cruz Mendonça.

Frente a essa realidade, a chefia da Unidade optou por traçar os caminhos para o estabelecimento dos instrumentos básicos de gestão, como o Conselho Deliberativo, o Plano de Utilização e o de Manejo. Para isso, contou com o apoio técnico oferecido pelo Núcleo de Educação Ambiental do Ibama/AC. Já o Programa ARPA e o ICMBio ofereceu todo o aporte financeiro para execução e manutenção das atividades realizadas, através de aquisição de equipamentos e contratação de consultorias.

Em finais de julho de 2009 e agosto, a Reserva Arapixi recebeu o reforço de mais dois Analistas Ambientais oriundos do primeiro concurso público realizado pelo ICMBio. Junto com os dois servidores da Arapixi, chegaram mais cinco Analistas vindos do mesmo concurso para comporem as equipes das Florestas Nacionais do Purus, Mapiá-Inauini e Iquiri. O projeto inicial é que as equipes das quatro Unidades, que possuem sua sede em Boca do Acre, possam trabalhar integradas e em co-laboração mútua, funcionando como um Núcleo de Gestão Integrada (NGI).



A Reserva não possui nenhum funcionário contratado para serviços terceirizados, (atividades administrativas, serviços gerais e de vigilância). As atividades de limpeza da sede, manutenção de equipamentos, piloto de embarcação e outros serviços gerais na área da Reserva vem sendo realizadas (até junho de 2010) com a contratação eventual de pessoas para esses fins.

Esse cenário demonstra a necessidade de estruturação de um quadro de pessoal, em especial para as atividades técnicas, não esquecendo também da área administrativa, para serviços gerais e vigilância.

O desafio que se impõem ao ICMBio é manter um quadro mínimo de servidores para a Arapixi e as demais Unidades de Boca do Acre, para que seja dada continuidade aos trabalhos de gestão das UCs. Cabe informar que as Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA precisam de uma equipe mínima de 2 servidores para que estas possam desenvolver suas atividades. A falta de recursos humanos para a Reserva, pode acarretar inclusive no afastamento do Programa.

A descontinuidade dos trabalhos, por falta de servidores ou de uma equipe mínima para a execução das atividades, é um dos maiores problemas relacionados à gestão das UCs federais, em especial na Amazônia.

## **Demanda**

No que diz respeito à necessidade de pessoal para a Resex Arapixi uma equipe mínima corresponderia a:

- 01 um servidor para trabalhar com mobilização social e educação ambiental;
- 01 servidor fiscal que trabalhe com geoprocessamento;
- 01 servidor na área administrativa;
- 01 servidor para trabalhar com questões produtivas; e
- 01 servidor para trabalhar com pesquisa e manejo de recursos naturais.

É importante destacar que se trata de uma equipe mínima de servidores, dentro da possibilidade do ICMBio e que, vislumbra-se, conseguiremos dentro de um prazo de cinco anos.



### 3.5.2. Equipamentos e Materiais Permanentes

Todos os equipamentos e móveis que a Reserva Extrativista Arapixi dispõe hoje são oriundos, sem exceção, do apoio financeiro dado pelo Programa ARPA. No início do processo de gestão, muitos dos equipamentos utilizados (computadores, voadeira, GPS, etc...) eram emprestados pela Floresta Nacional Mapiá-Inauini ou pelo Escritório Regional do Ibama em Boca do Acre. Com apoio do ARPA, começou-se a aquisição de mobiliário e equipamentos eletrônicos, com a perspectiva, inclusive, de construção de uma base dentro da Reserva. No entanto, até fins de 2009 não havia a previsão de sua construção e, por isso, o mobiliário adquirido está sendo utilizado na sede da Reserva na cidade de Boca do Acre.

Na tabela a seguir estão listados os equipamentos e móveis sob o patrimônio da Reserva Arapixi.

**Tabela 3.6:** Relação de equipamentos e materiais permanentes da Reserva Extrativista Arapixi (atualizado em janeiro de 2010)

EQUIPAMENTOS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
10 cadeiras giratórias com estofado azul	Bom
08 cadeiras de madeira de lei	Bom
01 mesa de madeira para 8 lugares	Bom
02 mesas de reunião redondas	Bom
04 Beliches em madeira	Bom
01 Armário com duas portas	Bom
02 arquivos (metal e madeira)	Bom
01 mesa para computador	Bom
01 Câmera Fotográfica Digital	Bom
01 GPS	Bom
01 notebook	Bom
01 desktop	Bom
01 impressora/fotocopiadora	Bom
01 binóculo com máquina fotográfica	Bom
01 Caixa de som com microfone	Bom
02 ar condicionados (10 e 18 mil BTUs)	Bom
02 voadeiras de seis metros (toda soldada) com motores 40 hp	Bom
01 gerador de energia (2,5 kVA)	Bom
01 grupo gerador (12,5 kVA)	Bom
01 antena parabólica	Bom
01 bebedouro elétrico	Bom
01 televisão 29"	Bom
01 fogão 6 bocas	Bom

### **3.5.3. Infra-estrutura (Edificações e benfeitorias)**

A Reserva Extrativista Arapixi possui sua sede funcional em conjunto com a Floresta Nacional do Purus, a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e a Floresta Nacional do Iquiri no antigo Escritório Regional do Ibama em Boca do Acre. Até junho de 2010, o ICMBio estava reunindo as condições para que a sede das UCs fosse transferida para um prédio (que anteriormente estava sendo ocupado pelo IDAM) de propriedade do Ibama, e que estava em vias de ser transferido para o patrimônio do ICMBio .

No interior da Unidade não existe nenhuma instalação ou edificação do ICMBio para apoio às atividades de campo (inclusive fiscalização), hospedagem dos servidores ou abrigo de equipamentos e materiais. Durante as atividades de campo realizadas na Reserva, a equipe fica instalada nas casas de moradores ou em barracas improvisadas. Portanto, faz-se necessária a construção de uma base nas margens do Rio Purus, cuja localização precisa ser melhor discutida com as comunidades, levando-se em conta o processo de gestão e fiscalização da Unidade.

### **3.5.4 Estrutura adequada para a gestão da Unidade**

Para implementação da gestão, são necessários os serviços, equipamentos, instalações e demais recursos listados abaixo:

#### **Infra-estrutura e Equipamentos**

- Construção de uma base na Reserva Arapixi para servir de apoio e abrigar servidores da Unidade que estiverem em trabalho de campo. Importante que exista na base estrutura com computador com material de escritório completo. Importante também ter uma área que possa servir de local para serem realizadas reuniões com a comunidade.
- Sistemas de comunicação (internet e telefonia) para serem instalados nas diferentes localidades da UC e na base do ICMBio;
- Estruturação de uma base na cidade de Boca do Acre para ser a sede da Unidade, com condições de atender às demandas de gestão.

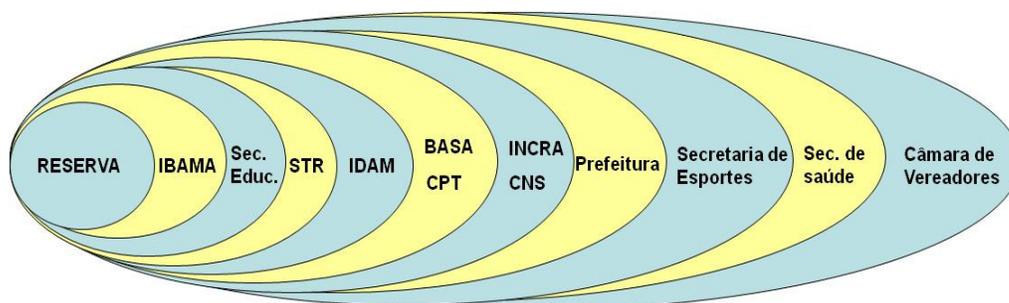


### Serviços e insumos

- Mínimo de oito horas de vôo anuais para monitoramento dos limites da Unidade;
- Fretes de barco;
- Recursos para a manutenção e combustível das voadeiras existentes;
- Financiamento para as reuniões do Conselho;
- Manutenção da infra-estrutura;
- Custeio de viagens;
- Custeio de reuniões comunitárias;
- Apoio a ações de Educação Ambiental;
- Apoio no acesso a programas de geração de renda e comercialização da produção;
- Diárias para fiscais, policiais militares e colaboradores.

### 3.5.5. Relações Inter-Institucionais

Existem diferentes instituições atuando direta ou indiretamente na Resex Arapixi. Algumas são bem conhecidas dos moradores e foram trabalhadas em uma reunião geral (realizada em 2008), em uma adaptação do diagrama de Venn, que buscou levantar as diferentes instituições que os moradores conhecem e a proximidade das mesmas com a Resex, como apresentado na Figura 3.34.



**Figura 3.34:** Diagrama de Venn adaptado (construído em reunião geral com a comunidade em 2008)

Na ocasião, a instituição que os comunitários consideraram mais presente foi o Ibama (hoje ICMBio), devido, principalmente, à quantidade de vezes que o gestor vai à Unidade e também aos trabalhos já realizados, seguidos da Secretaria de Educação, do STR, do IDAM, do Basa, CPT, da Prefeitura, da Secretaria de Esportes, da Secretaria de

Saúde e da Câmara de Vereadores. Através desse resultado se entende um pouco da visão dos comunitários sobre a presença e proximidade/facilidade de acesso a essas instituições.

Abaixo descreve-se algumas das instituições identificadas tanto no Diagrama de Venn, quanto no trabalho de campo e em visitas técnicas na cidade de Boca do Acre.

#### **a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boca do Acre**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boca do Acre surgiu das reuniões e discussões promovidas pelas entidades de base da Igreja Católica da região, que incentivou a formação de uma instituição que representasse os interesses da classe dos trabalhadores rurais. O enfoque inicial do STR era específico para agricultura e hoje se direciona, cada vez mais para o extrativismo. Além da atuação política, o STR apóia a população rural na aquisição de benefícios, como a aposentadoria.

#### **b) Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM**

O IDAM é um órgão de assistência técnica e extensão rural e florestal do Estado do Amazonas, voltado ao setor agropecuário, agroindustrial e pesqueiro. Este órgão, teoricamente, é voltado à formulação e execução de políticas nesses setores, através de estudos, propostas e ações diversas.

Na Resex, tem atuação grande na região do Maracaju 1, com financiamento e suporte técnico para a produção e comercialização de açúcar mascavo. Além da produção de açúcar, o IDAM aprovou alguns financiamentos pelo Pronaf para a aquisição de gado e realiza duas vezes ao ano a vacinação bovina do rebanho de toda a região.

Com relação ao extrativismo, as atividades do órgão levantadas na Resex foram o acompanhamento do pagamento do subsídio da borracha para os moradores da Vila São José e também o cadastramento e treinamento de boas práticas no manejo da castanha junto a algumas famílias.

**c) Banco da Amazônia - Basa**

O Basa é uma instituição financeira federal de fomento, principal banco onde os moradores buscam financiamento para as suas atividades econômicas.

**d) Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS**

O CNS é uma organização de âmbito nacional que procura representar trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos. Nasceu da luta dos seringueiros pela defesa da floresta e por uma reforma agrária que contemplasse a forma de vida e organização destes.

**e) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**

O INCRA tem como missão: "Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável." Este Instituto é o responsável pela aplicação dos créditos alimentação, fomento e habitação que as famílias da Reserva têm direito como reconhecidos pelo programa de reforma agrária.

**f) Comissão Pastoral da Terra - CPT**

A CPT nasceu em 1975, convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. Esta instituição configura-se como um importante parceiro das comunidades no que diz respeito, principalmente, aos processos de formação política e de organização comunitária.

**g) Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa – APAS**

A APAS foi fundada em 1995 e atuou em parceria com a Couro Vegetal da Amazônia (CVA), montando unidades de produção de Couro Vegetal, e formando seringueiros na tecnologia de produção. Hoje a APAS controla a qualidade e comercializa as lâminas de Couro Vegetal produzidas por 26 unidades de produção de couro vegetal na



região de Boca do Acre<sup>25</sup> e possui uma micro-empresa ligada à mesma para a confecção e comercialização de bolsas e mochilas. Na Resex a APAS é responsável pelo projeto e unidade de beneficiamento de couro-vegetal na Vila São José.

#### **h) Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus – Cooperar**

A Cooperar trabalha com a produção de óleos vegetais (andiroba, gergelim e tucumã), farinha de banana, banana passa e cacau nativo.

#### **Relação dos movimentos sociais com a Resex**

Tanto o STR como o CNS são entidades atuantes dentro da Reserva, contribuindo com os diversos momentos de formação e fortalecimento comunitário. O STR inclusive dispôs de uma pessoa de seu quadro para acompanhar a feitura deste diagnóstico em campo, conferindo a este trabalho uma preocupação constante com a história de luta pela terra na região e com o compromisso político de denunciar formas de opressão. Além do STR e do CNS, outra entidade que tem atuado na região é a CPT.

Destaca-se como aspecto importante das comunidades a prática de diferentes concepções religiosas, como a católica, o evangélico e o santo daime. Além da organização e da mobilização geradas no interior destas práticas, cada comunidade a seu modo parece manter um intercâmbio freqüente de pessoas praticantes das religiões citadas, o que propicia a cada organização uma troca muito rica entre praticantes da mesma religião de diferentes lugares. É comum, por exemplo, existirem relatos de que pessoas de Boca do Acre vão até a Resex para participarem de algum evento promovido pelos praticantes da Igreja Evangélica. O contrário também é comum. Isso também parece acontecer com os praticantes da Igreja Católica e com o Daime. Esses são, portanto, importantes espaços de mobilização e organização social presentes na Resex Arapixi.

#### **3.5.6. Conselho Deliberativo**

O Conselho Deliberativo de uma Reserva Extrativista é uma importante instância de decisão dentro da gestão da Unidade. Ele é um esforço, previsto em lei, no sentido de

---

<sup>25</sup> Fonte: [http://www.amazonlink.org/seringueira/couro\\_vegetal\\_quem.html](http://www.amazonlink.org/seringueira/couro_vegetal_quem.html), acessado em 7/3/2009.

trazer para esfera da decisão pública a sociedade civil organizada que se interesse pelo assunto, e no caso da Arapixi, principalmente, como um espaço de atuação dos comunitários nos rumos que serão trilhados pela Unidade.

De acordo com o Art. 20, do Decreto 4.340, de 22/08/2002, que regulamenta o SNUC, compete ao Conselho Deliberativo acompanhar a elaboração, aprovação, implementação e revisão do Plano de Manejo; avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor e manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na Reserva, entre outras responsabilidades.

O Conselho da Reserva foi construído em conjunto com algumas etapas do Plano de Manejo uma vez que ambos são considerados processos complementares de grande importância. As questões que envolvem esses diferentes processos estão intrinsecamente relacionadas e dizem respeito a uma mesma lógica: a necessidade premente de garantir aos moradores das Resex a manutenção de suas formas tradicionais de vida, buscando melhorias sócio-econômicas associadas à preservação do meio ambiente através do uso sustentável dos recursos naturais e da participação pró-ativa das comunidades, reforçando seu papel de protagonistas de seu futuro. Assim, acredita-se ser bastante plausível uma metodologia que integre esses processos de forma coerente e complementar.

O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Arapixi foi criado a partir da Portaria ICMBio n°.64 de 12 de agosto de 2009 (publicado no Diário Oficial dia 17/08) com 18 membros, entre instituições públicas, privadas e representações da comunidade.

Na segunda reunião ordinária do Conselho que ocorreu em dezembro de 2009, foi aprovada pela plenária a entrada do CNS no Conselho. Sua entrada foi oficializada através da Resolução n.4 de 17 de dezembro de 2009 do Conselho Deliberativo e, posteriormente, pela Portaria n. 42 de 20 de maio de 2010, publicada dia 21 no Diário Oficial da União.

**Tabela 3.7:** Composição do Conselho Deliberativo da Resex Arapixi

<b>MEMBROS DO CONSELHO</b>	
<b>DAS COMUNIDADES</b>	
<b>1.</b>	Representação Comunitária (Porta Alegre)
<b>2.</b>	Representação Comunitária (Maracaju I)
<b>3.</b>	Representação Comunitária (Auto D'ouro)
<b>4.</b>	Representação Comunitária (Bosque)
<b>5.</b>	Representação Comunitária (Maracaju II)
<b>6.</b>	Representação Comunitária (Maracaju II)
<b>7.</b>	Representação Comunitária (São José)
<b>8.</b>	Representação Comunitária (Manithiã)
<b>9.</b>	Representação Comunitária (Santo Honorato I)
<b>10.</b>	Representação Comunitária (Santo Honorato II)
<b>DAS INSTITUIÇÕES</b>	
<b>11.</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
<b>12.</b>	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)
<b>13.</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
<b>14.</b>	Secretaria Municipal de Educação e Desportos (Semed)
<b>15.</b>	Comissão Pastoral da Terra (CPT)
<b>16.</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boca do Acre (STR)
<b>17.</b>	Banco da Amazônia (BASA)
<b>18.</b>	Secretaria Municipal de Saúde (Semsu)
<b>19.</b>	Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Ainda na reunião de dezembro de 2009, foi definido um plano de ações pelo Conselho com vistas a determinar as prioridades da gestão da Unidade durante o ano de 2010. E as ações estabelecidas foram:

- melhorias na área de saúde (buscar levar embarcações com médico para a Resex);
- acelerar a aplicação dos créditos do INCRA;
- construções de escolas novas / ensino médio;
- acessar as políticas públicas de renda, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Garantia de Preço Mínimo (PGPM);
- aprovar o Plano de Manejo;
- capacitação dos conselheiros;
- instalar meios de comunicação na Reserva (telefone público, internet...).

Acompanhar o andamento destas atividades ao longo de 2010 e dos próximos anos, pode ser um importante parâmetro na avaliação de como anda o processo de implementação das atividades propostas por este Plano de Manejo.





# PARTE II

# PLANEJAMENTO



## 4. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DA RESERVA

Um dos principais focos do Plano de Manejo é o Zoneamento Ambiental. Através deste instrumento, busca-se definir espaços, dentro dos limites da Reserva, onde serão desenvolvidas atividades que contribuam para que todos os objetivos previstos no SNUC sejam alcançados.

Esses espaços são chamados de *Zonas*. Ao estabelecer áreas com diferentes regras de uso, o zoneamento busca garantir a possibilidade do uso sustentável dos recursos naturais em áreas já ocupadas por populações tradicionais e a ampla preservação de regiões com ambientes frágeis.

O zoneamento deve ser elaborado de forma participativa, com o envolvimento de todos os atores sociais relacionados à Unidade, sendo as áreas de uso definidas em função do conhecimento das suas potencialidades por parte da população local, somado a outros estudos considerados necessários.

### 4.1. Procedimento para a definição do Zoneamento

A construção do Zoneamento Ambiental da Reserva Extrativista Arapixi foi baseada em alguns princípios:

- Respeito às áreas já tradicionalmente utilizadas pelos moradores;
- Utilização das informações construídas no diagnóstico sócio-econômico;
- Análise das pressões e ameaças à integridade da Unidade;
- Verificação do grau de conservação e antropização das áreas;
- Facilidade de localização dos limites de cada área em campo;
- Acessibilidade e potencial de uso das áreas;
- Respeito ao conhecimento das pessoas da Reserva;
- Definição do menor número de zonas possíveis;
- Possibilidade futura de recategorização das zonas conforme o aprofundamento do grau de conhecimento;

- Respeito às áreas de preservação permanente (APP) já definidas na legislação, assim como as condições de uso, ficando sua localização e utilização implícitas no zoneamento.

Nas reuniões com as comunidades residentes na Resex Arapixi ficou acordado que os setores definidos pelo Zoneamento seriam chamados “Áreas” e não de “Zonas”.

São essas as Áreas definidas no Zoneamento da Unidade:

- Área de Roçado, Extrativismo e Moradia (AREM);
- Área de Extrativismo (AE);
- Área de Preservação (AP);
- Área de Amortecimento (AA).

#### **4.2. Identificação e conceituação das Áreas**

##### **Área de Roçado, Extrativismo e Moradia (AREM)**

Abrange as áreas de uso intensivo pelos moradores da Reserva. É nesta área onde são desenvolvidas atividades como agricultura, criação de animais, extrativismo e moradia. Na Reserva Extrativista Arapixi representa uma área aproximada de 32.500 hectares.

**Descrição dos limites:** Estende-se por toda uma faixa de 2 km a partir da beira do rio Purus, excluídas as APPs, em ambas as margens acompanhando seu curso dentro da Unidade. As regras de uso referentes a essa área estão descritas no Plano de Utilização.

Eventualmente na AREM poderão existir locais que serão destacados, conforme seu grau de antropização, para recuperação ambiental. Nessa área, futuramente, deverá ser instalada a base do ICMBio na Unidade, a partir de acordos com a comunidade.

Serão permitidas atividades de manejo de fauna e pesca na área.

##### **Área de Extrativismo (AE)**

Compreende as áreas tradicionalmente utilizadas pelos moradores para as atividades extrativistas, como extração da castanha e látex. Possui uma área aproximada de 60.800 hectares.



**Descrição dos Limites:** Abrange, na margem direita do rio Purus, toda área de fundos da Reserva, a partir da AREM. Na margem esquerda, estende-se desde o final da AREM até o Igarapé Preto.

Na área não serão permitidas a fixação de moradia ou abertura de roçados, destinando-se apenas a atividades extrativistas, de educação ambiental ou de ecoturismo. As demais regras de uso referentes a essa área estão previstas no Plano de Utilização.

### **Área de Preservação (AP)**

Abrange as áreas com menor informação técnica disponível sobre suas características. Não é utilizada pelos moradores e deve ser destinada à preservação da natureza. Possui uma área aproximada de 39.350 hectares.

**Descrição dos Limites:** Abrange toda a face norte da Unidade, a partir da margem esquerda do Igarapé Preto, justamente onde a Unidade faz limite com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e com as Terras Indígenas Igarapé Capana e Camicuã.

Atividades de pesquisa e educação ambiental podem ser realizadas na área, conforme regras estabelecidas pelo Plano de Utilização e órgãos responsáveis.

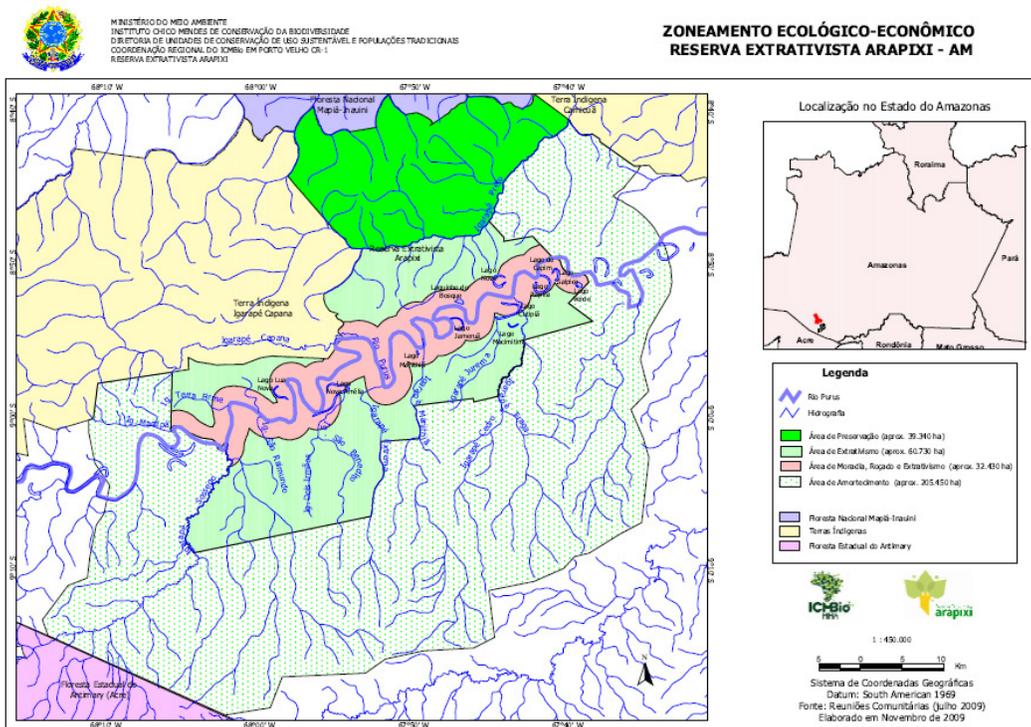
### **Área de Amortecimento (AA) (ou Zona de Amortecimento)**

Conforme estipula o SNUC, Zona de Amortecimento: *é o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade* (Lei 9.985, art.2º. inciso XVIII). A mesma só é definida a partir do Plano de Manejo da Unidade, quando os conhecimentos sobre a área já são mais aprofundados.

Buscou-se com a Área de Amortecimento da Unidade, abranger todas as áreas de uso dos moradores que ficaram de fora dos limites que constam no decreto de criação. Onde a Unidade faz limites com outras áreas protegidas, foi determinado que não haveria necessidade de definir-se tal área em virtude de já serem conservadas por força de lei.

**Descrição dos limites:** na face que vai de Oeste à Nordeste da Unidade (em sentido horário), onde a mesma se limita com a T.I. Igarapé Capana, a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e a Terra Indígena Camicuã, não foram definidas Área de Amortecimento

por considerar-se as próprias áreas protegidas citadas, como sendo importantes “tampões” de proteção da Reserva. Na face Nordeste à Sudeste estabelece os 10 km de borda como Área de Amortecimento. De Sudeste à Sudoeste a referida área se estende buscando o divisor de águas entre os rios Purus e Antimary e o limite do Estado do Acre.



**Mapa 4.1:** Zoneamento Ecológico Econômico da Reserva Extrativista Arapixi (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

## **5. PLANO DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA RESERVA**

O Plano de Proteção da Reserva Extrativista Arapixi tem como objetivo identificar os principais impactos à proteção da Unidade e orientar o planejamento e execução de ações de prevenção, combate e mitigação às causas desses impactos.

A proteção de Unidades de Conservação é definida aqui como o amparo à terra, aos recursos naturais e às comunidades residentes na UC ou no seu entorno. Portanto compreende ações preventivas e repressivas.

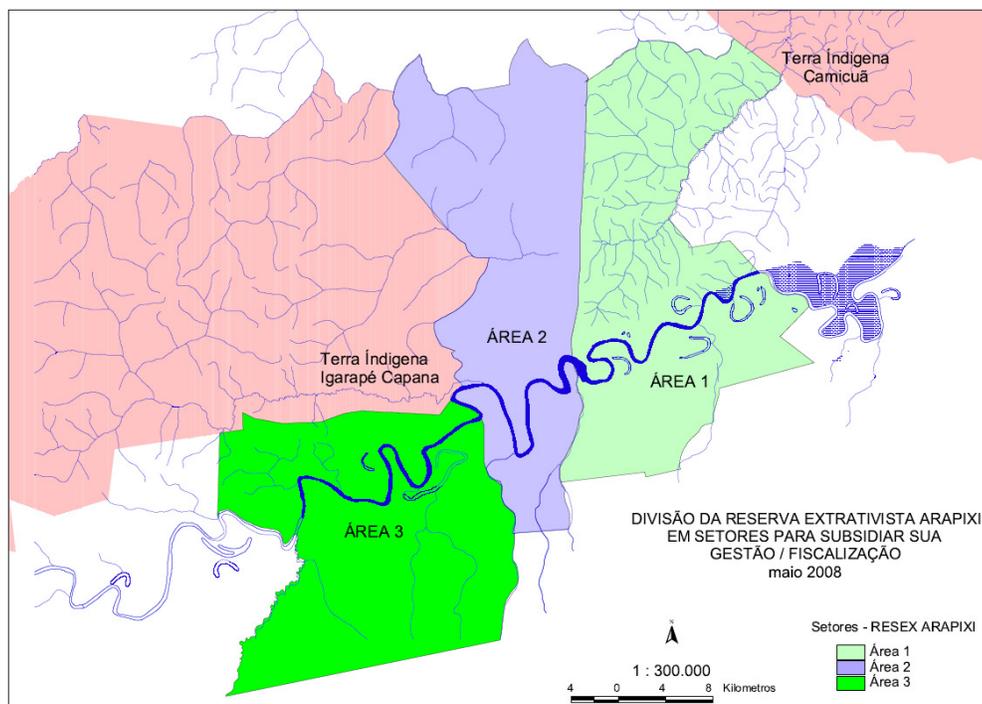
O Plano de Proteção deve ser constantemente atualizado e revisado de acordo com as diretrizes oriundas das ferramentas de planejamento e gestão da UC.

### **5.1. Estratégias de proteção**

As ações de fiscalização na Resex são de extrema importância para a diminuição dos impactos negativos sobre os ecossistemas da Unidade. No entanto, por se tratar de uma Reserva Extrativista, a estratégia primeira deve ser a de realizar ações com vistas à conscientização, junto com as famílias residentes, atentando para as maneiras, tradicionais ou não, de se trabalhar de forma sustentável.

#### **5.1.1. Setores da Reserva**

A fim de auxiliar no processo de gestão e fiscalização da Unidade, estabeleceu-se a divisão da Unidade em três setores distintos, conforme nos mostra o mapa 5.1. Essa fragmentação obedeceu às características sociais e geográficas da região sem, no entanto, ignorar as muitas diferenças internas em cada área.



**Mapa 5.1:** Mapa da Divisão da Reserva em setores para subsidiar sua gestão/fiscalização (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)

A caracterização dos setores, para fins de fiscalização, é a seguinte:

**Área 1:** é a área da Resex mais densamente populosa e que se encontra mais próxima da cidade de Boca do Acre. Neste setor da Unidade é onde se observa a maior pressão sobre os recursos naturais. No entanto não há dados científicos comprobatórios deste impacto. Pela margem esquerda do Rio Purus, no limite mais a leste está a fazenda Aracoiaba com um grande pasto consolidado já há vários anos. Parte deste pasto está inserida nos limites da Resex.

Grande parte das madeiras de “venda garantida” que ficam próximas às margens do rio Purus e das moradias, foram ilegalmente retiradas para comercializar em Boca do Acre. Essa era uma atividade importante antes da criação da Resex. Os principais locais de retirada de madeira irregular são na área do seringal Porta Alegre (08°50'02,82” S e 67°41'19,41” W) e na área próxima ao lago Jameruã com as coordenadas 08° 53' 41,93” S e 67°48' 49,82” W. Com a presença do ICMBio na região, a retirada irregular de madeira diminuiu consideravelmente. A pressão para abertura de roçado e pasto para gado também é maior nesta área da Unidade.

Outro problema grave identificado neste setor é a questão da sobre-pesca. O principal lago em que as famílias pescam, o Lago Novo, apresenta sinais de sobre-exploração de acordo com os relatos dos moradores. Existe conflito no citado lago entre os pescadores de subsistência e os pescadores profissionais, moradores da Resex ou não. Há denúncias de redes de pesca fechando o sangradouro do lago, colocadas por moradores. No Lago do Itapira, também situado na Área 1, já foram recolhidas redes que fechavam o lago, além de terem sido vistas madeiras na margens retiradas ilegalmente. A pesca precisa ser acompanhada com maior cuidado nas operações de fiscalização, buscando monitorar o cumprimento do Plano de Utilização e do Acordo de Pesca do Lago Novo presentes nesse documento.

Por ser uma área bastante populosa e as famílias se concentrarem apenas nas margens do rio Purus e nos lagos de várzea, os conflitos entre vizinhos por limites de terras também é grande quando comparado com as outras áreas da Resex.

O igarapé Fraga é o principal igarapé da área e precisa ser constantemente monitorado. Ele é utilizado anualmente pelos castanheiros e há denúncias, ainda não comprovadas, de que pessoas acessam a Unidade pelos fundos da Resex, através do referido igarapé.

Em relação à questão fundiária, em março de 2008 foi realizada uma expedição pelo igarapé Fraga, região em que muitos dos moradores que coletam castanha ainda pagam renda para supostos donos do seringal Porta Alegre, uma vez que estes ainda não foram indenizados. Como já foi explicitado nesse documento, a maior parte das áreas de coleta de castanha estão fora dos limites do seringal Porta Alegre, e até mesmo da Resex. Ou seja, os que se intitulam proprietários vêm cobrando há tempos uma renda de forma ilegal dos moradores que exploram essas áreas. Ao que tudo indica, as colocações estão localizadas no PAE Antimary.

### **Ações de fiscalização na Área 1:**

- Fiscalizar na área periodicamente a cada dois meses;
- Dedicar maior atenção aos lagos Itapira e Novo nas operações, monitorando o processo de antropização de suas margens;
- Estabelecer contato com os proprietários da Fazenda Aracoiaba;



- Monitorar os igarapés da área, principalmente o igarapé Fraga;
- Fiscalizar barcos grandes de pesca, que em geral vêm de Sena Madureira ou de Boca do Acre;

**Área 2:** nesta área se encontram os seringais Liége, São José e pequena parte do seringal Arapixi. A distribuição populacional é bem mais esparsa do que na Área 1 e menos populosa também. Alguns moradores dessa região vinham sendo constantemente ameaçados de expulsão das terras pelo dito administrador da área. Com a criação da Resex, essa pressão diminuiu.

No igarapé Manithiã há denúncias de pessoas de fora da Unidade que acessam o igarapé, praticando muitas vezes pesca ilegal.

Dentro da Área 2, localiza-se o igarapé Extrema, que faz o limite entre os seringais Liége (ou Ponto Alegre) e Arapixi. Ele é muito utilizado como acesso dos moradores às colocações de castanha no centro destes seringais. Neste local existem algumas disputas entre os moradores e destes com os proprietários do seringal Arapixi, que comercializam a castanha aí retirada, comprando dos moradores da área e de outros com quem eles possuem acordos. Em geral o preço não é o melhor, mas os donos do seringal têm uma boa aceitação por parte dos moradores do imóvel, em virtude do suporte eventualmente recebido. Essa situação está sendo analisada e encaminhada no processo de regularização fundiária da Resex.

Na área também se encontram alguns moradores que vivem (ou viviam) da retirada ilegal de madeira, prática que diminuiu bastante com a criação da Resex e a presença mais constante do IBAMA / ICMBio na área.

Esta área, na margem esquerda do rio Purus, limita-se com a Terra Indígena Igarapé Capana (08°55'00,22" S e 67°54'49,99" W). Existem relações de amizade e parentesco entre os índios e alguns moradores da Resex e o convívio é harmonioso. Há ainda questões fundiárias a serem resolvidas com relação à boca do igarapé Capana, já que não está muito claro se este faz parte da Resex ou da TI.

Na área existem diversos problemas de vizinhança envolvendo moradores de diferentes comunidades. Seus argumentos e motivações devem ser avaliados com cautela pela comunidade e órgãos institucionais, buscando minimizar ou dirimir as questões.



**Ações de fiscalização na Área 2:**

- Realizar fiscalizações periódicas a cada 2 meses;
- Dedicar atenção e incentivar a manutenção do bom relacionamento com a população da Terra Indígena Igarapé Capana;
- Percorrer o Igarapé Manithiã para melhor caracterização e acessá-lo regularmente nas operações de fiscalização;
- Monitorar o Igarapé Extrema e estabelecer melhores estratégias de fiscalização na área, além de mapear as áreas de colocação de castanha;
- Fiscalizar os barcos grandes de pesca que em geral vêm de Sena Madureira ou de Boca do Acre;
- Fiscalizar a extração de madeira ilegal pelos moradores.

**Área 3:** esta área é a mais extensa (distância percorrida no rio Purus) da Unidade. É a área onde a organização comunitária formal ainda é bastante incipiente e onde a Associação Fé em Deus do Santo Honorato fica sediada. A área engloba o seringal Arapixi, Santo Honorato, Fazenda Santo Onofre e Seringal Rio Branco. As moradias são melhor distribuídas ao longo do rio Purus e é a área mais distante de Boca do Acre. A sede do seringal Arapixi (09°01'29,06"S e 68°01'57,13"W), fica aproximadamente no meio do caminho entre as cidades de Boca do Acre e Sena Madureira.

Nesta área localiza-se o seringal Arapixi. Este imóvel é um caso único dentro da Resex. Com uma área aproximada de 33 mil hectares, ele é explorado por uma empresa privada. A empresa explora a castanha na área, comprando a produção dos moradores do seringal e de áreas vizinhas. Eles possuem acordo com os moradores do imóvel (também moradores da Resex) para compra da produção de castanha. A questão fundiária com os proprietários está sendo encaminhada.

No seringal Arapixi localiza-se o Lago Nova Amélia. Ele é o maior lago da Unidade e do município de Boca do Acre. É bastante utilizado para a pesca pelos moradores da Unidade e por pessoas de fora da Resex. É também via de acesso ao Igarapé São Benedito (que deságua no lago), pelo qual os moradores acessam as colocações de castanha no centro. Novas incursões ao Igarapé precisam ser realizadas pela gestão da Resex, com o objetivo de mapear as colocações de castanha ao longo de seu curso.



Nesta área também se localiza o seringal Santo Honorato, onde existem alguns lotes demarcados pelo INCRA. Destes lotes, um senhor diz possuir 14 deles, uns titulados e outros não (apenas com a posse). A questão está sendo encaminhada nos trabalhos da regularização fundiária da Unidade. A área fica no entorno do Lago Lua Nova (08°58'14,93"S e 67°58'58,01"W), na margem esquerda do Rio Purus. Ela possui uma área desmatada de aproximadamente 81 hectares. Entre os anos de 2004 e 2005 houve um acréscimo de desmatamento na área de 82%. O "proprietário" já foi alertado sobre a impossibilidade de se aumentar a área de desmate.

Aqui está localizada também a Fazenda Santo Onofre (08°59'07,81"S e 68°01'17,46"W) de propriedade do Sr. Gilvan Onofre. O processo de regularização fundiária da área é o mais avançado entre os processos já abertos na Unidade. É uma propriedade de 1.500 hectares com uma área desmatada de aproximadamente 130 hectares (09/2009). O levantamento das benfeitorias do imóvel foi realizado em setembro de 2007 e o proprietário igualmente informado que a área desmatada não poderá ser aumentada.

Como limite a oeste da Unidade, na sua margem direita, está o igarapé Sossego. Ele é bastante acessado pelos moradores do seringal ou de áreas vizinhas na época da coleta de castanha. Existem também denúncias de barcos de pescadores vindo de Sena Madureira que o acessam para pescar.

### **Ações de fiscalização na Área 3:**

- Fiscalizar periodicamente a cada 2 meses;
- Fiscalizar o Lago Nova Amélia, pela importância que representa para a comunidade, principalmente na questão da pesca. Conhecer o igarapé São Benedito e mapear as colocações na região;
- Monitorar o processo de antropização no entorno do Lago Lua Nova;
- Fiscalizar barcos grandes de pesca que em geral vêm de Sena Madureira ou de Boca do Acre e o igarapé Sossego;
- Fiscalizar a extração de madeira ilegal pelos moradores;
- Monitorar a atuação da empresa do seringal Arapixi na Unidade.

## 5.2. Principais Pressões e Ameaças, Conflitos e Impactos Ambientais e Sociais.

Nesta seção são avaliadas as condições atuais das pressões, ameaças, impactos e as causas originárias. Para efeito de entendimento desses termos seguem-se as seguintes definições formais:

**Impacto** é o efeito direto ou indireto das atividades humanas ou naturais sobre os alvos de conservação.

**Ameaça** é a atividade ou processo que na escala temporal (futuro), pode alterar e/ou danificar a biodiversidade e os processos naturais.

**Pressão** é a atividade ou processo que em diferentes escalas temporais (passado/presente) alterou ou está alterando e/ou danificando a biodiversidade e os processos naturais.

**Causa** é a procedência das atividades impactantes causadas por fatores sociais, econômicos, políticos, institucionais ou culturais (local ou tradicional no uso da biodiversidade) que possibilita ou contribui para ocorrência da Ameaça/Pressão.

A Tabela 5.1 apresenta um apanhado das principais pressões, ameaças e impactos na Resex Arapixi, e suas principais causas.

**Tabela 5.1:** Principais pressões, ameaças, impactos e suas causas na Resex Arapixi

<b>PRESSÕES</b>	<b>LOCAL</b>	<b>CAUSAS</b>	<b>SOLUÇÕES</b>
<b>Pesca</b>	Dentro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pescadores profissionais do Maracaju I que pescam no Lago Novo para venda em Boca do Acre, criando conflitos com os pescadores de subsistência. (área 1)</li> <li>- Pescadores profissionais de Sena Madureira que pescam no Igarapé Sossego, Rio Purus e demais igarapés da Unidade. (área 3)</li> <li>- Falta de informação sobre amparo legal da atividade de pesca profissional dentro de Resex</li> </ul>	<p><b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Operações de Fiscalização periódicas na Unidade a cada 2 meses.</li> <li>- Atendimento de denúncias.</li> </ul> <p><b>AÇÕES DE PARCERIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades de fiscalização em parceria com o IBAMA e a Polícia Militar de Boca do Acre.</li> <li>- Parceria com as Associações Comunitárias, ONG e Agentes Ambientais Voluntários no processo de sensibilização das famílias em relação a pesca na Unidade.</li> </ul> <p><b>AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelecer acordos de pesca na Resex, principalmente nos Lagos, que estarão inseridos no Plano de Utilização da Unidade.</li> <li>- formação de mais Agentes Ambientais Voluntários dentro da Unidade.</li> </ul>
<b>Agro-pecuária</b> <b>Desmatamento</b>	Dentro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo de regularização fundiária da Unidade inacabado em relação à fazenda Santo Onofre (área 3), fazenda Monte das</li> </ul>	<p><b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- controle periódico das áreas de pasto, acompanhando sua expansão.</li> </ul>

		<p>Oliveiras (área 3), fazenda São Jose (área 2), parte do pasto da fazenda Aracoiaba (área 1)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Crise de preços dos produtos agroextrativistas / Gargalo econômico das famílias residentes (TODA UNIDADE)</li> <li>- Desenho do perímetro da Unidade fez com que parte do pasto da fazenda Aracoiaba, que havia invadido os limites do seringal Auto D'ouro, ficasse dentro da Unidade. (área 1)</li> <li>- crescente antropização das margens do Lago Itapira.</li> </ul>	<p>- fiscalização constante nas áreas</p> <p><b>AÇÕES DE PARCERIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- estabelecer uma relação com os proprietários das áreas, buscando sensibilizá-los e alertá-los para as conseqüências da ampliação da área de pastagem.</li> </ul> <p><b>AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- sensibilização da comunidade em relação ao custo benefício da criação de gado.</li> </ul>
<b>Extração Ilegal de Madeira</b>	Dentro	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Tradição na exploração comercial de madeira.</li> <li>- antes da criação da Resex, a venda de madeira ilegal era realizada por grande parte das famílias, como alternativa econômica de fácil mercado. A atividade diminuiu bastante com a presença do IBAMA.</li> </ul>	<p><b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- fiscalização periódica da Unidade a cada 2 meses;</li> <li>- atendimento de denúncias.</li> </ul> <p><b>AÇÕES DE PARCERIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades de fiscalização em parceria com o IBAMA e a Polícia Militar de Boca do Acre.</li> <li>- Parceria com as Associações Comunitárias e com os AAVs no processo de sensibilização das famílias em relação aos danos e as penalidades da retirada ilegal de madeira.</li> </ul>



<p><b>Caça Comercial</b></p>	<p>Dentro</p>	<p>- Caça de animais silvestres por famílias na área 2 para comercialização na cidade (Ainda não foram confirmadas as denúncias).</p>	<p><b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Operações de Fiscalização periódica na Unidade a cada 2 meses.</li> <li>- Atendimento de denúncias.</li> <li>- Confirmação das denúncias com identificação dos responsáveis.</li> </ul> <p><b>AÇÕES DE PARCERIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades de fiscalização em parceria com o IBAMA e a Polícia Militar de Boca do Acre.</li> <li>- Parceria com as Associações Comunitárias e os Agentes Ambientais Voluntários no processo de sensibilização das famílias em relação aos problemas da caça comercial na Unidade.</li> </ul>
<p><b>Conflito de Uso dos Recursos Naturais</b></p>		<p>Proprietários do Porta Alegre (área 1) e do seringal Arapixi (área 2 e 3).</p> <p>(A falta da regularização fundiária na Unidade cria conflitos de interesses em relação ao uso da terra, entre as famílias e os supostos proprietários ainda não indenizados)</p>	<p><b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- acompanhamento dos acordos estabelecidos entre proprietários e moradores para o uso dos recursos naturais das áreas em litígio.</li> <li>- reunião com os proprietários da área para estabelecer uma estratégia de como lidar com a situação.</li> </ul> <p><b>AÇÕES DE PARCERIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- parceria com o Ministério Público Federal no apoio a intervenção junto aos proprietários e buscar apoio também na sede do Instituto para agilizar o processo de regularização</li> </ul>



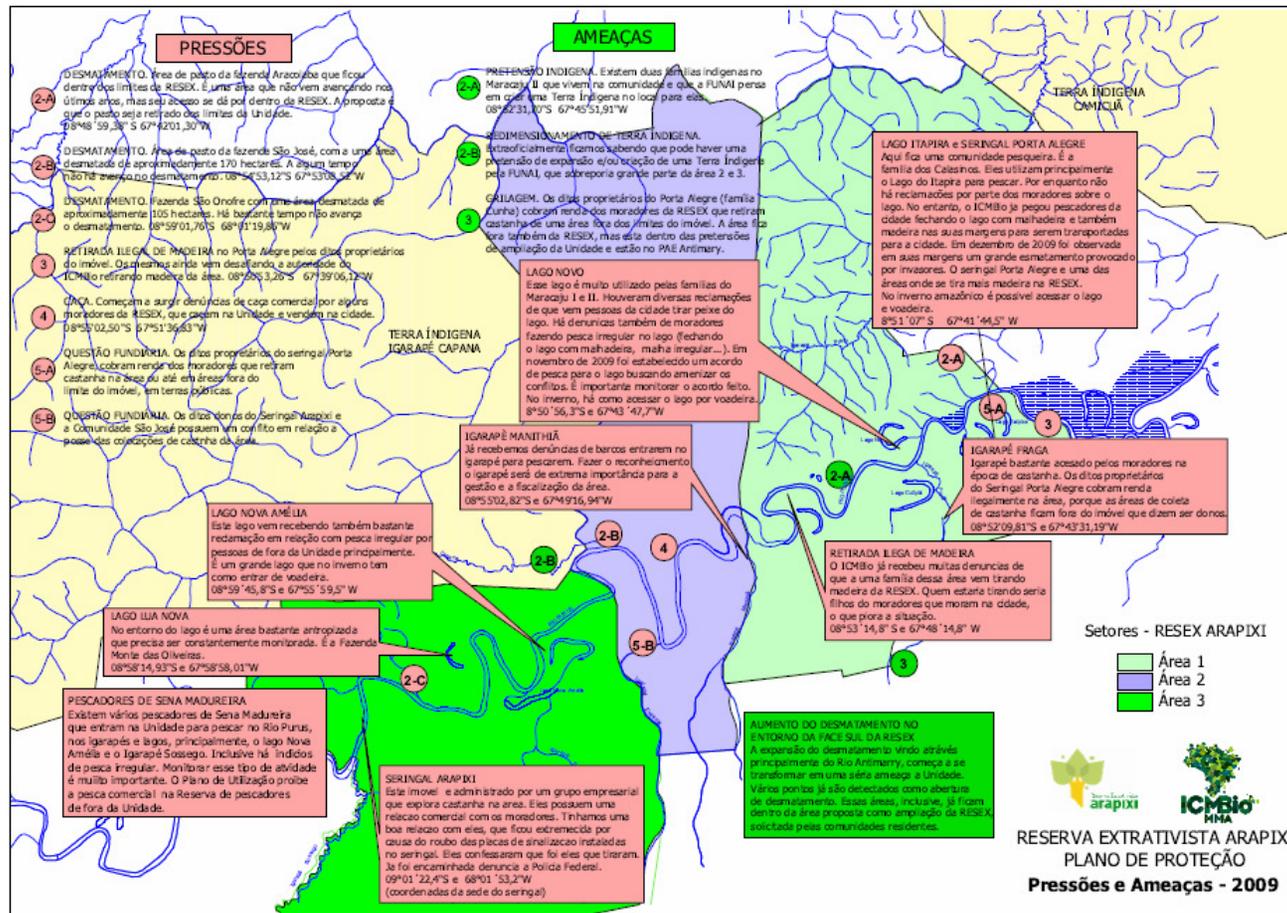
			<p>fundiária da Unidade.</p> <p><b>AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE</b></p> <p>- trazer as associações comunitárias para tomar frente na resolução do problema.</p>
<b>AMEAÇAS</b>	<b>LOCAL</b>	<b>CAUSAS</b>	<b>SOLUÇÕES</b>
<p><b>Agro-pecuária</b></p> <p><b>Desmatamento</b></p>	<p>Entorno</p>	<p>- Produtores não identificados no entorno da parte sul da Reserva.</p> <p>(O Entorno da face Sul da Unidade esta em processo inicial de pressão de desmatamento, que se expande a partir do rio Antimary. A área cada vez mais ameaçada está dentro da área proposta para ampliação da Resex, que visa chegar até o divisor de águas entre a bacia do rio Purus e do rio Antimary)</p> <p>(A atividade pecuária é uma das alternativas que a população residente vem trabalhando em virtude da queda da economia extrativista e dos baixos preços dos produtos agrícolas. Com isso, as colocações da Resex tendem a sofrer uma pressão para abertura ainda maior de pastos para o futuro. (UNIDADE TODA)</p>	<p><b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <p>- monitoramento das áreas de pastagem já abertas antes da criação da Reserva e as abertas pela população residente.</p> <p>- monitoramento remoto e fiscalização através de sobrevôo das áreas de desmatamento em expansão no Entorno da face Sul da Unidade.</p> <p><b>AÇÕES DE PARCERIAS</b></p> <p>- parceria com o IBAMA, a Polícia Militar de Boca do Acre e Polícia Federal para autuação dos infratores e fiscalização dessas áreas.</p> <p>- Buscar alternativas econômicas sustentáveis junto com as comunidades para a questão produtiva da Reserva, tirando a pressão sobre os pastos.</p> <p><b>AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE</b></p> <p>- debater a questão da pecuária junto com os moradores.</p>



<p><b>Redimensionamento de Terra Indígena</b></p>	<p>Dentro-Entorno</p>	<p>FUNAI nas áreas 2 e 3.</p> <p>- Maracaju II, área 1, (existem duas famílias indígenas no Maracaju II que já foram contatadas pela FUNAI. A mesma prometeu a eles a demarcação da área, sobrepondo assim a Unidade)</p>	<p><b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <p>- monitoramento e acompanhamento com descrição da situação, buscando não acirrar a situação;</p> <p><b>AÇÕES DE PARCERIAS</b></p> <p>- parceria com as Associações Comunitárias para acompanhar o monitoramento da questão.</p> <p><b>AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE</b></p> <p>- trazer as Associações Comunitárias para o enfrentamento da questão</p> <p>- Inserir o máximo possível as famílias indígenas do Maracaju II nas atividades da Resex, buscando o sentimento de pertencimento dos mesmos à Resex.</p>
<p><b>Grilagem: Exploração indevida de recursos naturais (castanha) em terras públicas do entorno</b></p>	<p>Entorno</p>	<p>- Os ditos proprietários do Porta Alegre (família Cunha) cobram renda dos moradores da Resex que retiram castanha de uma área fora dos limites do imóvel. A área fica fora também da Resex, mas está dentro das pretensões de ampliação da Unidade (área 1).</p>	<p><b>AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <p>- acompanhamento do período de coleta da castanha junto aos</p> <p>- reunião com os proprietários da área para estabelecer uma estratégia de como lidar com a situação.</p> <p><b>AÇÕES DE PARCERIAS</b></p> <p>- parceria com o Ministério Público Federal no apoio a intervenção junto aos proprietários.</p> <p>-Análise da cadeia dominial da propriedade.</p> <p><b>AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE</b></p> <p>- trazer as associações comunitárias para o enfrentamento do problema.</p>



O mapa 5.2 mostra espacialmente a localização das principais ameaças e pressões.



Mapa 5.2: Mapa do Plano de Proteção - Pressões e Ameaças (disponível com melhor visualização no encarte em anexo)



### **5.3. Monitoramento e avaliação**

A fase de implementação do Plano de Manejo é complexa porque envolve o desenrolar das atividades e a utilização dos recursos com vistas à produção dos resultados e ao alcance dos objetivos estabelecidos. Portanto, é preciso montar um sistema de gerenciamento do plano que inclui o monitoramento e avaliação que vão subsidiar os chamados indicadores.

Os indicadores são instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação do Plano de Manejo porque permitem acompanhar a busca das metas, identificar avanços, ganhos de qualidade, problemas a serem corrigidos, necessidades de mudança, etc.

Para alimentar o indicador é necessário identificar onde estarão os dados disponíveis. Os dados estão em fontes como organizações, base de dados, arquivos, relatório, formulários, etc. Estes são meios de verificação que vão permitir as variações do indicador. Sem meios de verificação precisos não há como monitorar metas e indicadores e não há como efetuar avaliações transparentes.

Com isso, se faz necessário buscar estabelecer os indicadores junto com o Conselho Deliberativo e as comunidades no intuito de avaliar a implementação da Unidade. Buscar junto ao ICMBio/Sede modelos aplicados em outras Unidades pode ser um primeiro movimento com vistas a estabelecer o monitoramento dos resultados.

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO

### 6.1. Histórico e metodologia

No período de maio de 2007 a junho de 2008 as famílias da Resex Arapixi se reuniram nos quatro núcleos da Unidade (Santo Honorato, São José, Maracaju I e Maracaju II) para discutirem as regras de convivência que iriam compor o Plano de Utilização, em diversos encontros organizados pelas próprias comunidades.

Essas discussões foram feitas com base nos temas e perguntas geradoras encaminhados para as lideranças da Unidade por meio de ofício. As propostas de regras advindas das reuniões comunitárias foram encaminhadas pelas lideranças por meio de atas, acompanhadas de lista de presença. Com os resultados, partiu-se para a sistematização do material. Essa sistematização foi então utilizada como base para um segundo momento de discussões entre os moradores, agora com a participação de técnicos do órgão gestor e parceiros. Estas reuniões foram realizadas em julho de 2008, nos 4 núcleos comunitários.

Em outubro de 2008, durante viagem para realização do diagnóstico socioambiental da Reserva e do processo participativo de formação do Conselho Deliberativo, além de retomar a discussão das regras, foram também indicados os pré-conselheiros comunitários. Escolhidos pela comunidade, entre outras atividades, os pré-conselheiros foram os representantes das comunidades na Assembléia Final para aprovação do Plano de Utilização da Resex Arapixi em dezembro de 2008<sup>26</sup>.

Em julho de 2009, quando dos trabalhos para a definição dos programas socioambientais do zoneamento da Unidade, foram rediscutidas algumas regras aprovadas em dezembro de 2008 junto com os representantes comunitários e conselheiros eleitos pelos moradores.

Ao longo de 2009, a partir da demanda levantada pelo próprio plano de utilização (regra 39), foi feito um trabalho com as comunidades Maracaju I e II com vistas a estabelecer um Acordo de Pesca no Lago Novo. Fizeram parte do trabalho o diagnóstico pesqueiro presente neste documento, uma capacitação em Manejo de Pesca

---

<sup>26</sup> Maiores informações podem ser obtidas na sede da Reserva em Boca do Acre, onde é possível acessar o relatório completo, que descreve com riqueza de detalhes todo o processo de construção participativa do Plano de Utilização.

que foi realizado em fins de agosto e início de setembro na Comunidade São José e o Acordo em si do Lago Novo que foi finalizado em novembro de 2009. As regras do acordo vem a seguir as do Plano de Utilização.

## **6.2. Detalhamento do plano de utilização**

As regras definidas pelos moradores da Reserva Extrativista Arapixi, como constantes no Plano de Utilização, são apresentadas a seguir:

### **Colônias e colocações**

1. Respeitar os limites das colocações e os donos que já existem.
2. Cada família permanece na sua colônia, respeitando o limite do vizinho.
3. As colônias e as colocações de castanha não precisam ser demarcadas.
4. É permitido tirar colônia em área desocupada para os filhos, que moram na mesma colônia de seus pais, quando casarem, desde que antes seja consultada a comunidade e associação, informando ao ICMBio e ao Conselho.
5. Deve ser feita a divisão das colocações de castanha entre as famílias que não as tem.
6. Para fazer a divisão das colocações de castanha será feita uma reunião com a comunidade, associação e ICMBio. Essa decisão deve ser tomada em reunião da comunidade com a associação, e aprovada pelo Conselho.
7. A cessão de colocação pode ser feita no acordo ou no pagamento pelo trabalho de quem zelava por ela.
8. As colocações de castanha nunca podem ser cedidas para pessoas de fora da Reserva.
9. Fica proibida cobrança de renda dentro da Reserva.

### **Uso dos piques de castanha e das estradas de seringa**

10. As estradas de seringa e os piques de castanha devem ser limpos pelo próprio dono.
11. Cuidado ao cortar a seringueira, pois se cortar muito fundo (no pau) pode ofender a árvore, chegando a matá-la.
12. Tomar cuidado ao dividir as bandeiras (corte), pois se as bandeiras emendarem uma na outra a madeira pode acabar morrendo.

13. Cada qual deve trabalhar nas suas estradas de seringa e nos seus piques de castanha, não entrando nos dos outros sem autorização.
14. Quem tem três ou mais estradas de seringa deve dividi-las.
15. As estradas de seringa e os piques de castanha devem permanecer com as famílias que trabalham neles e zelam por eles.
16. O dono da estrada de seringa tem o direito de cortar mesmo que ela passe na colônia de outra pessoa.
17. Não limpar o pique de castanha usando fogo.

### **Criação de animais**

18. A criação de gado será de forma complementar à atividade extrativista para corte, leite, tração e transporte de cargas e pessoas.
19. Deve ser feita sem agredir a natureza, preservando qualquer tipo de vida, seja ela humana, vegetal ou animal, e sem causar perturbação aos vizinhos.
20. Não pode ser fazendeiro (viver de pecuária).
21. O gado deve viver preso, tendo um corredor para a praia, devendo ser cercado com arame.
22. O gado não pode ser criado na praia.
23. Não pode avançar pasto em mata bruta.
24. É permitido a criação de porco em mangueirão para subsistência.
25. O mangueirão pode atingir 1 hectare, sem desmatar.

### **Roçado**

26. Cada família pode ter até 2 hectares de roçado por ano, sendo que esses 2 hectares podem ser de mata bruta, capoeira ou uma área que já era roçado no ano anterior.
27. Destes dois hectares, é permitido abrir no máximo 1 hectare de mata bruta por ano.
28. Os roçados nunca devem desmatar a beira do rio ou dos igarapés, onde é necessário conservar a mata ciliar conforme pede a legislação.
29. No caso de um morador não ter uma área apropriada para agricultura na sua própria colônia, outro morador poderá emprestar parte de sua área desde que tenha um contrato por tempo determinado.

### **Uso do fogo**

30. O proprietário do roçado deverá ser ajudado por algumas pessoas para não fazer o processo de queimação sozinho, tendo no mínimo mais uma pessoa junto.
31. Não deixar o fogo invadir ou queimar a floresta.
32. Aceiro com mínimo de 1 metro e meio de distância.
33. Horário do fogo: depois das 2 ou 3 horas da tarde.

### **Pesca nos lagos**

34. O morador que pesca para comer não deve ter limite, tendo cuidado para não estragar.
35. Não permitir a entrada de pessoas que não moram na Reserva para pescar nos lagos.
36. Os lagos da comunidade devem ser fechados para a pesca predatória até mesmo pelos moradores da referida comunidade.
37. Só será permitida sem o uso de arrastões e bombas.
38. Nos lagos da Reserva, apenas moradores que já são pescadores profissionais podem pescar para vender nos próximos 2 anos, respeitando as leis que já existem.
39. Nestes 2 anos, serão realizados estudos sobre a situação da pesca nos lagos, para que sejam discutidas novamente as regras.<sup>27</sup>
40. O morador da Reserva que é pescador profissional deve respeitar a época da desova.

### **Pesca no Rio Purus**

41. Pesca de subsistência no Rio Purus para todos da Reserva, respeitando as leis.
42. Só será permitida sem o uso de arrastões e bombas.
43. Pescadores de fora não podem pescar no trecho do rio que fica dentro da Reserva para vender.

---

<sup>27</sup> Esses estudos foram realizados e geraram o Acordo de Pesca do Lago Novo que consta nesse documento.

**Pesca nos igarapés**

44. A pesca nos igarapés deve ser feita só pelos moradores para o consumo das famílias, sendo a pesca profissional proibida.
45. É permitido aos moradores da Reserva vender peixe pescado nos igarapés de 1 a 2 vezes por ano em caso de necessidade, informando a comunidade e a associação, sendo proibida a pesca profissional.
46. Pessoas de fora da Reserva podem pescar nos igarapés apenas para comer, sendo que o consumo deve ser feito dentro da Reserva, não podendo levar para fora.
47. Usar malhadeiras do tamanho adequado, com malhas do tamanho permitido - de 7 para cima.
48. Só será permitida sem o uso de arrastões e bombas.

**Caça e outros animais**

49. Caça só para alimentação e consumo pelo morador, sem estrago.
50. Cada morador deverá caçar em sua localidade, não podendo caçar na área do vizinho, a não ser que ele esteja de acordo.
51. Não pode caçar com cachorro.
52. É permitido aos moradores ter cachorros para guarda da casa, para levar para o roçado, entre outros.
53. Devem ser tiradas algumas praias para tabuleiro de desova de bichos de casco.

**Uso de madeira pelas famílias**

54. O uso da madeira dentro da Reserva só será permitido para a construção de suas casas, canoas, barcos, cercas, currais e outros usos familiares na sua localidade ou com a permissão do dono, informando a comunidade, e preservando aquelas que estão em risco de extinção – castanheira, cerejeira, copaíba e andiroba.
55. Árvores derrubadas pela natureza devem ser aproveitadas pelos moradores da colônia ou colocação, sendo que as madeiras protegidas por lei precisam de autorização.

**Venda de madeira**

**56.** Venda de madeira pelo morador com Plano de Manejo Florestal Comunitário e serraria legalizada, somente por moradores, não podendo vender individualmente.

**57.** No caso de doença na família será permitido vender para pessoas de fora da Reserva uma canoa, para obtenção de dinheiro, mediante o julgamento e a autorização da associação.

**Uso de palhas, palheiras, sementes e óleos pelas famílias**

**58.** O uso de palha poderá ser feito para suprir as necessidades dos moradores como também o uso de palmeiras, sementes e óleo vegetal, deixando para a reprodução.

**59.** Será permitido continuar utilizando troncos e folhas de palmeiras para uso em cobertura e assoalhos nas casas na Reserva.

**60.** Palheira velha que for mãe e muita alta (que não dá para trepar) pode ser derrubada, e palheira nova deve tirar trepado na árvore para não derrubá-la.

**61.** Óleos, sementes e palhas: cada um tira na sua área (colônia e colocação). Quem não tem deve pedir a quem tem.

**62.** A palha não pode ser vendida dentro da Reserva entre moradores.

**Venda de palhas, palheiras, sementes e óleos**

**63.** Apenas as pessoas da Reserva podem retirar sementes, óleos e palhas para comercializar, respeitando sua área (colônia e colocação). Quem não tem pode pedir a quem tem.

**64.** Cada pessoa pode vender o que estiver na sua colônia ou colocação, com exceção da palha, de forma individual ou por meio do manejo comunitário.

**65.** Com relação às sementes, sua coleta deve ser feita com cuidado, deixando algumas para o processo de reprodução.

### **Derrubada das palmeiras**

- 66.** Poderão ser derrubadas as palmeiras e palmeiras que tradicionalmente são utilizadas para cobertura e assoalhos das casas (paxiubinha e paxiubão), cada qual na sua localidade. Quem não tem deve pedir a quem tem.
- 67.** Açaí, patoá, abacaba – extrair o fruto sem derrubar a árvore.
- 68.** As palmeiras plantadas podem ser derrubadas.

### **Mudanças de moradores dentro da Reserva**

- 69.** Tem que pedir autorização aos vizinhos e à comunidade local, e informar ao ICMBio.
- 70.** A nova área para onde a família vai não pode estar ocupada, e a sua área antiga ficará desocupada, sem poder movimentar a área antiga.

### **Acesso de pessoas que não moram na Reserva**

- 71.** Quem tem posse na Reserva e não mora não tem direito de retirar os produtos da Reserva.
- 72.** Pessoas de fora que ninguém conhece só podem visitar a Reserva com autorização da comunidade e do ICMBio, e se não vierem a causar danos à Reserva.
- 73.** A entrada de pessoas de fora da Reserva para trabalhar será autorizada apenas se a comunidade e/ou a associação local for comunicada e autorizar. Se o trabalhador de fora causar problemas, ele terá que sair imediatamente, e o morador que o contratou será responsabilizado.
- 74.** Instituições desconhecidas que vierem fazer algum trabalho na Reserva têm que ter autorização dos moradores, dos presidentes das associações e do ICMBio.
- 75.** Instituições que já desenvolvem trabalhos na área da Reserva com saúde, educação e assistência técnica têm livre acesso.
- 76.** No caso da assistência técnica os projetos devem ter aprovação da comunidade, associação e ICMBio.
- 77.** No caso de pesquisa, deve haver autorização do ICMBio, da comunidade e do Conselho.

**78.** Pessoas que gostam de fazer turismo ecológico e queiram visitar a Reserva deverão ter permissão do ICMBio, juntamente com as comunidades, para fazerem visitas às comunidades da Reserva.

### **Penalidades para quem descumprir as regras do Plano**

**79.** No caso de quem descumprir a regra, a comunidade juntará um grupo de pessoas e chamará o cidadão para conversar sobre o delito cometido até 2 vezes. Se mesmo assim as regras continuarem a ser desrespeitadas, a associação passará a causa ao Conselho para que sejam tomadas as providências necessárias, estando elas dentro da lei.

**80.** As comunidades deverão fazer acordos com as pessoas que descumprirem o plano, explicando de forma amigável o regulamento.

**81.** Se o desobediente não quiser acordo, cabe à associação e ao Conselho pensar nas penalidades, que pode ser até a retirada desse elemento de dentro da Reserva, dependendo do caso.

### **Entrada de novos moradores na Reserva**

**82.** O retorno de ex-morador deve ter autorização da comunidade e da associação, sendo informado ao ICMBio.

**83.** Para um novo morador se mudar para a Reserva deve ter autorização da comunidade, associação e Conselho.

### **6.3 Acordo de Pesca do Lago Novo**

- Esse acordo foi realizado entre as comunidades do Maracaju I e Maracaju II e vale para todos os moradores da Resex Arapixi que quiserem pescar no Lago Novo.
- Essas regras estão valendo a partir do dia 05 de novembro de 2009.
- A pesca para os pescadores comerciais e de subsistência só será permitida:
  1. com malhadeiras (redes de emalhar) com malha de tamanho igual ou superior a 07 centímetros (70 milímetros) entre nós opostos;

2. quando usar malhadeiras no período da noite será obrigatório revisar, periodicamente, as malhadeiras quando utilizar malhas finas entre 07 cm e 10 cm;
  3. não pode fazer círculo nem nas margens e nem no meio do lago.
- A pesca não será permitida para os pescadores comerciais e de subsistência:
    1. Na distância de 200 m a direita e a esquerda do sangradouro para dentro do lago;
    2. Na parte central do sangradouro, sendo permitida no igapó ao longo do sangradouro e no entorno do lago.
  - A pesca para comercialização deverá seguir as seguintes normas:
    1. Será permitido emendar as malhadeiras somente no comprimento e nunca na altura;
    2. Não pode atravessar o lago com malhadeiras na largura;
    3. Poderá pescar com até 03 malhadeiras por pescador profissional por pescaria e é permitido usar tarrafas;
    4. Pescador profissional não poderá pescar nos meses de janeiro e fevereiro, anualmente.
  - Para a pesca de subsistência será permitido o uso de 02 malhadeiras e 02 tarrafas por família por pescaria.
  - Será feito acompanhamento anual da pesca de subsistência e comercial no lago e uma avaliação das regras após 02 anos.

## **7. PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA RESERVA**

### **7.1. PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA**

**Objetivo:** Promover o manejo sustentável dos recursos naturais, valorizar a cultura e melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

#### **7.1.1. Educação**

A Educação escolarizada é uma das questões mais importantes no crivo dos moradores locais. Como mostra o diagnóstico socioeconômico, muitas das escolas locais não possuem a infra-estrutura necessária, funcionando precariamente em casas particulares ou em barracões com o estado de conservação bastante precários. As turmas de alunos são organizadas em classes multisseriadas e na maioria das vezes os professores não possuem a formação adequada para atuar com essa realidade. Além disso, a escolarização oferecida na Resex atende somente a alunos do ensino fundamental, inviabilizando o estudo quando esses atingem o nível médio.

Entre as diferentes propostas levantadas, os moradores apontaram as seguintes demandas na área:

- Construção, reformas e ampliação das escolas locais, inclusive contemplando bebedouros e banheiros.
- Aquisição de material didático para as escolas, tais como: mimeógrafos, material de escritório, computadores (programas de inclusão digital) e livros (Arca das Letras), entre outros;
- Aquisição de material permanente, tais como: filtros de água, fogões, material de cozinha, de limpeza, entre outros;
- Sensibilização da prefeitura com relação a implementação do Programa de merenda regionalizada– SEDUC-AM, trazendo possibilidade de renda para os moradores;
- Horta comunitária nas escolas;
- Contratação de serventes para a elaboração da merenda e limpeza das escolas;
- Melhoria do transporte escolar – cobertura das catraias, coletes salva-vidas, etc.;

- Ampliação da oferta de vagas de ensino (fundamental), criação de salas\escolas de ensino médio, e EJA (Educação de Jovens e Adultos);
- Implementação de tele-centros e de educação à distância para jovens e adultos
- Programas de formação de professores;
- Valorização dos professores locais.

Foi problematizada também com a população local, a necessidade de adaptação do currículo, material didático e pedagogia escolar à realidade local.

Para o atendimento dessas demandas, por fim, sugeriu-se o fortalecimento das parcerias existentes e a criação de novas parcerias com os diversos níveis governamentais (municipal, estadual e federal), sempre atentando para a responsabilidade de cada morador da Resex na tarefa de co-partícipe desse processo de implementação e acompanhamento dos programas.

### **7.1.2 Saúde**

A área da saúde é outro ponto sensível apontado pelos moradores da UC. Muito se refletiu sobre as necessidades específicas da região e a realidade das políticas públicas de saúde existente num contexto mais amplo. Uma das propostas profundamente debatida foi a instalação de um Posto de Saúde na Resex. Chegou-se a um consenso de que a construção de uma única unidade de atendimento de saúde não resolveria os problemas locais, além de essa proposta parecer impraticável, considerando o número de postos de saúde no meio rural em Boca do Acre. Assim, as orientações seguiram no caminho de ampliar as visitas médicas na região, aumentar o número de agentes de saúde na Reserva, fortalecer seus laços com a comunidade e aprimorar sua formação para uma atuação mais eficaz com a comunidade local. As principais demandas foram:

- Fortalecimento das parcerias existentes ou necessárias com os diversos níveis governamentais (municipal, estadual e federal)
- Garantia de visitas sistemáticas de profissionais da saúde: médicos, dentistas e oftalmologistas (oculistas)
- Programas de prevenção relacionados à saúde da família, saúde da mulher e saúde do homem

- Ampliação do número de Agentes Comunitários de Saúde (um para cada 20 famílias)
- Construção de Posto de Saúde ou estreitamento de parceria com a FUNASA
- Campanhas de vacinação para todas as idades
- Sistematização de Comandos de saúde \ exames de prevenção
- Aquisição de transporte para remoção de doentes (voadeira)
- Disponibilização de estrutura para captação e tratamento de água
- Cursos e instrumental para a destinação e/ou tratamento dos resíduos (esgoto e lixo)
- Formação de Agentes Comunitários de Saúde
- Cursos de valorização da medicina tradicional
- Valorização e fortalecimento das práticas integrativas de Saúde (parteiras, benzedadeiras, curandeiras, garrafeiras, plantas medicinais, etc.)

### **7.1.3. Energia**

Esse subprograma mobiliza grande parte da comunidade local, uma vez que a energia é deficitária em toda a UC. Foram apontadas várias possibilidades, atentando para os programas municipais, estaduais e federal, concernentes a essa área. As principais demandas foram:

- Garantia de acesso ao programa Luz para Todos;
- Disponibilização de placas solares para as diversas regiões da Resex, principalmente nas escolas;
- Busca de alternativas de fontes de energia e levantamento de tecnologias disponíveis (células fotovoltaicas, biocombustível, mini-usinas, energia eólica, geradores, etc.).

### **7.1.4. Habitação**

A questão da habitação na Reserva também se mostra de grande importância como instrumento propulsor de melhoria na qualidade de vida das famílias. Políticas públicas voltadas para esse fim existem, no entanto, precisam ser aceleradas. As principais demandas foram:

- Demandas por moradias em todas as regiões da UC, buscando viabilizar e agilizar a liberação dos créditos do INCRA;
- Busca de outras fontes de recursos oficiais e de doadores para construção e/ou melhoria de moradias;
- Urgência na regularização fundiária de todo o território da UC, frente à ameaça às famílias da UC que moram em áreas com título definitivo.

### **7.1.5 Comunicação**

Uma demanda recorrente da população da Reserva é a necessidade de meios de comunicação com a cidade de Boca do Acre para atendimento de emergência e o estabelecimento de uma comunicação mais ágil com a cidade. Entre as necessidades levantadas estão:

- Instalação de Telefonia pública em ao menos três pontos da Resex;
- Necessidade de implantação de sistemas de comunicação via rádio (rádios comunitários; uso de espaços em programas de rádio);
- Implantação de tele-centros (internet).

### **7.1.6 Benefícios Sociais**

Um dos principais problemas enfrentados pelas populações da Resex Arapixi é falta de correta informação em relação às políticas públicas já existentes voltadas para as populações ribeirinhas da Amazônia. Vários direitos dos mesmos são ignorados pelas famílias em virtude do não acesso a informações necessárias ou pela deficiente organização comunitária formal que muitas políticas públicas exigem para que haja o acesso aos benefícios.

- Informação e acesso a políticas sociais tais como:
  - Bolsa família;
  - Bolsa floresta;
  - Aposentadoria;
  - Salário maternidade;
  - Soldados da borracha;
  - Documentação.

## 7.2. PROGRAMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA

**Objetivo:** Fortalecer os espaços decisórios da Resex e incrementar as ações de gestão compartilhada entre os diferentes atores sociais.

- Apoio à organização comunitária e às associações locais;
- Cursos de formação e capacitação para os moradores locais;
- Fortalecimento do Conselho Deliberativo e de sua “qualidade” de decisão;
- Capacitação dos Conselheiros;
- Estabelecimento de parcerias formais.

## 7.3. PROGRAMA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

**Objetivo:** Identificar áreas degradadas e ações que causam impactos significativos nos ecossistemas, indicando as medidas mitigadoras necessárias.

### 7.3.1 Recuperação de Áreas Degradadas

Buscar informações mais precisas para a identificação das áreas degradadas e propor ações para recuperação e/ou mitigação destas, como o reflorestamento, implantação de SAFs, IAP, restauração de mata ciliar, etc.

### 7.3.2 Impactos Ambientais

Propor ações para minimizar os impactos nocivos ao ecossistema advindos de atividades como: caça indiscriminada, extração ilegal de madeira, redução do estoques de peixes, queimadas, de maneira a coibir as irregularidades e recuperar os recursos naturais (fiscalização, estudos técnicos, critérios de uso).

## 7.4. PROGRAMA DE MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E CADEIAS PRODUTIVAS

**Objetivo:** Buscar incremento de renda e melhoria da qualidade de vida das comunidades extrativistas, com base no uso sustentável dos recursos naturais da Unidade.



#### **7.4.1. Produtos florestais não-madeireiros (Extrativismo)**

Neste tópico procurou-se identificar as espécies exploradas na Reserva e as necessidades de melhoria dos processos produtivos (aquisição de equipamentos, assistência técnica, fontes de financiamento, novas tecnologias, melhorias na cadeia produtiva) visando agregar valor aos produtos extraídos.

Buscar as políticas públicas que apoiam a produção e comercialização desses produtos e o esforço em ampliar o roll de produtos florestais não-madeireiros explorados pelas famílias é de grande importância para o alcance dos objetivos da Unidade, diminuindo a pressão sobre os recursos naturais advindo a crescente agropecuarização da Unidade. Espaço para novas possibilidades existem e também há o interesse dos moradores na diversificação da economia familiar.

##### **7.4.1.1. Castanha**

- Construção de barracões comunitários e/ou paióis familiares para armazenamento e secagem próximos à beira do rio Purus;
- Construção de barracões comunitários e/ou paióis familiares para armazenamento no centro;
- Acesso à PGPM (Política de Garantia do Preço Mínimo);
- Implementação de “boas práticas” para a exploração;
- Intercâmbio e compartilhamento de experiências com outras UCs, para informações sobre beneficiamento, estratégias de comercialização, entre outros;
- Garantir uma melhor distribuição entre os moradores dos castanhais;
- Aquisição de transporte comunitário para o escoamento da produção.

##### **7.4.1.2. Cacao orgânico**

- Construção de estufas;
- Cursos sobre plantio, cadeias produtivas, escoamento, entre outros.

Para outros produtos, como a seringa e outros Produtos Florestais Não Madeireiros, foi sugerido que sejam realizadas mais pesquisas e buscas por informações sobre cadeias produtivas, políticas públicas de incentivo e de apoio a extrativistas, manejo, etc. Inclusive buscando forma de fomentar o couro vegetal na Unidade, onde na Comunidade São José já existe uma experiência.



#### 7.4.2 Recursos pesqueiros

- Identificar as espécies da ictiofauna atualmente exploradas e aquelas potenciais, apontando as necessidades de melhoria de processos de manejo ou as ações necessárias para sua efetivação;
- Diálogo sobre a necessidade futura de um Plano de Manejo Pesqueiro para uma melhor utilização do recurso pesqueiro para a geração de renda;
- Implementar técnicas de Aqüicultura.

#### 7.4.3 Segurança alimentar

O objetivo desse sub-programa é a identificação dos usos do solo (não extrativistas) como agricultura e criação de animais, propondo ações e estratégias (capacitação dos moradores, assistência técnica, SAF, aumento de produtividade, agregação de valor), para aproveitamento dessas áreas de forma a minimizar os impactos ambientais e aumentar a oferta de produtos, prevendo a disponibilidade alimentar e a sazonalidade das diferentes fontes (pescado, caça, agrícola, criação e extrativismo vegetal). As principais demandas são:

- Estabelecimento ou fortalecimento de parcerias para viabilizar diferentes ações na UC, tanto nos períodos de alta produção como nos períodos de maior escassez alimentar e déficits nutricionais;
- Organização de cursos de capacitação e assistência técnica voltados às pessoas da comunidade para incorporar novos conceitos e tecnologias, com vistas a maximizar o uso e aproveitamento das fontes alimentares disponíveis (“boas práticas”);
- Fortalecimento das práticas de SAF na UC e compartilhamento de experiências;
- Possibilidade de fornecimento de alimentos para a merenda escolar pelos moradores da região através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos);
- Beneficiamento dos produtos regionais;
- Melhoria nos processos de escoamento dos produtos regionais;
- Melhoria no acesso aos incentivos governamentais (como o PAA) para a produção e comercialização dos produtos agrícolas.

#### **7.4.4. Produtos florestais madeireiros**

Esse sub-programa foi indicado como uma possibilidade futura, com vistas a apontar macro-regiões com potencial madeireiro, nas quais poderão ser implementados Planos de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário – PMFS Comunitário, definindo as estratégias e ações necessárias para a exploração sustentável deste recurso. Especificamente para as Resex, a exploração comercial madeireira só será admitida em bases sustentáveis em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Unidade;

#### **7.4.5. Turismo**

A questão do Turismo foi vista com bastante cautela por parte dos comunitários, que afirmam haver interesse em identificar as potencialidades turísticas da Unidade (turismo ecológico e cultural), bem como, propor ações que visem a implementação desta atividade (capacitação da comunidade e associações, criação de infra-estrutura básica, dentre outros). Entretanto, como apontado por muitos dos participantes, essas ações devem ser avaliadas com muito cuidado (“mas muito cuidado mesmo”).

#### **7.4.6. Pesquisa**

A pesquisa na Resex Arapixi será bem-vinda e incentivada sempre e quando garantirem que seus interesses comunguem com os interesses da melhoria das condições de vida da população, seja no aprofundamento sobre questões relacionadas à fauna e flora, sobre a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, sobre formas de garantir direitos das populações tradicionais, sobre temas prementes envolvendo saúde, educação, produção, entre outras. Toda pesquisa desenvolvida no interior da UC deve ser aprovada pelo Conselho Deliberativo e atender às exigências legais.

Diversos estudos ainda serão necessários para a complementação dos estudos para a Fase 2 do Plano de Manejo. Essas necessidades serão levantadas neste documento.

## **7.5. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E PROTEÇÃO AMBIENTAL**

**Objetivo:** Subsidiar a gestão da Reserva por meio de informações que possibilitem a tomada de decisão e correção de rumos das atividades desenvolvidas, bem como monitorar atividades potencialmente degradadoras e poluidoras na Unidade e sua Área de Amortecimento.

### **7.5.1 Monitoramento**

Definir ações, procedimentos, métodos e insumos para identificar e registrar a dinâmica na Unidade e sua zona de amortecimento quanto aos aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos. Este subprograma deve se articular com o macro monitoramento do ICMBio que possui indicadores gerais para as Resex e RDSs e indicadores específicos adaptados à realidade local, quando necessário. O monitoramento deve viabilizar o retorno das informações para que as comunidades e suas entidades possam conhecer o estado dos recursos naturais e a si próprias, e assim apoiar sua atuação com base nestes conhecimentos.

### **7.5.2 Impactos Sociais**

Buscar formas de medir os impactos sociais da Reserva pode nos trazer importantes parâmetros para entender se a Reserva Extrativista está cumprindo, ou não, com seus objetivos de melhoria da qualidade de vida das populações residentes. Esforços vêm sendo feitos por diversas instituições e ONGs para buscar parâmetros para a medição desses impactos, inclusive com o auxílio da gestão da Arapixi, para ser aplicado a todo o Sistema de Unidades de Conservação.

### **7.5.3 Proteção Ambiental**

Este subprograma deve prever as articulações do ICMBio junto às comunidades, de forma co-responsável, visando identificar ações de controle e fiscalização dentro da Reserva e Área de Amortecimento, bem como medidas a serem tomadas para coibir os usos indevidos, observando a legislação e os acordos estabelecidos.



Importante observar o Plano de Proteção e o Plano de Utilização que constam neste documento para sua constante atualização e observação quando do planejamento dos trabalhos voltados à fiscalização da Reserva.

## **7.6. PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO**

**Objetivo:** Estabelecer a estrutura e funcionamento da gestão da Unidade.

### **7.6.1. Gestão**

- Identificar as necessidades de capacitação das instituições que representam as comunidades beneficiárias da Unidade, como associações, núcleos de base, outras formas associativas e o Conselho Deliberativo;
- Prever ações para revisar e/ou implementar os acordos firmados com as comunidades (Plano de Utilização, Acordo de Pesca, Contrato de Concessão Real de Uso);
- Prever parcerias e formas de implementação para realização de ações diversas e os programas na Unidade;
- Buscar parcerias das Unidades com sede em Boca do Acre (Flona Mapiá-Inauini, Purus e Iquiri) e nas Terras Indígenas com vistas a começar um processo de implementação do mosaico de UCs.

### **7.6.2. Administração**

- Identificar, com maior detalhamento, a estrutura administrativa mínima necessária para a gestão da Unidade (criação de sedes e sub-sedes da unidade gestora, infra-estrutura de apoio às associações, obras de infra-estrutura na Unidade, sistemas de comunicação);
- Divulgação: identificar os meios de comunicação necessários para divulgar a importância da Unidade nos diversos contextos (local, regional, nacional e internacional), onde poderão ser divulgados as ações e os projetos em desenvolvimento, os objetivos ambientais e socioeconômicos e o modelo de gestão (ICMBio, Conselho Deliberativo, Associações, Plano de Manejo).

## 8. ANÁLISE DE CENÁRIOS

Os cenários apresentados a seguir foram construídos a partir dos diálogos, levantamentos e reuniões feitas com os moradores e moradoras da Resex Arapixi, com base nos debates e reflexões engendrados desde a criação da UC. O horizonte para defini-los foi de cinco anos.

Estão abaixo listadas as condições para cada cenário (ótimo, mais provável e ruim) e os “eixos de gestão” a serem analisados. Nos cenários apresentados, o conhecimento acumulado com a estruturação do plano (Diagnóstico, Plano de Utilização e Zoneamento) ajudou a determinar as possibilidades futuras para a gestão da Resex.

### 8.1. Cenário Ótimo

Tabela 8.1: Cenário Ótimo

<i>Eixos de Gestão</i>	<i>ÓTIMO</i>
<i>Gestão</i>	Recursos para a gestão da Resex com um fluxo adequado;
	Continuidade do Programa ARPA e acesso a outras fontes de recursos para a gestão da unidade;
	Diversos parceiros envolvidos na implementação do Plano de Manejo da Resex;
	Políticas públicas específicas para a Resex sendo acessadas pelos moradores em tempo adequado;
	Construção da base operacional de gestão na Resex;
	Número de servidores mais adequados para os desafios da Unidade;
	Conselho Deliberativo funcionando com regularidade e intervindo com qualidade na Reserva;
	Plano de Manejo sendo executado em sua maioria;
	Intervenção positiva da Prefeitura e do Estado no processo de gestão da Unidade;
	Início da implementação da Gestão do Mosaico de Áreas Protegidas de Boca do Acre sendo implementada.
<i>Consolidação e Territorial</i>	Realização de 100% da avaliação das benfeitorias dos imóveis privados;
	Emissão de posse nas áreas privadas efetivadas;
	Conclusão da transferência das áreas públicas para o nome do ICMBio concluída;
	Placas de sinalização instaladas nos altos dos igarapés que os moradores acessam para colher castanha;
	Demarcação da Reserva concluída;
	Processo de ampliação da Resex decretado pelo Presidente da República;
	Contrato de Concessão de Uso firmado com os moradores;
Exclusão dos limites de parte do pasto da fazenda Aracoiaba.	
<i>Produção e Comercialização</i>	Manejo do pirarucu ocorrendo em alguns lagos da Unidade;
	Cadeia produtiva do pescado compreendida e fortalecida;
	Melhores técnicas de plantio e processamento de produtos de roça e extrativismo sendo utilizada para aumento da renda;
	Contratos estabelecidos com empresas e/ou pessoas físicas para venda de PFMN;

	Frutas da região sendo aproveitadas por meio do processamento e venda;
	Infra-estrutura instalada (ou em fase de instalação) para o turismo na região da Resex;
	Áreas demonstrativas (ou áreas piloto) de manejo florestal madeireiro implantadas;
	Madeira de árvores caídas sendo utilizadas pela comunidade (elaboração de móveis, artesanatos e outros produtos de madeira);
	Grande número de Sistemas Agroflorestais produzindo ou em vias de produção;
	Madeira sendo beneficiada dentro da Reserva para uso local;
	Regulamentação legal do transporte de madeira de pequena escala para uso na comunidade;
	Assistência técnica sendo oferecida adequadamente para as atividades produtivas desenvolvidas na Unidade;
	Diversidade de projetos produtivos sendo realizados na Unidade com manejo adequado;
	Acesso regular a programas como o PAA (Programa de aquisição de alimentos) e o PGPM (Programa de Garantia de Preços Mínimos).
<b>Fiscalização e monitoramento</b>	Conflitos de pesca equacionados através dos acordos firmados pelo Plano de Manejo;
	Acompanhamento de excelência por instrumento de geoprocessamento e sensoriamento remoto das atividades antrópicas legais e ilegais da Reserva;
	Ampliação das informações sobre dinâmica florestal (volume, biomassa, mortalidade, recrutamento, fenologia), pesqueira e faunística (volume, biomassa, mortalidade, recrutamento, área de vida, interações ecológicas...);
	Invasões e desmatamentos ilegais na Resex interrompidos.
<b>Aspectos Sociais</b>	As associações comunitárias fortalecidas e acessando as políticas públicas;
	Reforma e/ou construção de novas escolas;
	Melhores materiais escolares oferecidos tais como: carteiras, lousas, bibliotecas, entre outros;
	Currículo escolar adequado ao contexto local, visando um maior aproveitamento dos alunos nas escolas;
	Formação escolar com ensino fundamental e médio;
	Educação de jovens e adultos ocorrendo em todos os setores da Reserva;
	Moradores capacitados para o uso de computadores e internet na Reserva;
	Agentes de saúde capacitados e em número adequado;
	Práticas tradicionais e integrativas de saúde valorizadas;
	Número de doenças reduzidas através de prevenção (verminoses e afecções bucais);
	Todas as residências com saneamento básico adequado às características da região;
	Acesso a água potável em todas as comunidades;
	Casos de emergência médica sendo tratados com presteza na cidade;
	Comunicação ocorrendo com facilidade entre as comunidades, entre comunidades e as cidades e entre comunidades e o ICMBio/Ibama;
	Telefones públicos instalados nas comunidades;
	Famílias com acesso a embarcações maiores e mais adequadas para transporte dos produtos;
	Todas as famílias da Unidade com acesso a energia elétrica;
	Mini-usinas de beneficiamento de produtos não-madeireiros e de agricultura (mandioca, frutas etc.) em funcionamento;
	Todas as famílias com suas casas construídas adequadamente e com qualidade.
<b>Conservação</b>	Áreas de pastagens reduzidas em virtude do aumento das possibilidades econômicas fora a pecuária;

	Famílias conscientizadas dos problemas causados pela abertura de roçados na beira do Rio Purus e igarapés;
	Diversidade de flora e fauna mantidas e cabeceiras dos igarapés preservados;
	Grande parte dos conflitos internos na comunidade relacionados ao uso dos recursos resolvidos;
	Projetos de venda de carbono e pagamento por serviços ambientais em andamento nas Reservas do país e na Arapixi.
<i>Pesquisa</i>	Estabelecimento de convênios e parcerias para a realização de pesquisa na Reserva;
	Número de interessados em fazer pesquisa na Reserva ampliado;
	Pesquisas com foco no uso sustentável dos recursos da Unidade sendo desenvolvidas.
<i>Cultura Tradicional</i>	Conhecimentos tradicionais reconhecidos e valorizados.

## 8.2. Cenário Mais Provável

Tabela 8.2: Cenário Mais Provável

<i>Eixos de Gestão</i>	<b>MAIS PROVÁVEL</b>
<i>Gestão</i>	Continuidade do Programa ARPA e acesso mais regular dos recursos advindos do orçamento do ICMBio;
	Base operacional de gestão na Resex sendo construída;
	Manutenção de ao menos dois servidores na Unidade;
	Conselho Deliberativo funcionando com regularidade;
	Execução do Plano de Manejo;
	Apoio mútuo entre gestão da Unidade e prefeitura na implementação de políticas públicas na UC;
<i>Consolidação Territorial</i>	Começo da avaliação das benfeitorias dos imóveis privados;
	Transferência das áreas públicas para o nome do ICMBio concluída;
	Placas de sinalização instaladas nos altos dos igarapés que os moradores acessam para colher castanha;
	Início do processo de demarcação concluído;
	Processo de ampliação da Resex concluído.
<i>Produção e Comercialização</i>	Manejo de pesca ocorrendo em alguns lagos da Unidade;
	Algumas cadeias produtivas compreendidas e fortalecidas;
	Melhores técnicas de plantio e processamento de produtos de roça e extrativismo sendo utilizada para aumento da renda;
	Acesso regular a programas como o PAA (Programa de aquisição de alimentos) e o PGPM (Programa de Garantia de Preços Mínimos);
	Madeira de árvores caídas sendo utilizadas pela comunidade (confeção de móveis, artesanatos e outros artefatos de madeira);
	Sistemas Agroflorestais sendo implantados em diversas áreas da Resex;
	Assistência técnica ocorrendo precariamente.
<i>Fiscalização e monitoramento</i>	Diminuição dos conflitos ligados a pesca através dos acordos firmados pelo Plano de Manejo;
	Monitoramento por sensoriamento remoto das atividades antrópicas legais e ilegais da Reserva;
	Diminuição das invasões e desmatamentos ilegais na Resex.
<i>Aspectos Sociais</i>	Associações comunitárias acessando as políticas públicas voltadas para geração de renda;
	Reforma e/ou construção de novas escolas;
	Formação escolar com ensino fundamental e médio;
	Educação de jovens e adultos ocorrendo em algumas áreas da Reserva;
	Moradores capacitados para o uso de computadores e internet na Reserva;
	Número de doenças reduzidas através de prevenção (verminoses e afecções bucais);
	Saneamento básico adequado sendo implantado na UC;

	Atendimento de saúde mais freqüente na Unidade;
	Casos de emergência médica sendo tratados com mais celeridade;
	Telefones públicos instalado em algumas comunidades;
	Famílias com acesso a embarcações maiores e mais adequadas para transporte dos produtos;
	Grande parte das famílias da unidade com acesso a energia elétrica na Resex;
	Grande parte das famílias já com suas casas construídas adequadamente e com qualidade.
<i>Conservação</i>	Áreas de pastagens controladas;
	Famílias conscientizadas dos problemas causados pela abertura de roçados na beira do Rio Purus e Igarapés;
	Diversidade de flora e fauna mantidas e cabeceiras dos igarapés preservados;
	Conflitos internos na comunidade relacionados a uso dos recursos buscando soluções.
<i>Pesquisa</i>	Número de interessados em fazer pesquisa na Reserva ampliado;
	Algumas pesquisas com foco no uso sustentável dos recursos da Unidade sendo desenvolvidas.
<i>Cultura Tradicional</i>	Conhecimento tradicional reconhecido e valorizado;
	Absorção de técnicas e traços culturais externos.

### 8.3. Cenário Ruim

Tabela 8.3: Cenário Ruim

<i>Eixos de Gestão</i>	<i>RUIM</i>
<i>Gestão</i>	Término do Programa ARPA e carência dos recursos advindos do orçamento do ICMBio;
	Inexistência de uma base operacional de gestão na Resex;
	Poucos servidores para condução das atividades na Unidade;
	Conselho Deliberativo desativado;
	Plano de Manejo não implementado;
	Ausência da prefeitura e do Estado nas atividades da Reserva.
<i>Consolidação Territorial</i>	Nenhuma avaliação das benfeitorias nos imóveis privados;
	Entraves para a transferência das áreas públicas para o nome do ICMBio;
	Fraca sinalização instalada nos altos dos igarapés que os moradores acessam para colher castanha;
	Processo de demarcação parado por falta de recursos.
<i>Produção e Comercialização</i>	Falta de opção produtiva para os moradores forçando-os a pressionarem ainda mais os recursos lícitos e ilícitos da Reserva;
	Atividades extrativistas em declínio acentuado;
	O não acesso a programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PGPM (Programa de Garantia de Preços Mínimos) ou até mesmo o fim desses programas;
	Inexistências de assistência técnica adequada.
<i>Fiscalização e monitoramento</i>	Acirramento dos conflitos que envolvem a pesca;
	Falta de monitoramento por sensoriamento remoto das atividades antrópicas legais e ilegais da Reserva;
	Processo de ampliação da Resex não aprovado;
	Aumento das invasões e desmatamentos ilegais na Resex.
<i>Aspectos Sociais</i>	Associações comunitárias desestruturadas e desarticuladas;
	Sucateamento das escolas na Unidade;
	Falta de ensino médio para atendimento dos jovens na Unidade;
	Inexistência de Educação de jovens e adultos;
	Falta de prevenção, o que gera ampliação no número de doenças;
	Falta de Saneamento básico adequado para as famílias;
	Ausência de atendimento de saúde na Unidade;
	Inexistência de Telefones públicos instalados;
	Famílias enfrentando dificuldades para escoamento da produção;

	Acesso a energia elétrica ainda deficitário na Unidade;
	Grande parte das famílias ainda sem suas casas advindas dos créditos do INCRA.
<i>Conservação</i>	Aumento das áreas de pastagem;
	Famílias implantando seus roçados na beira do rio e igarapés;
	Acirramento dos conflitos internos na comunidade relacionados a uso dos recursos.
<i>Pesquisa</i>	Inexistência de pesquisas sendo realizadas na UC;
	Falta de pesquisas com foco no uso sustentável dos recursos da Unidade sendo desenvolvidas.
<i>Cultura Tradicional</i>	Conhecimento tradicional desvalorizado;
	Absorção de técnicas e traços culturais externos.

Um desdobramento desejável a partir do conteúdo dos cenários é a definição de ações, atores responsáveis, cronograma, meios de execução, custos e contingências para cada um dos eixos de gestão e para cada cenário, considerando as possibilidades de acontecimentos futuros. Isso representa a construção de um plano tático e operacional para a Resex.

Espera-se que isso seja realizado sempre que necessário pelos interessados, usando como base essa análise de cenários somada às ações dos programas e subprogramas. Detalhamentos nesse nível são necessários principalmente para a gestão mais fina das atividades anuais, mas também para a estruturação de projetos de busca de financiamento. Esta base deve ajudar a administrar mudanças drásticas de cenário ao longo do ano e justificar financiamentos junto ao governo e entidades privadas.

## 9. ESTUDOS COMPLEMENTARES E RECOMENDAÇÕES

Abaixo são apresentadas algumas lacunas e recomendações observadas em termos de conhecimento da Unidade ao longo dos trabalhos realizados na Reserva e de acordo com as conversas realizadas com os moradores. São elas:

- Realizar levantamentos específicos sobre o meio físico da Resex Arapixi, principalmente no que diz respeito ao solo. Estudos de pedologia podem ajudar a definir estratégias mais eficazes para o uso do solo, buscando ganhar produtividade nos sistemas agroflorestais (SAFs) e nas atividades agrícolas em geral.
- Os levantamentos de vegetação e fauna que foram realizados na Unidade em 2004, ainda na época dos estudos para a criação da Reserva, são muito preliminares. Buscar melhores informações sobre esses aspectos, levantando o seu potencial de uso pelos moradores da Unidade pode ser entendida como uma das prioridades em termos de pesquisa.
- Não foram incluídas na amostragem e levantamento de fauna espécies de marsupiais, morcegos e roedores, espécies que perfazem 2/3 das espécies de mastofauna. Também não foram feitos estudos de espécies de anfíbios.
- Faz-se necessário um maior envolvimento da gestão da UC com o projeto intitulado “Manejo comunitário do Cacau Nativo na várzea do médio rio Purus – AM”, garantindo uma maior participação da população, inserindo-se nas discussões, diálogos e decisões do projeto.
- Faz-se necessária a busca de maiores informações sobre a área de Preservação definida no Zoneamento da Reserva. Das regiões da Unidade é o local onde há menos dados de campo. Com maior clareza do local, haveria condições de propor uma recategorização da área, se assim for a intenção da comunidade e do Conselho Deliberativo, definindo estratégias adequadas de conservação.
- São necessários também estudos amplos sobre o impacto das atividades humanas dentro da Unidade, buscando formas de melhor adequação das mesmas

de acordo com as limitações ambientais da região; O acompanhamento anual do avanço das áreas antropizadas na Unidade, através de sensoriamento remoto e verificações no campo, se faz essencial para entender como ocorre a dinâmica do uso do solo na Reserva, propondo medidas para mitigação dos seus impactos.

- Conhecer os igarapés da região é muito importante para a gestão da Unidade, com vistas a acompanhar as atividades extrativistas dos moradores e as possíveis invasões que possam ocorrer utilizando essa via de acesso.
- Mapear os castanhais explorados pelos moradores através de dados georreferenciados ajudará a entender como ocorre a espacialidade do uso tradicional dentro da Unidade, além de trazer informações importantes para o monitoramento, fiscalização e o manejo da castanha.
- Buscar alternativas econômicas que priorizem os produtos extrativistas para a Unidade é essencial. Com a crescente “agropecuarização” das famílias residentes, trazer alternativas de renda viáveis com base em produtos da floresta e na pequena agricultura é primordial para diminuir a pressão sobre os recursos naturais da Unidade.
- Estudar as cadeias produtivas dos insumos já explorados na Unidade ou com potencial é muito importante com vistas a torná-las mais eficientes aos moradores eliminando os gargalos na comercialização.

## BIBLIOGRAFIA

ACRE (2000) **Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente** – Rio Branco: SECTMA, v. I.

BRASIL (1976) Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL. Rio Branco: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra.** Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, v. 12.

BRASIL (2000) **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Brasília - DF.

BRASIL (2001) **Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade na Amazônia Brasileira.** Brasília: MMA/SBF.

CAVALCANTE, L. M. (2005) **Zoneamento geológico e geomorfológico de uma área entre Assis Brasil e Brasiléia** – Acre. Rio Branco: Embrapa-Acre.

CITES (2010) **Species database.** Convention on International Trade in Endangered Species. Disponível em <http://www.cites.org/eng/resources/species.html>.

DEVELEY, P. F. (2003) Métodos para estudos com aves. . *In*: CULLEN, L. JR.; RUDRAN, R. & VALLADARES-PÁDUA, C. (orgs.). **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre.** Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário da Proteção à Natureza, p. 153-168.

EMBRAPA CNPS (1999) **Sistema brasileiro de classificação de solos.** Brasília: Serviço de Produção de Informação.

ESTEVES, N. M. G.; SANTOS, E.V.P. (2004) **Relatório sócio-econômico e cultural da área proposta para a criação da Reserva Extrativista do Arapixi.** Relatório não publicado. MIMEO.

FREIRE, P. (1976) **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FUNCEME (2010) **Solos.** Disponível em: [www.funceme.br/DERAM/solos/solos.htm](http://www.funceme.br/DERAM/solos/solos.htm).

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. (2003) **Novo dicionário geológico-geomorfológico.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

IBGE (1992) **Manual técnico da vegetação brasileira.** Série Manuais Técnicos em Geociências.



IBGE (2007) **Manuais Técnicos em Geociências**. Manual Técnico de Pedologia, Número 4.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE – IMAC (2006) **Zoneamento Ecológico-Econômico**. Volume I/08. Disponível em [http://www.ac.gov.br/meio\\_ambiente](http://www.ac.gov.br/meio_ambiente).

MELO, M. D. (2002) **Do Sertão Cearense às Barrancas do Acre**. 4 ed. Editora de Publicações Científicas Ltda.

MMA/ICMBio (2009) **Plano de Manejo da Floresta Nacional Mapiá-Inauini**. Boca do Acre/AM. Brasília.

MMA/ICMBio (2009) **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Baixo Juruá**. Juruá/AM. Brasília.

MMA/ICMBio (2008) **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema**. Sena Madureira/AC. Brasília.

NEVES, D. P. (2006) O MEB - Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental. In: *Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Equador, Flasco. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/08%20GT%20Delma%20P.%20Neves.pdf>.

OREN, D. C. (2001) Biogeografia e conservação de aves na região amazônica. In: CAPOBIANCO, J. P. R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, D.; SANTOS, I.; PINTO, L. P. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, p. 97-109.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2001) **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Ed. Contexto.

SANTOS, A. J. (2003) Estimativas de riqueza em espécies. In: CULLEN, L. JR.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PÁDUA, C. (org.). **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, p. 19-42.

SDS/CEUC (2009) **Plano de gestão da Reserva Extrativista Catua- Ipixuna**. Volume 1- Diagnóstico.

SEPLAN (2008) **Acre em Números**.

SERRA, A.; RASTIBONA, L. (1942) **As massas de ar da América do Sul**. Ministério da Agricultura, Serviço de Meteorologia. Rio de Janeiro, RJ.

SILVA, M. N. F.; RYLANDS, A. B.; PATTON, J. L. (2001) Biogeografia e conservação da mastofauna na floresta amazônica brasileira. In: CAPOBIANCO, J. P.



R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, D.; SANTOS, I; PINTO, L. P. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, p.110-131.

SILVEIRA, M. (1999) **Zoneamento ecológico-econômico do estado do Acre (ZEE/AC). Estudos sobre a diversidade florística e arbórea**. Relatório Analítico. Brasília.

SOUZA, C. G. (Coord.) (1995) **Manual técnico de pedologia**. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Série Manuais Técnicos em Geociências, Número 4.

TIGR (2009) **The TIGR reptile data-base**. Electronic database. Disponível em <http://www.reptile-database.org>.

USP (2003) **Mapas das Fontes Potenciais de Contaminação do Município de Atibaia**. Texto Explicativo.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. (1991) **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**.

#### SITES INSTITUCIONAIS CONSULTADOS

IBGE

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>

IDAM

<http://www.idam.am.gov.br/arquivo/dados/6df41dcd87f55ab839b2973e7c59ad3c.pdf>

INMET

<http://www.inmet.gov.br>



## **ANEXOS**

### **Anexo 1 – Encarte de Mapas**



**Presidência da  
República**  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Cria a Reserva Extrativista Arapixi, no Município de Boca do Acre, Estado do Amazonas, e dá outras providências.

**ANEXO 2**

**DECRETO DE 21 DE JUNHO DE 2006**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o que consta do Processo nº 02001.009713/2002-24,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Arapixi, no Município de Boca do Acre, Estado do Amazonas, com uma área aproximada de cento e trinta e três mil, seiscentos e trinta e sete hectares, vinte e dois ares e cinquenta e oito centiares, tendo por base as Cartas SC-19-X-A e SC-19-X-C, na escala 1:250.000, publicadas pelo RADAM-BRASIL, com o seguinte memorial descritivo: LESTE: partindo do ponto P1, situado na margem direita do Rio Purus, de coordenadas geográficas 08°49'40,65"S e 67°40'49,42"W, elipsóide SAD 69, meridiano central do fuso 69, no Município de Boca do Acre/AM, segue a jusante pela margem direita com uma distância de 5.893 m até o ponto P2, de coordenadas geográficas de 08°51'11,54"S e 67°38'30,68"W; daí, segue, confrontando o Seringal Apody, em linha reta, com azimute e distância de 223°57'08" e 3.549 m até o ponto P3, de coordenadas geográficas 08°52'35,00"S e 67°39'51,00"W; daí, segue em linha reta, com azimute e distância de 127°45'19" e 3.594 m até o ponto P4, de coordenadas geográficas 08°53'46,31"S e 67°38'17,71"W; SUL: do ponto anterior citado, passa a confrontar com a Gleba B2 (PAE Antimary) em linha reta, com azimute e distância de 254°56'46" e 8.675 m até o ponto P5, de coordenadas geográficas 08°55'00,63"S e 67°42'51,69"W, situado na margem esquerda do Igarapé Fraga; daí, segue pela referida margem com uma distância de 8.336 m até o ponto P6, de coordenadas geográficas 08°58'42,02"S e 67°44'32,34"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 255°40'00" e 2.765 m até o ponto P7, de coordenadas geográficas 08°59'03,08"S e 67°46'00,37"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 347°59'48" e 439 m até o ponto P8, de coordenadas geográficas 08°58'49,10"S e 67°46'03,41"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 263°11'54" e 7.107 m até o ponto P9, de coordenadas geográficas 08°59'17,26"S e 67°49'54,43"W, situado na margem esquerda do Igarapé Manithiã; daí, segue pela margem do referido Igarapé por uma distância de 4.290 m até o ponto P10, de coordenadas geográficas 09°01'26,33"S e 67°49'34,53"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 265°41'13" e 4.722 m até o ponto P11, de coordenadas geográficas 09°01'38,37"S e 67°52'08,70"W, situado na margem esquerda do Igarapé Extrema; daí, segue pela referida margem com uma distância de 9.536 m até o ponto P12, de coordenadas geográficas 09°06'31,74"S e 67°52'19,49"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 258°49'40" e 24.735 m até o ponto P13, de coordenadas geográficas 09°09'10"S e 68°05'34"W, situado na margem direita do Igarapé Sossego; daí, segue pela referida margem, com uma distância de 19.231 m até o ponto P13A, de coordenadas geográficas 09°02'10,97"S e 68°02'12,14"W, situado na foz do Igarapé Sossego na margem direita do Rio Purus; daí, cruza o rio por uma linha reta de aproximadamente 200 m até o ponto P14, de coordenadas geográficas 09°02'05,36"S e 68°02'21,66"W, situado na margem esquerda do Rio Purus; daí, segue a montante pela referida margem, com uma distância de 7.925 m até o ponto P15, de coordenadas geográficas 09°00'59,38"S e

68°05'39,82"W; OESTE: do ponto anterior citado, passa a confrontar com terras a quem de direito, por uma linha reta, quase que perpendicular, com rumo norte até tocar a Terra Indígena Igarapé Capana, com azimute e distância de 180°00'00" e 71.750 m, até o ponto M-25, de coordenadas geográficas 08°57'05,80"S e 68°05'40,49"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 81°21'33" e 2.102 m até o ponto M-24, de coordenadas geográficas 08°56'55,31"S e 68°04'32,50"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 358°26'44" e 1.450 m até o ponto M-23, de coordenadas geográficas 08°56'08,16"S e 68°04'33,90"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 117°30'31" e 1.072 m até o ponto M-22, de coordenadas geográficas 08°56'24,69"S e 68°04'01,78"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 99°47'29" e 617 m até o ponto M-21, de coordenadas geográficas 08°56'27,80"S e 68°03'42,86"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 99°47'30" e 1.830 m até o ponto M-20, de coordenadas geográficas 08°56'37,54"S e 68°02'43,51"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 88°03'46" e 1.328 m até o ponto M-19, de coordenadas geográficas 08°56'35,98"S e 68°02'00,25"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 88°03'46" e 1.910 m até o ponto M-18, de coordenadas geográficas 08°56'33,71"S e 68°00'57,46"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 69°45'48" e 2.111 m até o ponto M-17, de coordenadas geográficas 08°56'09,77"S e 67°59'52,98"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 81°16'20" e 1.415 m até o ponto M-16, de coordenadas geográficas 08°56'02,64"S e 67°59'07,14"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 92°56'42" e 506 m até o ponto M-15, de coordenadas geográficas 08°56'03,46"S e 67°58'50,71"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 93°00'28" e 1.993 m até o ponto M-14, de coordenadas geográficas 08°56'06,69"S e 67°57'45,46"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 93°00'27" e 2.179 m até o ponto M-13, de coordenadas geográficas 08°56'10,21"S e 67°56'34,17"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 93°00'25" e 1.970 m até o ponto M-12, de coordenadas geográficas 08°56'13,37"S e 67°55'29,70"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 36°11'28" e 1.530 m até o ponto SAT-06, de coordenadas geográficas 08°55'33,11"S e 67°55'00,22"W, situado na margem esquerda do Rio Purus; daí, segue a jusante pela referida margem, com uma distância de 1.680 m até o ponto SAT-05, de coordenada geográfica 08°54'53,58"S e 67°54'28,26"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 331°31'46" e 355 m até o Igarapé Capana, na sua confluência com o Igarapé das Almas no ponto M-11, de coordenadas geográficas 08°54'43,42"S e 67°54'33,84"W; daí segue a montante pela margem esquerda do referido Igarapé, com uma distância de 3.170 m até a cabeceira do mesmo, onde está o ponto SAT-04, de coordenada geográfica 08°53'22,85"S e 67°54'58,88"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 60°46'33" e 355 m até o ponto M-10, de coordenadas geográficas 08°53'16,92"S e 67°54'48,94"W, situado na cabeceira do Igarapé Ariranha; daí, segue a jusante pela margem direita do referido Igarapé, com uma distância de 2.945 m até o ponto PT-10, de coordenada geográfica 08°51'58,11"S e 67°55'43,02"W, situado na confluência do Igarapé Ariranha com o Igarapé Rotikaru; daí, segue pela margem direita do Igarapé Rotikaru com uma distância de 7.802 m até o ponto PT-09, de coordenada geográfica 08°49'01,13"S e 67°53'13,07"W, situado na confluência do referido Igarapé com o Igarapé Mari; daí, segue a montante pela margem esquerda do referido Igarapé, com uma distância de 4.350 m até o ponto SAT-03, de coordenadas geográficas 08°47'43,34"S e 67°55'08,89"W, situado na confluência do Igarapé Mari com o Igarapé Castanhal; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 319°58'02" e 2.318 m até o ponto M-09, de coordenadas geográficas 08°46'45,73"S e 67°55'57,85"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 319°54'34" e 1.930 m até o ponto M-08, de coordenadas geográficas 08°45'57,62"S e 67°56'38,79"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 319°07'22" e 2.099 m até o ponto M-07, de coordenadas geográficas 08°45'05,88"S e 67°57'22,88"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 321°12'04" e 2026 m até o ponto SAT M-06, de coordenadas geográficas 08°44'16,44"S e 67°58'05,04"W, situado na margem direita do Igarapé Api; daí, segue a jusante pela referida margem do Igarapé Api, a uma distância de 5.786 m até o ponto PT-06, de coordenada geográfica 08°41'26,23"S e 67°57'39,14"W, situado na confluência com o Igarapé Arinauá; NORTE: do ponto antes descrito, passa a confrontar com a Floresta Nacional do Mapiá-Inauini, onde continua seguindo a jusante pela margem direita do Igarapé Api, com distância de 4.564 m até o ponto P16, de coordenada geográfica 08°39'58,07"S e 67°56'30,03"W; daí, segue a montante pela margem do Igarapé sem denominação, com uma distância de 6.802 m até o ponto P17, de coordenadas geográficas 08°41'23,35"S e 67°54'00,27"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e

distância de 79°09'32" e 3.309 m até o ponto P18, de coordenadas geográficas 08°41'03,55"S e 67°52'15,14"W, situado na margem direita de um igarapé sem denominação; daí, segue a jusante por esta margem, com uma distância de 4.064 m até o ponto P19, de coordenadas geográficas 08°39'06,60"S e 67°51'28,81"W, situado na confluência do referido Igarapé com um outro igarapé sem denominação; daí, segue a montante pela margem esquerda do referido igarapé, com uma distância de 3.290 m até o ponto P20, de coordenadas geográficas 08°40'22,83"S e 67°50'18,71"W, situado na confluência com um outro igarapé; daí, segue a montante pela margem esquerda deste igarapé, com uma distância de 3.460 m até o ponto P21, de coordenadas geográficas 08°40'46,47"S e 67°48'35,99"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 50°32'14" e 1578 m até o ponto P22, de coordenadas geográficas 08°40'18,00"S e 67°47'53,00"W, situado na cabeceira de um outro igarapé sem denominação; daí segue a jusante pela margem direita do referido igarapé, com uma distância de 3.224 m até o ponto P23, de coordenadas geográficas 08°39'19,00"S e 67°46'30,00"W, situado na confluência do referido igarapé com o Igarapé Mati; daí, segue a jusante pela margem direita do referido Igarapé, com uma distância de 705 m até o ponto P24, de coordenadas geográficas 08°38'53,74"S e 67°46'26,02"W, situado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue a montante pela margem esquerda do referido igarapé, com uma distância de 4.381 m até o ponto P25, de coordenadas geográficas 08°39'32,58"S e 67°44'13,95"W, situado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue a montante pela margem esquerda do referido igarapé, com uma distância de 2.201 m até o ponto P26, de coordenada geográfica 08°39'40,00"S e 67°43'11,00"W, situado na cabeceira do igarapé; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 120°03'36" e 740 m até o ponto P27, de coordenadas geográficas 08°39'52,00"S e 67°42'50,00"W, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue a jusante pela margem direita do referido igarapé, com uma distância de 2.368 m até o ponto P-28, de coordenada geográfica 08°38'56,60"S e 67°42'01,50"W; LESTE: do ponto antes descrito, passa a confrontar com a Terra Indígena Camicuã, com uma linha reta, com azimute e distância de 126°10'35" e 1.782 m até o ponto P29, de coordenadas geográficas 08°39'30,70"S e 67°41'14,30"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 127°51'07" e 3.302 m até o ponto P30, de coordenadas geográficas 08°40'36,38"S e 67°39'48,76"W, situado na margem esquerda do Igarapé Preto; deste ponto, passa a confrontar com terras a quem de direito, seguindo a montante pela margem esquerda do Igarapé Preto, com uma distância de 21.493 m até o ponto P31, de coordenadas geográficas 08°47'11,82"S e 67°44'56,19"W, situado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue a montante pela margem esquerda do referido igarapé, com uma distância de 2.722 m até o ponto P32, de coordenadas geográficas 08°48'18,43"S e 67°44'02,91"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 184°37'16" e 417 m até o ponto P33, de coordenadas geográficas 08°48'32,00"S e 67°44'04,00"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 80°31'05" e 3.471 m até o ponto P34, de coordenadas geográficas 08°48'13,00"S e 67°42'12,00"W; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 136°44'22" e 3.405 m até o ponto P35, de coordenadas geográficas 08°49'33,48"S e 67°40'55,32"W, situado na margem esquerda do Rio Purus; daí, segue, atravessando o rio por um linha reta, com azimute 139°26'57" e uma distância aproximada de 200 m até chegar na margem direita do rio no ponto P1, ponto inicial deste perímetro.

Art. 2º A Reserva Extrativista Arapixi tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA administrar a Reserva Extrativista Arapixi, adotando as medidas necessárias para sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados nos limites da Reserva Extrativista Arapixi.



§ 1º O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o caput deste artigo, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º As áreas que vierem a ser identificadas como de domínio do Estado do Amazonas somente poderão ser desapropriadas após a devida autorização legislativa.

§ 3º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na Reserva Extrativista Arapixi.

Art. 5º Fica assegurada a participação do Estado do Amazonas e do Município de Boca do Acre no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Arapixi.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Marina Silva*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 22.6.2006

**ANEXO 3****Caracterização básica das colocações onde foi feito o levantamento etnobotânico**

<b>LOCALIDADE COLOCAÇÃO</b>	<b>COORDENADAS</b>	<b>POTENCIAL DE USO</b>	<b>EXTRATIVISMO</b>	<b>ATIVIDADES AGROPASTORIS</b>
São Sebastião	08° 52' 23" S 67° 45' 41" W	Floresta próxima às margens explorada	Castanha, madeira e plantas medicinais	banana, mandioca, milho e feijão
São Fransisco	08° 52' 59" S 67° 45' 50" W	Floresta próxima às margens explorada	Madeira, plantas medicinais	banana, mandioca, milho, feijão e cana-de-açúcar
São Francisco II	08° 52' 58" S 67° 45' 49" W	Floresta já explorada	Castanha, madeira	banana, mandioca, milho, feijão e criação de gado
Vista Alegre I	08° 53' 42" S 67° 49' 42" W	Floresta Preservada	Plantas medicinais	banana, coco, mandioca, milho, feijão, abacaxi e outras frutíferas para consumo.
Porto Alegre II "Calacinos"	08° 51' 02" S 67° 42' 03" W	Floresta próxima às margens explorada	Madeira, plantas medicinais	Mandioca, milho, feijão, poucas cabeças de gado
Vai Quem Quer	08° 54' 56" S 67° 42' 03" W	Floresta já explorada	Madeira, plantas medicinais	Mandioca, milho, feijão, poucas cabeças de gado, cabrinos e suínos
Vila São José	08° 58' 21" S 67° 51' 51" W	Floresta próxima às margens explorada, atualmente protegida	Plantas medicinais, castanha, borracha	banana, arroz, mandioca, milho, feijão e várias frutas para consumo

**ANEXO 4****Relação de espécies do levantamento etnobotânico.**

Nome Popular	Nome Científico	Categoria de Uso (1)	Parte Utilizada	Ecounidade (2)	Forma de Vida (3)
1. Abacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Alimentícia	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
2. Abiu	<i>Pouteria</i> sp.	Const.De casa	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
3. Açacu	<i>Hura crepitans</i> L.	Artesanato	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
4. Açáí	<i>Euterpe oleracea</i>	Alimentícia/artesanato	Fruta/semente	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
5. Aguano	<i>Swietenia macrophylla</i>	Comercial	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
6. Amarelão	<i>Aspidosperma vargasii</i>	Comercial/construção de casa	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
7. Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Medicinal/comercial	Casca	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
8. Angelim	<i>Vatairea heteroptera</i>	Medicinal	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
9. Ângico	<i>Piptadenia excelsa</i>	Medicinal	Casca	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
10. Apuí	<i>Ficus nymphaeifolia</i>	Artesanato	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
11. Apuruí	<i>Alibertia edulis</i>	Alimentícia	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
12. Arapari	N/d	Comercial	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
13. Araticum	<i>Guateria</i> sp.	Alimentícia	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
14. Aroeira	<i>Astronium</i> sp.	Comercial/const.casa	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
15. Astra	Indeterminado	Artesanato	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso



16. Bacuri	<i>Rheedia</i> sp.	Alimentícia	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
17. Bajinha	<i>Stryphnodendron</i> sp.	Ceva	Fruta	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
18. Bálsamo	<i>Myroxylum balsamum</i>	Medicinal	Casca	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
19. Biorama	<i>Pouteria bilocularis</i>	Alimentícia	Fruta	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
20. Buriti	<i>Rheedia</i> sp	Alimentícia/ceva	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
21. Cagaça	<i>Eccilnusa</i> sp.	Alimentícia	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
22. Cacau	<i>Theobroma caçõo</i>	Alimentícia	Fruta e semente	Mata de várzea /bruta	Arbusto / arbusto lenhoso
23. Cajá	<i>Spondia</i> sp.	Alimentícia/medicinal	Fruta	Mata bruta /várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
24. Cajarana	<i>Spondia testudinis</i>	Alimentícia/ceva	Fruta	Mata de várzea/m. bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
25. Cajuí	<i>Anacardium</i> sp.	Alimentícia	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
26. Cambuí	<i>Myrciaria</i> sp.	Comercial/const.casa	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
27. Capeba	<i>Piper</i> sp.	Medicinal	Folha	Mata de várzea	Arbusto lenhoso
28. Carapanuba	<i>Aspidosperma</i> sp.	Comercial/const.casa	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
29. Carnaúba	N/d	Artesanato	Semente/palha	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
30. Castanheira	<i>Bertholetia excelsa</i>	Alimentícia/medicinal	Semente/casca	Mata bruta/várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
31. Cedro	<i>Cedrela</i> sp	Comercial	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
32. Cerejeira	<i>Torresia</i> sp.	Comercial/medicinal	Tronco/casca	Mata bruta/várzea	Arbórea / arbusto lenhoso

33. Cipó arara	N/d	Medicinal	Caule	Mata bruta	Epífita
34. Cipó cruz	<i>Arrabidea</i> sp.	Medicinal	Caule	Mata de várzea/bruta	Epífita
35. Cipó Jagube	<i>Banisteriopsis caspi</i>	Medicinal	Caule	Mata bruta	Epífita
36. Cipó ambé	<i>Phylodendron</i> sp	Artesanato/medicinal	Caule	Mata bruta	Epífita
37. Cipó timbó	<i>Thoracarpus</i> sp.	Artesanato	Caule	Mata bruta	Epífita
38. Cipó titica	<i>Heteropsis</i> sp	Artesanato	Caule	Mata bruta	Epífita
39. Cipó unha de gato	<i>Acacia</i> sp.	Medicinal	Caule	Mata de várzea/bruta	Epífita
40. Citin	<i>Apuleia molaris</i>	Comercial/const.casa	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arb.lenhoso
41. Coité de macaco	<i>Couroupita guianensis</i> Aubl.	Ceva	Fruta	Mata de várzea	Epífita
42. Copaíba	<i>Copaifera</i> sp.	Medicinal/ceva	Óleo /casca	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
43. Cumaru de cheiro	<i>Torresia</i> sp.	Comercial/medicinal	Tronco/casca	Mata bruta/ várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
44. Cumaru ferro	<i>Dpterix</i> sp.	Comercial/const.Casa/alim entícia	Tronco/fruta	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
45. Cupuaçu	<i>Theobroma</i> sp.	Alimentícia/ceva	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
46. Embaúba	<i>Cecropia</i> sp.	Ceva	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
47. Envira vassourinha	<i>Xylopia</i> sp.	Const. Casa	Casca	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso



48. Envireira – caju	<i>Onychopetalum lucidum</i>	Alimentícia	Fruta	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
49. Gameleira	<i>Ficus</i> sp.	Ceva	Fruta	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
50. Gurdião	<i>Faramea</i> sp.	Ceva	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
51. Ingá	<i>Inga</i> sp.	Alimentícia	Fruta	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
52. Ipê	<i>Tabebuia</i> spp.	Comercial/const.casa	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
53. Itaúba	<i>Mezilaurus itauba</i>	Comercial	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
54. Jacareuba	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Comercial/const.casa	Tronco	Mata bruta/várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
55. Jaracatiá	<i>Jacaratia spinosa</i>	Alimentícia	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
56. Jarina	<i>Phytelephas macrocarpa</i>	Artesanato/cobert.de casa	Semente/palha	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
57. Jatobá	<i>Hymenaea courbaryl</i>	Comercial/medicinal	Tronco/casca/óleo	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
58. Jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Alimentícia	Fruta	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
59. Jerimunzinho	N/d	Ceva	Fruta	Mata bruta	Arbusto / arbusto lenhoso
60. Jitó	<i>Guarea</i> sp.	Construção de casa/ comercial	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
61. Juari	<i>Astrocaryum jauari</i>	Ceva	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
62. Macacauba	<i>Platymiscium</i> sp.	Comercial/const.casa	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
63. Maçaranduba	<i>Manilkara amazonica</i> (Huber)Standl	Comercial	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
64. Manité	<i>Brosimum uleanum</i>	Ceva	Fruta	Mata de várzea /bruta	Arbórea / arbusto lenhoso

65. Maparajuba	<i>Manilkara amazonica</i>	Comercial	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
66. Maracanjuba	N/d	Comercial/const.casa	Tronco	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
67. Mata fome	N/d	Ceva	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
68. Matamatá	<i>Eschweilera</i> sp.	Ceva	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
69. Mogno	<i>Swietenia macrophylla</i>	Comercial	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
70. Mulateiro	<i>Colycophyllum apruceanum</i>	Const.Casa/comercial	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
71. Mulungu	<i>Erythrina</i> sp.	Artesanato	Semente	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
72. Murmuru	<i>Astrocarium murmuru</i>	Artesanato	Semente	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
73. Mutuquina	N/d	Medicinal	Folha	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
74. Oxi	<i>Humiria</i> sp.	Medicinal	Casca	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
75. Pachiuba	<i>Iriartelia setigera</i>	Artesanato/const.casa	Tronco e palha	Mata bruta/várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
76. Pachiubão	<i>Iriartelia setigera</i>	Artesanato	Semente	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
77. Pachiubinha	<i>Socratea exorrhiza</i>	Artesanato	Semente	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
78. Palheira Uricuri	<i>Scheelea martina</i>	Alimentícia/artesanato/const.Casa	Fruta/semente/palha	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
79. Palheira jaci	<i>Attalea wallissii</i>	Artesanato/const.Casa	Palha/tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
80. Pama	<i>Pseudomedia</i> sp.	Alimentícia	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
81. Paracanauba	N/d	Medicinal	Casca	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso

82. Patoá	<i>Oenocarpus bataua</i>	Alimentícia	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
83. Pau'darco	<i>Tabebuia</i> sp	Medicinal	Casca	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
84. Piaca	<i>Dalbergia</i> sp.	Comercial/const.Casa	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
85. Piqui	<i>Caryocar villosum</i>	Ceva/alimentícia	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
86. Pracauba	<i>Zollernia paraensis</i>	Comercial	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
87. Pracuúba	<i>Mora paraensis</i>	Comercial/const.casa	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
88. Preciosa	<i>Aniba canelila</i>	Medicinal	Casca, caule, folha.	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
89. Piriquiteira	<i>Trema micrantha</i>	Ceva	Fruta	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
90. Quariquara	<i>Siparuna</i> sp.	Comercial	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
91. Quina-quina	<i>Guattarda</i> sp	Medicinal	Casca	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
92. Rainha (chacrona)	<i>Psychotria cf.carthaginensis</i>	Medicinal	Folha	Mata de várzea/bruta	Arbusto / arbusto lenhoso
93. Roxinho	<i>Piltogyne</i> sp.	Comercial/ const.Casa	Tronco	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
94. Sucuba	<i>Himatanthus sucuba</i>	Medicinal	Casca	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
95. Sucupira	<i>Pterodon pubescens</i>	Medicinal	Fruta	Mata bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
96. Tachi	<i>Triplaris</i> sp.	Medicinal	Casca	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso
97. Tachi Branco	<i>Sclerolobium paraense</i>	Medicinal	Casca	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
98. Tatajuba	<i>Bagassa guianensis</i>	Ceva	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso

99. Toarí (Tauari)	<i>Couratari macrosperma</i>	Comercial	Tronco	Mata de várzea	Arbórea / arbusto lenhoso
100. Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Alimentícia	Fruta	Mata de várzea/bruta	Arbórea / arbusto lenhoso



**ANEXO 5**

## Lista de Peixes registrados na Resex Arapixi

<u>Ordem</u>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome popular</b>	<b>Tipo de registro</b>
Osteoglossiformes	<i>Arapaima gigas</i>	Pirarucu	V
Characiformes	<i>Prochilodus nigricans</i>	Curimatá	R
	Diversos gêneros	Branquinha	R
	Diversos gêneros	Piau	R
	<i>Colossoma macropomum</i>	Tambaqui	R
	<i>Piaractus brachypomus</i>	Pirapitinga	V
	<i>Serrasalmus</i> sp.	Piranha-branca	R
	<i>Pygocentrus nattereri</i>	Piranha-caju	V
	<i>Hydrolycus scomberoides</i>	Cachorra	V
	Diversos gêneros	Pacu	R
	Diversos gêneros	Peixe-cachorro	R
Siluriformes	<i>Triporthus</i> sp.	Sardinha	R
	<i>Lithodoras dorsalis</i>	Cascuda	R
	<i>Liposarcus pardalis</i>	Bodó	V
	<i>Ageneiosus</i> sp.	Mandubé	R
	<i>Paulicea luetkeni</i>	Jaú	R
	<i>Pimelodus</i> sp.	Mandi	R
	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Filhote	R
	<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>	Piranutaba	R
	<i>Brachyplatystoma flavicans</i>	Dourada	R
	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	Caparari	R
Perciformes	Diversos gêneros	Surubim	R
	<i>Pinirampus pirinampu</i>	Piranambu	R
	Diversos gêneros	Pescada	R
	<i>Cichla</i> sp.	Tucunaré	R

V = visualização; R = relato

**ANEXO 6**

## Lista de Répteis registrados na Resex Arapixi

<b>Ordem</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Nome popular</b>	<b>Tipo de registro</b>
Crocodilia	<i>Melanosuchus niger</i>	Jacaré-açu	R
	<i>Caiman crocodilus</i>	Jacaretinga*	V
Chelonia	<i>Geochelone denticulata</i>	Jabuti	R
	<i>Podocnemis unifilis</i>	Tracajá	V
	<i>Podocnemis expansa</i>	Tartaruga-da-amazônia	R
Squamata	<i>Eunectes</i> sp.	Sucuri	R
	<i>Boa constrictor</i>	Jibóia	R

V = visualização; R = relato; \* registrado em mais de três pontos de coleta de dados

**ANEXO 7**

## Lista de Aves registradas na Resex Arapixi

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	TIPO DE REGISTRO
Tinamidae	<i>Crypturellus soui</i>	Sururina*	V
	<i>Crypturellus undulatus</i>	Jaó*	V
Anhingidae	<i>Anhinga anhinga</i>	Biguatinga	V
Ardeidae	<i>Ardea cocoi</i>	Socó-grande*	V
	<i>Casmerodius albus</i>	Garça-branca-grande*	V
	<i>Egretta thula</i>	Garça-branca-pequena*	V
	<i>Bubulcus ibis</i>	Garça-vaqueira	V
	<i>Pilherodius pileatus</i>	Garça-real	V
Threskiornithidae	<i>Mesembrinibis cayennensis</i>	Corocoró	V
Cathartidae	<i>Sarcoramphus papa</i>	Urubu-rei	V
	<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-comum*	V
	<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-vermelha*	V
	<i>Cathartes burrovianus</i>	Urubu-de-cabeça-amarela*	V
Anatidae	<i>Dendrocygna autumnalis</i>	Asa-branca	V
	<i>Neochen jubata</i>	Pato-corredor*	V
Anhimidae	<i>Anhima cornuta</i>	Anhuma*	V
Accipitridae	<i>Elanoides forficatus</i>	Gavião-tesoura*	V
	<i>Asturina nitida</i>	Gavião-pedrês	V
	<i>Rupornis magnirostris</i>	Gavião-carijó*	V
	<i>Leucopternis schistacea</i>	Gavião-azul	V
	<i>Harpia harpyja</i>	Gavião-real	R
Pandionidae	<i>Pandion haliaetus</i>	Águia-pescadora	V
Falconidae	<i>Daptrius ater</i>	Gavião-de-anta	V
	<i>Daptrius americanus</i>	Gralhão*	V
	<i>Falco ruficularis</i>	Cauré	V
Cracidae	<i>Ortalis guttata</i>	Aracua-pintado	V
	<i>Penelope jacquacu</i>	Jacu-de-Spix	V
	<i>Crax ou Mitu</i>	Mutum	R
Aramidae	<i>Aramus guarana</i>	Carão	V
Psophiidae	<i>Psophia leucoptera</i>	Jacamim-de-costas-brancas	R
Rallidae	<i>Aramides cajanea</i>	Três-potes	V
Eurypygidae	<i>Eurypyga helias</i>	Pavãozinho-do-Pará	V
Jacaniidae	<i>Jacana jacana</i>	Jaçanã	V
Charadriidae	<i>Hoploxypterus cayanus</i>	Batuíra-de-esporão*	V
	<i>Charadrius collaris</i>	Batuíra-de-coleira	V
Laridae	<i>Sterna superciliaris</i>	Trinta-réis-anão*	V
	<i>Phaetusa simplex</i>	Trinta-réis-grande*	V
Rynchopidae	<i>Rynchops niger</i>	Talha-mar*	V
Columbidae	<i>Columba cayennensis</i>	Pomba-galega	V
	<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha	V
Psittacidae	<i>Ara macao</i>	Arara-canga	V
	<i>Ara severa</i>	Maracanã-guaçu*	V
	<i>Aratinga leucophthalmus</i>	Periquitão-maracanã	V
	<i>Aratinga weddellii</i>	Periquito-de-cabeça-suja*	
	<i>Forpus sp.</i>	Tuim	V
	<i>Brotogeris cyanopectera</i>	Tuipara-de-asa-azul	V
	<i>Brotogeris sanctithomae</i>	Tuipara-estrelinha	V
	<i>Pionites leucogaster</i>	Marianinha	V
	<i>Pionus menstruus</i>	Maitaca-de-cabeça-azul*	V
	<i>Amazona festiva</i>	Papa-cacau	V
<i>Amazona ochrocephala</i>	Papagaio-campeiro*	V	

	<i>Amazona farinosa</i>	Papagaio-moleiro*	V
Cuculidae	<i>Piaya cayana</i>	Alma-de-gato*	V
	<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto*	V
	<i>Tapera naevia</i>	Saci	V
Strigidae	<i>Otus choliba</i>	Corujinha-do-mato	V
	<i>Glaucidium brasilianum</i>	Caburé	V
Nyctibiidae	<i>Nyctibius griseus</i>	Urutau	V
Caprimulgidae	<i>Chordeiles rupestris</i>	Bacurau-da-praia*	V
Trochilidae	<i>Phaetornis ruber</i>	Besourinho-da-mata	V
	<i>Amazilia fimbriata</i>	Beija-flor-de-garganta-verde	V
	<i>Heliomaster longirostris</i>	Bico-reto-cinzento	V
Trogonidae	<i>Trogon melanurus</i>	Surucua-de-cauda-preta	V
Alcedinidae	<i>Ceryle torquata</i>	Martim-pescador-grande*	V
	<i>Chloroceryle amazona</i>	Martim-pescador-verde	V
	<i>Chloroceryle americana</i>	Martim-pescador-pequeno	V
Momotidae	<i>Momotus momota</i>	Udu-de-coroa-azul	V
Galbulidae	<i>Galbacyrhynchus purusianus</i>	Sovela-vermelha	V
Bucconidae	<i>Malacoptila semicineta</i>	Barbudo-de-coleira	V
	<i>Monasa nigrifrons</i>	Bico-de-brasa*	V
	<i>Monasa morphoeus</i>	Bico-de-brasa-de-testa-branca	V
	<i>Chelidoptera tenebrosa</i>	Urubuzinho*	V
Capitonidae	<i>Capito niger</i>	Capitão-de-bigode-carijó	V
	<i>Eubucco richardsoni</i>	Capitão-de-bigode-limão	V
Ramphastidae	<i>Pteroglossus castanotis</i>	Araçari-castanho	V
	<i>Ramphastos tucanus</i>	Tucano-grande-de-papo-branco*	V
Picidae	<i>Colaptes punctigula</i>	Pica-pau-de-peito-pontilhado	V
	<i>Melanerpes cruentatus</i>	Benedito-de-testa-vermelha*	V
	<i>Campephilus melanoleucus</i>	Pica-pau-de-topete-vermelho	V
Formicariidae	<i>Thamnophilus doliatus</i>	Choca-barrada	V
	<i>Formicarius analis</i>	Pinto-da-mata-de-cara-preta*	V
Furnariidae	<i>Cranioleuca guturatta</i>	João-pintado	V
	<i>Philydor erythropterus</i>	Limpa-folha-de-asa-castanha	V
Dendrocolaptidae	<i>Dendrocincla</i> sp.	--	V
	<i>Sittasomus griseicapillus</i>	Arapaçu-verde	V
	<i>Dendrocolaptes picumnus</i>	Arapaçu-meio-barrado	V
Tyrannidae	<i>Todirostrum</i> sp.	--	V
	<i>Terenotriccus erythrurus</i>	Papa-moscas-uirapuru	V
	<i>Sirystes sibilator</i>	Gritador	V
	<i>Myiarchus ferox</i>	Maria-cavaleira	V
	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bentevi	V
	<i>Megarhynchus pitangua</i>	Neinei	V
	<i>Myiodynastes maculatus</i>	Bentevi-rajado	V
	<i>Empidonomus varius</i>	Peitica	V
	<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri*	V
Cotingidae	<i>Tityra cayana</i>	Anambé-branco-de-rabo-preto	V
	<i>Lipaugus vociferans</i>	Cricrió*	V
	<i>Querula purpurata</i>	Anambé-una	V
	<i>Phoenicircus nigricollis</i>	Saurá-de-pescoço-preto	V
Hirundinidae	<i>Tachycineta albiventer</i>	Andorinha-do-rio*	V
	<i>Phaeoprogne tapera</i>	Andorinha-do-campo*	V
	<i>Progne chalybea</i>	Andorinha-doméstica-grande	V
	<i>Atticora fasciata</i>	Peitoril*	V
	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	Andorinha-serrador*	V
Troglodytidae	<i>Campylorhynchus turdinus</i>	Garrinchão	V
	<i>Thryothorus</i> sp.	--	V
	<i>Troglodytes aedon</i>	Corruíra	V
Muscicapidae	<i>Turdus ignobilis</i>	Carchué-bico-preto	V
Vireonidae	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	Pitiguari	V

Emberizidae	<i>Cissops leveriana</i>	Tietinga	V
	<i>Ramphocelus nigrogularis</i>	Pipira-de-máscara	V
	<i>Ramphocelus carbo</i>	Pipira-vermelha*	V
	<i>Thraupis episcopus</i>	Sanhaço-da-Amazônia	V
	<i>Thraupis palmarum</i>	Sanhaço-do-coqueiro*	V
	<i>Tangara chilensis</i>	Sete-cores-da-Amazônia	V
	<i>Ammodramus aurifrons</i>	Cigarrinha-do-campo*	V
	<i>Volatinia jacarina</i>	Tiziu	V
	<i>Saltator coerulescens</i>	Sabiá-gongá	V
	<i>Psarocolius decumanus</i>	Japu	V
	<i>Psarocolius viridis</i>	Japu-verde	V
	<i>Psarocolius bifasciatus</i>	Japuaçu	V
	<i>Cacicus cela</i>	Japim	V
	<i>Scaphidura oryzivora</i>	Iraúna-grande	V

V = visualização ou vocalização; R = relato; \* registrado em mais de três pontos de coleta de dados

**ANEXO 8****Lista de mamíferos registrados na Resex Arapixi**

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	TIPO DE REGISTRO
Marsupialia	<i>Didelphis</i> sp.	Gambá	R
Xenarthra	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamanduá-bandeira	P
	<i>Cyclopes didactylus</i>	Tamanduá	C
	<i>Bradypus variegatus</i>	Preguiça	R
	<i>Choloepus</i> sp.	Preguiça-real	R
	<i>Priodontes maximus</i>	Tatu-canastra	R
Primates	<i>Saguinus fuscicollis</i>	Sagüi-de-cara-suja*	V
	<i>Saguinus mystax</i>	Sagüi-de-boca-branca	V
	<i>Saguinus imperator</i>	Sagüi-imperador	V
	<i>Aotus</i> sp.	Macaco-da-noite	R
	<i>Callicebus</i> sp.	Zogue-zogue	V
	<i>Saimiri</i> sp.	Mico-de-cheiro	R
	<i>Cebus apella</i>	Macaco-prego	R
	<i>Cebus albifrons</i>	Cairara	R
	<i>Alouatta</i> sp.	Guariba*	V
	<i>Ateles</i> sp.	Macaco-aranha	R
Carnivora	<i>Nasua nasua</i>	Quati	R
	<i>Bassaricyon gobbii</i>	Janaú*	R
	<i>Pteronura brasiliensis</i>	Ariranha	R
	<i>Felis pardalis</i>	Jaguatirica	P
	<i>Felis concolor</i>	Onça-parda	R
	<i>Panthera onca</i>	Onça-pintada*	P, R
Cetacea	<i>Inia geoffrensis</i>	Boto-vermelho**	V
	<i>Sotalia fluviatilis</i>	Boto-tucuxi**	V
Perissodactyla	<i>Tapirus terrestris</i>	Anta**	P, R
Artiodactyla	<i>Tayassu tajacu</i>	Cateto*	P, R
	<i>Tayassu pecari</i>	Queixada**	P, R
	<i>Mazama gouazoubira</i>	Veado-catingueiro	P
	<i>Mazama</i> sp.	Veado*	V, R
Rodentia	<i>Sciurus</i> sp.	Quatipuru	R
	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	Capivara	R
	<i>Agouti paca</i>	Paca	R
	<i>Dasyprocta fuliginosa</i>	Cutia*	V

V = visualização ou vocalização; R = relato; P = pegadas; C = carcaça; \* registrado em dois pontos de coleta; \*\* registrado em mais de três pontos de coleta de dados

**ANEXO 9**

Espécies de peixes mais pescadas pelos moradores da Reserva, conforme levantamento.

	<b>Nome Comum</b>	<b>Nome Científico</b>
1	Aracu	<i>Rhytiodus microlepis</i> , <i>Anostomoides laticeps</i> , <i>Schizodon ssp</i> , <i>Leporinus ssp</i>
2	Arraia	<i>Potamotrygon SSP</i>
3	aruanã	<i>Osteoglossum SP</i>
4	Bacu	<i>Lithodoras dorsalis</i> , <i>Platyodoras costatus</i> , <i>Pterodoras lentiginosus</i> , <i>Megalodoras uranuscopus</i> , <i>Oxydoras Níger</i>
5	Bagre	<i>Clarias SP</i>
6	bico de pato	<i>Sorubim lima</i>
7	Bodó	<i>Hypostomus emarginatus</i> , <i>Liposarcus pardallis</i>
8	Boto tucuxi/rosa	<i>Sotalia fluviatilis</i> , <i>Inia geoffrensis</i>
9	branquinha	<i>Cyphocharax abramoides</i> , <i>Potamorhina ssp</i> , <i>Steindachnerina cf. bimaculata</i> , <i>Curimata inornata</i>
10	cabeça de ferro	<i>Caenotropus labyrinthicus</i>
11	caparari	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>
12	Cará	<i>Geophagus proximus</i> , <i>Acarichthys heckellii</i> ,
13	cará-açu	<i>Astronotus SP</i>
14	cascuda	<i>Psectrogaster SSP</i>
15	Cuiú	<i>Oxydoras Níger</i>
16	curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>
17	dourada	<i>Brachyplatystoma flavicans</i>
18	filhote	<i>Pseudoplatystoma SP</i>
19	gurijuba	<i>Arius luniscutis</i>
20	jacundá	<i>Crenicichla SP</i>
21	jandiá	<i>Leiarius marmoratus</i>
22	Jaú	<i>Paulicea luetkeni</i>
23	Jeju	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>
24	jundiá	<i>Rhandia SP</i>

	<b>Nome Comum</b>	<b>Nome Científico</b>
25	mandi	<i>Pimelodus sp.</i>
26	mandubé	<i>Ageneiosus SP</i>
27	mapará	<i>Hypophthalmus SSP</i>
28	matrinxã	<i>Brycon cephalus</i>
29	moela	<i>Pirinampus pirinampu</i>
30	Pacu	<i>Mylossoma spp, Myleus ssp, Metynnis ssp, Catoprion mento</i>
31	Peixe cachorro	<i>Hydrolycus scomberoides, Rhamphodon vulpinus, Cynodon gibus, Acestrorhynchus ssp</i>
32	Peixe lenha	<i>Sorubimichthys planiceps</i>
33	pescada	<i>Pachypops ssp, Plagioscion spp,</i>
34	Piau	<i>Leporinus SP</i>
35	piracatinga	<i>Calophysus macropterus</i>
36	piramutaba	<i>Branchyplatystoma vaillant</i>
37	piranambu	<i>Pinirampus pirinampu</i>
38	piranha	<i>Pygocentrus natterei, Serrasalmus SP</i>
39	pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>
40	pirarara	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>
41	pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>
42	sardinha	<i>Triportheus SSP</i>
43	sardinha amarela	<i>Pellona SSP.</i>
44	sardinha branca	<i>Ilisha amazonica, Pellona spp.</i>
45	Sauna	<i>Anodus melanopogon, Hemiodus SSP</i>
46	surubim	<i>Pseudoplatystoma ssp, Brachyplatystoma juruense</i>
47	tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>
48	tamboatá	<i>Hoplosternum litoralle</i>
49	Traíra	<i>Hoplias gr. Malabaricus</i>
50	tucunaré	<i>Cichla SP</i>

**ANEXO 10**

Localização dos locais de pesca: Comunidade Usuárias de Lagos, Poços, Salões, Praias, Igarapés, Cachoeiras, Pausadas.

	<b>COMUNIDADES</b>	<b>LAGOS/LOCAIS DE PESCA</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
1	Maracajú I	Lago Verde	Primeiro lago a esquerda subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira
2	Maracajú I	Lago Salpico	Segundo lago a esquerda subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira
3	Maracajú I	Lago do Capim	Terceiro lago a esquerda subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira
4	Maracajú I	Rio Purus – Local da Lance	Em frente ao Helio
5	Maracajú I	Rio Purus – Local da Lance	Entre Joel e Lindalva
6	Maracajú I	Lago Itapira	Quarto lago a esquerda subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira, do lado esquerdo
7	Maracajú I	Rio Purus – Local da Lance	Entre Antonio Sales e Sangradouro do Lago Novo
8	Maracajú I e II	Lago Novo	Quinto lago a direita subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira
9	Maracajú I e II	Igarapé do Fraga	A lado esquerdo subindo o rio
10	Maracajú II	Igarapé Macimitim	Deságua no Igarapé do Fraga acima do Lago Macimitim
11	Maracajú II	Igarapé Jurema	Deságua no Lago Cutipiã
12	Maracajú II	Lago Cutipiã	Sexto lago a esquerda subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira
13	Maracajú II	Lago Macimitim	Sétimo lago a esquerda subindo o rio Purus, fica acima do Lago Cutipiã
14	Maracajú II	Rio Purus – Local da Lance	Entre Chico da Zilda e Poto do Tião
15	Maracajú II	Laguinho do Bosque	Oitavo lago a direita subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira,
16	Maracajú II	Rio Purus – Local da Lance e Salão	Entre Seu Gerson e Dona Guiomar
17	Maracajú II e São José	Lago Jameruã	Nono lago a esquerda subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira
18	Maracajú II e São José	Igarapé do Cará	Deságua no Lago Jameruã
19	Maracajú II	Rio Purus – Cachoeira do Manithiã	Entre Dona Guiomar e a Cachoeira
20	Maracajú II e São José	Cachoeira do Manithiã	Rio Purus

	<b>COMUNIDADES</b>	<b>LAGOS/LOCAIS DE PESCA</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
21	São José	Igarapé Santa Lúcia	Do lado direito rio acima
22	São José	Igarapé Manithiã	Do lado esquerdo rio acima
23	São José	Laguinho do Liege	Décimo lago a direita subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira
24	São José	Rio Purus – Local da Lance	Entre Igarapé Manithiã e Seu Xavier
25	São José	Rio Purus – Praia	Acima do Mineiro
26	São José	Rio Purus – Praia	Abaixo do Raimundo Chico
27	São José	Rio Purus – Salão	Em frente a São José
28	São José	Igarapé Extrema	Do lado esquerdo rio acima
29	São José	Rio Purus – Praia	Em frente ao Antonio, filho do seu Neguinho
30	São José	Rio Purus – Praia	Em frente ao Mundinho
31	São José	Igarapé das Almas	Do lado direito rio acima
32	São José	Rio Purus – Boca do Igarapé das Almas	Acima do Antonio Piti
33	Santo Honorato	Igarapé Capana	Do lado direito rio acima
34	Santo Honorato	Pausada do Caquetá	Abaixo do Sirleudo e do Manoel Félix
35	Santo Honorato	Igarapé Queimada	Do lado direito rio acima
36	Santo Honorato	Pausada do Maquine	Abaixo do Kaleb
37	Santo Honorato	Lago Nova Amélia	Décimo primeiro lago a esquerda subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira
38	Santo Honorato	Igarapé São Benedito	Igarapé que desagua no Lago Nova Amélia
39	Santo Honorato	Igarapé Dois Irmãos	Igarapé que deságua no Igarapé São Raimundo
40	Santo Honorato	Rio Purus Sangradouro do Lago Nova Amélia	Do lado esquerdo rio acima
41	Santo Honorato	Rio Purus – Local de Lance	Entre o Sangradouro do Lago Nova Amélia e o arrombado do Lago
42	Santo Honorato	Rio Purus – Poço	Abaixo do França
43	Santo Honorato	Lago Lua Nova	Décimo segundo lago a direita subindo o rio Purus, no sentido Boca do Acre a Sena Madureira
44	Santo Honorato	Igarapé Surucucu	Do lado esquerdo rio acima
45	Santo Honorato	Rio Purus – Salão	Entre Dora e Luzenir
46	Santo Honorato	Igarapé Solidão	Do lado esquerdo rio acima
47	Santo Honorato	Rio Purus – Salão	Em frente ao Odair
48	Santo Honorato	Igarapé São Raimundo	Do lado esquerdo rio acima
49	Santo Honorato	Rio Purus – Salão Mijada da Velha	Acima do Acreano e seu Osvaldo
50	Santo Honorato	Igarapé Terra Firme	Do lado direito rio acima
51	Santo Honorato	Rio Purus – Cachoeira	Acima da sede do Seringal Arapixi

	<b>COMUNIDADES</b>	<b>LAGOS/LOCAIS DE PESCA</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
		do Arapixi	
52	Santo Honorato	Igarapé Sossego	Limite da Resex no lado esquerdo rio acima
53	Santo Honorato	Igarapé Rio Branco	Do lado esquerdo rio acima
54	Santo Honorato	Rio Purus – Boca do Igarapé Pão de Açúcar	Em frente ao Neno
55	Santo Honorato	Rio Purus – Boca do Igarapé Macapá	Acima do Seu Nilo, limite da Resex na lado direito rio acima

**ANEXO 11****Caracterização dos lagos: Entorno, Sangradouros, Vegetação Aquática e Espécies Pescadas.**

<b>Lagos</b>	<b>Entorno</b>	<b>Sangradouro</b>	<b>Cerrado</b>	<b>Espécies</b>
Lago Verde	Bem preservado			pirarucu, surubim, caparari, cuiú, curimatã, bodó, tambaqui
Salpico	Margem toda preservada, menos a área que o “Doutor” fez lá	Sangradouro		cará, curimatã, tucunaré, bodó, surubim, caparari, pirarucu, piranha, mandi
Lago Capim do	Bem preservado	Mesmo sangradouro do Lago Salpico	Quase cerrado todo	cará, curimatã, tucunaré, bodó, surubim, caparari, pirarucu, piranha, mandi
Itapira	A maior parte das margens está preservada, mas os moradores que moram no lago tem seu pasto ou roçado até a beira do lago	Está na beira do rio, sendo aterrado	O lago está limpo	cará, curimatã, tucunaré, bodó, surubim, caparari, pirarucu, piranha, mandi
Novo	35 % desmatado (roçado e pasto), ilha do lago bem preservada.	Sangradouro zelado (limpo) permitindo a passagem na cheia	Só as cabeceiras	cascuda, branquinha, saúna, mapará, mandi, pirarucu, cuiú, tucunaré, caparari, surubim, tambaqui, pirapitinga, moela, piranha, pescada, bodó, cará
Cutipã	As margens estão quase todas preservadas, menos o local onde ficam dois moradores	Está sujo, só transitável no inverno, mais ou menos 3 Km de comprimento	O lago vem cerrando, antes de começar a cerrar era muito utilizado pela comunidade, hoje é pouco usado	pirarucu, tambaqui, pirapitinga, aruanã, bodó, branquinha, caparari, cuiú, mandi
Macimitim	Toda preservada as margens	É no igarapé do Fraga e tem uns	Vem cerrando	caparari, surubim, tucunaré, aruanã, cará-

		300 metros		açu, branquinha, cascuda, sardinha, pirarucu, piau
Laguinho do Bosque	Margens bem preservadas. As margens do lago tem um buritizal enorme	Deságua entre o Francisco e o José	Vem cerrando	tucunaré, curimatã, caparari, piranha, bodó, branquinha, cascuda, não tem pirarucu
Jameruã		Próximo de arrombar, já tem aterro	Quase cerrado todo	curimatã, piau, cará, matrinxã, piranha, tamboatá, bodó, pirarucu, cuiú, surubim, tambaqui, mandi
Laguinho do Liege			Capim	pirarucu, aruanã, bodó
Nova Amélia	Sem moradores ao longo do lago. Na margem ao largo do lago tem maparajuba, jacareúba, açacu, mulateiro, louro jacaré, jító. As únicas áreas alteradas é onde fica a família da Dona Vanda e o pasto vai até a margem do sangradouro e onde tem o roçado.	No inverno dá para entrar no lago, no Verão não, pelo sangradouro e pelo arrombado	Onde arrombou o lago cerra, mas com o inverno a água limpa	branquinha, cascuda, sardinha, saúna, pirarucu, caparari, tambaqui, pirapitinga, piramutaba, pirarara, surubim, boto, pacu, piau, mandi, curimatã, traíra, piranha, mapará, pescada, bodó, aruanã
Lua Nova	Tem pasto na margem do lago. Tem vegetação: arapari, maçaranduba, torem, gameleira, samaúma, mulateiro, jacareúba, amoreira		Lago tem muito capim, vem cerrando	pirarucu, tambaqui, pirapitinga, piau, curimatã, aruanã, branquinha, cascuda, piranha, sauna, mapará, mandi, cuiú, traíra, cará-açu, surubim

**Situação dos Lagos: Entorno, Sangradouros, Vegetação Aquática e Espécies Pescadas – continuação:**

LAGOS	OUTRAS ESPÉCIES	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Lago Verde	Jacaré	Sem questão	
Salpico	Tem muito jacaré	O “Doutor” se acha dono do lago e cobra renda de quem vai lá pescar	Pirarucu só tem 3, mas disseram que é bom de colocar
Lago do Capim			
Itapira	Tem muito jacaré	Não tem questão. Só as vezes alguns da família dos Cunha vai pescar lá com malhadeira 5	Segundo os moradores é um dos lagos da região que tem mais pirarucu. Segundo alguns relatos o lago tem mais ou menos 100 anos
Novo	Quantidade razoável de jacaré	Conflito entre pescador profissional e de subsistência	
Cutipiã	tem muito jacaré	Não tem questão	
Macimitim	Muito jacaré	Sem conflito. Quem utiliza mais é o Sindor	
Laguinho do Bosque	Pouco jacaré e muita capivara nas margens	Sem conflito	
Jameruã	Tem muito jacaré e sucuri grande	Não tem conflito de uso	O lago vem cerrando e está próximo de arrombar, já vem aterrando
Laguinho do Liege	Tem muito jacaré-açu		Lago muito pouco utilizado pelos moradores
Nova Amélia	Porco do mato, capivara, queixada, veado, paca, cutia, tatu, anta, onça, gato maracajá, muito boto no lago	Os moradores pedem regras de limite para pescador profissional	O acesso ao lago é fácil para a comunidade. No verão o acesso é por terra. O lago é mais pescado no inverno, no verão é mais o rio. Histórico: o lago há uns 50 anos tinha muitos moradores. Dizem que tinha mais gente que na margem do rio. Tem muitas áreas de capoeirão que já virou mata bruta. Não sabem porque a certo os moradores foram embora. Dona Vanda diz que teve muita febre amarela e hepatite na área. Muitos foram embora por causa disso. O lago foi arrombado em 2005. Segundo Dona Vanda, antes dos “donos da Arapixi” chegar, tinha muito pescador de fora pescando. Depois parou.
Lua Nova	Muito jacaré, principalmente, jacaré-açu	Não tem conflito	É pouco pescado pela comunidade, que pesca mais no inverno. O França toma conta do lago

**ANEXO 12**

## Listagem dos imóveis encontrados na Resex Arapixi

<b>Imóvel</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Área/ha</b>	<b>Processo administrativo n.º</b>	<b>Cadeia dominial</b>
Seringal Liége I (Ponto Alegre)	Maria Teixeira Góes	2976,50	02001.000489/2007-10 (Processo Piloto) 02001.000599/2007-81 (Individual)	O INCRA deverá atestar se houve a expedição do Termo de Reconhecimento de Domínio, em favor do Espólio de Luiz de Castro Góes, bem como o ITEAM se manifestar acerca da regularidade e legitimidade do Título expedido em favor de Antonia Olympia de Souza.
Seringal Liége II (Ponto Alegre)	Creuza Góes Couto	2976,50	02001.000489/2007-10 (Processo Piloto)	O INCRA deverá atestar se houve a expedição do Termo de Reconhecimento de Domínio, em favor do Espólio de Luiz de Castro Góes, bem como o ITEAM se manifestar acerca da regularidade e legitimidade do Título expedido em favor de Antonia Olympia de Souza.
Seringal Arapixi e Rio Branco	Fernando Diniz Olivé, Márcio de Andrade, Bolivar de Andrade Filho e José Mário Freitas.	33317	02001.000489/2007-10 (Processo Piloto)	O INCRA deverá atestar se houve a expedição do Termo de Reconhecimento de Domínio, em favor do Fernando Diniz Olivé e outros, com relação ao imóvel “Seringal Rio Branco” e o Estado do Amazonas atestar a legitimidade do Título Definitivo expedido em favor de João Fábio de Miranda, com área de 33.317,00 hectares, em 10 de junho de 1896.
Seringal Porta Alegre	Judite Cunha da França, Olinda Bezerra da Cunha e seus filhos: Josué,	3.670,95	02001.000489/2007-10 (Processo Piloto)	O Instituto de Terras do Amazonas-ITEAM, deverá atestar a legitimidade e regularidade do Título Definitivo expedido em favor de Maria Rosa Tombador, relativo ao “Seringal Porta



	Josélia, Jorgete, Jairo, Jair, Jocenete, Jaredes, Mônica, Elizandra e Geruzia Bezerra da Cunha), Zeli Cunha Calacina, Salomão de Souza Cunha, Clio de Souza Cunha, Carlos Cunha Sobrinho, Jonas Cunha, Lael de Souza Cunha, Clair Cunha da Silva, Maria Anunciada de Souza Cunha e Clenir Cunha Fontes de Queiroz.			Alegre”, com área de 3.670,45 hectares, em 05 de fevereiro de 1903, bem como o INCRA atestar a expedição de Título de Reconhecimento de Domínio.
Seringal Manitihã	Judite Cunha da França, Olinda Bezerra da Cunha e seus filhos: Josué, Josélia, Jorgete, Jairo, Jair, Jocenete, Jaredes, Mônica, Elizandra e Geruzia Bezerra da Cunha), Zeli Cunha Calacina, Salomão de Souza Cunha, Clio de Souza Cunha, Carlos Cunha Sobrinho,	1200	02001.000489/2007-10 (Processo Piloto)	O INCRA deverá ser instado a informar sobre eventual titulação do imóvel “Seringal Manitihã” em favor do Espólio de Francisco Antonio da Cunha Filho, seja por meio de Título de Reconhecimento de Domínio, seja pela alienação em procedimento licitatório.
Seringal Alto Douro	Ahmad Yassin	1507	02001.000489/2007-10 (Processo Piloto)	Não há comprovação do destaque do patrimônio público. O INCRA deverá informar acerca do

				reconhecimento do domínio ou, ainda, da transferência por meio de processo licitatório, conforme conclusão da CE/PF-Boca do Acre.
Furo do Lago Novo	Eliziário Alves Barbosa Filho	150	02001.000576/2007-77	Para elaboração e análise da cadeia dominial do Seringal Lago Novo, são necessárias as certidões de inteiro teor relativas ao imóvel, bem como a confirmação pelo INCRA de que foi expedido o Título Definitivo, nos termos do reconhecimento feito pela Comissão Especial de Discriminação de Terras Devolutas, criada pela Portaria n.º 185, de 06 de março de 1978.
Fazenda Santo Onofre	Gilvan Onofre de Souza	1500	02001.000578/2007-66	Há destaque do patrimônio público. Consultar o INCRA acerca da liberação das condições resolutivas.
Seringal República	Nazaré de Souza Cunha	2000	02001.000489/2007-10 (Processo Piloto)	INCRA deverá informar se houve alienação com dispensa de licitação e transferência do domínio ao interessado nos termos do que fora determinado pela CE/PF-Boca do Acre.
Fazenda Serro Azul	Valdete Mota de Melo	92,2377	02001.000601/2007-12	Há destaque do patrimônio público. Consultar o INCRA acerca da liberação das condições resolutivas.
Colônia Lago Azul	Valdete Mota de Melo	89,7502	02001.000602/2007-67	Há destaque do patrimônio público. Consultar o INCRA acerca da liberação das condições resolutivas.
Colônia São Francisco.	Valdete Mota de Melo	86,343	02001.000603/2007-10	Há destaque do patrimônio público. Consultar o INCRA acerca da liberação das condições resolutivas.
Colônia Santa Luzia.	Valdete Mota de Melo	92,0542	02001.000606/2007-45	Há destaque do patrimônio público. Consultar o INCRA acerca da liberação das condições resolutivas.



Colônia Água Branca.	Rubenito Gomes Onofre	85,5725	02001.000607/2007-90	Consta na relação de títulos expedidos pelo Governo Federal que o Título Definitivo teria sido cancelado pelo INCRA.
Colônia São Francisco	Valdete Mota de Melo	90,7975	02001.000605/2007-09	Há destaque do patrimônio público. Consultar o INCRA acerca da liberação das condições resolutivas.
Colônia Honorato.	Valdete Mota de Melo	88,4313	0002001.000604/2007-56	Não foi apresenta a matrícula do imóvel.

**Lotes Titulados:**

O INCRA efetuou a titulação dos imóveis abaixo listados, bem como solicitou ao Ofício de Registro de Imóveis de Boca do Acre/AM que fornecidas as certidões de inteiro teor

Nome	N.º	Área/ha
Adalto Francisco da Silva	06	76,6534
Eriberto Santos da Silva	03	89,7316
Francisco Emiliano da Silva	02	94,1453
Iva das Neves Souza Venâncio	03-A	9,2997
Raimundo Acácio do Nascimento	04	93,5725
Raimundo Inácio da Silva	05	90,0443
Rútilo Onofre da Conceição	15	96,7595
Raimundo Gomes de Queiroz	17	99,7059
Severino Venâncio de Souza e Silva	08	93,2529
Valdemar Gomes de Queiroz	18	97,2071



**Imóveis de dominialidade pública:**

Parte das Glebas listadas na tabela abaixo estão inseridos dentro da Reserva Arapixi

<b>Denominação da Gleba</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Área/ha</b>	<b>Área/há inserida na UC</b>
Gleba B-2	União	524, L.2, fls.285, do RI de Boca do Acre/AM	131.977,00	Deverá ser plotada conforme matrícula.
Gleba B-3	União	581, L.2-B, fls.03, do RI de Boca do Acre/AM	151.787,00	Deverá ser plotada conforme matrícula.

**Imóveis com cancelamento de matrícula e registros determinado pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas:**

<b>Denominação do Imóvel</b>	<b>Área</b>	<b>Provimento</b>
Aracoiaba	29.657,0000	02/2001
Maracaju	Indefinida	10/2001
São José	38.89,3600	12/2001



**ANEXO 13**

**Portaria nº 99/2006, do dia 13 de dezembro de 2006, que estabelece a gestão da Unidade através do Ibama no Estado do Acre**



72

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 239, quinta-feira, 14 de dezembro de 2006

LIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVÁVEL) para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior.

Art. 3º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-lei N.º 288/67, com redação dada pela Lei N.º 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECEER para o produto constante do Art. 1º desta Portaria os seguintes limites anuais de importação de insumos e bens de capital:

Discriminação	Valor em US\$ 1.000		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
Chapa, folha, tira, fita, película de plástico (exceto a de poliestireno expansível e a auto-adesiva)	15.347.250	12.494.500	25.238.889
Itens de insumo	6.247.200	14.484.500	25.238.889
Bens de Capital	1.692.245	1.651.889	15.244.673

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico - PPB fixado no Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993.

II o atendimento das exigências da Legislação Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

III a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV o cumprimento das exigências contidas na Resolução N.º 202, de 17 de maio de 2006, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Tecnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

PORTARIA Nº 560, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico de Projeto N.º 204/2006 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, submetido ao Conselho de Administração da SUFRAMA em sua 23ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de outubro de 2006. CONSIDERANDO que o projeto relativo ao Parecer acima mencionado foi enquadrado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA nos termos da Resolução n.º 202, de 17 de maio de 2006, Art. 10, parágrafo 1º, e que a empresa apresentou a documentação relativa a sua regularidade jurídica fiscal no prazo estipulado, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa DAFRA DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOTOCICLETA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 204/2006 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MOTOCICLETA ACIMA DE 100 CM³ ATE 450 CM³, MOTONETA ACIMA DE 100 CM³ ATE 450 CM³ e TRICICLO ACIMA DE 100 CM³, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos constantes no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo

4º do Art. 7º do Decreto-lei N.º 288/67, com redação dada pela Lei N.º 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECEER para os produtos constantes do Art. 1º desta Portaria os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US\$ 1.000		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
MOTOCICLETA ACIMA DE 100 CM³ ATE 450 CM³	14.854.500	16.535.300	24.047.160
MOTONETA ACIMA DE 100 CM³ ATE 450 CM³	25.808.097	17.241.880	28.603.974
TRICICLO ACIMA DE 100 CM³	10.032.706	11.695.976	12.139.574
Total	50.695.303	45.473.155	64.790.707

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação dos produtos constantes do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico estabelecido pela Portaria Interministerial nº 20 - MDIC/CT, de 15 de fevereiro de 2006.

II o atendimento das exigências da Legislação Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

III a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV o cumprimento das exigências contidas na Resolução N.º 202, de 17 de maio de 2006, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Tecnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA Nº 21, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 16, de 2 de fevereiro de 2006, tendo em vista o disposto no art. 1.139 do Código Civil, e o que consta no Processo MDIC nº 52700-000455/06-25, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro o aumento do capital social da empresa S/G F SOCIETÀ GENERALE FONDAZIONE SPA SUCURSAL BRASIL, autorizada a funcionar no Brasil pela Portaria nº 704 de 24 de outubro de 2000, para R\$ 468.400,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil e quatrocentos reais), conforme Declaração do Presidente, Administrador Delegado e representante legal, de 04 de outubro de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDSON LUPATINI JUNIOR

**Ministério do Meio Ambiente**

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 99, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 24, do Anexo I, ao Decreto nº 4.756, de 30 de junho de 2003, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no D.O.U. de 23 de junho de 2003, o item VI, do art. 95, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/IBAMA nº 230, de 14 de maio de 2002, republicada no D.O.U. do dia 21 de junho de 2002, e pela Portaria nº 278/2003, publicada no D.O.U. de 07 de julho de 2003, e

Considerando que os moradores da Reserva Extrativista - RESEX Arapixi utilizam-se preferencialmente da estrutura político-administrativa do Estado do Acre, por sua proximidade geográfica;

Considerando a solicitação das associações comunitárias das populações residentes no interior e no entorno da RESEX Arapixi para que a gestão da Unidade de Conservação seja exercida pela Superintendência do IBAMA no Estado do Acre;

Considerando a designação de analistas ambientais da Superintendência do IBAMA no Acre para a gestão ambiental da RESEX Arapixi, resolve:

Art. 1º - Conferir à Superintendência do IBAMA no Estado do Acre a Gestão Ambiental Integrada da Reserva Extrativista (RESEX) Arapixi, localizada no município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas, nos limites estabelecidos no art. 1º do Decreto de 21 de junho de 2006.

Art. 2º - Este acordo tem por finalidade a implementação das missões finalísticas abaixo relacionadas:

- a) Gestão Administrativa da RESEX Arapixi;
- b) Gestão Ambiental da Fauna e da Flora presentes na RESEX;
- c) Licenciamento Ambiental;
- d) Ações de Proteção e Fiscalização Ambiental;
- e) Gestão de Recursos Pesqueiros;
- f) Educação ambiental.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

**Ministério do Trabalho e Emprego**

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 519, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006

Altera a Programação Anual de Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2006 - PDE/2006, de que trata a Resolução nº 491, de 28 de abril de 2006, alterada pelas Resoluções nº 494, de 15 de maio de 2006, nº 498, de 28 de junho de 2006, nº 506, de 22 de agosto de 2006, nº 507, de 23 de agosto de 2006, nº 508 de 18 de outubro de 2006 e nº 516 de 22 de novembro de 2006.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, em face do que estabelece o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Resoluções nºs 439 e 440, ambas de 2 de junho de 2005, resolve:

Art. 1º Altera a Programação Anual de Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2006 - PDE/2006, de que trata a Resolução nº 491/2006, alterada pelas Resoluções nº 494/2006, nº 498/2006, nº 506/2006, nº 507/2006, nº 508/2006 e nº 516/2006, pelo remanejamento de recursos oriundos dos Programas PROGER URBANO e FAT FOMENTAR e das Linhas de Crédito Especiais FAT GIRO COOPERATIVO AGROPECUARIO, FAT GIRO COOPERATIVO HABITACIONAL, FAT INCLUSÃO DIGITAL e FAT INTEGRAR URBANO no montante de R\$ 236.161.000,00 (duzentos e trinta e seis milhões, cento e sessenta e um mil reais), conforme detalhado no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REMÍCIO TODESCHINI  
Presidente do Conselho

